

2014

REFLEXÕES

Livro IX

Índice

- 5- A simpatia- Adam Smith
- 8- Conferência sobre ética- Ludwig Wittgenstein
- 19- Capitalista, sim, mas zen...- Slavoj Zizek
- 25- Como é possível, na era da felicidade, não ficar doente de tristeza- Maria Lucia Homem
- 31- Bravas babushkas- Wendy Godman
- 38- Terror são glamour e fascínio pela morte- Salman Rushdie
- 47- Deixem o Oriente Médio se autogovernar- Jeffrey Sachs
- 51- Chega de salvação!- Stephen M. Walt
- 58- Não podemos aceitar a ideia de que um lado é menos humano que o outro- Michel Gherman
- 65- O que acontece quando nada acontece- Slavoj Zizek
- 69- Em perigo, um bom acordo com o Irã- Jessica M. Mathews
- 79- Notas de um refúgio- Malek Jandali
- 84- Terra de quem?- Alec Luhn
- 90- A conta da invasão de Bush chegou e Obama não sabe o que fazer com o problema- Andrew Bacevich
- 98- Um indiano intranquilo- Raghuram Rajam
- 107- Adeus ao povo brasileiro- Gilberto de Mello Kujawski
- 111- O crucifixo no tribunal- Gilberto de Mello Kujawski
- 115- A polêmica do aborto- Gilberto de Mello Kujawski
- 119- E a utopia, onde fica a utopia?- Gilberto de Mello Kujawski
- 123- Estética no bonde- José Ortega & Gasset
- 131- A banalização da vida- Gilberto de Mello Kujawski

REFLEXÕES IX

- 134- A culpa é de quem?- **Gilberto de Mello Kujawski**
- 139- Riqueza, crescimento e desigualdade- **André Lara Rezende**
- 155- Subsídios cruzados, e perigosos- **Carlos Eduardo S. Gonçalves**
- 160- País pode estar perto de recessão moderada- **Maria da Conceição Tavares**
- 169- O crescimento é um estado de espírito. Cresce quem acredita que vai crescer- **Delfim Neto e Mendonça de Barros**
- 178- A desigualdade importa ou não importa- **Marcelo Neri e Marcos Lisboa**
- 187- Programa de Marina será cumprido quando conta fiscal permitir- **Eduardo Gianetti da Fonseca**
- 197- Não somos contra nem a favor dos transgênicos- **João Paulo Capobianco**
- 207- A quarta agenda democrática- **Renato Janine Ribeiro**
- 212- Dilma: a gestora agridoce- **Ricardo Galhardo**
- 218- Marina: Deus e a nova política- **Isadora Peron**
- 223- De pós-Lula a antipetista- **Pedro Venceslau**
- 230- Uma ideia de terceira via- **José Murilo Carvalho**
- 235- O ideólogo da rebeldia- **Carlos Lessa**
- 244- Não é fácil perder uma reeleição- **Alberto Carlos Almeida**
- 249- O bicho vai pegar em quem?- **Arnaldo Jabor**
- 253- A eleição além das fronteiras- **Sergio Leo**
- 262- Povo espera do governo qualidade de vida- **Fernando Henrique Cardoso**
- 268- O retrato do Velho está lá- **Diego Viana**
- 275- Decifrar para educar- **Luciana Seabra**
- 280- Um animal que não deu certo?- **Eliana Cardoso**

REFLEXÕES IX

284- Médico sem fronteiras- **Drauzio Varella**

293- O fim da inocência- **Lúcia Guimarães**

299- A residência da língua- **Jorge Edwards**

306- Vozes de lá e de cá- **Ariel Dorfman**

311- Gênio desesperado- **Lee Siegel**

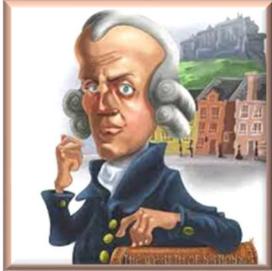
317- Pastores brasileiros usam psicanálise para cativar fiéis evangélicos- **Amanda Massuela**

327- O chamado da água- **Mônica Manir**

LUIZ BIANCI

A simpatia

Adam Smith



Para supor quão egoísta possa ser o pior dos homens, há evidentemente alguns princípios na sua natureza, que lhe interessam relativamente à fortuna dos outros e que tornam a sua felicidade necessária para ele, embora ele nada daí retire a não ser o prazer de vê-la. Deste tipo é a piedade ou compaixão, a emoção que sentimos por causa da miséria dos outros, quando ou a vemos ou a concebemos de uma forma bastante vívida.

Que amiúde sentimos piedade da dor dos outros, é matéria de fato tão óbvia que não requer qualquer instância de prova, pois esse sentimento, como todas as outras paixões originais da natureza humana, não está de forma alguma confinada aos virtuosos, embora eles a possam sentir com uma sensibilidade mais refinada. O maior dos rufias¹, o mais duro violador das leis da sociedade, não está dela desprovido.

Como não temos experiência imediata sobre o que os outros homens sentem, não podemos formar ideia acerca do modo como elas são afetadas, a não ser supondo aquilo que sentiríamos nessa situação particular. Ainda que o nosso irmão esteja a ser torturado, e desde que nós próprios estejamos à vontade, os nossos sentidos nunca nos informarão sobre o que ele sente. Os nossos sentidos nunca puderam e nunca poderão arrastar-nos para fora de nós próprios, e só por meio da imaginação podemos formar qualquer ideia sobre quais são as suas sensações. Não pode essa faculdade ajudar-nos de outra forma que não seja representar para nós o que seriam as nossas sensações se estivéssemos nessa situação.

São apenas as impressões dos nossos próprios sentidos, e não as dos

¹ **Rufião:** indivíduo que se envolve em brigas com frequência; brigão; rufia.

REFLEXÕES IX

dele, que a nossa imaginação copia. Por meio da imaginação colocamo-nos a nós próprios nessa situação, vendo-nos a nós próprios a sofrer esses mesmos tormentos, como que entrando no seu corpo e tornando-nos, em certa medida, a mesma pessoa que ele, e então formamos alguma ideia acerca das suas sensações, e até sentimos alguma coisa que, embora em menor grau, nunca será no seu conjunto como as dele. As suas agonias, quando as imaginamos nossas, quando as adotamos e as fazemos nossas, começam finalmente a afetar-nos e então estremeçemos só de pensar no que estará a sentir. Sentir dor ou qualquer tipo de padecimento provoca em nós a mais extensa piedade, da mesma forma que conceber ou imaginar que estamos a sofrer provoca em nós a mesma emoção num certo grau, em razão direta da vivacidade ou do embotamento da recordação.

Que esta é a fonte da nossa identificação com a miséria dos outros, que é ao imaginar que trocamos de lugar com quem está a sofrer, que ou chegamos a conceber ou a ser afetados pelo que essa pessoa sente, pode ser demonstrado por bastantes observações óbvias, se é que não é suficientemente evidente por si. Quando vemos que um golpe apontado à perna ou ao braço de outra pessoa está quase a ser desferido, encolhemo-nos naturalmente e afastamos a nossa perna ou o nosso braço; e quando de fato é desferido, sentimo-lo de alguma maneira, e sofremos com ele do mesmo modo que sofre a pessoa a quem o golpe foi infligido. A multidão, quando está fixada no bailado de um enforcado, naturalmente contorce, dobra e balança os próprios corpos, como o vê fazer, e como sente que faria se estivesse nessa situação particular.

As pessoas mais sensíveis e com uma constituição física mais débil, quando olham para as chagas e as úlceras que os pedintes expõem nas ruas, são capazes de sentir comichão e uma sensação de desconforto nas partes correspondentes dos seus próprios corpos. O horror que sentem com a miséria dos outros afeta essa parte particular neles próprios mais do que qualquer outra; porque esse horror decorre de eles próprios conceberem o que sofreriam se fossem os desgraçados que observam e se a parte correspondente estivesse de fato afetada da mesma forma miserável. A simples força

REFLEXÕES IX

dessa ideia, mesmo que tênue, é suficiente para produzir a comichão e a sensação de desconforto referidas. Homens com uma compleição mais robusta, quando observam olhos desgraçados, sentem, eles próprios, certa aflição, que procede da mesma razão; esse órgão é mais delicado no homem mais forte, do que qualquer outra parte do corpo do mais fraco.

Nenhuma dessas circunstâncias que cria por si dor e piedade pode designar-se de simpatia. Qualquer que seja a paixão que emerge de qualquer objeto na pessoa em causa, uma emoção análoga nasce no peito de todo o espectador atento em decorrência da simples ideia da sua situação. A nossa alegria pela entrega daqueles heróis da tragédia e do romance que nos interessam é tão sincera como a nossa dor pela sua desgraça, e a nossa simpatia não é menos real pela sua miséria do que pela sua alegria. Partilhamos da sua gratidão para com os amigos fiéis que não os abandonaram nas suas dificuldades; e acompanhamo-los sinceramente no seu ressentimento para com os pérfidos² traidores que os injuriaram, abandonaram e enganaram. Em toda a paixão de que é susceptível a mente do homem, as emoções do observador, que faz seu o caso particular de alguém, corresponde sempre àquilo que imagina ser os sentimentos de quem sofre.

Piedade e compaixão são palavras apropriadas para designar a nossa identificação com o sofrimento dos outros. Embora a simpatia talvez signifique originalmente o mesmo, pode agora, contudo, com bastante propriedade, ser usada para denotar a nossa identificação com qualquer tipo de paixão. ●

Adam Smith: filósofo e economista escocês. Teve como cenário para a sua vida o atribulado século das Luzes, o século XVIII. É o pai da economia moderna, e é considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico.

² **Pérfido:** que envolve perfídia; enganador, traiçoeiro.

Conferência sobre ética

Ludwig Wittgenstein



Antes de começar a falar sobre meu tema, permitam-me fazer algumas observações introdutórias. Tenho consciência de que terei grandes dificuldades para comunicar meu pensamento e penso que algumas delas diminuiriam se as mencionasse de antemão. A primeira, que quase não necessito apontar, é que o inglês não é minha língua materna. Por esta razão, meu modo de expressão não possui aquela elegância e precisão que seria desejável para quem fala sobre um tema difícil. Tudo o que posso fazer é pedir que me facilitem a tarefa tentando entender o que quero dizer, apesar das faltas que contra a gramática inglesa vou cometer continuamente. A segunda dificuldade que mencionarei é que, provavelmente, muitos de vocês vieram a esta minha conferência com falsas expectativas. Para esclarecer este ponto, direi algumas palavras sobre a razão pela qual escolhi este tema.

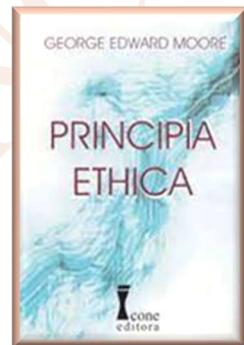
Quando o secretário anterior honrou-me pedindo que lesse uma comunicação para esta sociedade, minha primeira ideia foi a de que deveria certamente aceitar e a segunda foi que, se tivesse a oportunidade de falar a vocês, deveria falar sobre algo que me interessava comunicar e que não deveria desperdiçá-la dando, por exemplo, uma conferência sobre lógica. Considero que isto seria perder tempo, visto que explicar um tema científico a vocês exigiria um curso de conferências e não uma comunicação de uma hora. A alternativa teria sido apresentar uma conferência que se denomina de divulgação científica, isto é, uma conferência que pretendesse fazer vocês acreditarem que entendem algo que realmente não entendem e satisfazer assim o que considero um dos mais baixos desejos do homem moderno, a saber, a curiosidade superficial sobre as últimas descobertas da ciência. Rejeitei estas alternativas e decidi

REFLEXÕES IX

falar sobre um tema, em minha opinião, de importância geral, com a esperança de que ele ajude a esclarecer suas próprias ideias a respeito (mesmo que vocês estejam em total desacordo com o que vou dizer). Minha terceira e última dificuldade é, de fato, própria de quase todas as conferências filosóficas: o ouvinte é incapaz de ver tanto o caminho pelo qual o levam como também o fim a que este conduz. Isto é, ele pensa: “Entendo tudo o que diz, mas aonde quer chegar?” ou então “Vejo para onde se encaminha, mas como vai chegar ali?” Mais uma vez: tudo o que posso fazer é pedir que sejam pacientes e esperar que, ao final, vejam não só o caminho como também aonde ele leva.

Vou iniciar agora.

Meu tema, como sabem, é a Ética e adotarei a explicação que deste termo deu o professor Moore em seu livro *Principia Ethica*. Ele diz: “A Ética é a investigação geral sobre o que é bom.” Agora, vou usar a palavra Ética num sentido um pouco mais amplo, um sentido, na verdade, que inclui a parte mais genuína, em meu entender, do que geralmente se denomina Estética. E para que vejam da forma mais clara



possível o que considero o objeto da Ética, vou apresentar antes várias expressões mais ou menos sinônimas, cada uma das quais poderia substituir a definição anterior, e ao enumerá-las pretendo obter o mesmo tipo de efeito que Galton obteve quando colocou na mesma placa várias fotografias de diferentes rostos com o fim de obter a imagem dos traços típicos que todos eles compartilhavam. Mostrando esta fotografia coletiva, poderei fazer ver qual é o típico — digamos — rosto chinês. Deste modo, se vocês olharem por intermédio da série de sinônimos que vou apresentar, serão capazes de — espero — ver os traços característicos que todos têm em comum e que são característicos da Ética.

Em vez de dizer que “a Ética é a investigação sobre o que é bom”, poderia ter dito que a Ética é a investigação sobre o que é valioso, ou sobre o que realmente importa, ou ainda, poderia ter dito que a Ética é a investigação sobre o significado da vida, ou daquilo que faz

REFLEXÕES IX

com que a vida mereça ser vivida, ou sobre a maneira correta de viver. Creio que se observarem todas essas frases, então terão uma ideia aproximada do que se ocupa a Ética.

A primeira coisa que nos chama a atenção nessas expressões é que cada uma delas é usada, realmente, em dois sentidos muito distintos. Vou denominá-los, por um lado, o sentido trivial ou relativo, e por outro, o sentido ético ou absoluto. Por exemplo, se digo que esta é uma boa poltrona, isto significa que esta poltrona serve para um propósito predeterminado e a palavra bom aqui tem somente significado na medida em que tal propósito tenha sido previamente fixado. De fato, a palavra bom no sentido relativo significa simplesmente que satisfaz certo padrão predeterminado. Assim, quando afirmamos que este homem é um bom pianista, queremos dizer que pode tocar peças com certo grau de dificuldade, com certo grau de habilidade. Igualmente, se afirmo que para mim é importante não me resfriar quero dizer que apanhar um resfriado produz em minha vida certos transtornos descritíveis, e se digo que esta é a estrada correta significa que é a estrada correta em relação a certa meta. Usadas dessa forma, tais expressões não apresentam problemas difíceis ou profundos. Mas isso não é o uso que delas faz a Ética.

Suponhamos que eu soubesse jogar tênis e alguém de vocês, ao verme, tivesse dito: “Você joga bastante mal”, e eu tivesse contestado: “Sei que estou jogando mal, mas não quero fazê-lo melhor”, tudo o que poderia dizer meu interlocutor seria “Ah, então tudo bem.”

Mas suponhamos que eu tivesse contado a um de vocês uma mentira escandalosa e ele viesse e me dissesse: “Você se comporta como um animal”, e eu tivesse contestado: “Sei que minha conduta é má, mas não quero comportar-me melhor”, poderia ele dizer “Ah, então, tudo bem”? Certamente não. Ele afirmaria “Bem, você deve desejar comportar-se melhor”.

Aqui temos um juízo de valor absoluto, enquanto no primeiro caso era um juízo relativo. A essência desta diferença parece obviamente esta: cada juízo de valor relativo é um mero enunciado de fatos e, portanto, pode ser expresso de tal forma que perca toda a aparência

REFLEXÕES IX

de juízo de valor. Em vez de dizer “Esta é a estrada correta para Granchester”, eu poderia perfeitamente dizer “Esta é a estrada correta que deves tomar se queres chegar a Granchester no menor tempo possível”.

“Este homem é um bom corredor” significa simplesmente que corre certo número de quilômetros num certo número de minutos, etc. O que agora desejo sustentar é que, apesar de que se possa mostrar que todos os juízos de valor relativos são meros enunciados de fatos, nenhum enunciado de fato pode ser nem implicar um juízo de valor absoluto.

Permitam-me explicar: suponham que alguém de vocês fosse uma pessoa onisciente e, por conseguinte, conhecesse todos os movimentos de todos os corpos animados ou inanimados do mundo e conhecesse também os estados mentais de todos os seres que tenham vivido. Suponham, além disso, que este homem escrevesse tudo o que sabe num grande livro. Então tal livro conteria a descrição total do mundo. O que quero dizer é que esse livro não incluiria nada do que pudéssemos chamar juízo ético, nem nada que pudesse implicar logicamente tal juízo. Conteria, certamente, todos os juízos de valor relativo e todas as proposições científicas verdadeiras que se pode formar. Mas, tanto todos os fatos descritos como todas as proposições estariam, digamos, no mesmo nível. Não há proposições que, em qualquer sentido absoluto, sejam sublimes, importantes ou triviais.

Talvez agora alguém de vocês esteja de acordo e invoque as palavras de Hamlet: “Nada é bom ou mau, mas é o pensamento que o faz assim.” Mas isso poderia levar novamente a um mal-entendido. O que Hamlet diz parece implicar que o bom ou o mau, embora não sejam qualidades do mundo externo a nós, são atributos de nossos estados mentais. Mas o que quero dizer é que um estado mental entendido como um fato descritível não é bom ou mau no sentido ético. Por exemplo, em nosso livro do mundo lemos a descrição de um assassinato com todos os detalhes físicos e psicológicos e a mera descrição nada conterà que possamos chamar uma proposição ética. O assassinato estará exatamente no mesmo nível que qualquer outro acontecimento como, por exemplo, a queda de uma pedra.

REFLEXÕES IX

Certamente, a leitura desta descrição pode causar-nos dor ou raiva ou qualquer outra emoção ou poderíamos ler acerca da dor ou da raiva que este assassinato suscitou em outras pessoas que tiveram conhecimento dele, mas seriam simplesmente fatos, fatos e fatos e não Ética.

Devo dizer agora que, se considerasse o que a Ética deveria ser realmente — se existisse tal ciência —, este resultado parece-me bastante óbvio. Parece-me evidente que nada do que somos capazes de pensar ou de dizer pode constituir-se o objeto. Que não podemos escrever um livro científico cujo tema venha a ser intrinsecamente sublime e superior a todos os demais. Somente posso descrever meu sentimento a este respeito mediante a seguinte metáfora: se um homem pudesse escrever um livro de Ética que realmente fosse um livro de Ética, este livro destruiria, com uma explosão, todos os demais livros do mundo. Nossas palavras, usadas tal como o fazemos na ciência, são recipientes capazes somente de conter e transmitir significado e sentido naturais. A Ética, se ela é algo, é sobrenatural e nossas palavras somente expressam fatos, do mesmo modo que uma taça de chá somente pode conter um volume determinado de água, por mais que se despeje um litro nela. Disse que com relação a fatos e proposições há somente valor relativo e acerto e bem relativos.

Permitam-me, antes de prosseguir, ilustrar isso com um exemplo ainda mais óbvio. A estrada correta é aquela que conduz a um fim predeterminado arbitrariamente e a todos nós parece totalmente claro que não há sentido em falar da estrada correta independentemente de tal alvo predeterminado. Vejamos agora o que possivelmente queremos dizer com a expressão “a estrada absolutamente correta”. Creio que seria aquela que, ao vê-la, todo mundo deveria tomar com necessidade lógica ou envergonhar-se de não fazê-lo. Do mesmo modo, o bom absoluto, se é um estado de coisas descritível, seria aquele que todo mundo, independentemente de seus gostos e inclinações, realizaria necessariamente ou se sentiria culpado de não fazê-lo.

Quero dizer que tal estado de coisas é uma quimera (**quimera**: produto da imaginação, sem possibilidade de realizar-se; absurdo, fantasia,

REFLEXÕES IX

utopia). Nenhum estado de coisas tem, em si, o que gostaria de denominar o poder coercitivo de um juiz absoluto. Então, o que temos em mente e o que tentamos expressar quando sentimos a tentação de usar expressões como “bom absoluto”, “valor absoluto”, etc.? Sempre que tento esclarecer isso para mim é natural que recorra a casos nos quais, sem dúvida, usaria tais expressões, de modo que me encontro na mesma situação que vocês estariam se, por exemplo, eu desse uma conferência sobre a psicologia do prazer. Neste caso, o que vocês fariam seria tentar invocar algumas situações típicas nas quais sempre sentiram prazer, pois com esta situação na mente, chegaria a se tornar concreto e, por assim dizer, controlável, tudo o que eu pudesse dizer a vocês. Alguém poderia escolher como um exemplo típico a sensação de passear num dia ensolarado de verão.

Quando trato de concentrar-me no que entendo por valor absoluto ou ético, encontro-me numa situação semelhante. Em meu caso, ocorre-me sempre que a ideia de uma particular experiência se apresenta como se fosse, em certo sentido, e de fato é, minha experiência *par excellence* e por esta razão, ao dirigir-me agora a vocês, usarei esta experiência como meu primeiro e principal exemplo (como já disse, isso é uma questão totalmente pessoal e outros poderiam dar outros exemplos mais chamativos). Na medida do possível, vou descrever essa experiência de maneira que faça vocês invocarem experiências idênticas ou similares a fim de poder dispor de uma base comum para a nossa investigação.

Creio que a melhor forma de descrevê-la é dizer que, quando eu a tenho, assombro-me ante a existência do mundo. Sinto-me então inclinado a usar frases tais como “Que extraordinário que as coisas existam” ou “Que extraordinário que o mundo exista”. Mencionarei, em continuação, outra experiência que conheço e que a alguns de vocês parecerá familiar: trata-se do que poderíamos chamar a experiência de sentir-se absolutamente seguro. Refiro-me a aquele estado anímico³ em que nos sentimos inclinados a dizer: “Aconteça

³ **Anímico**: relativo a ou próprio da alma.

REFLEXÕES IX

que acontecer, estou seguro, nada pode prejudicar-me”. Permitam-me agora considerar estas experiências visto que, segundo creio, mostram as verdadeiras características que tentamos esclarecer.

E aqui está o que primeiro tenho a dizer: a expressão verbal que damos a essas experiências carece de sentido. Se afirmo “Assombro-me ante a existência do mundo”, estou usando mal a linguagem. Deixem-me explicar isso. Tem perfeito e claro sentido dizer que me assombra que algo seja como é. Todos entendemos o que significa que me assombre o tamanho de um cachorro que é maior do que qualquer outro visto antes ou de qualquer coisa que, no sentido ordinário do termo, seja extraordinária. Em todos os casos deste tipo, assombro-me de que algo seja como é, quando eu poderia conceber que não fosse assim. Assombro-me do tamanho deste cachorro porque poderia conceber um cachorro de outro tamanho, isto é, de tamanho normal, do qual não me assombraria. Dizer “Assombro-me de que tal ou tal coisa seja como é” somente tem sentido se posso imaginá-la não sendo como é. Assim, alguém pode assombrar-se, por exemplo, da existência de uma casa quando a vê depois de muito tempo que não a via e tinha imaginado que ela tinha sido demolida neste intervalo. Mas carece de sentido dizer que me assombro da existência do mundo porque não posso imaginá-lo como não existindo.

Certamente, poderia assombrar-me de que o mundo que me rodeia seja como é. Se, por exemplo, enquanto olho o céu azul eu tivesse esta experiência, poderia assombrar-me de que o céu seja azul em oposição ao caso de estar nublado. Mas não é isto que quero dizer. Assombro-me do céu seja lá o que ele for.

Poderíamos nos sentir inclinados a dizer que estou me assombrando de uma tautologia⁴, isto é, de que o céu seja ou não azul. Mais precisamente não tem sentido afirmar que alguém está se assombrando de uma tautologia. Isto pode aplicar-se à outra experiência mencionada: a experiência da segurança absoluta.

⁴ **Tautologia:** uso de palavras diferentes para expressar uma mesma ideia; redundância.

REFLEXÕES IX

Todos sabemos o que significa na vida cotidiana estar seguro. Sinto-me seguro em minha sala, já que não pode atropelar-me um ônibus. Sinto-me seguro se já tive a coqueluche e, portanto, já não poderei tê-la novamente.

Sentir-se seguro significa, essencialmente, que é fisicamente impossível que certas coisas possam ocorrer-me e, por conseguinte, carece de sentido dizer que me sinto seguro aconteça o que acontecer. Mais uma vez, trata-se de um mau uso da palavra “seguro”, do mesmo modo que o outro exemplo era um mau uso da palavra “existência” ou “assombrar-se”.

Quero agora convencer vocês que um característico mau uso de nossa linguagem subjaz a todas as expressões éticas e religiosas. Todas elas parecem, *prima facie*⁵, ser somente símiles⁶. Assim, parece que quando usamos, em sentido ético, a palavra correto, embora o que queremos dizer não seja correto no seu sentido trivial, é algo similar.

Quando dizemos: “É uma boa pessoa”, embora a palavra boa aqui não signifique o mesmo que na frase “Este é um bom jogador de futebol” parece haver alguma similaridade. E quando dizemos “A vida deste homem era valiosa”, não o entendemos no mesmo sentido que se falássemos de alguma joia valiosa, mas parece haver algum tipo de analogia. Desse modo, todos os termos religiosos parecem ser usados como símiles ou alegorias. Quando falamos de Deus e de que ele tudo vê, e quando nos ajoelhamos e oramos, todos os nossos termos e ações parecem ser partes de uma grande e completa alegoria que o representa como um ser humano de enorme poder cuja graça tentamos cativar, etc., etc. Mas esta alegoria descreve também a experiência que acabo de aludir. Porque a primeira delas é, segundo creio, exatamente aquilo a que as pessoas se referem quando dizem que Deus criou o mundo; e a experiência da segurança absoluta tem sido descrita dizendo que nos sentimos seguros nas mãos de Deus. Uma terceira vivência

⁵ ***Prima facie***: à primeira vista.

⁶ ***Símile***: que se semelha; análogo, semelhante.

REFLEXÕES IX

deste tipo é a de sentir-se culpado e pode ser descrita também pela frase: Deus condena nossa conduta. Desta forma parece que, na linguagem ética e religiosa, constantemente usamos símiles.

Mas um símile deve ser símile de algo. E se posso descrever um fato mediante um símile, devo também ser capaz de abandoná-lo e descrever os fatos sem sua ajuda. Em nosso caso, logo que tentamos deixar de lado o símile e enunciar diretamente os fatos que estão atrás dele, deparamo-nos com a ausência de tais fatos. Assim, aquilo que, num primeiro momento, pareceu ser um símile, manifesta-se agora como um mero sem sentido. Talvez para aquele que — como eu, por exemplo — viveu as três experiências que mencionei (e podia acrescentar outras) elas parecem ter, em algum sentido, valor intrínseco e absoluto. Mas, desde o momento em que digo que são experiências, certamente, são também fatos: aconteceram num lugar e duraram certo tempo e, por conseguinte, são descritíveis.

Em continuação ao que disse há poucos minutos, devo admitir que carece de sentido afirmar que têm valor absoluto. Precisaréi minha argumentação dizendo: “é um paradoxo que uma experiência, um fato, pareça ter valor sobrenatural.” Há uma via pela qual sinto-me tentado a solucionar este paradoxo. Permitam-me considerar, novamente, nossa primeira experiência de assombro diante da existência do mundo descrevendo-a de forma ligeiramente diferente. Todos sabemos o que na vida cotidiana poderia denominar-se um milagre. Obviamente é, simplesmente, um acontecimento de tal natureza que nunca tínhamos visto nada parecido com ele. Suponham que este acontecimento ocorreu. Pensem no caso de que em alguém de vocês cresça uma cabeça de leão e comece a rugir. Certamente isto seria uma das coisas mais extraordinárias que sou capaz de imaginar. Tão logo nos tivéssemos recomposto da surpresa, o que eu sugeriria seria buscar um médico e investigar cientificamente o caso e, se não pelo fato de que isto causaria sofrimento, mandaria fazer uma dissecação. Onde estaria então o milagre? Está claro que, no momento em que olhamos as coisas assim, todo o milagroso haveria desaparecido; a menos que entendamos por este termo simplesmente um fato que ainda não tenha sido explicado pela ciência, coisa que significa por sua vez que

REFLEXÕES IX

não temos conseguido agrupar esse fato junto com outros num sistema científico.

Isto mostra que é absurdo dizer que “a ciência provou que não há milagres”. A verdade é que o modo científico de ver um fato não é vê-lo como um milagre. Vocês podem imaginar o fato que puderem e isto não será em si milagroso no sentido absoluto do termo. Agora nos damos conta de que temos utilizado a palavra “milagre” tanto num sentido absoluto como num relativo.

Agora, vou descrever a experiência de assombro diante da existência do mundo dizendo: é a experiência de ver o mundo como um milagre. Sinto-me inclinado a dizer que a expressão linguística correta do milagre da existência do mundo — apesar de não ser uma proposição na linguagem — é a existência da própria linguagem.

Mas, então, o que significa ter consciência deste milagre em certos momentos e não em outros? Tudo o que disse ao transladar a expressão do milagroso de uma expressão por meio da linguagem à expressão pela existência da linguagem é, mais uma vez, que não podemos expressar o que queremos expressar e que tudo o que dizemos sobre o absolutamente milagroso continua carecendo de sentido. Para muitos de vocês a resposta parecerá clara: bom, se certas experiências nos levam constantemente a atribuir-lhes uma qualidade que chamamos valor absoluto ou ético e importante, isto somente mostra que ao que nos referimos com tais palavras não é um sem sentido, que depois de tudo, o que significamos ao dizer que uma experiência tem valor absoluto é simplesmente um fato como qualquer outro e tudo se reduz a isto e que ainda não encontramos a análise lógica correta daquilo que queremos dizer com nossas expressões éticas e religiosas.

Sempre que me salta isso aos olhos, de repente vejo com clareza, como se se tratasse de um lampejo, não somente que nenhuma descrição que possa imaginar seria apta para descrever o que entendo por valor absoluto, mas que rechaçaria *ab initio* (***ab initio***: desde o início) qualquer descrição significativa que alguém pudesse possivelmente sugerir em razão de sua significação. Em outras palavras, vejo agora que estas expressões carentes de sentido não

REFLEXÕES IX

careciam de sentido por não ter ainda encontrado as expressões corretas, mas sua falta de sentido constituía sua própria essência. Isso porque a única coisa que eu pretendia com elas era, precisamente, ir além do mundo, o que é o mesmo que ir além da linguagem significativa. Toda minha tendência — e creio que a de todos aqueles que tentaram alguma vez escrever ou falar de Ética ou Religião — é correr contra os limites da linguagem.

Esta corrida contra as paredes de nossa jaula é perfeita e absolutamente desesperançada. A Ética, na medida em que brota do desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, sobre o absolutamente bom, o absolutamente valioso, não pode ser uma ciência. O que ela diz nada acrescenta, em nenhum sentido, ao nosso conhecimento, mas é um testemunho de uma tendência do espírito humano que eu pessoalmente não posso senão respeitar profundamente e que por nada neste mundo ridicularizaria. ●

Joseph Johann Wittgenstein: filósofo austríaco, naturalizado britânico. Foi um dos principais atores da virada linguística na filosofia do século XX.

Capitalista, sim, mas zen...

Slavoj Zizek



Em seu episódio final de Guerra nas Estrelas, George Lucas não escapa da influência de uma versão ocidental do budismo, que nos permitiria aceitar e participar da engrenagem dos mercados, desde que mantendo uma distância interna.

Revelando finalmente, em A Revanche de Sith (episódio III da “primeira trilogia”), o momento crucial de toda a saga de Guerra nas Estrelas (a saber, a transformação do “amável”

Anakin no “malvado” Darth Vader), George Lucas estabeleceu um paralelo entre o indivíduo e a política. Na escala do indivíduo, a explicação retoma uma espécie de budismo *pop*. “Ele Anakin+ transforma-se em Darth Vader porque se apega às coisas”, explica Lucas. “Ele não consegue separar-se de sua mãe. Ele não consegue se separar de sua namoradinha. Ele não consegue renunciar aos objetos. Esse apelo o torna ávido. E quando você é ávido, você está no caminho do lado obscuro, porque tem medo de perder o que possui.”

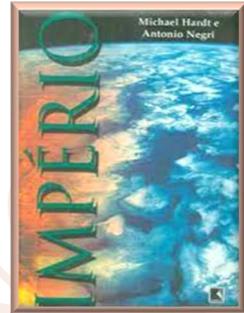
A Ordem dos Jedi aparece, em oposição a isso, como uma comunidade masculina fechada, proibindo qualquer ataque, como se fora uma nova versão da comunidade do Graal celebrada pelo compositor Richard Wagner em Parsifal. A explicação política ainda é mais reveladora: “Como a República transformou-se em Império? (Questão paralela: como Anakin tornou-se Darth Vader?). Como uma democracia se transforma em ditadura? Não é porque o Império tenha conquistado a República, é porque o Império é a República”.

O Império nasce da corrupção inerente à República. Conta Lucas que: “Um belo dia, a princesa Leia e seus amigos acordaram dizendo uns aos outros: ‘Não é mais República, é Império. Nós somos os

malvados”.

Da nação ao império

Erraríamos se negligenciássemos as conotações contemporâneas da referência à Roma antiga nessa transformação de Estados-nação em Império global. Logo, é preciso situar a problemática de Guerra nas Estrelas (a passagem da República ao Império) exatamente no contexto descrito por Antonio Negri e Michael Hardt no livro *Império*, e a passagem do Estado-nação a um império mundial.



As alusões políticas em Guerra nas Estrelas são múltiplas e contraditórias. Elas conferem à série um poder “mítico”: mundo livre contra o Império do mal; debate sobre o Estado-nação convocando as teses de Pat Buchanan ou de Jean-Marie Le Pen; contradição que leva pessoas da camada aristocrática (princesas, membros da Ordem elitista dos Jedi) a defender a República “democrática” contra o Império do Mal; e, finalmente, a tomada de consciência essencial de que “nós somos os malvados”.

O Império do Mal não está em outro lugar, como dizem esses filmes; seu aparecimento depende da maneira como nós, os ‘bons’, o revertermos. A questão concerne à atual “guerra contra o terrorismo”: como ela vai nos transformar? Um mito político não é uma narrativa dotada de significação política determinada, é um conteúdo vazio no qual depositamos muitas significações contraditórias. A Ameaça Fantasma, episódio I de Guerra nas Estrelas, fornece um índice crucial: as características “crísticas” do jovem Anakin – sua mãe sustenta que ele tenha nascido de uma “concepção imaculada”; a corrida que ele ganha evoca a célebre corrida de bigas de Bem-Hur, essa “história do Cristo”.

Compaixão budista e amor cristão

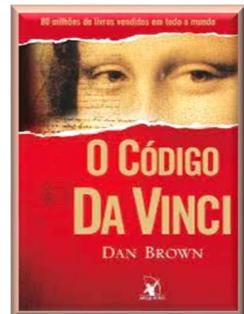
O universo ideológico de Guerra nas Estrelas remete ao universo pagão da Nova Era. É lógico, portanto, que a figura central de Mal faça eco à do Cristo. Na visão pagã, o aparecimento de Cristo é o

supremo escândalo. Na medida em que *diabolos* (separar, dilacerar) é o contrário de *symbolos* (reunir, unificar), o próprio Cristo se torna uma figura diabólica no sentido de que ele traz “o gládio e não a paz” e perturba a unidade existente. Segundo o evangelista Lucas, Jesus teria declarado: “Se alguém vier a mim e não desprezar seu pai, sua mãe, sua esposa, seus filhos, seus irmãos e suas irmãs e até mesmo sua própria vida, ele não pode ser meu discípulo.”

É preciso considerar que a posição cristã tem natureza diferente da sabedoria pagã. O cristianismo dos primórdios considera o ato mais elevado aquilo que a sabedoria pagã condena como fonte de mal, ou seja, o gesto de separar, de dividir, ou de ligar-se a um elemento que compromete o equilíbrio de todos. Isso significa que seria necessário opor a compaixão budista (ou taoísta) ao amor cristão. A posição budista é, em síntese, a da indiferença – estado no qual todas as paixões são reprimidas –, enquanto que o amor cristão é uma paixão que visa a introduzir uma hierarquia na ordem da relação entre os seres. O amor é violência – e não apenas no sentido do provérbio balcânico segundo o qual “se ele não me bate, ele não me ama”. A violência do amor resulta em arrancar um ser de seu contexto.

Confusão ideológica

Em março de 2005, o cardeal Tarcisio Bertone, em transmissão da Rádio Vaticano, fez uma declaração condenando com firmeza o romance *O Código Da Vinci*, de Dan Brown, acusado de ser baseado em mentiras e de propagar ensinamentos falsos (que Jesus teria se casado com Maria Madalena e tido descendentes...). O ridículo da atitude não nos pode fazer esquecer de que o conteúdo de sua declaração está, no fundo, correto: *O Código Da Vinci* inscreve o cristianismo na Nova Era sob a rubrica do equilíbrio entre os princípios masculino e feminino.



Retornando à *Vingança dos Siths*, o filme paga por sua fidelidade a esses temas da Nova Era, não apenas por sua confusão ideológica,

mas também por sua mediocridade narrativa: a transformação de Anakin em Darth Vader, momento capital de toda a saga, não atinge a grandeza trágica conveniente. Em vez de se concentrar no orgulho de Anakin visto como desejo irresistível de intervir, de fazer o bem, de ir até o final pelos que ama (Amidala) e, em consequência, perder-se no lado obscuro, Anakin é apresentado simplesmente como um combatente indeciso, que escorrega para o mal ao ceder à tentação do poder e ao cair na dependência de um mal imperador. Dito de outra forma, George Lucas não tem força para estabelecer realmente os paralelos República – Império e Anakin-Darth Vader. É a obsessão de Anakin pelo mal que o transforma em monstro.

Que paralelos fazer? No momento em que a tecnologia e o capitalismo “europeus” triunfam em escala planetária, a herança judaico-cristã, como “superestrutura ideológica” parece ameaçada pelo assalto do pensamento “asiático” da Nova Era. O taoísmo é adequado para se tornar a ideologia hegemônica do capitalismo mundial. Uma espécie de “budismo ocidental” se apresenta hoje como remédio contra o estresse da dinâmica capitalista. Ele permitiria que nos desligássemos, que mantivéssemos a paz interior e a serenidade, e funcionaria, na realidade, como um perfeito complemento ideológico.

Solução escapista

As pessoas não são mais capazes de se adaptar ao ritmo do progresso tecnológico e das transformações sociais que a acompanham. As coisas andam muito rápido. O recurso ao taoísmo ou ao budismo oferece uma saída. Em vez de tentar se adaptar ao ritmo das transformações, é melhor renunciar e “deixar ir”, mantendo certa distância interior em relação a essa aceleração, que não diz respeito ao núcleo mais profundo de nosso ser. Estaríamos quase tentados a utilizar novamente, agora, o clichê marxista de religião como “ópio do povo”, como suplemento imaginário à miséria terrestre. O “budismo ocidental” aparece, dessa forma, como a maneira mais eficaz de participar plenamente da dinâmica capitalista mantendo uma aparência de saúde mental.

Se precisássemos encontrar um elo com o Episódio III de Guerra

REFLEXÕES IX

nas Estrelas, ficaríamos tentados a propor o documentário de Alexander Oey, Castelos de Areia. O Budismo e as Finanças Mundiais, indicador maravilhosamente ambíguo da dificuldade de nossa situação ideológica atual. Mistura comentários do economista Arnoud Boot, da socióloga Saskia Sassen e do professor budista tibetano Dzongzar Khyentse Rinpoche.

Saskia Sassen e Arnoud Boot discutem sobre o alcance, o poder e os efeitos do sistema financeiro mundial. Os mercados de capitais podem, em poucas horas, fazer subir ou baixar o valor das sociedades e de economias inteiras. Khyentse Rinpoche os enfrenta com considerações sobre a natureza da percepção humana: “Libertai-vos de suas amarras ao que não passa de uma percepção e não existe na realidade”, ele declara. Por outro lado, Saskia Sassen afirma: “O sistema financeiro mundial é essencialmente um conjunto de movimentos contínuos. Desaparece e reaparece”.

Exuberância ilusória

Na visão do budista, a exuberância da riqueza financeira mundial é ilusória, apartada da realidade objetiva: o sofrimento humano engendrado pelas transações operadas nas salas dos mercados e conselhos administrativos invisíveis para a maioria de nós. Que melhor prova do caráter não substancial da realidade do que uma gigantesca fortuna que pode se reduzir a nada em poucas horas? Por que deplorar que as especulações sobre os mercados sejam “apartadas da realidade objetiva” quando o princípio fundamental da ontologia budista enuncia que não há “realidade objetiva”?

Esse documentário fornece, assim, a chave da A vingança de Sith. A lição crítica a aprender é que nós não devemos nos engajar de corpo e alma no jogo capitalista, mas que podemos fazê-lo... mantendo uma distância interna. Pois o capitalismo nos põe diante do fato de que a causa de nossa sujeição não é a realidade objetiva enquanto tal (que não existe), mas nosso desejo, nossa avidez pelas coisas materiais e o apego excessivo que depositamos nelas. Por conseguinte, o que nos resta a fazer é renunciar ao nosso desejo para adotar uma atitude de paz interior. Não é de surpreender que tal budismo-taoísmo possa funcionar como complemento ideológico

REFLEXÕES IX

da globalização liberal: ele nos permite participar do esquema mantendo uma distância interna... Capitalistas, sim, mas desapegados, zen... ●

Slavoj Žižek: filósofo e teórico crítico e cientista social esloveno. É professor da European Graduate School e pesquisador sénior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubiana.

LUIZ BIANCI

Como é possível, na era da felicidade, não ficar doente de tristeza?

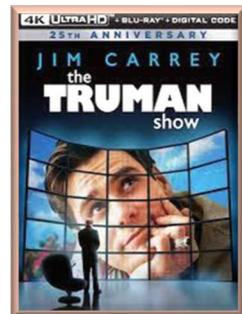
Maria Lucia Homem



Para a analista, redes sociais impulsionam busca pela perfeição –, mas há saída: “Ninguém está propriamente bem. E nunca foi problema não estar feliz o tempo todo”

Para a psicanalista Maria Lucia Homem, o interesse em assuntos do universo da psicanálise é cada vez maior. E há uma razão clara para isso. O ser humano, diz, está mais aberto a se descobrir e enfrentar seus sofrimentos: “As pessoas fazem análise e não acham que são loucas por causa disso. Isso é uma revolução. O sujeito contemporâneo sabe onde buscar ferramentas para se perguntar o que é a depressão, o que é a loucura, a violência, o racismo, a guerra”.

Segundo a analista lacaniana⁷, formada pela USP e com especialização no Collège International de Philosophie da Universidade de Paris 8, as redes sociais contribuem para que vivamos em uma espécie de Show de Truman⁸ – em escala planetária. “Trata-se de um grande circo contínuo, divertido, engraçado e feliz, um delírio. Isso tem um custo. A clínica mostra isso claramente”, diz a professora da Faap – que ministra curso, dia 16, sobre cinema e psicanálise na Casa do



⁷ **Lacaniano**: relativo a Jacques Lacan, ou tipicamente característico de suas teorias psicanalíticas.

⁸ O filme traz uma crítica à ética capitalista, que coloca sempre o lucro acima da vida. Os acontecimentos em sua existência são roteirizados e suas reações exibidas para milhares de pessoas no mundo todo.

Saber. Para ela, a psicanálise ajuda nesse processo porque atua no *backstage*⁹ e dá espaço para que os pacientes possam... falar. “Falar transforma uma pessoa. Simples assim.”

Abaixo, os principais trechos da conversa com a coluna, na casa de Maria Lucia, no bairro paulistano da Lapa.

Existe uma curiosidade por temas da psicanálise. Andrew Solomon foi aplaudido de pé na Flip e o suicídio de Robin Willians, amplamente debatidos nas redes sociais. Há um crescimento e uma popularização desse interesse?

Sem sombra de dúvidas. Freud foi uma figura importantíssima para fazer uma espécie de divulgação de outra concepção de subjetividade. Hoje, qualquer pessoa, em muitos meios, conhece a palavra “inconsciente”. E também termos como “ego”, “superego”, “ato falho”, “recalque”. São palavras que já estão em pleno uso. Então, nós podemos dizer que, inconscientemente, somos todos freudianos. Já estamos há cem anos sensíveis a nos observarmos de um ponto de vista mais sofisticado e menos ingênuo.

Como assim?

Já não achamos que existem forças transcendentais que guiam as nossas cabeças – isso, claro, dentro de uma massa ocidental e intelectualizada. As pessoas fazem análise e não acham que são loucas por causa disso. Isso é uma revolução. O sujeito contemporâneo vem com essa bagagem, ele sabe exatamente em que buscar ferramentas para fazer perguntas a si próprio. Esse interesse é crescente. As pessoas se perguntam: o que é a depressão, o que é a loucura, a violência, o racismo, a guerra?

E como a psicanálise ajuda nesse entendimento?

A psicanálise é uma ferramenta gigantesca, uma lupa. É como se a gente descobrisse uma espécie de microscópio da alma. Para mim, isso é pedagógico. Triste, mas, ao mesmo tempo maravilhoso.

⁹ ***Backstage***: bastidores.

Percebe isso no consultório?

Lógico. Um dos grandes problemas da clínica contemporânea é uma psicologização dos pacientes. Eles já chegam dizendo: “Eu tenho um trauma de infância” ou: “Eu tenho histórico de abandono”. O paciente chega com uma etiqueta. E aí você precisa desmontar isso para começar o processo analítico real. É muito comum escutar “sou depressivo”. E, na verdade, nós, profissionais, sabemos muito mais do que esse senso comum a respeito da depressão.

O que, por exemplo?

Há um texto da Elisabeth Roudinesco (historiadora e psicanalista francesa) de que eu gosto que explica como a lógica da nossa sociedade é depressiva, ou é – para ser mais precisa – *depressivante*. Não tem como – em uma cultura pautada pelo ideal da felicidade – não existir infelicidade. Vivemos na era do imperativo, do *be cool, be happy*. As pessoas têm de estar sempre se divertindo, viajando, na distração, no delírio, no *bliss*. Mas a própria definição do momento de êxtase é aquilo que é raro – e as pessoas transformam isso em algo necessário. Existe uma inversão muito clara. Queremos tornar o impossível, possível. E nos frustramos por nos sentirmos fracassados perante esse ideal.

Que ideal é esse?

Sei lá, meu primeiro milhão, minha casa, meu casal lindo de filhos. Então, a clínica nos mostra que existe um *gap* entre o que a pessoa é e o que ela acha que tem de ser; como ela acha que deveria estar se sentindo e como o outro espera que ela seja. As coisas ficam embaralhadas e o resultado é que se sofre muito. Essa é uma das razões que fazem com que as pessoas tenham mais interesse a respeito desses assuntos. Porque ninguém está propriamente bem. E nunca foi problema não estar feliz o tempo todo.

Isso é um problema do nosso momento histórico?

Com certeza. Não que a gente não tenha tido ideais desde sempre. Sempre houve melancolia – isso é retratado pelos gregos. Mas uma coisa é retratar a melancolia como quadro possível, outra coisa é colocar a felicidade, o prazer e o entretenimento como obrigações

contínuas. Todas as estatísticas mostram que estamos em uma epidemia de sintomas mentais em que depressão, pânico e transtornos alimentares são a ponta de lança. Como não estar doente de tristeza na era da felicidade? Como não estar doente de desamparo, de medo, de pânico quando todas as redes de amparo estão esgarçadas? O individualismo mata os elos comunitários. É um paradigma que não tem como não jogar o sujeito no desamparo. Os iguais são seus concorrentes e você tem de se destacar. Então, como é possível não ter medo? Como o pânico, a fobia, a fragilidade não vão ser os sintomas básicos de uma era que só prega o ideal de força, potência e vitória? E como não ter transtorno ou distúrbios com o corpo e com a imagem que se tem de si em um universo que dita o tempo todo o corpo que você deve ser: jovem, magro e belo?

As pessoas querem mandar uma no corpo da outra?

Sim, e isso é muito autoritário. Quer maior autoritarismo do que o conceito de “humanos, não envelheçam” – sobretudo mulheres? Vivemos em uma cultura que diz “tempo, não passe!”. Ora, isso é impossível. Então, estamos numa luta inglória, dando murro em ponta de faca com grandes preceitos da vida. Como não sofrer? Como não ter uma forma de defesa psíquica com isso tudo?

E você acha que o amor e o casamento também sofrem com essa superidealização?

Claro. É interessante analisar as estatísticas do momento, mas cerca de metade das relações termina em divórcio. As pessoas mais se desencontram do que se encontram. E ao se encontrarem – aquele encontro real mesmo, quando ‘bate o santo’, tem química, identificação do inconsciente – não é tão óbvio, é mais raro, é quando você está muito à vontade com alguém e quer dar o seu melhor. Ainda assim, quando há tudo isso, é muito difícil manter essa sensação. Porque você também está operando em um real hiperfetichizado do que seria o amor, o casamento, o casal, o comercial de margarina. Exigimos muito do outro – o mesmo tanto que exigimos de nós mesmos. Entretanto, os afetos, no meio disso, pulsam – graças a Deus. E é justamente porque eles pulsam que a gente acaba sofrendo. O afeto não mente. Mas há, hoje em dia, um

REFLEXÕES IX

resgate dos casamentos mais tradicionais, com cerimônias religiosas. Isso é um aspecto interessante. Eu vejo que os rituais simbólicos têm uma importância; mantiveram um valor simbólico, o peso da tradição – para usar uma expressão clichê. Aquilo que sempre foi feito carrega um peso simbólico que pode ser interessante.

Como assim?

Para além dessa leitura meio superficial de que vivemos em um momento de caretização global. Acho que é mais complexo do que isso. Eu ousaria colocar lenha na fogueira e dizer que a gente pode olhar para trás e se perguntar: o que posso aprender com quem viveu antes de mim? Enterramos os mortos, alguma sabedoria isso deve ter. É útil? A rigor não sei se é. Mas talvez a gente precise desse ritual simbólico para elaborar a perda, a nossa própria consciência enquanto seres mortais. Então, eu quero acreditar que esse retorno pode ter alguma sabedoria. “Ritualizar” as uniões ou os pactos pode ter alguma força, mas isso é a leitura mais interessante que eu poderia fazer do fenômeno. Entretanto, há um rebote.

Qual?

A gente não faz essa ritualização, por exemplo, do casamento ou dos aniversários das crianças só como uma forma de reflexão, de simbolizar as passagens. As pessoas espetacularizam, contratam o buffet x, as flores y, o vestido não sei como, transformam tudo em um grande evento, por onde circula muito dinheiro. Depois, vêm a infelicidade e a separação.

Isso tem tudo a ver com as redes sociais?

Sim, acredito que a lógica da rede social é transformar o seu ‘eu’ em várias imagens postadas numa lousa chamada mural (**Instagram**). Ou em um local chamado linha do tempo (**Facebook**). E as pessoas só postam imagens felizes... Isso anda junto. Quando a gente trabalha com essas formas de apreender o mundo, estamos falando em fazer um **Show de Truman** (filme protagonizado por Jim Carrey, que descobre que sua vida, na verdade, é um programa de TV) em escala planetária. É um grande circo contínuo, divertido, engraçado e feliz,

REFLEXÕES IX

um delírio. Só que isso tem um custo e a clínica mostra isso, claramente.

De que forma?

Ouço o avesso disso. A clínica é o *backstage* desse circo. Um exemplo: as mulheres nem podem mais ter filhos em paz. Tem que pensar qual vai ser a roupa, a foto, a lembrancinha. E o pós-parto é um momento difícil, como o período da amamentação. Aí a pessoa chora quatro meses sem parar, tem depressão pós-parto. Não se pode nem sofrer e nem envelhecer em paz.

E o afeto, onde fica?

É o ponto crucial. Esse é o nosso problema. Por que a psicanálise funciona? Porque falar transforma uma pessoa. Simples assim. E por que isso acontece? Porque a fala, a linguagem e a maneira de se expressar estão ligadas ao afeto. Isso é uma das bases do que Freud cifrou. A psicanálise funciona porque sentimos e falamos. E, se fazemos isso a partir de uma posição apropriada, não tem como não ter uma transformação e caminhar numa direção que te leve a sofrer menos com o que você mesmo causa a você. Quando chega um paciente na análise, normalmente é alguém que já está desconfiado que aquilo que ele sofre tem a ver com ele mesmo. E existe essa vontade de saber o que é isso.

Pode ser que a gente venha a viver melhor?

Sim! E não digo isso de maneira ingênua, mas acho que existe essa possibilidade, mesmo com a nossa cultura não favorecendo isso por si só. ●

Maria Lucia Homem

Artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** no dia 15 de setembro de 2014

Bravas babushkas

Wendy Goldman



Cem anos após a revolução que as libertaria, mulheres russas ainda lutam por direitos

Em 2012, um pequeno grupo de moças pertencentes ao conjunto *punk* feminista conhecido como Pussy Riot entrou na Catedral de Cristo Salvador, em Moscou. Usando máscaras e carregando guitarras, elas cantaram “Oração Punk - Mãe de Deus, Livrai-nos de Putin!”. O objetivo da *performance* era chamar a atenção para o elo entre o presidente russo, Vladimir Putin, e a Igreja Ortodoxa.

Com o apoio da Igreja, Putin deu vida nova à combinação entre poder estatal repressivo e ortodoxia religiosa que guiou a Rússia no século XIX. Como resultado da *performance* do Pussy Riot, três do grupo foram detidas, acusadas de “vandalismo” e sentenciadas a 2 anos num campo de trabalhos forçados. De acordo com Putin, a banda “sabotou os alicerces morais do país”. Mas quem define a moralidade? O Pussy Riot foi formado para protestar contra restrições cada vez maiores ao aborto e à democracia. Seus membros – anarquistas, trotskistas e feministas – consideram o grupo parte de um movimento global contra a imoralidade do capitalismo global.

As jovens do Pussy Riot são parte de uma antiga tradição feminista revolucionária na Rússia. No início do século XX, as trabalhadoras têxteis russas criaram a primeira organização de massa para defender os próprios interesses. Trabalhadoras pobres já tinham se organizado na Revolução Francesa, mas principalmente em defesa de sua classe, não de seu gênero. A Revolução Russa foi a primeira a incluir as mulheres e seus interesses como parte integral de uma coalizão insurgente. As trabalhadoras ativistas encontraram um público entusiasmado nas fábricas e vilarejos. Convenceram a

REFLEXÕES IX

liderança masculina do Partido Bolchevique a organizar as mulheres, publicar um jornal voltado para elas e criar o Departamento da Mulher (Zhenotdel) dentro do partido. Sua visão da emancipação da mulher se tornou parte da legislação aprovada pelo novo Estado soviético quando esse chegou ao poder, em outubro de 1917.

Trata-se de grandes momentos da história nos quais tudo parece possível: repensar a maneira de estruturar o mundo, a distribuição da riqueza e dos recursos, padrões arraigados de exploração e injustiça e até as relações mais humanas. Esses momentos não ocorrem com frequência, mas, quando ocorrem, trazem um novo e intoxicante sentido de promessa e euforia diante da possibilidade de mudança. Os anos 1920 foram um período de grande fermentação e debate. Os revolucionários tinham ideias para mudar praticamente todos os aspectos da vida. Os camponeses redistribuíram a terra, os trabalhadores assumiram o controle das fábricas. As pessoas debatiam novas ideias sobre política, produção, educação, religião, cultura, arquitetura e direito. Um dos temas mais interessantes dos debates envolvia a recriação da família e a criação das condições para a igualdade das mulheres.

O novo Estado soviético e o Partido Bolchevique tinham uma visão da libertação das mulheres baseada em quatro princípios: liberdade de união, emancipação da mulher por meio da autonomia financeira em relação ao homem, socialização do trabalho doméstico e gradual e inevitável “fenece” da família enquanto unidade econômica. Cada um desses elementos tinha uma longa história na tradição revolucionária. A ideia de liberdade de união ou amor livre, por exemplo, originava-se em antigas seitas cristãs. Os bolcheviques acreditavam que os relacionamentos entre parceiros deveriam ter como base o amor, a atração e o respeito mútuo, livres de todas as limitações e dependências econômicas. Ninguém deveria ser obrigado a permanecer num relacionamento no qual o amor não mais existisse. Os bolcheviques não determinaram quanto uma união livre desse tipo deveria durar. Eles reconheceram a possibilidade de durar a vida inteira, muitos anos, alguns dias, ou mesmo horas. Era impossível prever como as relações humanas se

REFLEXÕES IX

desenvolveriam no socialismo. Eles acreditavam que a duração de qualquer relacionamento deveria ser de livre escolha das duas partes envolvidas. O Estado e a Igreja não tinham direito de interferir nas escolhas pessoais.

Mas, para que ambas as partes fossem livres, elas teriam de ser economicamente independentes. A participação na força de trabalho daria às mulheres independência econômica em relação aos homens, e também as apresentaria a um mundo mais amplo fora do lar. As mulheres não podiam mais se ocupar apenas com o estreito mundo da cozinha, faxina e cuidados com as crianças, tornando-se participantes ativas da esfera pública.

As mulheres, no entanto, se encarregavam de um trabalho essencial (aquilo que Marx chamou de “trabalho reprodutivo”) no lar. Elas cozinhavam, faziam as compras, lavavam as roupas, limpavam a casa e cuidavam das crianças, dos inválidos e dos idosos da família. Esse trabalho era necessário para a vida social, mas não era remunerado. Os bolcheviques acreditavam que, quando as mulheres entrassem para a força de trabalho assalariada, elas deveriam ser dispensadas de tais tarefas por meio da socialização do trabalho doméstico. Os trabalhos não remunerados desempenhados pelas mulheres no lar passariam a fazer parte da economia nacional, assumidos por trabalhadores assalariados. Os refeitórios, creches e lavanderias libertariam as mulheres das tarefas do lar.

Privada de todas as funções econômicas e sociais, a família “feneceria” gradualmente. As crianças seriam sustentadas independentemente de seus pais serem casados ou não. O próprio conceito de ilegitimidade deixaria de existir. As pessoas não precisariam mais se casar, viveriam juntas ou em separado sem nenhuma consequência social negativa. Não haveria necessidade de regular as relações sexuais com leis religiosas ou do Estado.

Essa visão revolucionária da vida foi o resultado de condições específicas do capitalismo da virada do século. Antes da revolução, as autoridades religiosas controlavam o casamento e o divórcio. De acordo com a lei do país e da Igreja, uma mulher devia obediência completa ao marido. Ela era proibida de trabalhar, estudar, vender e

REFLEXÕES IX

comprar propriedades, não podendo nem mesmo escolher o local de sua residência sem o consentimento do marido. O divórcio era quase impossível de se obter e os filhos ilegítimos não tinham direitos pela lei. Ao mesmo tempo, um número cada vez maior de mulheres entrava na força de trabalho conforme os capitalistas substituíam os trabalhadores pela força de trabalho feminina, mais barata. As operárias trabalhavam seis dias por semana, dez ou mais horas por dia. A mulher de classe trabalhadora não poderia combinar o trabalho assalariado com os cuidados com a família. Dois terços dos filhos das trabalhadoras morriam antes de completar 2 anos. Os bolcheviques esperavam resolver a contradição criada pelo capitalismo entre o trabalho assalariado das mulheres e as necessidades da família.

Em 1920, a União Soviética se tornou o primeiro país a legalizar o aborto. Ele ficou seguro, gratuito e legal, disponível para as mulheres nos hospitais. Os líderes masculinos em matéria de direito e saúde pública acreditavam que o aborto era um mal criado pelas dificuldades materiais. As mulheres não precisariam de abortos se pudessem contar com creches, emprego em período integral e licença-maternidade, mas, em curto prazo, o aborto seria necessário porque tais condições ainda não existiam. As mulheres, no entanto, tinham uma opinião diferente. Depois que o aborto se tornou legal, mulheres de todas as classes e posições sociais começaram a usá-lo como forma de tomar decisões pessoais em relação ao próprio destino. Para elas, o aborto legal e o controle de natalidade eram essenciais para a emancipação das mulheres.

Elas entenderam o aborto não como uma medida em curto prazo e sim como um direito humano básico. As revolucionárias ideias dos bolcheviques a respeito da família estavam intimamente ligadas a suas ideias sobre o direito. Eles acreditavam que, dentro do socialismo, Estado e lei feneceriam. O Estado, braço armado de uma classe que controla outra, não precisaria exercer o poder coercitivo numa sociedade sem classes. O direito civil, ou a regulação das relações de propriedade burguesas, se tornaria obsoleto. As pessoas não precisariam mais roubar nem matar, e até o direito criminal “feneceria”. Os juristas revolucionários não quiseram criar um

REFLEXÕES IX

poderoso edifício estatal, estimulando em vez disso o fenecimento gradual da família, do Estado e do Direito.

Em 1918, o novo governo socialista apresentou o Código da Família, acabando com séculos de poder patriarcal e religioso. Era o direito da família mais progressista que o mundo já vira. O código estabeleceu o casamento civil em lugar do casamento religioso e criou a igualdade legal entre homens e mulheres. A ilegitimidade foi abolida, conferindo a todos os filhos o direito de receber sustento dos pais. Permitiu o divórcio a pedido de qualquer dos cônjuges; não seria necessário apresentar motivo. Foram estendidos direitos a pensão para homens e mulheres caso fossem inválidos ou pobres.

Em 1927, após intenso debate, a lei se tornou ainda mais radical. Um novo Código da Família reconheceu o casamento de fato ou a união estável como equivalentes jurídicos do casamento civil. O novo código também simplificou o procedimento de divórcio. Marido ou mulher poderia receber o divórcio simplesmente mediante o preenchimento de um formulário num cartório. O cônjuge seria informado do divórcio por meio de um cartão postal.

Em pouco tempo a legislação começou a enfrentar graves problemas sociais. Muitos homens se aproveitaram da facilidade do divórcio para se casar e abandonar várias mulheres, deixando todas com filhos. O alto desemprego entre as mulheres nos anos 1920 tornou o divórcio particularmente doloroso. As mulheres enfrentavam dificuldades para obter pensão para si e para os filhos, e algumas foram obrigadas a recorrer à prostituição. Como resultado da 1ª Guerra Mundial, da guerra civil e de uma terrível fome em 1921, havia 7 milhões de crianças sem teto na União Soviética. Viviam nas ruas e sobreviviam roubando e apelando para o crime e a prostituição. O Estado não tinha recursos para cuidar delas.

Os camponeses também tiveram problemas com o divórcio. O lar camponês incluía a terra, os animais, as ferramentas e a habitação, tornando quase impossível para as mulheres divorciadas viver com independência no vilarejo. As mulheres começaram a abortar em grande número.

Já em 1930, Josef Stalin conseguiu eliminar tanto a oposição de

REFLEXÕES IX

esquerda quanto de direita dentro do Partido Bolchevique, e o Estado começou a buscar novas soluções para os problemas sociais. O Estado rejeitou a primeira visão socialista para adotar uma nova abordagem repressiva. Na tentativa de tirar as crianças sem teto das ruas e reduzir a criminalidade, foram aprovados castigos mais rigorosos para os crimes cometidos por menores de idade. O divórcio se tornou mais difícil de obter. O famoso “divórcio por cartão postal” foi abolido. Os homens que deixavam de pagar pensão passaram a ser processados criminalmente. E, em 1936, o aborto se tornou ilegal. Líderes do Estado e do partido rejeitaram oficialmente a ideia anterior segundo a qual família, Estado e Direito “feneceriam”. Foi dada nova ênfase à unidade familiar enquanto chave para o controle social. Muitos dos primeiros juristas foram detidos, enviados a campos de trabalho ou executados.

O sonho soviético não fracassou completamente. Nos anos 1930, durante o grande impulso de industrialização, as mulheres ingressaram na força de trabalho. Foram beneficiadas pela educação em massa e pela mobilidade ascendente. O Estado criou centros para cuidar de crianças e refeitórios. Mas o trabalho do lar nunca foi de fato socializado. As mulheres trabalhavam fora de casa e se ocupavam da maior parte do trabalho do lar. Elas assumiram o “duplo fardo”.

A primeira visão bolchevique ainda não foi concretizada: independência econômica para as mulheres, um salário digno que permita às trabalhadoras sustentar a família, emprego em período integral, benefícios de saúde e licença-maternidade e a socialização do trabalho no lar. Em muitos países, as mulheres carecem de acesso a um controle de natalidade seguro e barato e ao aborto legal. A violência contra as mulheres é endêmica, seja nas ruas ou na família. As lições do primeiro experimento soviético são claras. É impossível criar relações mais livres entre homens e mulheres sem o controle de natalidade, aborto legal, emprego em período integral, creches e outras instalações. Hoje, quase cem anos após a Revolução Russa, as mulheres do Pussy Riot e outros grupos ainda estão lutando pelos direitos das mulheres. Seus atos nos lembram de uma antiga canção das tecelãs:

REFLEXÕES IX

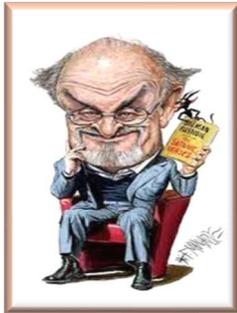
“A liberdade não chega voando como um pássaro /A liberdade não desaba como a chuva de verão /A liberdade é algo conquistado a duras penas /É preciso trabalhar por ela, lutar por ela / Dia e noite, de novo e de novo / E cada geração precisa lutar por ela mais uma vez”. / ●

Wendy Goldman: professora da Universidade Carnegie Mellon e autora de *A mulher, o Estado e a Revolução*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 8 de junho de 2014

Terror são glamour e fascínio pela morte

Salman Rushdie



Autor de Fúria e Os Versos Satânicos diz que terroristas são influenciados pela imagem enganosa de um tipo de magia que é inerente aos atos insanos

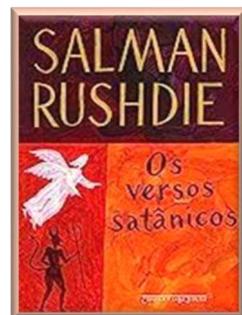
O escritor indiano Salman Rushdie pode falar de cadeira sobre o tema da intolerância. Seu livro *Os Versos Satânicos*, de 1988, valeu-lhe o Whitbread



Prize, mas também uma sentença de morte declarada pelo aiatolá Khomeini. Perseguido, não abandonou, no entanto, a temática muito cara à sua história pessoal e de sua família: a complexidade das relações entre Oriente e Ocidente. Em *Fúria*, descreve uma América ameaçada – originalmente lançado em 2001, é anterior aos ataques de 11 de setembro. O mais recente, *Shalimar, o Equilibrista* (2005), apresenta um artista de circo da Caxemira transformado em terrorista.

Salman Rushdie tem 59 anos. Nasceu em uma família muçulmana rica e liberal. Estudou em Londres desde os 13 anos e lá vive até hoje, "entre Nova York e Mumbai", a antiga Bombaim, sua cidade natal. Teve uma rápida carreira de ator, mas se realizou de verdade na arte da escrita e do livre pensar. A seguir, os melhores trechos de uma conversa com o autor acerca da intolerância e do terrorismo:

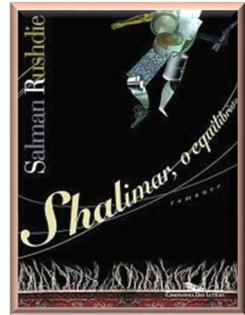
Sr. Rushdie, como um especialista em



terrorismo...

A que me concede essa honra? Eu absolutamente não me vejo assim.

Seu livro Fúria, com sua descrição de uma América ameaçada pelo terrorismo – e publicado em 2001 – foi visto como profético. Seu romance mais recente, Shalimar, o Equilibrista, descreve um artista de circo da Caxemira que se transforma em terrorista. Além disso, durante quase uma década, sua vida foi ameaçada por fanáticos iranianos que ofereciam U\$ 4 milhões pela sua cabeça...



Se acha que isso basta para me qualificar como um especialista em terrorismo...

Pesquisando para seus livros – e especialmente agora, depois do 'quase ocorrido' em Londres –, o senhor deve estar se perguntando: o que faz jovens aparentemente normais se explodirem?

Há muitas razões, e muitas razões diferentes, para o fenômeno mundial do terrorismo. Na Caxemira, algumas pessoas estão entrando nos chamados movimentos de resistência porque lhes dão roupas quentes e uma refeição. Em Londres, os ataques do ano passado ainda foram realizados por jovens muçulmanos cuja integração na sociedade parecia haver fracassado. Mas agora estamos lidando com terroristas em potencial do meio da sociedade. Jovens muçulmanos que até desfrutaram muitos aspectos da liberdade que a sociedade ocidental lhes oferece. É como se a discriminação social já não desempenhasse nenhum papel – como se qualquer um pudesse se tornar um terrorista.

Muçulmanos britânicos ilustres escreveram uma carta ao primeiro-ministro Tony Blair afirmando que a crescente disposição para se engajar em terrorismo é resultado das políticas de Bush e de Blair no Iraque e no Líbano. Estarão

completamente errados? As atrocidades em Abu Ghraib e o cinismo de Guantánamo não contribuem para o extremismo?

Não sou amigo de Tony Blair e considero fatal as políticas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha no Oriente Médio. Sempre existem razões para críticas, também para o ultraje, mas uma coisa devemos ter claro: o terrorismo não é a busca de objetivos legítimos por algum tipo de meio ilegítimo. Seja o que for que os assassinos estejam tentando alcançar, criar um mundo melhor não é seguramente um de seus objetivos. Em vez disso, eles assassinam pessoas inocentes. Se o conflito entre israelenses e palestinos, por exemplo, fosse milagrosamente resolvido de um dia para outro, acredito que não veríamos uma diminuição dos ataques.

Mas deve haver razões, ou pelo menos instigações, para essa terrível disposição para eliminar as vidas de outros e de si próprio...

Lenin uma vez descreveu o terrorismo como aventureirismo burguês. Acho que aí, por uma vez, ele acertou: é exatamente isso. Não se deve negar o princípio básico de toda moralidade – que os indivíduos são responsáveis por seus atos. E as instigações parecem ser individuais também. A educação certamente desempenha um papel importante nisso, transmitindo um sentimento enganoso de missão que empurra as pessoas para as "ações". Soma-se a isso uma mentalidade de horda – quando se tornam integrados num grupo, todos continuam se impelindo mutuamente a uma situação forçada. Existe o tipo de pessoa que acredita que sua ação fará a humanidade escutá-lo e transformá-lo numa figura heroica. Mas existe o tipo que simplesmente se sente atraído para a violência. E, sim, acho que o glamour também joga um papel.

O senhor quer dizer seriamente que o terrorismo é glamoroso?

Sim. Terror é glamour – não só, mas também. Estou firmemente convencido de que existe num certo fascínio pela morte entre terroristas suicidas. Muitos são influenciados pela imagem enganosa de um tipo de magia que é inerente a esses atos insanos. A

imaginação do terrorista suicida o leva a acreditar num ato brilhante de heroísmo, quando na verdade ele está simplesmente se explodindo insensatamente e tirando a vida de outras pessoas. Há uma coisa de que não se deve esquecer aqui: as vítimas aterrorizadas por muçulmanos radicais são, na sua absoluta maioria, muçulmanas.

Não existe, obviamente, nenhuma justificativa para o terrorismo. Mas mesmo assim há vários pontos de partida diferentes. Existe a violência de grupos que estão perseguindo objetivos nacionalistas, compreensíveis para alguns, usando todos os meios à sua disposição...

E há outros, como a Al-Qaeda, que assumiram a causa de destruir o Ocidente e todo o nosso modo de vida. Essa forma de terrorismo se vale das injustiças deste mundo para ocultar seus verdadeiros motivos – um ataque a tudo que deve ser sagrado para nós. É impossível discutir coisas com Osama bin Laden e seus sucessores. Não se pode firmar um tratado de paz com essa gente. Eles sim precisam ser combatidos por todos os meios disponíveis.

E com os outros, os terroristas considerados nacionalistas, deveríamos estabelecer um diálogo?

Depende de eles estarem ou não preparados para renunciar à sua luta terrorista sob um determinado conjunto de condições. Isso parece estar mostrando ao menos sinais iniciais de funcionar com os bascos do ETA. Acho que devemos agradecer a Bin Laden por isso – os líderes bascos não queriam ser como ele. E com o IRA foi a perda de credibilidade entre sua própria gente, que não via mais nenhum motivo para uma luta violenta na clandestinidade. Remodelar antigas organizações terroristas em partidos políticos, em longo prazo, não é inviável. Isso poderia funcionar com aqueles grupos que não se caracterizam principalmente pelo fanatismo religioso – os Tigres Tâmeis em Sri Lanka, por exemplo, um grupo que virtualmente inventou os atentados suicidas, não tem nenhum antecedente religioso. Eles têm objetivos claros: um Estado independente.

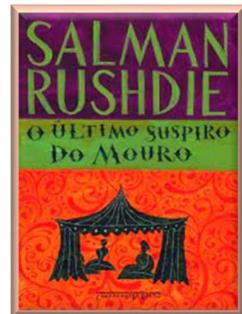
Tal Estado deveria ser concedido a uma minoria só porque

ela é particularmente implacável? E quanto a Shalimar, o herói de seu último romance, que assassina pela Caxemira? Será que ele deveria determinar o futuro da região?

É preciso olhar cada caso individualmente. A única maneira de descobrir por que alguém decide se engajar no combate armado é observar sua personalidade individual. No caso de Shalimar, é uma mistura de razões pessoais e políticas.

No livro, o orgulho masculino ferido joga um papel, porque o embaixador americano em Délhi roubou seu verdadeiro amor. Mas envolve também a maneira como a Caxemira avançou de uma sociedade pacífica, multicultural, a um viveiro de terroristas. Envolve os ataques brutais do Exército indiano, que empurram Shalimar para os braços dos jihadistas. O senhor não se meteu em problemas com essa descrição da realidade da Caxemira?

Felizmente muito pouco. Meu livro não foi proibido na Índia, como Os Versos Satânicos – e como foi, por pouco tempo, O Último Suspiro do Mouro, acusado de ser um libelo contra um político indiano. Recebi muitas resenhas positivas na Índia, e inclusive o mais importante prêmio literário. Sendo meio da Caxemira, gosto particularmente daquela região – aquele paraíso perdido. Outra razão talvez para não ter havido protestos foi que todos perceberam a seriedade da pesquisa que fiz ali, e o quanto sei sobre as condições reinantes no lugar.



Seu protagonista é um homem agradável, pelo menos no começo do romance...

De fato. Eu não estava interessado em pintar um retrato em branco e preto: aqui o perpetrador, fundamentalmente depravado desde o começo, e ali a vítima inocente. Não queria facilitar as coisas para mim. Estava interessado em mostrar o desenvolvimento – como

alguém cai nas garras dos fundamentalistas. E como, por outro lado, grupos terroristas ficam atentos a assassinos em potencial, espionam seu ambiente, enganam pessoas e as seduzem e exploram suas fraquezas. O livro se chama Shalimar, o Equilibrista e não Shalimar, o Matador.

Questões políticas nacionais desempenham um papel importante na luta pela Caxemira, mas questões religiosas também pesam. O senhor está preocupado com o poder de correntes religiosas radicais no mundo?

Fundamentalistas de todas as crenças são o mal fundamental de nosso tempo. Quase todos meus amigos são ateus – não creio que eu seja uma exceção. Se der uma olhada na história, verá que a compreensão do que é o bem e o que é o mal sempre existiu antes das religiões individuais. As religiões só foram inventadas depois, para expressar essa ideia. Da minha parte, não preciso de um árbitro supremo, sagrado, para ser um indivíduo moral.

Talvez não, mas muitas pessoas parecem precisar de um deus. Religiões em todo o mundo estão experimentando um retorno. A busca da espiritualidade é mais intensa do que nunca. Esse é um desenvolvimento negativo?

Sim.

Essa é uma resposta clara. Mas também ofensiva a muitas pessoas...

Em minha opinião, a palavra "espiritual" deveria ser colocada num índice e seu uso proibido, por exemplo, por 50 anos. As coisas que são colocadas como sendo "espirituais"... É inacreditável... Já existe até um cachorrinho espiritual e um xampu espiritual.

O senhor uma vez escreveu: "Precisamos de respostas para o irrespondível. Será esta vida tudo que existe? A alma precisa de explicações, não as racionais, mas as explicações para o coração".

Claro que existem coisas além das necessidades materiais; todos sentimos isso. Para mim, as respostas simplesmente não estão no

REFLEXÕES IX

âmbito religioso, celestial. Mas eu não digo a ninguém no que ele deve acreditar ou não. E não quero que me ditem tampouco.

Por que o Islã – com sua pretensão à supremacia e suas regras estritas para a vida cotidiana – exerce tamanha atração em muita gente jovem?

Você não espera que eu explique os atrativos do Islã, espera?

Que concessões o Ocidente deveria e poderia assumir para conter a ameaça do terrorismo?

Não sou o homem para concessões, tampouco. Acho que está falando com a pessoa errada.

Mas, à luz dos ataques de 11 de setembro de 2001, o senhor mesmo escreveu que, para proteger sociedades livres do terrorismo, limitar direitos era inevitável.

Estava pensando em revistas rígidas em aviões ou coisas assim – em limitações incômodas, mas facilmente compreensíveis. Não havia considerado possível que a administração Bush começaria a criar a máquina de um Estado autoritário.

Pergunta: Ela fez isso?

Oh, fez. Nos últimos anos eu tenho sido o presidente do PEN em Nova York, o presidente da associação de escritores americanos. Vezes sem conta nós tivemos que lidar com esses ataques de longo alcance às liberdades civis. E a maioria das queixas se justificaram, porque não era nem mesmo visível como as prisões e operações de vigilância estavam relacionadas com o antiterrorismo. E eu sei do que estou falando: de minha própria história de ser ameaçado, desenvolvi uma simpatia por atividades de inteligência, meus protetores gozam do meu maior respeito.

Então Bush e Blair estão indo longe demais?

Este é o problema dos políticos que, por natureza, tendem a ser autoritários: quando têm a chance, eles vão longe demais. Precisamos ficar vigilantes. Acho profundamente deprimente que a política anglo-americana e a polícia árabe estejam se corroborando

mutuamente – isto é: seus piores preconceitos. Dê uma olhada no Iraque, no Líbano. Não há um lado correto em nenhum desses conflitos. Mas, ao mesmo tempo, precisamos de clareza moral, algo que não tenho visto ultimamente em muitas pessoas liberais – e eu próprio sou um liberal. Precisamos de clareza sobre o que é certo e errado, a disposição de defender nossos valores com palavras claras e chamar realmente as pessoas culpadas de culpadas.

O que quer dizer com isso?

Sempre fui estritamente contra leis de blasfêmia, que supostamente defendem religiões de alegadas difamações. É perfeitamente justo os muçulmanos desfrutarem de liberdade religiosa como todos numa sociedade livre. É perfeitamente justo que eles protestem contra a discriminação, sempre e onde se depararem com ela. E existem com frequência reações reflexivas no Ocidente que conduzem a suspeitas anti-islâmicas prematuras. O que não está nada certo, por outro lado, é líderes islâmicos em nossos países pedirem que sua fé seja protegida contra críticas, desrespeitos, infâmias e ridículos. Mesmo as críticas maliciosas, mesmo as caricaturas insultantes fazem parte de nossa liberdade de expressão, do pluralismo, de nossos valores básicos, aos quais eles precisam se curvar se quiserem viver entre nós.

Que papel a literatura pode desempenhar para encorajar a tolerância – e desencorajar a intolerância?

Não há alternativa senão a coexistência pacífica de culturas. Promover isso é a tarefa que a literatura deveria se impor. Os fundamentalistas acham que nós não acreditamos em nada. Em sua visão do mundo, eles estão em posse de certezas absolutas, enquanto nós estamos caindo na decadência. Seremos capazes de triunfar sobre o terrorismo não travando uma guerra contra ele, mas com um modo de vida consciente, sem medo. Se houver uma escolha entre a segurança absoluta e a liberdade, a liberdade deve prevalecer sempre.

Depois da *fatwa* (decreto religioso) do aiatolá Khomeini em 1989, o senhor viveu clandestinamente durante praticamente uma década...

REFLEXÕES IX

E eu estava quase lhe agradecendo pelo fato de a palavra *fatwa* ainda não ter sido mencionada em nossa conversa...

Mas isso é inevitável. Tanto quanto o senhor possa odiá-la...

Sim, sim, eu sei. É como se algo que não fosse eu fosse mundialmente famoso. Nos anos seguintes, eu às vezes sentia como se outra pessoa estivesse escrevendo a história de minha vida. Mas já deixei isso para trás há muito tempo. Vivo uma vida normal, livre, como morador de Nova York e Londres, e faço viagens frequentes à minha cidade natal, Mumbai, a antiga Bombaim.

As três são cidades que foram atingidas por ataques terroristas graves, mas que se mostraram resistentes e mantiveram seu compromisso com um estilo de vida livre.

É interessante que diga isso. Talvez seja precisamente por isso que eu amo essas cidades...

Segundo a interpretação xiita, a fatwa de Khomeini não pode ser retirada porque é um édito religioso. Mesmo não existindo mais uma recompensa pela sua cabeça, agitadores que cercam o atual presidente iraniano Mahmud Ahmadinejad poderiam reativar a fatwa a qualquer momento.

Li essas especulações de jornalistas, mas não lhes dou nenhuma importância.

Ainda se lembra do dia em que a fatwa foi proclamada? Recorda o aniversário todos os anos?

Como poderia tirar essa data de minha memória? Era o Dia dos Namorados. Assim pelo menos eu não esqueço as flores para a minha esposa. ●

Sir Ahmed Salman Rushdie: ensaísta e autor de ficção britânico de origem indiana. Cresceu em Mumbai e estudou na Inglaterra, onde se formou com louvor no King's College, Universidade de Cambridge.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 10 de setembro de 2006

Deixem o Oriente Médio se autogovernar

Jeffrey Sachs



É hora de os EUA e outras potências deixarem o Oriente Médio se autogovernar, segundo os ditames da soberania nacional e da Carta da ONU. Num momento em que os EUA pretendem realizar mais uma rodada de ação militar no Iraque e de intervenção na Síria, o país deveria reconhecer duas verdades fundamentais. Em primeiro lugar, as intervenções americanas, que custaram aos EUA trilhões de dólares e milhares de vidas nos últimos dez anos, desestabilizaram sistematicamente o Oriente Médio, ao mesmo tempo em que geraram enorme sofrimento nos países afetados. Em segundo lugar, os governos da região – Síria, Arábia Saudita, Turquia, Irã, Iraque, Egito e outros – dispõem tanto do estímulo quanto dos meios para alcançar ajustes mútuos. O que os detêm no momento é a convicção de que os EUA ou alguma outra potência externa (como a Rússia) vão conquistar uma vitória decisiva em seu favor.

Com a queda do Império Otomano, no fim da Primeira Guerra Mundial, as grandes potências da época, o Reino Unido e a França, se empenharam em instaurar Estados sucessores a fim de garantir seu controle sobre o petróleo e a geopolítica do Oriente Médio, bem como de suas rotas de passagem para a Ásia. Seu cinismo instaurou um comportamento duradouro de destrutiva intromissão externa. Com o despontar subsequente dos EUA como potência mundial, o país deu o mesmo tratamento à região, ao empossar, derrubar, subornar ou manipular os governos da região, reiterando, o tempo todo, a retórica democrática.

Os Estados Unidos e seus aliados simplesmente não gostam dos resultados da democracia árabe, que frequentemente produz governos

REFLEXÕES IX

nacionalistas, anti-Israel, islâmicos e perigosos aos interesses petrolíferos dos Estados Unidos

Menos de dois anos após os, democraticamente eleitos, Parlamento e premiê do Irã, Mohammad Mossadegh, terem nacionalizado a Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana, em 1951, por exemplo, os EUA e o Reino Unido usaram seus serviços secretos para derrubar Mossadegh e conduzir ao poder o incompetente, violento e autoritário Xá Reza Pahlevi. Não foi surpresa que a Revolução Islâmica que causou a queda do xá em 1979 tenha introduzido em sua esteira uma onda violenta de antiamericanismo. Em vez de buscar a reconciliação, no entanto, os Estados Unidos apoiaram Saddam Hussein durante os oito anos da guerra Irã-Iraque, na década de 1980.

Os EUA apoiaram o golpe de 1968 que conduziu ao poder o Partido Baath – e Saddam. Com a invasão do Kuwait por Saddam em 1990, no entanto, os EUA voltaram-se contra ele e estão enredados na política iraquiana desde então – o que inclui duas guerras, regimes de sanções, a derrubada de Saddam em 2003 e reiteradas tentativas, ainda neste mês, de instalar um governo considerado aceitável. O resultado foi uma catástrofe absoluta: a destruição do Iraque como uma sociedade em funcionamento numa guerra civil em curso, alimentada por potências externas, que levou à ruína econômica e ao colapso dos padrões de vida. Centenas de milhares de iraquianos morreram em decorrência da violência desde 1990.

A Síria passou por décadas de domínio francês após a Primeira Guerra Mundial, e, em seguida, por relações alternadamente frias e calorosas com os EUA e a Europa desde a década de 1960. Durante os últimos dez anos os EUA e seus aliados tentaram enfraquecer e, em seguida, derrubar o regime do presidente Bashar al-Assad, a partir de 2011, primordialmente por meio de uma guerra entre forças títeres¹⁰ destinada a minar a influência do Irã sobre a Síria.

Os resultados foram devastadores para a população síria. Assad

¹⁰ **Títere:** sem posições próprias; que representa interesses alheios.

REFLEXÕES IX

continua no poder, mais de 190 mil sírios morreram e milhares foram desalojados, em decorrência de uma insurreição apoiada pelos EUA e seus aliados (com Assad sendo apoiado pela Rússia e pelo Irã).



Algumas autoridades americanas estariam, no momento, estudando a possibilidade de firmar uma aliança com Assad para combater o militante Estado Islâmico, cuja ascensão foi propiciada pela insurreição respaldada pelos EUA.

Após décadas de intervenções cínicas e muitas vezes secretas de EUA, Reino Unido, França, Rússia e outras potências externas, as instituições políticas da região se fundam, em grande medida, na corrupção, na política sectária¹¹ e na força bruta. Mas, toda vez que irrompe uma nova crise no Oriente Médio, os EUA voltam a intervir, talvez para mudar um governo (como acaba de orquestrar no Iraque) ou para lançar um novo ataque à bomba. Acordos de bastidores e violência continuam na ordem do dia.

Acadêmicos especializados na região afirmam que os árabes não conseguem administrar a democracia. Na verdade, os EUA e seus aliados simplesmente não gostam dos resultados da democracia árabe, que muito frequentemente produz governos nacionalistas, anti-Israel, islâmicos e perigosos aos interesses petrolíferos dos EUA. Quando as urnas se movem nessa direção, os EUA simplesmente ignoram os resultados do pleito (como fizeram, por exemplo, em 2006, quando o Hamas conquistou uma grande maioria na votação popular em Gaza).

Os EUA não têm capacidade de deter a espiral da violência no Oriente Médio. Os prejuízos sofridos por Líbia, Gaza, Síria e Iraque exigem que seja encontrada uma solução política na própria região, e não imposta de fora. O Conselho de Segurança da ONU deveria

¹¹ **Sectária:** Quem faz parte de uma seita, doutrina, religião, política ou filosofia.

REFLEXÕES IX

criar um marco regulatório internacional pelo qual as principais potências se retraíssem, levantassem as mutilantes sanções econômicas e cumprissem os acordos políticos alcançados pelos próprios governos e facções da região.

Irã, Turquia, Egito, Síria e outros vizinhos se conhecem suficientemente bem – graças a mais de 2 mil anos de comércio e de guerras – para chegar a uma solução por conta própria, sem interferência de EUA, Rússia e as antigas potências coloniais da Europa. Os países do Oriente Médio têm interesse comum em impedir o acesso de grupos ultraviolentos como o Estado Islâmico a armas, dinheiro e atenção da mídia. Eles também têm o interesse comum de manter o petróleo fluindo para os mercados mundiais – e de embolsar o grosso da receita por ele gerada.

Não estou afirmando que todos ficarão bem se os EUA e as outras potências saírem. Existe suficiente ódio, corrupção e armas na região para mantê-la em crises por vários anos ainda. E ninguém deve esperar a instauração de democracias estáveis em curto prazo.

Mas não serão encontradas soluções duradouras enquanto os EUA e outras potências externas continuarem a interferir na região. Cem anos após o início da Primeira Guerra, as práticas coloniais têm, finalmente, de acabar. O Oriente Médio precisa da oportunidade de se autogovernar, protegido e respaldado pela Carta da ONU, e não por qualquer grande potência individual. ●

Jeffrey D. Sachs: professor de Desenvolvimento Sustentável, de Política e Gestão de Saúde e diretor do Instituto da Terra da Universidade de Columbia. Assessor especial do secretário-geral da ONU sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 2 de setembro de 2014

Chega de salvação!

Stephen M. Walt



Cada vez que os EUA interferem no Oriente Médio as coisas pioram. É hora de partir

Caso não tenham notado, o Oriente Médio está indo de mal a pior. A guerra civil síria persiste. Israel e palestinos passaram o último mês em mais um derramamento de sangue sem sentido (sangue principalmente palestino). O Isil continua ampliando seu controle em partes do Iraque, pondo

milhares de membros da seita religiosa yazidi em risco, e levando o governo Obama a considerar ataques aéreos ou alguma forma de ajuda humanitária lançada do ar. Enquanto isso, as autoridades de Bagdá se engalfinham. A Líbia continua se desmilinguindo, contradizendo as congratulações dos falcões liberais por ocasião da queda de Kadafi. Um general americano foi baleado e morto no Afeganistão, e outra eleição contestada ameaça a democracia neste país e pode dar ao Taleban novas oportunidades de fazer progressos às expensas de Cabul. O premiê turco, Recep Erdogan, vem chamando o presidente egípcio, Abdul Fatah al-Sissi, de “tirano”, uma ironia quando se consideram as tendências autoritárias do próprio Erdogan.

A querela diplomática entre Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Catar continua sem solução. Até a natureza parece estar contra: o vírus da *mers*¹², da Península Arábica, pode ser transmissível por contato aéreo. Estou certo de que vocês poderão encontrar alguma boa notícia se tentarem, mas terão se esforçar um bocado.

¹² ***Mers***: A síndrome respiratória por coronavírus do Oriente Médio pode ser assintomática ou provocar sintomas leves que chegam a ser confundidos com os da gripe comum.

REFLEXÕES IX

Eventos em série como esses atraem críticos e cassandras¹³ como um piquenique atrai abelhas. No *Washington Post*, o neoconservador Eliot Cohen lamenta o naufrágio da política americana para o Oriente

Cassandra, numa concepção artística de Evelyn De Morgan



Médio, atribuindo toda a culpa ao fato de Barack Obama não ter reconhecido que “guerra é guerra” e sua relutância em mobilizar a nação para travar mais delas (pouco importando que a última, na qual Cohen ajudou os EUA a entrarem – a invasão do Iraque em 2003 –, tenha causado danos do que qualquer coisa que Obama fez). Uma perspectiva muito mais convincente é a do ex-embaixador Chas Freeman, que avalia várias décadas de envolvimento dos EUA na região e chega a uma conclusão deprimente: “É difícil pensar em algum projeto americano no Oriente Médio que não esteja, ou não esteja perto, de entrar num beco sem saída”.

Haverá algum sinal de esperança nesse quadro desalentador? Talvez. Afinal, quando as coisas estão tão ruins, a necessidade de repensar toda a abordagem americana da região é quase inevitável. Se deixarmos de lado *slogans* e tabus familiares e dermos um novo olhar, o que poderíamos ver?

Desde a 2ª Guerra Mundial, a ingerência que Freeman menciona foi conduzida em parceria com vários aliados regionais. Esses alinhamentos podem ter sido uma necessidade estratégica durante a

¹³ **Cassandra:** A mitologia grega conta como Cassandra e o seu irmão gêmeo, Heleno, ainda crianças, foram ao Templo de Apolo brincar. Os gêmeos brincaram até ficar demasiado tarde para voltarem para casa, e assim, foi-lhes arranjada uma cama no interior do templo. Na manhã seguinte, a ama encontrou as crianças ainda a dormir, enquanto duas serpentes passavam a língua pelas suas orelhas. A ama ficou aterrorizada, mas as crianças estavam ilesas. Como resultado do incidente os ouvidos dos gêmeos tornaram-se tão sensíveis que lhes permitiam escutar as vozes dos deuses.

REFLEXÕES IX

Guerra Fria (embora até isso seja discutível), mas o fato triste é que hoje não restaram parceiros atraentes para os EUA. O Egito é uma ditadura militar corrupta com perspectivas sombrias, e o regime do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) de Erdogan na Turquia está tendendo para um governo de partido único, enquanto sua ambiciosa política externa de “zero problema” desandou seriamente. Trabalhar com o regime de Bashar Assad, na Síria, está fora de cogitação – por bons motivos –, mas a maioria de seus adversários não é flor que se cheire. A Arábia Saudita é uma monarquia teocrática geriátrica que trata metade da população – isto é, as mulheres – como cidadãos de segunda classe (se tanto). O Irã é um tipo diferente de Estado teocrático, mas também um histórico abissal de violação de direitos humanos e ambições regionais preocupantes.

O quadro não melhora muito para qualquer lado que se olhe. A monarquia hachemita, na Jordânia, vem sendo uma aliada há décadas, mas continua pesadamente dependente de apoio externo e é demasiado frágil para ser a peça-chave do engajamento americano. O mesmo vale para o Líbano. A Líbia nem sequer tem um governo, quanto mais um do qual os EUA poderiam ser próximos. Israel está arrematando sua mais recente agressão contra os palestinos – sem nenhum propósito estratégico duradouro – e sua marcha para a direita inclui agora a defesa aberta, por figuras políticas influentes, de políticas de extermínio. A “relação especial” com Israel também alimenta antiamericanistas e faz Washington parecer hipócrita e ineficiente aos olhos de boa parte do mundo. Mas os grupos políticos palestinos não são mais animadores: a Autoridade Palestina é corrupta e ineficiente e elementos do Hamas ainda proclamam o pior tipo de antissemitismo tóxico.

Países como Catar e Bahrein fornecem terrenos valiosos para bases americanas e muitos desses governos cooperam com os EUA fora de seu próprio interesse, mas é difícil encontrar algum hoje na região que pareça um genuíno ganho estratégico ou moral.

Diante desse ambiente hostil, qual seria a coisa sensata – ou devo dizer realista? – para os EUA fazerem? A resposta familiar é dizer que este é um mundo imperfeito e não temos escolha senão

REFLEXÕES IX

trabalhar com o que conseguirmos. Tapamos o nariz e fazemos acordos com as partes menos objetáveis da região. Como Michael Corleone diria, não é pessoal, são só negócios.

Mas tal visão supõe que um envolvimento profundo nessa área conturbada ainda seja fundamental para os interesses nacionais americanos, e também que os EUA obtenham benefícios líquidos de suas repetidas interferências em favor de parceiros não muito leais. Em outras palavras, supõe que essas parcerias e envolvimento americanos profundos deixem os americanos mais seguros e mais prósperos em casa. Mas, dado o estado atual da região e as condições da maioria de nossos pretensos aliados, esse pressuposto é cada vez mais questionável.

Aliás, a maioria das disputas e divisões que corroem a região não colocam ameaças diretas e mortais a interesses vitais americanos. É deprimente observar o que está havendo na Síria ou em Gaza, ou na democracia israelense, mas esses eventos afetam diretamente a vida de pouquíssimos americanos. A menos, claro, que sejamos tolos o bastante para nos lançarmos de novo no olho do furacão. Além disso, o Oriente Médio atual está fracionado por uma série de conflitos superpostos ao longo de múltiplas divisões potencialmente explosivas, impulsionadas em boa parte por fracassos governamentais prolongados e exacerbadas por interferências externas disparatadas. Existe, é claro, a divisão entre sunitas e xiitas, e entre islamistas (de muitos recortes distintos) e autoritários tradicionais (também de vários tipos).

Somem-se a isso os conflitos em torno de divisões sectárias (como na Síria, Líbano, Iraque e outros lugares) e as recorrentes desconfianças entre árabes e persas. Sem esquecer o conflito entre judeus israelenses e árabes palestinos, que ainda reverbera por todo o mundo árabe e islâmico. É aqui que os americanos precisam se lembrar de que os EUA podem ter interesses permanentes no Oriente Médio, mas não necessariamente amigos permanentes. Em termos de interesses estratégicos, o objetivo central americano desde a 2ª Guerra tem sido impedir que alguma potência isolada domine o Golfo Pérsico rico em petróleo. Por mais problemáticas que possam ser para nós todas as divisões e disputas na região,

REFLEXÕES IX

esses conflitos também tornam mais remota que nunca a possibilidade de uma única potência dominar a região. Alguém seriamente acredita que Irã, Iraque, Arábia Saudita, o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (Isil, na sigla em inglês), os curdos, Rússia, Turquia, China ou qualquer outro vá assumir o controle e administrar essa vasta e turbulenta área, aplacando todas as divergências e disputas? Evidentemente, não. E assim, o principal objetivo estratégico dos EUA será alcançado, quer Washington levante um dedo ou não.

Alguns argumentarão que temos uma responsabilidade moral de tentar pôr fim ao evidente sofrimento em diferentes lugares, e um imperativo estratégico de erradicar terroristas e impedir a disseminação de armas de destruição em massa. São objetivos elogiáveis, mas se a história dos últimos 20 anos nos ensina alguma coisa, é que essa intervenção americana forçada só piora os problemas. O Isil não existiria se os neoconservadores não nos houvessem levado cegamente ao Iraque, e o Irã teria menos razões para pensar na obtenção de armas nucleares se não tivesse observado os EUA jogarem seu peso na região e o ameaçarem diretamente com uma mudança de regime.

Portanto, em vez de agir como um malabarista hiperativo em meio a dezenas de pratos giratórios, o melhor caminho seria talvez nos retrairmos ainda mais do que já fizemos. Não, não estou falando em isolacionismo; o que sugiro é levar a sério a ideia de desengajamento estratégico e de pôr a região inteira na lista de prioridades de política externa dos EUA. Em vez de adular constantemente esses Estados para que façam o que consideramos ser o melhor talvez devêssemos deixar que eles mesmos resolvessem esses problemas durante algum tempo. E, se algum deles eventualmente buscar ajuda americana, ela deve ter um preço alto.

Entre outras coisas, a política que estou sugerindo significaria os EUA pararem com os esforços fúteis para pôr fim ao conflito israelense-palestino. Já me posicionei contra esse caminho no passado, mas agora me parece evidente que nenhum presidente esteja disposto a desafiar os apoiadores de Israel aqui nos EUA e condicionar o apoio americano a Israel ao fim da ocupação. Até isso

REFLEXÕES IX

acontecer, mesmo os esforços bem-intencionados para costurar a paz continuarão fracassando.

Em vez de continuar desperdiçando tempo e prestígio preciosos numa empreitada infrutífera, o governo americano deveria se desengajar dessa tarefa ingrata até estar pronto para mais do que conversa fiada e promessas. Se os líderes israelenses quiserem arriscar o próprio futuro com a criação de um “grande Israel”, que seja. Seria lamentável se Israel acabasse sendo um Estado de *apartheid* e um pária internacional, mas impedir essa tragédia não é vital para o interesse americano (se realmente fosse, a política americana desde Oslo poderia ter sido muito diferente).

Para serem consistentes, é claro, os EUA deveriam encerrar sua ajuda militar e econômica ao Egito, Israel e, talvez, a alguns outros. Não acredito que o Congresso de repente tomasse coragem e fizesse a coisa certa aqui, mas até um realista pode sonhar, não é? Entretanto, mesmo que a “relação especial” continue mais ou menos intacta, pelo menos os diplomatas americanos não estariam mais gastando tempo e energia tentando fazer o impossível.

Evidentemente, o curso da ação que estou esboçando aqui provavelmente deixará o Oriente Médio numa condição muito confusa durante algum tempo. Mas isso vai ocorrer seja qual for a atitude de Washington. Por isso, a questão é a seguinte: os EUA devem desperdiçar mais sangue e recursos numa série de tarefas fúteis, deixando muitas pessoas da região zangadas e encorajando algumas poucas a buscar retaliação? Ou deveriam se distanciar de todos e se preparar para intervir somente quando um número substancial de vidas americanas estiver em risco ou na eventualidade improvável de que haja uma ameaça genuína e iminente de dominação regional? Esse último curso seria um ponto de partida realista para a política americana, e posso ver os riscos negativos potenciais.

Alguns governos locais poderiam se mostrar menos dispostos a compartilhar inteligência conosco, ou a colaborar no contraterrorismo. Isso seria lamentável, mas, por outro lado, na medida em que o terrorismo antiamericano que emana da região é

REFLEXÕES IX

principalmente uma reação violenta a políticas americanas passadas, uma política menos engajada quase certamente tornaria esse problema menos grave.



Seja como for, os resultados de uma abordagem diferente dificilmente seriam piores que os obtidos pelos EUA nos últimos 20 anos ou mais. A menos que os americanos tenham um pendor masoquista para a decepção, este parece o momento ideal para uma revisão mais profunda.

Um pensamento final: este argumento não excluiria uma ação americana limitada para fins puramente humanitários – como os lançamentos aéreos para minorias religiosas sitiadas e ameaçadas de morrer de inanição no Iraque. Isso não é “engajamento profundo”; é apenas tentar ajudar pessoas ameaçadas de morte iminente. Mas eu não enviaria forças americanas – nem mesmo drones ou aviões – para vencer uma batalha que o governo iraquiano ou os curdos não possam vencer sozinhos. Os EUA passaram a maior parte de uma década buscando esse elusivo graal, e o resultado foi precisamente o tipo de caos e rivalidade sectária que produziu esta última crise. Façamos algum bem limitado a minorias ameaçadas, mas, sobretudo, não causemos novos danos – nem à região nem a nós mesmos. ●

Stephen Martin Walt: professor de Política Internacional na Universidade Harvard, é autor de *Origins of Alliances*. Escreveu este artigo para *Foreign Policy*. Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 17 de agosto de 2014

Não podemos aceitar a ideia de que um lado é menos humano que o outro

Michel Gherman



Para Michel Gherman, a guerra em Gaza é “absolutamente política”. E afirma: é preciso lutar pela paz, contra a ocupação israelense e o fundamentalismo islâmico.

A guerra entre Israel e o Hamas em Gaza deu início, no último mês, a um debate frenético nas redes sociais, polarizando opiniões e levando pessoas a protestar contra o governo de Israel nas ruas de São Paulo e até a uma crise diplomática entre os governos israelense e brasileiro. Michel Gherman, coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acredita que as discussões na *internet* procuram classificar um dos dois lados como cruel e absoluto. “Isso resulta em apenas duas opções: ou são os palestinos que usam as mulheres e os filhos como escudos humanos – como se eles amassem menos que os ocidentais, o que, para mim, é um absurdo – ou os israelenses são assassinos cruéis, que matam e massacram – o que, para mim, também é absurdo”, afirmou, em entrevista à coluna.

Mestre em Antropologia e Sociologia pela Universidade Hebraica de Jerusalém, Gherman defende que o conflito seja analisado pelo viés político e chama atenção para as consequências desastrosas que os últimos acontecimentos podem deixar de herança: “Netanyahu e Hamas utilizam, de maneira muito inteligente, esse conflito para colocar de forma definitiva um fim no acordo que estava encaminhado”.

O professor afirma, ainda, que o governo brasileiro apostou em uma “dubiedade moral perigosa” ao chamar seu embaixador em Tel-Aviv para consulta. No entanto, ressalta que a postura de Israel foi ainda pior: “Usar metáforas de futebol é o resumo da mediocridade

política do atual governo”.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Todo mundo tem opinião sobre Israel e Palestina. Por que esse conflito desperta tantas paixões?

É a pergunta que todo mundo quer ver respondida. Desta vez, tem uma questão que serve praticamente de elemento de laboratório. Diferentemente de outros momentos, agora, ao mesmo tempo em que existe a incursão em Gaza – um conflito, sem dúvida, muito sangrento –, a poucos quilômetros de lá existe uma situação muito mais sangrenta e complexa e que dura anos, na qual a presença da mídia, as demandas, as manifestações externas são muito menores.

A Síria?

Sim. Pouco se fala sobre os assassinatos na Síria. Fala-se em cem mil mortos, além de um milhão de refugiados. É óbvio que devemos discutir o conflito na Palestina, mas essa ideia de que a arma de quem atira é mais importante do que o peito de quem morre, para mim, inverte um pouco a percepção e leva a debates muito acalorados. Porque são discussões em que você tem de tomar posição. E esse é um conflito em que Netanyahu dialoga com o Hamas.

Você acredita que há algum aspecto do local que invoca uma memória e gera mais polêmica?

No imaginário de alguma esquerda, talvez. Os judeus ocupam um espaço muito caro à análise da esquerda, um espaço muito ocidental. E a Palestina, em algum momento, virou a vítima do Ocidente. Então, tudo cai nessas questões caricatas, o que é um equívoco, porque são posições políticas muito fechadas.

A discussão, no Brasil, ganhou um aspecto semântico. Há quem procure uma palavra para definir todo o conflito – que é complexo. Massacre, guerra, genocídio... Essa classificação é possível?

Esta não é uma guerra inevitável, acontece por escolha de dois lados. E a questão da nomenclatura é muito importante para o

posicionamento político. É uma tabela que vai desde “operação” – no sentido mais neutro – até “holocausto palestino”. Chamar o que está acontecendo na Palestina – e não na Síria – de holocausto é um absurdo, um problema de percepção mesmo. Agora, se você fala em uma “guerra”, pressupõe a ideia de que há dois lados.

Qual a sua posição em relação à decisão do Brasil de convocar o embaixador em Tel-Aviv?

Se o governo brasileiro tivesse tomado essa atitude quando os massacres foram perpetrados pelo governo Assad, eu entenderia e até estaria de acordo. Mas fazer isso de forma isolada é apostar em uma dubiedade moral que pode ser perigosa. Entretanto, pior foi a reação da diplomacia israelense. Desconsiderar o Brasil como parceiro relevante e usar metáforas de futebol como argumentação são o resumo da mediocridade política do atual governo de Israel. Aqui, cabe a seguinte pergunta: se a comunidade judaica brasileira for vítima de atos em represália à piada do 7 a 1, feita pelo diplomata israelense, quem ela pode responsabilizar? O antissemitismo ou o próprio governo Bibi (Netanyahu)?

Você acha que a política atual do governo de Israel faz crescer o antissemitismo na diáspora?

Não. Acho que o antissemita tem uma agenda que se chama antissemitismo. É um tema que temos de tratar e que, na sociedade brasileira, é pouco considerado. O Hamas é antissemita. Na declaração de princípio deles existe, além da necessidade do extermínio de Israel, o uso de uma estratégia antissemita, por exemplo, a ideia de complô judaico. A pergunta que eu faço é: o leitor ou o militante de esquerda de Paris que sai às ruas quando lê sobre o Hamas tem essa percepção antissemita? Como ele incorpora isso? Entretanto, tendo a acreditar que antissemitas serão antissemitas com ou sem práticas específicas do governo de Israel. O que acho é que o atual governo de Israel está investindo no isolamento e na percepção judaica de que “todos estão contra nós”.

Por quê?

Porque isso fortalece esse governo. Essa ideia é boa para Netanyahu,

assim ele pode tomar decisões que passem o conceito de “eu protejo vocês”. É preciso entender: esse governo tem uma agenda, uma lógica, age de maneira específica e tem posições claras sobre a ocupação. Isso não representa, necessariamente, as ideias do mundo judaico e da sociedade israelense. Ele perdeu muitos votos nas últimas eleições.

Tanto o Hamas quanto Israel usam a lógica do medo?

Sim. E essa lógica tem percepções paralelas, que falam muito bem a linguagem de Bibi e do Hamas. Quando Bibi precisa, aciona a memória dos ataques terroristas, que é muito fresca. Quando o Hamas precisa, aciona a memória da ocupação e da opressão israelenses, que também é muito viva.

E quem pode ser capaz de quebrar essa lógica?

Essa guerra colocou uma pá de cal em um processo extremamente positivo, levado por setores israelenses e por Abu Mazen (Mahmoud Abbas), do Fatah. Quando ele foi à ONU pedir o reconhecimento da Palestina, também estava reconhecendo para o mundo todo o Estado de Israel. E a postura do governo israelense, em algum sentido, impossibilitou o caminho para um acordo. Abu Mazen derrotou politicamente Bibi em vários campos, entre eles o fortalecimento da imagem da Palestina como estado independente. Ele também esvaziou o balão do Hamas, que tinha uma imagem de heroísmo. Qual a política de Bibi? Fortalecer quem dialoga com ele no “não acordo”, que é o Hamas.

Por isso é tão trágico.

É dramático, uma guerra absolutamente política. Ambos (Bibi e Hamas) utilizam, de maneira muito inteligente, esse conflito para colocar, de maneira definitiva, um fim no acordo que estava caminhando. Abu Mazen dialogava com setores israelenses. Não sei para onde isso vai. Vende-se a imagem de que essa guerra é entre duas nações homogêneas, mas poucos se lembram de que existe uma oposição no governo israelense e que, há dois meses, palestinos demandavam acordo com Israel. O atual quadro faz que o mundo veja Israel como um exército que tem um país e que o Hamas seja a

cara da Palestina. Esta é uma das heranças mais terríveis que esse confronto pode deixar.

Como fugir do maniqueísmo¹⁴?

Nós, os analistas, temos de procurar entender o conflito. Se nos deixarmos levar pelo debate emocional, fugimos do que é importante. Com a *internet*, a tendência é cair em uma lógica de mentira de guerra. Eu não tenho dúvida alguma de que os palestinos são seres humanos e de que os judeus e israelenses são seres humanos. Não podemos aceitar a ideia de que um lado é menos humano que o outro.

E o líder palestino, Marwan Barghouti, que está preso?

É uma figura importantíssima. Era de um grupo jovem do Fatah, um dos poucos líderes carismáticos efetivos que estavam na Primeira Intifada. Ele percebe a existência de Israel como um fato dado. Claro que se envolveu em atentados terroristas, por isso está preso, mas acho um equívoco do governo de Israel não intervir. Ele é contra o Hamas, tem contato com partidos de esquerda israelenses e seria um nome importante em uma negociação futura, que eu não sei se vai existir.

E o que aconteceu com a esquerda israelense?

Israel passa por um momento turbulento internamente. Um deles é o fortalecimento de outras formas de esquerda. A noção de que o conflito é insolúvel levou militantes para outros campos de atuação, mais vinculados ao combate à desigualdade social e questões econômicas. Mas, mesmo assim, ainda há em Israel uma esquerda no sentido mais clássico. Por exemplo, o Meretz – partido que determinou que uma de suas principais agendas seria a solução do conflito – dobrou o número de deputados. A esquerda israelense se enfraqueceu nos últimos anos, mas, agora, passa por um processo de reinvenção e fortalecimento.

¹⁴ **Maniqueísmo**: qualquer visão do mundo que o divide em poderes opostos e incompatíveis.

Os assentamentos são continuamente contestados, mas seguem em expansão pelo atual governo.

Sim. Há algo que não podemos esquecer. Em 2005, Gaza foi desocupada. Na minha percepção, essa desocupação foi politicamente utilizada para evitar o acordo. Veja: se em Gaza já existia o domínio do Hamas e, na Cisjordânia, um líder que queria fazer acordo, por que não dar preferência ao diálogo? Quando Bibi entrou em Gaza, qual foi sua mensagem? Que Israel desocupou aquele território e não deu certo. Meu medo é que essa lógica seja justificada para qualquer acordo de devolução de território na Cisjordânia.

Você defende que a única solução para o conflito Israel/Palestina é a divisão entre os dois estados.

Sim. A ideia de um estado binacional não faz sentido naquele território, nem depois de tudo que já aconteceu no século XX em outros lugares. A única solução são dois estados, mas não sei o quanto ela é exequível, a não ser que aconteça nos próximos anos.

Um dos obstáculos de Israel à solução dessa questão é o retorno dos refugiados?

É fundamental o reconhecimento dos refugiados e do Nakba (como os palestinos chamam a criação do Estado de Israel e o êxodo de 1948). Da mesma maneira que os judeus demandam o reconhecimento do Estado de Israel e das tragédias que sofreram, entre elas a Shoá (Holocausto). Memória é capital político. Há soluções: possibilidade de retorno, ressarcimento... são questões já postas na mesa de debate. A ideia de não acordo só é investida, bancada e cultivada por aqueles que não querem acordo. Bibi e Hamas, por exemplo.

Quais os próximos passos?

É importante que as pessoas estudem e se informem antes de saírem às ruas. Eu sou contra a ocupação, contra o atual governo israelense, mas acho trágico fazerem uma manifestação em frente a bancos e livrarias só porque os donos são judeus. Isso é antissemitismo. É preciso ter consciência. Temos de lutar por um

REFLEXÕES IX

acordo de paz, contra a ocupação e contra o fundamentalismo islâmico. Não é massacre, holocausto ou *apartheid*. Isso se chama acordo de paz, ocupação e fundamentalismo islâmico. ●

Michel Gherman: possui graduação em História com licenciatura em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrado em Antropologia e Sociologia pela Universidade Hebraica de Jerusalém (Israel). Atualmente é professor da UFRJ, onde coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ).

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 11 de agosto de 2014

O que acontece quando nada acontece

Slavoj Zizek



“O que acontece é o trabalho, lento, mas constante, de tirar a terra dos palestinos da Cisjordânia: o estrangulamento gradual da economia palestina, o deslocamento de suas terras, a construção de novos assentamentos, as pressões sobre os camponeses palestinos até que acabem abandonando a sua terra (que vão desde a queimada das colheitas e das profanações religiosas até os assassinatos individuais), tudo isso respaldado por uma rede kafkiana de normativas legais”, escreve

Slavoj Zizek em artigo publicado no jornal espanhol El País, 22-08-2009. A tradução é do Cepat.

No dia 02 de agosto de 2009, após isolar parte do bairro árabe de Sheikh Jarrah em Jerusalém Oriental, a polícia israelense expulsou duas famílias de palestinos (mais de 50 pessoas) de suas casas e permitiu que alguns colonos judeus se mudassem imediatamente para as casas desocupadas. A polícia alegou estar cumprindo uma ordem do Tribunal Supremo do país, mas o fato é que as famílias árabes expulsas estavam vivendo aí há mais de 50 anos. Essa ação, que chamou a atenção da mídia mundial – coisa excepcional –, faz parte de um processo muito mais amplo e, em sua maior parte, ignorado.

Cinco meses antes, em 11 de março de 2009, informou-se que o governo israelense havia elaborado planos para construir mais de 70.000 novas casas dentro de assentamentos judaicos na Cisjordânia; se esses planos forem levados a cabo, seria possível aumentar o número de colonos nos territórios palestinos em cerca de 300.000, um passo que não apenas inviabilizaria gravemente as possibilidades de um Estado palestino viável, como tornaria mais difícil a vida diária dos deles. Um porta-voz do governo desmentiu as informações e disse que os planos tinham uma importância

REFLEXÕES IX

relativa: para construir novas casas nos assentamentos era necessária a aprovação do Ministro da Defesa e do Primeiro-ministro. No entanto, já foram aprovados 15.000 desses planos, e quase 20.000 das moradias previstas se encontram em assentamentos que estão longe da linha verde que separa Israel da Cisjordânia, ou seja, nas zonas que Israel não pode aspirar conservar em nenhum futuro acordo de paz com os palestinos.

A conclusão é evidente: ao mesmo tempo em que, teoricamente, apoia a solução dos dois Estados, Israel está criando uma situação que na prática inviabiliza esta solução. O sonho sobre o qual se apoia esta estratégia fica patente no muro que separa a cidade de colonos da cidade palestina próxima a uma colina da Cisjordânia. O lado israelense do muro está pintado com a imagem da campina do outro lado, mas sem a cidade palestina e apenas com a natureza, a grama, as árvores... Não é o mais puro exemplo de limpeza étnica, imaginar o outro lado do muro assim como deveria ser, vazio, virgem, esperando ser colonizado?

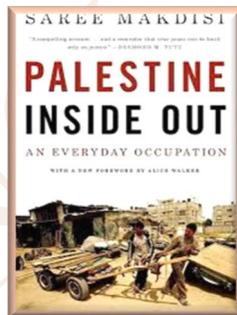
O que significa tudo isto? Para captar a verdadeira dimensão das notícias, às vezes basta ler duas notícias em separado; o significado surge ao uni-las, como uma faísca que explode em um curto-circuito elétrico. No mesmo dia em que chegaram aos meios de comunicação notícias sobre o plano do Governo para construir 70.000 novas casas (2 de março), a Hillary Clinton criticou o lançamento de foguetes de Gaza e qualificou o ato como “cínico”, para depois acrescentar: “Não há dúvida de que nenhum país, inclusive Israel, pode permanecer passivo quando seu território e sua gente sofrem ataques com mísseis”.

Teriam que permanecer passivos os palestinos enquanto lhes tiram as terras da Cisjordânia diariamente? Quando os pacifistas israelenses apresentam o seu conflito com os palestinos em termos neutros e “simétricos” e reconhecem que em ambas as partes há extremistas que rechaçam a paz, deveríamos fazer-nos uma pergunta simples: o que acontece no Oriente Próximo quando não acontece nada no plano diretamente político-militar, isto é, quando não há tensões, ataques nem negociações? O que acontece é o trabalho lento, mas constante, de tirar a terra dos palestinos da

REFLEXÕES IX

Cisjordânia: o estrangulamento gradual da economia palestina, o deslocamento de suas terras, a construção de novos assentamentos, as pressões sobre os camponeses palestinos até que acabem abandonando a sua terra (que vão desde a queimada das colheitas e das profanações religiosas até os assassinatos individuais), tudo isso respaldado por uma rede kafkiana de normativas legais.

Em *Palestine Inside out: An Everyday Occupation*, Saree Makdisi afirma que, mesmo que a ocupação israelense da Cisjordânia esteja nas mãos da Forças Armadas, na realidade é uma “ocupação mediante a burocracia”: suas armas fundamentais são os formulários, os títulos de propriedade, os documentos de residência e outras licenças.



Esta microgestão da vida diária é a que garante a lenta, mas firme expansão israelense. Tem de se pedir licença para visitar a família, para cultivar a terra, para cavar um poço, para trabalhar, para ir à escola ou a um hospital... Assim, os palestinos nascidos em Jerusalém perdem, um após outro, o direito de viver ali, de ganhar a vida, a moradia, e assim sucessivamente.

Os palestinos costumam empregar o problemático clichê de que a Faixa de Gaza é “o maior campo de concentração do mundo”, mas, no último ano, essa qualificação se aproximou perigosamente da verdade. Essa é a realidade fundamental que faz que todas as “orações pela paz”, em abstrato, sejam escandalosas e hipócritas. O Estado de Israel está claramente implantando um processo lento e invisível ignorado pela mídia, uma espécie de luta subterrânea contra um topo, de tal forma que, um dia, o mundo acordará e verá que já não há mais uma Cisjordânia palestina, que a terra está livre de palestinos, e que não temos outro remédio senão aceitar os fatos. O mapa da Cisjordânia palestina já parece um arquipélago fragmentado.

Nos últimos meses de 2008, quando os ataques de colonos ilegais da Cisjordânia contra camponeses palestinos se tornaram diários, o

REFLEXÕES IX

Estado de Israel tratou de condenar os excessos (o Tribunal Supremo ordenou a evacuação de alguns assentamentos, por exemplo); mas, como advertiram muitos observadores, é inevitável ver essas ações como medidas pouco sérias para neutralizar uma política que, no fundo, é a política em longo prazo do Estado israelense, e que viola de forma incrível os tratados internacionais. O que os colonos ilegais dizem às autoridades israelenses é: estamos fazendo o mesmo que vocês, só que de forma mais aberta, de modo que: que direito vocês têm para nos condenar? E a resposta do Estado, definitivamente, é: sejam pacientes, não se apressem, estamos fazendo o que vocês querem, só que de maneira mais moderada e aceitável...

E a história se repete desde 1949: Israel, ao mesmo tempo que aceita as condições de paz propostas pela comunidade internacional, conta com o fato de que o plano de paz não vai funcionar. Os colonos descontrolados, às vezes, lembram Brunhilda no último ato de Valquíria de Wagner, quando joga na cara de Wotan que, ao desobedecer a sua ordem explícita e proteger Siegmund, estava apenas tornando realidade os desejos dele, que se viu obrigado a renunciar a eles por pressões externas, como os colonos ilegais tornam realidade os verdadeiros desejos do Estado aos quais teve que renunciar por pressões da comunidade internacional.



Enquanto condena os excessos violentos descarados dos assentamentos “ilegais”, o Estado israelense promove novos assentamentos “legais” na Cisjordânia e segue estrangulando a economia palestina.

Um olhar sobre o mapa mutante da Jerusalém Oriental, onde os palestinos estão cada vez mais encurralados e veem o seu espaço recortado, é suficientemente significativo. A condenação da violência antipalestina alheia ao Estado oculta o verdadeiro problema da violência de Estado; a condenação dos assentamentos ilegais oculta a ilegalidade dos legais. Aí está a dupla medida da

REFLEXÕES IX

louvada – por imparcial – “honestidade” do Tribunal Supremo israelense: a base de ditar de vez em quando uma sentença a favor dos palestinos despossuídos e qualificar a sua expulsão de ilegal, garante a legalidade da maioria dos casos restantes.

E, para evitar qualquer mal-entendido, que fique claro que levar tudo isto em conta não implica, em absoluto, mostrar “compreensão” com os inescusáveis atos terroristas. Pelo contrário, oferece a única base a partir da qual é possível condenar os atentados terroristas sem hipocrisia. ●

Slavoj Žižek: filósofo e teórico crítico e cientista social esloveno. É professor da European Graduate School e pesquisador sénior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubiana.

Em perigo, um bom acordo com o Irã

Jessica T. Mathews



O Congresso americano, pressionado por Israel, ameaça um pacto promissor capaz de evitar uma guerra e uma corrida nuclear no Oriente Médio

Nas últimas semanas, pela primeira vez Irã e EUA realizaram grandes avanços depois de mais de uma década de impasse envolvendo o programa nuclear iraniano. Divergências importantes ainda persistem, mas em longo prazo ambos mostram-se dispostos a se empenhar por uma solução. O Congresso dos EUA, agindo automaticamente contra o Irã e sob intensa pressão de Israel, parece disposto a aniquilar o acordo diante de um projeto de lei que não leva em consideração os eventos políticos no Irã, compreende mal a realidade da proliferação nuclear e ignora as terríveis consequências em termos de segurança interna dos EUA.

Em novembro de 2013, quando o Irã e o grupo P5+1 (EUA, Rússia, China, Grã-Bretanha, França e Alemanha) anunciaram um acordo provisório sobre o programa nuclear iraniano, haviam se passado 33 anos irascíveis desde que Washington e Teerã firmaram formalmente algum tipo de acordo. Durante esse longo período, a inimizade e a desconfiança americanas com relação ao Irã, causadas pelos fatos ocorridos em 1979, quando o Irã manteve americanos reféns, aumentaram e se transformaram numa visão unidimensional da república islâmica como um país do mal. A rejeição do Holocausto pelo ex-presidente Mahmoud Ahmadinejad e sua retórica contra a existência de Israel confirmaram os temores dos americanos.

Do lado iraniano, a lista de injustiças era muito mais longa, a começar pela deposição, apoiada pelos EUA, do primeiro-ministro Muhammad Mossadegh, em 1953, o apoio americano a Saddam

REFLEXÕES IX

Hussein na guerra entre Irã e Iraque, nos anos 1980, com a morte de 1 milhão de iranianos, e a destruição de um avião civil iraniano, matando os seus passageiros em 1988.

Os iranianos chamaram os EUA de Grande Satã, ao passo que os EUA incluíram o Irã no chamado Eixo do Mal. Durante a maior parte dessas décadas, até um aperto de mão entre autoridades dos dois países era tabu e o iraniano que defendesse um aprimoramento das relações poderia se ver na prisão.

A maior causa de atrito foi a crescente evidência de que, apesar de ter assinado o Tratado de Não Proliferação (TNP) em 1968, o Irã na verdade estava se equipando para fabricar armas nucleares. Durante mais de 15 anos, os serviços de inteligência e inspeções locais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) detectaram usinas nucleares, importações de tecnologia nuclear e pesquisas que não tinham nenhuma finalidade civil. O alcance dos programas que podiam ter finalidade tanto militar como pacífica, especialmente o enriquecimento de urânio, era desproporcional a qualquer necessidade civil razoável.

Os europeus tentaram, repetidamente, negociar uma solução. Houve erros do Ocidente, especialmente na combinação de exigências extremas com incentivos mínimos para os iranianos. Mas também ficou claro que o lado iraniano não negociava de boa-fé. Com o passar dos anos, as sanções americanas conseguiram frear o avanço do Irã. Durante o governo Bush as sanções eram amplamente unilaterais uma vez que muitos países achavam que os EUA, irracionalmente, estavam impedindo que o Irã exercesse atividades no campo nuclear que estavam dentro dos limites estabelecidos pelo Tratado de Não Proliferação. Foi somente quando o presidente Barack Obama deixou claro, em 2009, que os EUA estavam prontos para dialogar seriamente com o Irã e eram os mulás que não "abrandavam sua posição" a opinião pública internacional mudou, contra o governo iraniano. Desde então, os EUA lideraram a imposição de sanções internacionais amplas com uma severidade sem precedentes. Sanções que reduziram em quase dois terços as exportações de petróleo do Irã, com proibições para bancos iranianos operarem que isolaram o país financeiramente. O

REFLEXÕES IX

rial iraniano perdeu 80% do seu valor. A inflação e o desemprego aumentaram vertiginosamente.

As sanções elevaram drasticamente o custo do programa nuclear do Irã, que persistia no projeto violando seu compromisso com o TNP. Além das sanções, *ciberataques* contra instalações nucleares iranianas, como o programa de vírus Stuxnet, assassinatos de cientistas iranianos e outras ações também impediram o avanço do programa. Mas as sanções não conseguiram impedir que o Irã aumentasse drasticamente o enriquecimento de urânio, que atingiu o ponto de combustível para a fabricação de uma arma nuclear.

Em 2003, o Irã possuía 200 centrífugas para enriquecimento de urânio. O país tem hoje 9 mil centrífugas de primeira geração em operação, 8 mil instaladas e prontas para operar e outras mil unidades de segunda geração com mais capacidade. Seu estoque de urânio enriquecido, também para servir de combustível de reator e novo enriquecimento, aumentou para mais de 10 mil quilos, dez vezes mais desde que Obama assumiu a presidência. E o Irã tem 200 quilos de urânio enriquecido a 20%. Se esse volume for enriquecido a 90%, necessário para fabricar uma arma nuclear, estaria próximo, mas não o necessário, de uma bomba atômica.

Teerã também afirmou que não pretende fabricar armas nucleares. Que essas armas não são apropriadas em termos de uma estratégia militar eficaz e violam os princípios da república islâmica. O líder supremo, o aiatolá Ali Khamenei, chegou a expedir uma *fatwa*¹⁵ neste sentido. Os agentes de inteligência dos EUA concluíram em 2007 e reafirmaram duas vezes depois que, embora o Irã continue a enriquecer urânio além das suas necessidades civis, abandonou o programa de fabricação de armas há alguns anos.

Nenhum país é um monólito, especialmente o Irã com seu sistema político complexo, bizantino (**bizantino**: que tem caráter de bizantinismo ('tendência', 'ato'); frívolo, inútil, pretensioso). Algumas

¹⁵ **Fatwa**: é um pronunciamento legal no Islão emitido por um especialista em lei religiosa, sobre um assunto específico.

REFLEXÕES IX

autoridades talvez desejassem que o Irã se tornasse um Estado com capacidade nuclear. Outros talvez preferissem a chamada "opção japonesa", possuir a tecnologia para produzir armas nucleares, mas não a utilizando para este fim. É também possível que essa capacidade de produzir armas nucleares fosse o objetivo durante todo esse tempo.

Depois de todos os recursos despendidos, a aceitação internacional do programa de enriquecimento iraniano permitiria aos líderes do Irã clamar vitória frente à sociedade iraniana. Aqueles que, como o premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, insistem que o único nível de enriquecimento aceitável é zero, sabem, ou deveriam saber, que isso significa nenhum acordo.

A questão que provocou tanta comoção, quanto a se o Irã tem o direito de enriquecer urânio, é um subterfúgio. Não existe nenhum "direito" formal, legal, de enriquecer urânio ou qualquer outra atividade nuclear. Tudo o que o TNP diz é que as partes signatárias do Tratado têm "... o direito inalienável de pesquisar, produzir e usar a energia nuclear para fins pacíficos sem discriminação". O enriquecimento com certeza está inserido nessas palavras, mas o critério – "para fins pacíficos" – é fundamental. Se o mundo se convencer de que as atividades não nucleares de um Estado têm na verdade por objetivo a produção de armas nucleares, tais atividades são ilegais. Embora o Irã não possa reivindicar o "direito" legal de enriquecer urânio, pode reclamar o direito a isso informalmente, uma vez que Estados não nucleares – como Japão, Brasil, Argentina, Holanda, Espanha, Alemanha, Bélgica, e Itália, hoje enriquecem urânio sem nenhuma denúncia. E nenhum desses países abandonará por vontade própria tais atividades.

No início de 2013, as retaliações provocadas pela pressão internacional e o progresso iraniano no seu programa tinham chegado à impressionante escalada de cerca de 20 mil centrífugas no Irã, mais de US\$ 100 bilhões em sanções, e sucessivas alusões à iminência de uma guerra. Foram aventadas três possibilidades: proposta de aplicação das medidas costumeiras, fazendo com que o Irã se declarasse ou deixasse implícito que é um país dotado de armas nucleares; uma solução negociada; ou um ataque às

instalações nucleares iranianas.

Pode-se alegar que o mundo, que inclui EUA e Israel, poderia conviver com o Irã e sua bomba. A história comprova que dissuasão e restrição funcionam. Mas também aponta para o fato de que a proliferação não acontece em um país de cada vez. Ela ocorre em cadeia. EUA e URSS levaram a China a buscar a bomba. A China levou a Índia a fazer o mesmo, o que por sua vez encorajou o Paquistão. Brasil e Argentina começaram a cruzar a linha juntos e juntos recuaram. Mesmo que a dissuasão impedisse o Irã de usar uma arma nuclear, é provável que a existência de armas nucleares no Irã levasse outros países da região a seguir seu exemplo. Arábia Saudita, Turquia e Egito são os candidatos mais prováveis.

O Oriente Médio já está dividido pela disputa israelense-palestina, pela rivalidade sunita-xiita, pelas divisões e pela Primavera Árabe. A perspectiva de ver armas nucleares nas mãos de vários países – não só de Israel e do Irã – só pode ser vista com preocupação. Esta consequência para a região é suficiente para se considerar a possibilidade de o Irã se armar. Um resultado evidentemente indesejável. Restam duas opções: um acordo ou um ataque.

Os defensores mais ferrenhos de ataques aéreos contra as conhecidas instalações subterrâneas do Irã não afirmam que isso garantiria algo mais que um adiamento – talvez dois anos ou pouco mais – do programa do Irã. Instalações poderiam ser reconstruídas. Físicos e engenheiros continuariam com a competência necessária para construir armas nucleares.

Depois de anos de esforços, o Irã dispõe da capacidade para construir a maior parte do que é necessário para fazer a bomba. Quando o programa fosse reconstituído depois de um ataque, não haveria inspetores da AIEA nem câmeras para um monitoramento prévio, porque esse dependeria da cooperação. Se outros elementos externos tentassem espionar o programa reconstruído e preparar outra série de ataques, eles saberiam muito menos do que sabemos hoje sobre a escala, o alcance e a localização do que está acontecendo. Um ataque provavelmente uniria os iranianos na defesa do programa nuclear como nunca aconteceu. Os expoentes

REFLEXÕES IX

mais ferrenhos da linha dura iraniana se fortaleceriam em contraposição aos que pregavam o comedimento e a reconciliação.

Alguns defensores da guerra apresentaram cenários otimistas, em que o regime iraniano cairia depois de um limitado ataque aéreo e a ele sucederia um governo que logo admitiria a derrota. Mas somente uma invasão com tropas terrestres, seguida por uma prolongada ocupação (num país de cerca de 80 milhões de habitantes, três vezes o tamanho do Iraque), poderia forçar o fim da república islâmica. De outro modo, haveria uma enorme probabilidade de que um governo sucessor, se algum chegar ao poder, mostrar-se bem mais empenhado em adquirir armas nucleares.

Deflagrar uma guerra contra um Irã que procura construir realmente armas nucleares a toque de caixa poderia obter um substancial apoio internacional. Mas um ataque contra o Irã por se recusar a desistir do enriquecimento do urânio seria considerado uma medida ilegítima. Seria mais uma guerra preventiva, como a invasão americana do Iraque. O Irã poderia adotar várias retaliações – uma ação militar direta ou a utilização do Hezbollah e de outros grupos dispostos a lutar em seu lugar mediante atos terroristas.

Chegamos às formidáveis surpresas de 2013, a começar pelas eleições de junho do Irã, nas quais Hassan Rohani, contrariamente aos resultados das pesquisas e às expectativas universais, obteve a maioria, com pouco mais da metade dos votos, entre seis candidatos. O Conselho dos Guardiães, dirigido pelo Líder Supremo aiatolá Ali Khamenei, desqualificou 678 dos 686 indivíduos que se candidataram à presidência. Entretanto, na campanha, os que continuaram concorrendo assumiram posições específicas e as debateram energicamente. O debate sobre política externa, transmitido em cadeia nacional, durou três horas. O comparecimento às urnas foi de 75%, quase 50% maior do que o registrado nos EUA em 2012.

Em sua campanha, Rohani defendeu maior moderação por parte do governo, "o fim do radicalismo" e flexibilidade na questão nuclear a fim de acabar com o isolamento internacional do Irã e o declínio da economia. Clérigo e membro destacado do círculo mais fechado do

REFLEXÕES IX

governo, além de amigo do líder supremo há 40 anos, ele defende uma mudança da política interna e externa. O mandato que recebeu ao se eleger foi claro – não dismantelar as instalações nucleares, não acabar com o enriquecimento e não abrir mão dos "direitos do Irã", mas procurar um acordo com flexibilidade e moderação. Embora o resultado da eleição tenha sido festejado nas ruas, Rohani tem inimigos poderosos, entre eles a Guarda Revolucionária, que não esconde a esperança de assistir a sua queda. Ele terá de apresentar resultados dentro de muito pouco tempo, ou será destituído.

Seu primeiro passo foi nomear o diplomata mais talentoso do Irã como chanceler. Javad Zarif impressionou o mundo como representante na ONU. Após viver anos nos EUA, ele se tornou um conhecedor de sua política. Com o aval do líder supremo, Rohani transferiu toda a questão nuclear do Conselho Nacional Supremo, de linha dura, para a chancelaria, que se reporta diretamente ao presidente. Pelo menos por enquanto, tem o respaldo do líder supremo.

No dia 24 de novembro, foi feito o anúncio de um acordo preliminar de seis meses, a ser complementado por um acordo mais abrangente e permanente nos próximos 6 a 12 meses. Teerã teria de interromper a produção de urânio altamente enriquecido a 20%. Sua capacidade de enriquecimento teria de se manter estável com o fim da operação ou a instalação de centrífugas adicionais. A construção do reator em andamento em Arak, projetado para a produção de plutônio, outro combustível usado em armamentos. O mais importante – e talvez mais inesperado – é que o Irã concordou em eliminar seu estoque atual de urânio enriquecido a 20%, seja diluindo o material até alcançar o baixo enriquecimento ou convertendo-o numa forma de óxido que não poderá ser enriquecido posteriormente.

Netanyahu protagonizou a famosa cena em que mostrou à Assembleia-Geral um cartaz com o desenho de uma bomba, cortada por uma linha vermelha indicando o limiar dos 90% para mostrar o quanto o Irã estava perto de acumular urânio suficiente para a bomba. O acordo reduz o estoque a zero.

REFLEXÕES IX

O Irã não poderá construir centrífugas adicionais, a não ser para substituir equipamento avariado. Embora as centrífugas existentes tenham autorização para operar, sua produção deve ser convertida em óxido para evitar que o estoque de urânio de baixo enriquecimento cresça. O acordo exige que os inspetores tenham acesso diário às instalações e às imagens enviadas por câmeras de vigilância, incluindo a usina subterrânea de enriquecimento de Fordo. Tais inspeções não têm precedentes em abrangência e periodicidade. Em troca, o P5+1 concorda em suspender sanções avaliadas em US\$ 7 bilhões, embora as referentes ao petróleo e às finanças sejam mantidas. EUA e seus aliados se comprometem a não impor novas sanções ao programa nuclear. O que precisa ser feito não diminui a dimensão histórica do que foi alcançado. No dia 20, o acordo em curto prazo entrou em vigor. Um acordo que só se torna atraente para Teerã se for seguido por um pacto permanente que traga um grande alívio para as sanções.

Netanyahu o chamou de "presente de Natal" para o Irã; posteriormente, descreveu-o como "erro histórico". O público que o acompanha com tanta atenção no Capitólio fez o mesmo. O presidente da Câmara, Eric Cantor, exige que o Irã "desmantele irreversivelmente seu estoque nuclear e seja impedido de prosseguir com o enriquecimento". Aqueles que adotam o ponto de vista dele devem acreditar que o Irã pode se submeter a ameaças, ou são a favor de uma guerra cujo custo seria muito desproporcional aos ganhos. A explicação menos atraente diz que tais críticos pensam apenas na satisfação imediata de atacar verbalmente o Irã – hábito político formado em 30 anos – e ganhar pontos políticos (e dólares para a campanha) como defensores determinados de Israel.

Um projeto de lei confuso, em que muitos não compreenderam que novas sanções seriam aplicadas automaticamente conquistou o apoio de 59 senadores – quase o bastante para resistir a vetos. O texto viola o acordo preliminar ao impor novas sanções (se um ataque do Hezbollah danificar propriedades americanas em algum lugar do mundo, por exemplo) e impossibilita um acordo permanente ao automaticamente exigir o desmantelamento completo das instalações de enriquecimento.

REFLEXÕES IX

Sua aprovação faria o Irã abandonar as negociações. Rohani estaria correndo o risco do suicídio político doméstico se não o fizesse. A alternativa seria responder a inaceitáveis demandas americanas com suas próprias exigências inaceitáveis, distribuindo assim a responsabilidade pelo fracasso.

O regime de sanções foi construído nos últimos dez anos, graças a líderes americanos determinados de ambos os partidos, mas pode ruir com facilidade. Um trecho do projeto mostra porque tantos senadores logo manifestaram seu apoio: trata-se de um veículo para expressar apoio inquestionável a Israel, e não de uma seriíssima decisão de segurança nacional para os EUA. Os senadores informam que a pressão do AIPAC pela aprovação da lei tem sido mais intensa do que o normal.

Pela primeira vez em décadas os EUA têm a oportunidade de testar a possibilidade de chegar a um acordo com o Irã capaz de transformar o que ainda pode ser um programa de armamentos em atividade num programa civil transparente e monitorado. A pressão das sanções multilaterais, a disposição do presidente em se envolver em negociações e a mudança na política doméstica produziram esse momento. O preço de um acordo será aceitar no Irã um programa de enriquecimento rigorosamente monitorado, de dimensões apropriadas, cujo nível não deve passar dos 5%. As alternativas são a guerra ou um Irã armado com bombas nucleares. Será mesmo uma decisão difícil?

Por incrível que pareça, um número demasiadamente grande de congressistas parece acreditar que sim. ●

Jessica T. Mathews: membro sênior do Council on Foreign Relations. Extraído e condensado ao artigo *Iran: a Good Deal Now in Danger*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 16 de fevereiro de 2014

Notas de um refúgio

Malek Jandali



Contra a guerra, pianista sírio dispara seu arsenal de música, expressão final de liberdade que ninguém pode capturar

Silêncio inquietante em São Petersburgo, enquanto os líderes mundiais se encontraram na cúpula do G-20 nesta semana. Síria era a questão que não queria calar. Mas na sexta-feira viria um prelúdio para a possível intervenção militar no

território de Bashar Assad: 11 presidentes do G-20 assinaram um documento repudiando fortemente os ataques de 21 de agosto nos arredores de Damasco. "Mais de 400 crianças morreram nesse ataque. Isso não é algo que fabricamos. Não é algo que estamos usando como desculpa para uma ação militar", disse Barack Obama, quebrando o silêncio diplomático.

O pianista Malek Jandali não quer silêncio, mas tampouco espera ver sua Síria ancestral se transformar num palco para sonoras bombas e mísseis. "Não precisamos de uma intervenção militar, mas humanitária. Não quero dizer que se levar leite para as crianças tudo ficará bem. Quero dizer que precisamos de uma estratégia clara, da comunidade internacional, para proteger os civis inocentes", diz.

Nascido em Waldbröl, Alemanha, o músico se mudou para Homs, Síria, com os pais em 1978. Aos 6 anos, já apaixonado por música, viajava todas as quintas-feiras uns 100 quilômetros de Homs para Damasco para ter aulas de piano. Aos 18, depois do colegial, mudou-se para os EUA para estudar na North Carolina School of the Arts.

Desde 2011, o pianista vem dedicando seu tempo e sua música para ajudar os rebeldes sírios. Fez uma série de concertos para angariar milhões para ajuda humanitária via Nações Unidas. Por suas

REFLEXÕES IX

composições, já foi perseguido pelo regime de Bashar Assad. "Mas não estou discutindo geopolítica. Não sou um político. Sou um artista. Para mim, proteger os inocentes sírios é uma questão moral", pondera.

Aos 39, Malek Jandali tem uma máxima: a música é a forma final de liberdade. "Enquanto os líderes internacionais estão fracassando sobre a questão na Síria, há outras formas de diálogo. Por exemplo, fui a Moscou para gravar uma música em homenagem à revolução síria – ao mesmo tempo em que Putin mandava armas para Assad. Também fui gravar outra composição na ópera do Cairo, onde agora os egípcios estão expulsando refugiados sírios. Isso mostra que povo é povo, solidário mesmo quando os chefões não se acertam."

Em outubro, o pianista estreia um novo concerto em Nova York: *The Voice of the Free Syrian Children*. Passará por Detroit, Londres, Paris, com melodias inspiradas na revolução. Entre elas, uma grande sinfonia em quatro movimentos intitulada *The Syrian Symphony*. De Atlanta, Malek Jandali conversou com o Aliás.



Infâncias Roubadas

"Eram palavras simples, mas poderosas: 'liberdade' e 'justiça'". Foram as palavras escolhidas e grafitadas por crianças nos muros da escola, na cidade de Daraa, em março de 2011. Pediam o fim da ditadura e eleições livres na Síria. Esses garotos, de 10 a 15 anos, foram presos e torturados pelos homens de Assad. Para quem não se lembra, foi a faísca para a revolução pacífica na Síria. Ali vimos que, quando a ditadura se torna um fato, a revolução pacífica se torna um direito.

Outras tantas crianças, sem ideologias políticas nem religiosas, sem interesses particulares, estão sendo massacradas agora. O povo sírio tem vários rostos, vários repertórios. São jovens, homens, mulheres, *gays*, heteros, ateus, cristãos, muçulmanos. Quer dizer, é povo. Por um breve momento, no início da revolução, os sírios puderam se

REFLEXÕES IX

expressar com certa liberdade. Estavam dançando, cantando e aplaudindo, para mostrar ao mundo que não tinham armas nas mãos. Tinham as mãos livres para aplaudir. Os civis cantavam alegremente nas ruas – *‘give me liberty or give me death’*. A revolução pacífica nos ensinou certas lições. No fogo cruzado, muitos meninos e meninas foram atingidos por tiros. Pais tiveram que enterrar filhos ainda muito jovens – e os funerais, apesar da tristeza, se transformaram em momentos sublimes a celebrar. Foram mortes em busca de ideais, por isso dignas de celebrar. Liberdade tem essa importância para nós, sírios.

O pianista

"Estudei música para fazer música síria, para mostrá-la ao mundo. Ainda mais agora. Desde o início da revolução pacífica, vi mais fortemente o *soft power* da música. É uma linguagem universal, uma ferramenta para defender ideias de harmonia e paz, construir pontes entre diferentes culturas e países. É a forma final de liberdade. Você pode ver a música? Pode tocá-la? Ou capturá-la? Não. Nós sentimos a música.

Fiquei inspirado pelos corajosos garotos de Daraa. Compus *Watani Ana (My Homeland)* para eles. Ainda em 2011, fiz uma *performance* diante da Casa Branca, como demonstração pacífica de apoio às crianças sírias revolucionárias. E a música nem tem a palavra ‘Síria’ na letra – digo *‘oh my homeland, when will I see you free’*. Assad viu que não poderia capturar minha música, e foi bater na porta da minha família, em Homs: 72 horas depois da *performance*, seus soldados espancaram brutalmente meus pais. Enquanto minha mãe gritava, eles diziam: ‘Isso é porque vocês não souberam criar seu filho, que está gozando de Assad. É uma lição para vocês’.

Com a ajuda de diplomatas, meus pais vieram para Atlanta. Um tempo depois, meu pai, médico, quis voltar. Todo mundo tem o direito de voltar para casa, está na Declaração dos Direitos Humanos. Meu pai ficou na fronteira entre Turquia e Síria, fazendo trabalho voluntário para ajudar os feridos.

Voltar para casa

"Nessa história, já há 7 milhões de refugiados – uns 2 milhões fora,

outros dentro do território sírio. Em outubro passado, consegui cruzar a fronteira para visitar crianças em campos de refugiados na Síria. Levei instrumentos musicais e brinquedos, quase um Natal. Elas estão aprendendo sobre direitos humanos com as Nações Unidas, o que lhes dá uma educação melhor que nos tempos de Assad. Antes, aprendiam na escola os feitos heroicos do ditador. Sei que essas crianças estão vivendo uma situação humanitária catastrófica, sem comida nem remédios. Mas estão livres. Sabem que o presidente é um criminoso, que seus homens estão estuprando as mulheres das vilas e das cidades, que estão destruindo hospitais, igrejas, mesquitas. Entre esses refugiados há artistas, intelectuais, jornalistas, além de fazendeiros e trabalhadores. Há famílias inteiras que deixaram tudo para trás.

Fiquei mais de dez anos sem voltar para casa, por medo dos militares. Na década de 1990, quando ganhei uma bolsa para estudar música nos EUA, precisei esperar quase dois anos para receber o passaporte. Depois, por volta de 2009, gravei meu primeiro álbum, *Echoes from Ugarit*, com a orquestra filarmônica de Moscou. Queria apresentar minha música com a sinfonia síria. Quer dizer, só 14 anos depois, retornei a Homs. Levei nove meses para conseguir autorização para esse concerto: conversei com um produtor, depois com o ministro da Cultura e, por fim, fui forçado a me encontrar com o ditador. Tudo ali o leva a conversar com o chefe da máfia. A estrutura corrupta é feita assim para que eles possam dominar e espalhar o medo na sociedade.

A pax Síria

"Nossa cultura inventou o alfabeto e as notas musicais. Foram contribuições para a humanidade. Nossa cultura também está enraizada na ideia de paz. Sempre lembro um exemplo histórico: a travessia de Ramsés II, do Egito para a Síria, por volta de 1200 a.C. Vieram armas e soldados, prontos para iniciar uma guerra contra o povo sírio. Em árabe, guerra é 'hurbb'. Em Homs, minha cidade, os sírios disseram: 'É uma palavra muito feia. Vamos transformá-la de hurbb para hubb, que significa amor'. Isso simbolizaria o primeiro tratado de paz da humanidade. O acordo foi feito na Batalha de Kadesh – e um fragmento desse acordo está no quartel-general das

Nações Unidas, exposto como o primeiro tratado de paz reconhecido por historiadores. Além disso, todo mundo já ocupou a Síria: Alexandre e seu império, os franceses, os armênios, os persas, os romanos. Mas nós sobrevivemos e protegemos nossa herança. Somos um povo de paz.

Nós rebeldes

"Prefiro não discutir essas questões a partir de expressões como 'guerra civil'". De um lado, há uma revolução pacífica sendo dizimada. De outro, Assad e suas tropas. Não é uma guerra, mas uma revolução histórica feita pelo povo. Após décadas de ditadura, basta, queremos liberdade. Mas os rebeldes estão armados, você diz. Vamos definir 'rebeldes'. Tampouco gosto dessa expressão. Quem está lá arriscando a vida por liberdade? Nós, o povo sírio. Quer nos chamar de rebeldes? Chame-nos de rebeldes. Enquanto muitos se armaram, muitos não se armaram. Assad, que não é bobo, viu que não poderia continuar massacrando o povo a seu bel-prazer. Inventou um inimigo para ter a desculpa de combater o terrorismo – tanto que atribuiu as armas químicas aos rebeldes. Quando prendem alguém, seus soldados e seguidores obrigam os presos a ajoelhar, beijar o retrato do ditador e chamá-lo de deus. Na realidade, Assad não pertence ao povo sírio. Quer apenas dominá-lo. Dominar o povo, a liberdade, a arte. É um regime terrorista perigoso. Essa ditadura não matou apenas sírios, mas civis de diversas nacionalidades.

Por exemplo, foram assassinados jornalistas franceses (Olivier Voisin, Remi Ochlik, Yves Debay, entre outros) e americanos, como Marie Colvin, uma das mais brilhantes repórteres de guerra, em Homs. Fui a seu funeral em Nova York. Cineastas sírios (Halla Diyab, Orwa Nyrabia, por exemplo) foram perseguidos. O documentarista Bassel Shahade foi para Homs para filmar a revolução e nunca mais voltou. O cartunista Ali Ferzat, meu amigo, foi preso. Quebraram-lhe as mãos, para que não pudesse desenhar mais. Seus *cartoons* provocativos, publicados no *Guardian* e noutros jornais internacionais, estavam incomodando... Assad, nota-se, não é muito fã da liberdade de expressão.

Basta, Assad

"Prefiro, portanto, não discutir a 'guerra'. Nós – eu, você, os políticos e os líderes internacionais, incluindo o presidente Barack Obama –, temos a obrigação moral de intervir em favor dessas crianças. Não uma intervenção militar. Uma intervenção humanitária. Não estou discutindo geopolítica. Não sou um político. Sou um artista. Para mim, é uma questão moral. Onde está a Interpol? Onde estão as Nações Unidas? Por que não levaram Bashar Assad para uma corte internacional até agora? Por que permitiram que a situação fosse tão longe? Assad é um ditador atroz, com um arsenal, aviões, bombas químicas, mísseis, tanques. Não se trata de uma 'luta justa'. Não é sequer uma 'luta'. É um massacre. O povo sírio tem as ferramentas próprias para derrubar Assad. Não estou me referindo a armas, mas a ideias. Um grande arsenal de democracia, como Churchill disse a Roosevelt: 'Dê-nos as ferramentas e nós terminaremos o trabalho'. Não precisamos de uma ação militar. Não queremos que a Síria se torne palco de uma nova guerra. Precisamos de uma intervenção humanitária.

É ingênuo propor isso? Desde 1979, a ditadura de Hafez Assad, pai de Bashar, é considerada um Estado terrorista. Aí questiono a comunidade internacional: por que fracassamos há tanto tempo? 34 anos! Por intervenção humanitária não quero dizer para levar leite para as crianças e tudo ficará bem. Quero dizer que precisamos de uma estratégia clara, da comunidade internacional, para proteger os civis inocentes. Como nos livrarmos de Assad? Ele é um criminoso de guerra. É preciso levá-lo à Justiça para responder por seus crimes. É pedir muito?" ●

Malek Jandali: Syrian composer and pianist. He has performed music based on the Hurrian songs, which are inscribed on clay tablets discovered in Ugarit, Syria, and are thought to be the oldest notated music in the world.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 8 de setembro de 2013

Terra de quem?

Alec Luhn



Diferentes imagens dos rebeldes pró-Rússia, entre defensores de uma Ucrânia Oriental independente e senhores da guerra marcando território Cisão. No país fragmentado, um lado agora se chama "Nova Rússia"

Numa recente tarde ensolarada em Donetsk, Vadim Kerch atendia num escritório escuro do ex-QG do serviço de segurança da Ucrânia, ocupado desde o mês passado por um grupo de

rebeldes que chamam a si mesmos de Exército Ortodoxo Russo. Kerch é um de seus dois comandantes.

Um morador local pedia ajuda. No fim de maio, homens armados que disseram fazer parte do levante pró-Rússia tomaram seu carro na cidade vizinha de Makeyevka e em seguida telefonaram para saber quanto ele estava disposto a pagar para tê-lo de volta.



Entre as chamadas no celular, Kerch disse ao solicitante que fosse logo ao ponto. Um dos seis rebeldes armados com Kalashnikovs reunidos num círculo bagunçado em torno da escrivaninha informou que ao menos 46 veículos tinham sido requisitados em Makeyevka. Finalmente, Kerch prometeu ainda naquele dia devolver o carro ao reclamante. “Hoje é um dia de encheção, não de guerra”, brincou.

Quando manifestantes pró-Rússia ocuparam o edifício do governo regional de Donetsk, em abril, diferentes grupos e unidades rebeldes disputaram cada um dos 11 andares. Desde então, esses grupos irregulares foram eclipsados por três facções armadas poderosas: o Exército Ortodoxo Russo, o Batalhão de Vostok e a

REFLEXÕES IX

Oplot. Cada uma delas é construída em torno de um comandante influente que investe seu tempo não apenas na guerrilha contra as forças de Kiev, mas também na administração de uma justiça austera e na detenção de civis, às vezes para usá-los em troca de prisioneiros. Cada grupo tem centenas de homens, incluindo voluntários russos, e armamento pesado. Numa visita recente à base do Vostok, vi quatro veículos de combate, dois canhões antiaéreos, granadas impulsionadas por foguetes, e mísseis superfície-ar.

Seriam esses comandantes a espinha dorsal de uma Ucrânia Oriental independente e em ascensão ou senhores da guerra de poder cada vez maior, preparando seu território para o que quer que venha a seguir?

Até agora, a operação “antiterrorista” de Kiev para retomar o leste da Ucrânia uniu os líderes rebeldes na defesa das autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk. Eles veem o novo governo de Kiev como um fantoche americano, dominado por ultranacionalistas e “fascistas”, e pedem à Rússia que envie soldados.

O Ministério da Saúde da Ucrânia disse na semana passada que pelo menos 270 pessoas morreram no leste do país desde o início da operação militar, em abril, embora esse número já tenha aumentado para pelo menos 330. Mas os esforços do presidente Petro Poroshenko para impedir a violência, incluindo a promessa de um cessar-fogo se os rebeldes concordarem em depor suas armas, podem em breve testar quanto esses comandantes estão dispostos a se subordinar a uma autoridade superior. Ainda não se sabe com clareza a quem eles são leais – ao governo russo, a algum oligarca local, às repúblicas populares ou simplesmente a si mesmos.

Dos grupos, o Vostok é o mais bem preparado para a batalha, liderado por Alexander Khodakovsky, um homem ponderado de cabeça raspada e cavanhaque que já comandou uma unidade das forças especiais. A terceira das grandes forças armadas de Donetsk é a Oplot, organização cívica e clube de artes marciais mistas que defende um estilo de vida saudável e o nacionalismo pan-eslávico, transformado numa milícia em Donetsk sob o comando de

REFLEXÕES IX

Alexander Zakharchenko, um ex-mecânico sarcástico com barriga de cerveja e pele bronzeada.

Mas há outros senhores da guerra se fortalecendo. Igor Girkin, conhecido pelo nome de guerra Strelkov e acusado pelo governo ucraniano de ser agente da espionagem russa, controla a cidade sitiada de Sloviansk, onde jornalistas foram sequestrados e dois rebeldes de grupos adversários executados recentemente por ordem dele. Na região vizinha, Lugansk e várias outras cidades estão sob o controle do Exército do Sudeste, cujo fundador, Valery Bolotov, viajou recentemente à Rússia para se recuperar de uma tentativa de assassinato.

Várias outras cidades menores na região estão sob o controle de comandantes poderosos, de Igor Bezler – que foi tenente-coronel do Exército russo e teria atuado no serviço de espionagem – em Gorlovka, até um grupo de cossacos russos em Antratsyt. Bezler, conhecido pelo apelido de Bes (demônio), foi visto recentemente num vídeo no qual parecia executar dois agentes da espionagem ucraniana à frente de um pelotão de fuzilamento (alguns analistas dizem que o vídeo pode ser encenação).

Um momento simbólico da transição dos grupos desorganizados de homens armados com porrete para milícias bem armadas ocorreu no final de maio, quando membros do Batalhão Vostok expulsaram do prédio do governo regional de Donetsk todos os rebeldes que não fizessem parte do governo autoproclamado. Muitos viram nesse tenso impasse uma jogada do Vostok para se estabelecer como principal força em Donetsk, mas Khodakovskiy disse que a “demonstração de força” foi um efeito colateral. De acordo com ele, o verdadeiro objetivo era castigar saqueadores que tinham levado bebidas alcoólicas e outros artigos de um supermercado.

Um surto de saques que atingiu o leste da Ucrânia nas semanas mais recentes posicionou os comandantes das milícias como árbitros definitivos de suas áreas. Strelkov chegou a ordenar o fuzilamento de dois de seus homens por “saque, assalto à mão armada, sequestro e abandono do posto de batalha”, de acordo com uma ordem de execução publicada na *internet*.

REFLEXÕES IX

A zona rural do leste da Ucrânia é hoje um território sem lei cheio de postos de controle comandados por rebeldes pró-Rússia e forças do governo ucraniano, enquanto as cidades mantiveram certo grau de ordem. Mas os três comandantes das milícias de Donetsk afirmaram que a criminalidade está aumentando. “Pegamos saqueadores todos os dias”, disse o comandante da Oplot, Zakharchenko. “Roubam carros, assaltam pessoas, furtam lojas, provocam.” A maioria dos policiais declarou lealdade à nova República Popular e não tem nenhum poder diante dos milicianos fortemente armados da região.

Kerch disse que os policiais foram desmoralizados pelo movimento rebelde. “A polícia está acostumada a lidar com criminosos, mas agora há muitas pessoas com metralhadoras pela cidade e é claro que nem todos pensam em primeiro lugar no bem da pátria”, disse ele. “Bandidos da República Popular de Donetsk que não estavam por aí antes passaram a usar os símbolos do grupo e assaltar pessoas.” Para coibir tais atos, milícias rebeldes patrulham dia e noite.

Em Donetsk, os infratores não são fuzilados, disse Khodakovsky, embora possam ser humilhados, como os dois mostrados num vídeo varrendo calçadas usando cartazes dizendo “sou um ladrão”. Mas Kerch disse que execuções podem vir a ocorrer no caso de uma guerra. O surto de sequestros e detenções nas áreas controladas por rebeldes revela o lado mais sombrio da justiça dos vigilantes, incluindo a distribuída pelos comandantes rebeldes. Relatórios das Nações Unidas, da Organização pela Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Human Rights Watch indicaram que o número de sequestros no leste da Ucrânia está aumentando. Jornalistas, cidadãos locais e monitores da OSCE foram feitos reféns.

A organização local de defesa dos direitos humanos, Prosvita, calculou recentemente que 200 pessoas estejam atualmente detidas em condições ilegais, número confirmado por Kerch. Zakharchenko disse que a Oplot mantém, sozinha, entre 40 e 50 prisioneiros. Um membro da comissão eleitoral de Donetsk que preferiu se manter anônimo disse ter sido detido com três amigos três dias antes da eleição presidencial de 25 de maio, sendo mantidos por seis dias no

REFLEXÕES IX

porão do edifício do serviço de segurança que o Exército Ortodoxo Russo transformou em quartel-general. Eles foram interrogados, espancados e torturados com choques elétricos. O homem disse que seu principal interrogador tinha um forte sotaque russo.

Kerch disse que mantinha prisioneiros, incluindo dois “saqueadores” que tinham roubado o carro do morador de Makeyevka (segundo ele, o carro foi devolvido). O Exército Ortodoxo Russo também deteve Nikolai Yakubovich, ativista pró-Kiev e assessor do conselho de segurança da Ucrânia, trocando-o por prisioneiros rebeldes.

Dmitry Verzilov, membro da comissão eleitoral e vereador em Donetsk, disse ter sido detido por horas quando foi conversar com líderes rebeldes sobre reféns. Foi jogado no porão do edifício do governo de Donetsk, onde contou 83 prisioneiros. Um porta-voz da República Popular de Donetsk negou que houvesse prisioneiros no prédio.

Em outro indício da ausência cada vez mais completa de lei, Maxim Petrukhin, assessor do presidente da República Popular de Donetsk, Denis Pushilin, foi metralhado de um carro domingo em pleno dia, no centro da cidade. Pushilin disse que os responsáveis eram “agentes de Kiev”. Líderes da República Popular de Donetsk disseram que cada milícia se encarregaria de supervisionar o policiamento e operações militares de determinadas áreas. Mas os comandantes dizem que ainda não há separação clara das responsabilidades, e todas as milícias continuam agindo como força da lei por conta própria.

Suspeita-se que as três unidades principais de Donetsk trabalhem com o oligarca local Rinat Akhmetov, o homem mais rico da Ucrânia e aliado do ex-presidente Viktor Yanukovych. Milicianos impediram uma multidão furiosa de invadir a residência de Akhmetov, protegendo-a por dias. Os líderes das milícias disseram que seus homens apenas tentavam impedir a desordem.

Os laços das milícias com o Kremlin também são pouco claros. Mark Galeotti, professor de assuntos globais da Universidade de Nova York e especialista nos serviços de segurança russos, diz que

REFLEXÕES IX

Khodakovsky era conhecido como oficial do tipo “próximo de Moscou” nas forças especiais ucranianas, onde era notória a presença de agentes russos. Gromov, de Lugansk, foi fotografado recentemente com o nacionalista russo Vladimir Zhirinovsky, membro do Parlamento Europeu.

Mas os três comandantes de Donetsk negaram ter elos diretos com o Kremlin e disseram ter obtido suas armas de instalações militares capturadas. Kiev acusou a Rússia de enviar homens e armas ao leste da Ucrânia, incluindo um par de tanques que teria atravessado a fronteira no dia 12 de junho. Os rebeldes dizem ter roubado os tanques de um posto militar.

Se os líderes militares da rebelião recebem dinheiro da Rússia, é provável que seja de oligarcas nacionalistas como Konstantin Malofeev, que já contratou os serviços do comandante Strelkov, de Sloviansk, e do primeiro-ministro da República Popular de Donetsk, Alexander Borodai, para sua firma, de acordo com reportagens do jornal independente Novaya Gazeta.

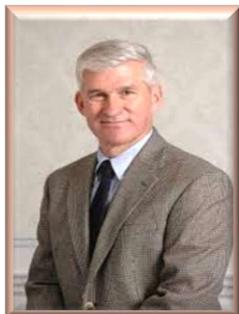
Os líderes das milícias de Donetsk dizem ser leais à República Popular de Donetsk, embora esse elo pareça informal e, em certos casos, tênue. “A República Popular de Donetsk não existe; tudo isso não passa de um projeto que não consigo compreender”, disse Khodakovsky. “Não votei no referendo (pela independência). Não escolhi isso. Havia apenas uma escolha: estar ao lado do meu povo ou estar contra ele. A Rússia é o meu país. Foi lá que servi no exército”. “Meus parentes moram lá.” O objetivo final deles também é vago. Por enquanto, eles se mantêm unidos num conflito contra aquilo que enxergam como um governo injusto e agressivo em Kiev.

Embora Poroshenko tenha prometido conceder anistia aos rebeldes que depuserem armas, ele excluiu os que cometeram crimes graves. Os líderes milicianos podem esperar mais perseguição do que anistia caso Kiev retome o leste. ●

Alec Luhn: jornalista, americano radicado em Moscou, colabora com publicações como *The Guardian*, *The Nation*, *Foreign Policy* e *The Moscow Time*.
Artigo publicado o jornal O Estado de S. Paulo no dia 22 de junho de 2014

A conta da invasão de Bush chegou e Obama não sabe lidar com o problema

Andrew Bacevich



Disposição? Soldados iraquianos no sul de Bagdá: rapidez da derrota em Mossul surpreendeu

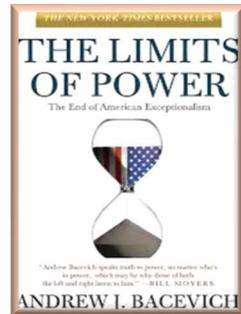
Quando as notícias sobre o vertiginoso desmoronamento do Iraque começaram a aparecer na mídia americana, houve quem contasse com o silêncio ensurdecedor de um grupo, os *neocons*. Aconteceu o contrário. Os ideólogos que se uniram em torno de George W. Bush na formação coesa de um círculo de dançarinas de Esther Williams nas piscinas dos musicais da MGM não só pipocaram nas telas como já chegaram tocando tambor. O elenco é o de suspeitos habituais: Dick Cheney, o ex-vice de Bush, e Paul Wolfowitz, ex-subsecretário da Defesa sob o impenitente Donald Rumsfeld. Não só querem mais intervenção como colocam a culpa pela crise em Obama – o ex-senador que deve sua eleição em boa parte a ter votado contra a invasão do Iraque.

Obama abandonou o Iraque para ser invadido pelos fanáticos do Exército Islâmico da Síria e do Levante porque não deixou tropas estacionadas lá depois da retirada de 2011, acertada ainda no governo Bush, diz a narrativa conservadora. Detalhe: o governo do gângster sectário Nouri Al Maliki se recusou a tolerar até um pequeno contingente de três mil soldados oferecido por Obama. Em 2011, al-Maliki já estava obedecendo ordens de seus irmãos xiitas em Teerã. E jogando lenha na fogueira sectária, iniciada com ocupação das tropas aliadas a partir de 2003.

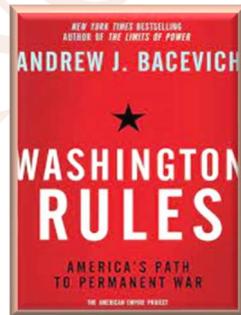
A queda da segunda maior cidade iraquiana, Mossul, para os sanguinários rebeldes sunitas surpreende o acadêmico, autor e historiador militar Andrew Bacevich. Não porque aconteceu, mas pela rapidez. Coronel da reserva que serviu no Vietnã (“uma guerra estúpida e catastrófica”) de 1970 a 1971, Bacevich é autor, entre

REFLEXÕES IX

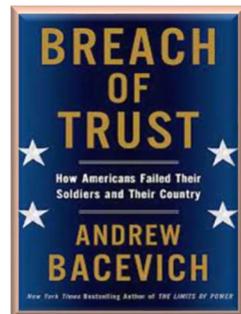
outros, do best-seller *The Limits of Power: The End of American Exceptionalism*, de *Washington Rules: America's Path to Permanent War* e de *Breach of Trust: How Americans Failed their Soldiers and their Country*. Quem examina a história dos conflitos descrita nessas obras repete o truísmo¹⁶: ninguém melhor do que um militar para argumentar contra a guerra.



E esse professor de história e relações internacionais da Universidade de Boston tem mais do que a experiência no campo de batalha no Vietnã. Em maio de 2007, seu filho, o primeiro-tenente Andrew John Bacevich, morreu num ataque suicida quando integrava uma patrulha na província iraquiana de Salah al-Din. Duas semanas depois, o pai publicou no *Washington Post* o artigo *Perdi meu Filho numa Guerra à qual me Oponho*. Nós dois cumpríamos nosso dever, texto devastador em que o contraponto do luto profundo não obscurece o argumento que Bacevich já fazia contra a invasão do Iraque.



Nos últimos dias, afrontado com a volta dos responsáveis pelo desastre iraquiano, o professor voltou à carga em entrevistas na TV e num artigo na revista *Commonweal* em que desancou a hipocrisia dos que têm saudade de uma “ordem global” do pós-guerra. “Que ordem global?”, pergunta ele num almoço com a repórter, entre uma gravação para a rede PBS e o trem de volta para Boston. Bacevich está se aposentando na universidade, onde dirigia o Departamento de Relações Internacionais. “A



¹⁶ **Truismo**: verdade incontestável ou evidente por si mesma.

chamada ordem mundial”, continua, “consistia num pequeno clube, com europeus, depois japoneses e sul-coreanos.” Até o momento que, segundo Bacevich “Obama estragou tudo, na versão da direita”, os EUA não pareciam muito preocupados com a democracia global.

“Cruzamos os braços para atrocidades na Guatemala, apoiamos os militares brasileiros.” A seguir, a conversa com o Aliás.

Como o sr. vê a crise no Iraque?

Os acontecimentos recentes surpreendem e não surpreendem. Há meses o nível de violência é extraordinariamente alto e devemos tomar a medida dos número de civis mortos a cada mês. Só em maio, 800 pessoas foram mortas. Então não deve ser surpresa o fato de que o país esteja num processo de desintegração. O que surpreende é o sucesso e a rapidez. Os sunitas são lutadores ferozes, mas são em número relativamente pequeno. A facilidade com que derrotaram as tropas iraquianas levanta dúvidas sobre o esforço americano para reconstruir o Exército.

Essa gente que se enganou tanto agora tem a temeridade de aparecer na TV para criticar o presidente Obama, pedindo mais ação militar. Como se atrevem? São partidários desavergonhados que não têm o menor interesse em revelar a verdade sobre a política americana no Iraque ou admitir seu fracasso. Eles querem é marcar pontos políticos. Vão criticar o presidente sem ao menos admitir seu papel original na defesa da guerra ou as consequências desastrosas. A segunda questão é: por que a mídia *mainstream* continua fornecendo a eles uma plataforma? A mídia, especialmente eletrônica, é dominada por uma mentalidade de Washington. E vê tudo do ponto de vista partidário – um fato ajuda ou prejudica o presidente? Acho que os produtores e editores selecionam quem vai aparecer no programa político de domingo ou vai ser convidado para escrever um editorial com essa mentalidade.

O que acha de pesquisas que mostram apatia do americano sobre política externa?

Sim, há considerável apatia sobre política externa entre o público americano. Mas o mesmo não poderia ser dito sobre o Brasil? A vida

é dura, a luta cotidiana consome as pessoas. Os brasileiros, é claro, não se preocupam da mesma forma com o papel global do Brasil. Os americanos não são alienados da política americana, em minha opinião. Eles aprenderam uma lição importante depois do 11 de Setembro que o Obama endossou: invadir e ocupar países no mundo islâmico é uma estupidez. Promessas de vitória são ocas, projeções de custo são completamente estouradas. Um elemento do debate sobre o Iraque hoje é que o presidente reconhece a falta de apoio popular e de boa parte do Congresso para outra guerra por lá. O que não quer dizer cruzar os braços, mas as opções agora são em boa parte limitadas pelo que aconteceu nos últimos 12 anos.

E a questão humanitária?

Se a questão é humanitária, vamos nos fazer perguntas práticas. O que podem fazer os EUA e outros países para aliviar o enorme sofrimento dos civis? A resposta não é bombardeio aéreo. Bombardeio não alivia e sim cria sofrimento. Mas, se as pessoas fogem em massa para campos de refugiados, como acontece com os sírios na Jordânia, os EUA devem contribuir com recursos para aliviar a situação deles, devemos aumentar contribuições para as Nações Unidas. Essa ideia é muito impopular, mas é uma solução prática. Ou devemos receber um número de refugiados no país. Claro que não podemos acomodar refugiados de toda parte do mundo. Mas nosso território é grande, temos tradição de país imigrante, poderíamos receber um certo número. Já essa ideia é mais impossível ainda de ser aceita politicamente.

Vejo todo esse blá-blá-blá em Washington sobre preocupação humanitária e acho enganoso. Há pouca gente lá que se importe com o sofrimento dos muçulmanos para gastar somas sérias de dinheiro com eles.

O que achou do anúncio de Obama sobre o envio de 300 assessores militares?

Ele deixou em aberto a possibilidade de bombardeios. Tanto do ponto de vista político como militar, posso entender por que não quer mergulhar de cabeça. O problema é que essa ação em pequena escala não deve resolver o problema: reforçar a espinha dorsal do

Exército iraquiano e derrotar os rebeldes. Temos um possível cenário de escalada, daqui a duas semanas ou um mês.

A invasão do Iraque é a responsável pelo que acontece agora no país?

Sim, no sentido de que a invasão americana no Iraque foi catalisadora. Mas o que catalisa promove condições já existentes. Se pudermos voltar, a resposta remonta à história do Oriente Médio desde a 1ª Guerra, quando a Grã-Bretanha, numa luta de morte com a Alemanha, decidiu não apoiar o Império Otomano e se aliou à França. Países como Iraque, Egito, Líbano, Síria e Jordânia são resultados disso. Ingleses e franceses não estavam interessados em democracia ou no bem-estar dessas populações. Para satisfazer seu interesse imperial dividiram aquela parte do mundo.

Quando os ingleses se cansaram, como aconteceu na Índia, viraram as costas. A ingenuidade americana foi, depois da 2ª Guerra, assumir um papel de responsabilidade pela bagunça que herdaram dos ingleses. Fizemos isso por causa do petróleo, para conter a União Soviética e para garantir a segurança de Israel. Uma sucessão de presidentes, Truman, Eisenhower, Kennedy, acreditou que os EUA eram inteligentes e fortes o bastante para se impor sobre o Oriente Médio.

Essa ideia voltou com George W. Bush?

Sim. Veja que o objetivo da invasão não era simplesmente derrubar Saddam Hussein ou desmantelar “armas de destruição em massa” que não existiam. Ele queria refazer o Oriente Médio à imagem dos EUA. Queria eliminar o antiamericanismo na região e espalhar valores liberais. Na cabeça de gente como Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, o Oriente Médio não ficaria muito diferente da Europa.

O Iraque era o projeto grandioso para deslanchar uma vitória que levaria sucesso a outros países. Entre os muitos erros de cálculo estava este: vitória. Derrubamos Saddam e foi tudo para o inferno – não só no Iraque, mas na região. Agora estamos cercados por desordem no Oriente Médio e não sabemos como responder. O

Exército Islâmico da Síria e do Levante é filho da invasão americana no Iraque. Sob o brutal Saddam não havia Al-Qaeda lá. Ao eliminá-lo e promover o caos, a contínua presença americana criou a abertura para a Al-Qaeda se instalar.

O que acha da aproximação entre EUA e Irã para resolver a crise do Iraque?

Pode haver algum mérito, sim. A discussão, a meu ver, não é Irã e EUA colaborarem num senso tático para impedir o Iraque de se dissolver. Devemos, de fato, colaborar estrategicamente e não taticamente. Faço aqui uma comparação com o Vietnã. Invadimos o Vietnã na ilusão de que seria vital para nossos interesses. Não era. Quando Nixon admitiu que não havia vitória possível, calculou como obter algum benefício da derrota, reduzir o custo do fracasso.

Até então os EUA se recusavam a falar com a China. A abertura para a China, brilhantemente proposta por Nixon, subtraiu um grande adversário de nosso país na região. E complicou a situação da União Soviética, foi um dos fatores de seu fim.

Precisamos usar a mesma lógica com o Irã, examinar como uma abertura nos interessa. Não posso afirmar que os líderes do Irã sejam sérios sobre a aproximação, mas não tenho dúvida de que ela merece ser explorada.

O que o sr. pensa da visão de Obama sobre política externa, que ele articulou em maio num discurso na academia de West Point?

Eu definiria Obama como um pragmático sem imaginação. É bom ser pragmático, não ser movido por ideologia. É uma qualidade positiva que faltava a George W. Bush. Mas Obama carece de criatividade. Ele não consegue, a partir de seu instinto realista, montar um grande cenário de política externa.

Discursos ele faz. Como aquele tão anunciado no Cairo, em 2009. Ali, ele prometeu recomeçar em outros termos a relação com o Oriente Médio. E não se viu ação alguma. O contraste, de novo, é com Nixon. Nixon era cínico, imoral e desonesto. Mas via oportunidades para o país no mundo, algo que não vi Obama

REFLEXÕES IX

demonstrar. E o problema também é que ele se cerca de médiocres em política externa, como Susan Rice e Hillary Clinton. ●

Andrew Bacevich: historiador militar, professor da Universidade de Boston e autor de *Os limites do poder*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 22 de junho de 2014

LUIZ BIANCHI

O indiano intranquilo

Raghuram Rajan



Nuvens escuras de chuvas de monções pairam sobre Mumbai, quando, do 18º andar do Banco Central da Índia, olho para baixo, mirando o gótico recorte dos prédios da cidade contra o horizonte, esperando Raghuram Rajan chegar. É um pano de fundo adequadamente tempestuoso contra o qual contemplo o primeiro ano de meu convidado no comando do BC indiano.

Rajan tomou posse como presidente em setembro do ano passado, durante um momento de profunda crise financeira. Ele tinha retornado à sua terra natal em 2012, trazendo uma reputação de astro acadêmico forjada inicialmente na Universidade de Chicago e em seguida no Fundo Monetário Internacional, onde foi economista-chefe por três anos. Em 2005, Rajan também pronunciou um célebre discurso durante um evento em homenagem a Alan Greenspan, quando, em vez de elogiar o presidente que deixava seu cargo no Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA), criticou o *establishment* financeiro, prevendo vários aspectos da crise financeira mundial. Apesar disso, Rajan nunca tinha comandado uma instituição como o Reserve Bank of India (RBI), muito menos num momento de queda livre da rúpia, fuga de capitais e precário posicionamento da Índia, mesmo entre as chamadas "cinco" frágeis economias emergentes.

Um ano depois, pelo menos essa sensação de desastre passou, em parte graças à competência e à tranquila persona pública de Rajan, traços que parecem ter restabelecido a confiança dos mercados, iniciando-se uma recuperação que perdurou desde sua nomeação, em setembro passado, até a eleição do novo primeiro-ministro, Narendra Modi, em maio deste ano. Mas o percurso não foi tranquilo, e estou ansioso para ouvir suas reflexões sobre as realidades muitas vezes tortuosas do poder político.

REFLEXÕES IX

Rajan: BCs usaram ao máximo suas ferramentas, que agora "podem criar mais riscos no sistema"

Rajan chega com apenas alguns minutos de atraso, parecendo relaxado em um terno escuro, compensado por uma gravata vermelha e azul. As regras do RBI não permitem que o presidente seja convidado para almoço que não pague, e ele pede desculpas por isso. Mas também há o fato de que idas a restaurantes envolvem interrupções excessivas do trabalho. "É muito difícil sair", diz, com um encolher de ombros meio encabulado. "Então, quando tenho convidados, eles vêm e comemos aqui mesmo."

Estamos numa suíte perto da sala de Rajan. Uma toalha branca foi colocada sobre uma mesa de reuniões adornada com um buquê de rosas vermelhas. Cerca de duas dezenas de retratos de ex-presidentes do RBI olham solenemente de cima a baixo de uma parede mais distante. Um cardápio ao alcance da mão elenca cinco pratos, indianos e ocidentais. Rajan é vegetariano, mas o *chef* do RBI acrescentou opções "não veg" para mim, entre elas peixe e batatas fritas.

O menu não oferece nenhum traço de bebida alcoólica, e por isso opto por um suco de frutas, enquanto dois garçons em ternos escuros tradicionais indianos servem nosso primeiro prato: uma sopa de cebola francesa salgada e quente.

Começo indagando sobre seus primeiros dias no cargo. "Senti-me um pouco em pânico", admite Rajan. "E, de certa forma, foi nossa culpa... Parecia que estávamos um pouco erráticos, com uma nova medida a cada semana... Isso deu a impressão de que 'eles estão realmente preocupados, eles estão realmente entrando em pânico'."

Muitos grupos empresariais tratam bancos públicos como um fundo de reserva. É assim: se der cara, eu ganho; se der coroa, você perde. Quero mudar isso.

Na verdade, em sua interpretação, a posição da Índia era mais sólida do que parecia: "O importante era levar a conversa para longe da rúpia, que era a medida subjacente de pânico".

Rajan, 51 anos, é alto, exibe um físico modelado pela prática de tênis

REFLEXÕES IX

e *squash*, e cabelos pretos espessos, ligeiramente grisalhos nas têmporas. Na mídia indiana, durante os primeiros meses no banco, sua boa aparência atraiu tanta admiração quanto sua feroz postura anti-inflacionária. "Ele reinjetou 'sex' no claudicante Sensex", escreveu um colunista, referindo-se ao principal índice de ações da Índia.

Comentaristas mais contidos designaram a retomada ascendente da bolsa como a "alta de Rajan".

Com Alan Greenspan e Bem Bernanke, ex-presidentes do Fed



Como ele vê tudo isso?, pergunto. "Não psicanalisei o processo, mas parece-me que, durante algum tempo, havia pessoas em busca de alguém que lhes dissesse que nós [a Índia] conseguiríamos fazer isso. Houve uma espécie de vácuo na economia, e as pessoas se uniram em torno de mim." Gostou disso? Ele faz uma pausa. "Não anseio por publicidade". Parece levemente ofendido.

Terminamos nossas sopas e os garçons ressurgem com mais pratos. Rajan escolhe uma empanada de legumes ao curry, acompanhada de um rico *palak paneer* verde e pão rotis quente. Eu opto por caranguejo, que vem em uma concha recheada com batata cremosa e ovos ao curry. Meu peixe e fritas revelam-se filés de peixe à milanesa servidos numa tigela grande repleta de batata palha salgada. A combinação é curiosa, mas o peixe é fresco e agradavelmente picante.

Com Christine Lagarde, diretora-gerente do FMI



Pergunto a Rajan como se sentiu de volta à Índia. "É preciso algum tempo para se acostumar com as hierarquias", admite, com um sorriso. A antiquada burocracia indiana ainda opera

REFLEXÕES IX

deslocando arquivos físicos entre departamentos, e níveis de *status* são estabelecidos por meio de protocolos como, por exemplo, quem chega por último para uma teleconferência. "Claro, não precisamos dar nossos próprios telefonemas. E os assistentes pessoais investem muita energia, quando há alguma ambiguidade, para estabelecer sua superioridade sobre a pessoa para quem estão telefonando."

Enquanto os garçons recolhem nossos pratos, pergunto a Rajan sobre sua infância. Ele nasceu em 1963 na cidade indiana central de Bhopal – "a alguns metros de onde ocorreu a tragédia do vazamento de gás". Viveu a juventude em vários países, entre eles, Indonésia e Sri Lanka, quando esses países eram abalados por conflitos internos. Rajan descreve seu pai como um diplomata, o que traz nossa conversa para um rumo potencialmente embaraçoso, pois tal descrição de cargo encobre o fato de que ele era um funcionário superior do serviço de inteligência indiano, o equivalente ao MI6 britânico.

No RBI, recebido pelo vice-presidente K. C. Chakrabarty



É um tema que Rajan raramente discute, então decido ser direto. Em sua juventude, ele sabia que seu pai era um espião? Não, responde, e descobriu o fato somente mais tarde. "Ele costumava me dizer que John Le Carré retratou bastante bem esse mundo", diz, sobre a profissão do pai. "A pessoa é simplesmente igual a outro burocrata qualquer, exceto pelo fato de estar fazendo coisas que outros achariam muito, muito interessantes. Mas não tem nada a ver com andar por aí portando uma Walther PPK em companhia de mulheres encantadoras. Minha mãe não teria gostado disso."

Rajan associa seu interesse inicial por economia ao fato de ter crescido na Índia socialista. Depois da faculdade, no entanto, estudou engenharia no Indian Institut e of Technology, instituição de elite em que se destacou academicamente e foi eleito o melhor "generalista" (versado em várias disciplinas), prêmio atribuído a um aluno amplamente querido e admirado. Obteve um diploma

REFLEXÕES IX

adicional no Indian Institute of Management Ahmedabad, onde conheceu sua mulher, Radhika, com quem tem dois filhos.

**Chegando ao RBI com o ministro de Finanças,
P. Chidambaram**

A migração para a economia veio apenas em torno dos 25 anos de idade, com uma tese de doutorado intitulada



Essays on banking (Ensaio sobre a atividade bancária) no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, seguido, em 1991, por um posto na Booth School of Business da Universidade de Chicago, onde seus primeiros trabalhos acadêmicos tinham um foco relativamente estreito em finanças. Então pergunto de que modo sua experiência com as realidades do poder no RBI difere de suas suposições teóricas anteriores.

"Em toda organização há disputa por território, e os territórios são defendidos muito, muito vigorosamente, seja no FMI ou no governo da Índia", diz. Para avançar, ele aprendeu a conquistar aliados: "Eles têm que ficar com um pouco da glória. Se acham que você é uma prima-dona, então vão resistir". Essa abordagem colegiada pode parecer um clichê, mas também soa verdadeira, quando se trata da persona afável de Rajan.

De fato, é difícil encontrar alguém disposto a dizer uma palavra contra ele – uma reputação de simpatia que remonta a seus tempos de universidade e atravessa os muitas vezes maldosos mundos acadêmico e governamental, e que até agora parece tê-lo ajudado a evitar confrontos com seus chefes políticos em Nova Déli.

Erguendo o olhar para os retratos, Rajan diz sentir-se bem ao aprender a arte das concessões. "Se você considerar a longa história desses 22 sujeitos atrás de mim, apenas um se demitiu por não estar de acordo com as políticas do governo", diz.

Quando o tema é Narendra Modi, porém, ele polidamente se esquiva, dizendo apenas que se encontrou com o novo primeiro-ministro pela primeira vez após seu triunfo eleitoral. Antes, em

REFLEXÕES IX

nossa conversa, porém, ele havia descrito a vitória [de Modi] como "o maior acontecimento positivo individual para a economia", apesar de o novo governo, a partir de então, ter se movido muito lentamente. "Compreendo que há certa decepção, entre os investidores, quanto ao ritmo das mudanças, mas as expectativas não eram realistas. Não há como mudar a face da economia da noite para o dia."

Os bancos centrais mantêm o pé no acelerador, [injetando] crédito em mercados emergentes. Não sabemos como isso vai acabar

Lá fora, o céu escurece ainda mais e a chuva açoita as janelas enquanto indago se Rajan gostou de seu prato principal. Os garçons estão por perto. Essa é mais uma indagação a ser respondida diplomaticamente, e o presidente do BC elogia as empanadas.

Mudo de assunto, para falarmos do futuro da economia indiana. Antes de seu retorno à Índia, Rajan fez uma série de palestras em que atacou os problemas de corrupção no país e alertou para os riscos da formação de uma "oligarquia" ao estilo russo. Isso ainda o preocupa?

Ele faz uma pausa, como se ponderasse os riscos de um tema tão controverso, antes de prosseguir, referindo-se aos escândalos recentes nas áreas de telecomunicações e direitos minerais. Uma questão intrigante os interliga, diz: "Por que toleramos o político venal?" Inspirado por Richard Hofstadter, historiador que estudou a era do capitalismo dos "barões ladrões" nos EUA, Rajan diz que a resposta está nos degradados serviços públicos indianos. Como o Estado é fraco, os eleitores cobram ajuda dos políticos locais para garantir um emprego ou obter benefícios do governo. Para isso, os políticos precisam de recursos financeiros, que obtêm exigindo propinas.

"Então, é uma espécie de nexo profano, por assim dizer. Como os serviços públicos são inadequados, os políticos preenchem a lacuna. Os políticos recebem recursos do empresariado e então são reeleitos por seu eleitorado clientelista. E o eleitorado faz vista grossa aos negócios tramados com o empresariado." Um problema inter-relacionado surge quando industriais ganham favores em troca, por

REFLEXÕES IX

exemplo, de empréstimos baratos. "Muitos grupos empresariais tratam os bancos públicos como seu fundo de reserva", o que significa que os credores são lenientes quando os tempos são maus, mas as empresas se apropriam dos benefícios quando as coisas melhoram. "Então é assim: se der cara, eu ganho; se der coroa, você perde. Quero mudar isso."

Rajan vê clara relação entre a degradação de serviços públicos e tolerância para com políticos venais

O evidente repúdio de Rajan aos magnatas deriva, em parte, de sua posição tanto como alguém externo ao sistema como por ser um economista que acredita em competição saudável.



Mas tenho a sensação de que a desaprovação é ainda mais profunda. De qualquer forma, esses são problemas que ele pretende resolver, segundo diz, reformando o setor bancário e reprimindo empresas excessivamente endividadas.

Os garçons voltam para recolher os pratos, e trazem uma pequena tigela de prata com água para lavarmos os dedos. Chega a sobremesa: um prato de frutas servido com sorvete de creme de baunilha, que Rajan recusa. Passo a uma pergunta óbvia: sendo aquele a quem se atribui ter previsto a crise mundial passada, o que pode dizer sobre a próxima? Ele responde com modéstia. "A beleza de ter acertado uma vez, ou de ter acertado parcialmente uma vez, é que agora todo mundo espera que você seja um profeta. Mas a verdade é que ninguém sabe realmente de onde virá a próxima."

Por isso, ele parece ansioso. "Enormes responsabilidades foram lançadas no colo dos bancos centrais para, essencialmente, compensar deficiências do sistema político. Minha preocupação é que não dispomos de ferramentas suficientes para fazê-lo, mas não estamos dispostos a dizê-lo. Como resultado, usamos ao máximo as ferramentas existentes, e elas podem criar mais riscos no sistema." Um dos primeiros críticos à flexibilização quantitativa [QE, em inglês], Rajan assumiu uma briga pública, em janeiro deste ano, ao

REFLEXÕES IX

acusar o Federal Reserve americano de conter o QE sem considerar o efeito sobre economias emergentes, inclusive o período de fuga de capitais e pânico dos investidores na Índia, antes da chegada de Rajan ao RBI.

"Seis anos após a crise financeira, os bancos centrais ainda mantêm o pé totalmente no acelerador, [injetando] crédito em mercados emergentes", diz. "Não sabemos como isso vai acabar. Pode acabar bem, se permitirmos que o ar escape lentamente desses mercados inflados, ou por uma série de minicrises. Mas a coisa poderá ser mais dramática se, um belo dia, de repente, o mundo perceber que os EUA vão elevar as taxas de juros muito rapidamente; nesse caso, o ar também vai sair bem mais rapidamente."

Ainda pior, em sua opinião, é um padrão mais amplo de globalização assolada por repetidas crises, na medida em que os mundos desenvolvido e em desenvolvimento não conseguem se coordenar, provocando ondas de capital entre eles, nos dois sentidos, desestabilizando violentamente seus sistemas financeiros.

"A alavancagem foi para os mercados emergentes, os mercados emergentes gastaram muito, sobreveio a crise, e então a alavancagem foi para os países industrializados, e agora está voltando para os emergentes." Desta vez, porém, a culpa é dos países mais ricos, que não reformaram suas economias, bem como da incapacidade de instituições como o G-20 de formular uma reação. "Estou preocupado com que todo mundo... está fazendo o que pode fazer, uma vez que temos um vácuo no espaço multilateral. O vácuo é danoso."

Nosso tempo está se esgotando, então liquido minha sobremesa e faço uma pergunta final, sobre os planos do próprio Rajan. O conjunto de retratos nas proximidades incluem uma foto do ex-primeiro-ministro Manmohan Singh, que exerceu um mandato como presidente do RBI e depois ascendeu ao topo da política indiana. Muitos dos admiradores de Rajan torcem para que ele tome o mesmo caminho. Mas se cargos mais altos o interessam, ele não deixa transparecer.

"Minha intenção foi, e é, retornar ao meio acadêmico", diz,

REFLEXÕES IX

esboçando uma futura agenda de pesquisas sobre a interação entre mercados e democracia, com um foco especial na própria Índia. A questão sobre que tipo de país a Índia se tornará o interessa em particular, especialmente dada sua herança socialista e o relacionamento muitas vezes ambivalente com o livre mercado. "Na Índia, dizemos uma coisa e fazemos outra", diz, enquanto terminamos nosso café e colocamos os guardanapos de lado. "Então, o que estamos tentando fazer como país? Descobrir isso, eu acho, também seria divertido." ●

Raghuram G.Rajan: was born 1963 in Bhopal, Madhya Pradesh.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 29 de agosto de 2014.

Adeus ao povo brasileiro

Gilberto de Mello Kujawski



Estamos todos cansados de ouvir que nunca como agora o povo brasileiro esteve tão mal representado politicamente. Já não nos identificamos com quase nenhum de nossos governantes, deputados, vereadores ou senadores. Ou são desinteressados da promoção do bem público, do progresso econômico, da educação e da saúde, dos transportes e da infraestrutura, ou ineptos, ou corruptos em escala nunca vista.

Será esta a questão? O povo estará mal representado, ou, mais radicalmente, tornou-se incapaz de gerar sua representação política porque está abalado em sua autoestima e em vias de extinção?

Ao ouvir aquele santo ancião invocar tanto o nome de Deus, o Zaratustra de Nietzsche, respeitoso, falou assim ao seu coração: “-Será possível? Esse santo ancião não ouviu em sua floresta que Deus morreu?”

Chegará o tempo em que iremos perceber que também o povo brasileiro está ameaçado de morrer. Aquele povo brasileiro descrito por Jorge Amado, Ariano Suassuna e João Ubaldo Ribeiro, aquele ser vivo, palpitante e criador de linguagem típica, música, folclore, poesia e dança, futebol e carnaval, está ameaçado de perecer por falta de ar num país dominado por um partido único, um objetivo único, e um poder único, o Executivo hipertrofiado, com seus “conselhos” populares enquistados, de modo a manipular a vontade popular, reduzindo a oposição e o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público a sombras impotentes sem voz nem vez de participar em igualdade de condições num jogo político de cartas marcadas, como demonstrou Ives Gandra Martins em seu artigo recente “Vocação bolivariana” (OESP, 22-07-2014).

O Povo, isso que se chama Povo na acepção democrática, moderna,

REFLEXÕES IX

ingressou na história de forma festiva, ao início da Revolução Francesa, com a participação empolgada de todas as classes do antigo regime. A Assembleia decidiu associar-se ao movimento popular das federações (reuniões fraternais, revolucionárias e patrióticas). Foi organizada em Paris a Federação Nacional, no dia 14 de julho de 1790, aniversário da tomada da Bastilha, comparecendo a população parisiense no Campo de Marte, cerca de 200.000 pessoas, com missa solene e delegados provenientes de todas as partes do país. Tomou a palavra La Fayette, subindo ao altar e falando com grande eloquência. Luís XVI, presente, jurou manter a Constituição.

Nascia o povo francês como o conjunto de todas as classes, o primeiro estado (o clero), o segundo estado (a nobreza) e o terceiro estado (artesãos, camponeses, comerciantes, profissionais liberais, etc.). Antes da Revolução, só o terceiro estado formava o povo. Agora, povo será o conjunto de todas as classes, convivendo democraticamente.

É verdade que depois as coisas tomaram outro rumo na França. Veio o período sangrento do terror, a radicalização mais implacável, evaporou-se o Liberte, Égalité, Fraternité, os reis e a nobreza foram decapitados e a discórdia generalizou-se. Mas ficou o principal. Sob as cinzas do ideal revolucionário sobreviveu na França e difundiu-se em outros países a afirmação do povo em seus novos moldes democráticos de inclusão de todas as classes, regiões, etnias e grupos. O povo unido num projeto de vida em comum, acima dos regionalismos, das classes, dos grupos e de todo tipo de particularismo. Este é o Povo em sua versão moderna, democrática, plasmada pela Revolução e pelo Romantismo: povo e nação conforme emergiram da Revolução Francesa, são entidades substancialmente poéticas. Eis o que lemos no famoso Dicionário de Política, de Bobbio, Mateucci e Pasquino: “Foi com a redescoberta romântica do Povo, já em coincidência com uma visão política nacional, que identificava o Estado com a



REFLEXÕES IX

nação e, portanto, dava novo e maior valor a tudo o que compunha a realidade nacional, que ele (o povo) começou a ser sentido como possível sujeito de vida política.”

A conclusão é surpreendente: povo e nação, as realidades básicas da política moderna, em sua substância mesma, são ambas entidades de índole poética. Em outras palavras, são os poetas e os escritores que forjaram na modernidade e em todos os países, inclusive no Brasil, a mística do povo como ela existe e é vivida a partir de fins do século XVIII. Poetas e escritores como Gregório de Matos, Vieira, Castro Alves, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Villa-Lobos, Jorge Amado, Gilberto Freyre, Guimarães Rosa, Ariano Suassuna, Manuel Bandeira, Carlos Drummond e João Cabral fundaram no Brasil, seu povo e sua nação, hoje em perigo de extinção.

O povo agoniza, as nações naufragam tanto no hemisfério sul, como no hemisfério norte. O horizonte do nihilismo¹⁷ envolve o universo inteiro, o que nos obriga a filiar a presente regressão política e social que atormenta todos os países a fatores muito distintos e anteriores, por exemplo, às posições do PT ou à paranoia do bolivarianismo alimentado na Venezuela como um programa para toda a AL. O Decreto 8.243/14, repudiado por todos que ainda têm a cabeça no lugar, tem raízes muito mais profundas do que parece. Sua concepção, assim como a ideologia petista no seu todo, ou o bolivarianismo, são emanações espúrias da nova visão de mundo que predomina na história moderna, cantada, por exemplo, pelo poeta inglês T.S. Eliot na sua obra-prima, o poema *The Waste Land* (*A Terra Devastada*), de 1922, no qual descreve a esterilidade insuportável do mundo moderno. Seu modo de ver guarda paralelo com a tese de Max Weber acerca do “desencantamento do mundo”, em consequência da racionalização extrema e da perda de relação com o mito e a sacralidade das coisas, como naquela proclamação de Zaratustra sobre a morte de Deus.

“... fruto daquela visão típica ora dominante, que enxerga as árvores e exclui a floresta. As árvores que enxergamos não formam a

¹⁷ **Nihilismo**: redução ao nada; aniquilamento; não existência.

REFLEXÕES IX

floresta. A floresta está constituída pelas árvores que não enxergamos, aquelas que estão latentes no fundo da floresta. “O cidadão, os coletivos, os movimentos sociais, etc.” são subdivisões de uma realidade anterior e inteiriça, latente sob suas especificações, e que é o povo, o povo brasileiro, que só o povo e seus artistas e escritores sabem o que é, mas os políticos e os burocratas ignoram, friamente”....

Se Deus morreu, o mundo criado por Ele, também morreu, passa a ser uma casca vazia e sem sentido, um objeto passivo, sujeito ao arbítrio do racionalismo tecnológico, a arte de manejar as coisas sem saber qual é o seu sentido. Em termos políticos, se o mundo morreu o povo também morreu com ele.

O povo não pode sobreviver na esterilidade de um mundo sem sentido. O povo transforma-se em massa de manobra daquela visão racionalista e pragmática das coisas, objeto de manipulação do Estado prepotente e de seu braço implacável, a burocracia. O povo assume o perfil da “sociedade civil” tal como é descrita naquele Decreto em seu artigo 2: “Sociedade civil – o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações.”

O povo não é só a fonte do poder político. É também a fonte da língua que falamos, dos usos, das crenças e das alegrias mais duradouras, da arte mais robusta, da memória social e da imaginação do futuro, e da sabedoria da vida mais profunda.

O texto do Decreto 8.243/14 é de leitura penosa e torturante, desdobrado numa série de particularizações quase impossíveis de serem seguidas e assimiladas. Produto de mentes delirantes, francamente paranoicas no detalhismo interminável dos mecanismos de controle burocrático da sociedade. O conteúdo do Decreto e sua redação não escapam à contradição que persegue toda tentativa de formular o enredo da democracia direta na prática cotidiana. Porque é disto que trata o malsinado Decreto: desconhecer as instâncias do Congresso e da Justiça, rejeitando-os como complicadores da igualdade democrática, para perseguir diretamente os resultados da luta política. Excluído o trânsito pelo

REFLEXÕES IX

Congresso e o Tribunal, no esforço de querer passar da democracia formal para a democracia substancial, o governo anuncia um Decreto no qual se multiplicam em escala desmedida as precauções e os instrumentos de controle, resultando na paralisação ainda maior da máquina burocrática, conhecida pela sua proverbial capacidade de obstrução.

De onde se segue que o polêmico Decreto, por força de sua prolixidade e complicação kafkiana, resultará inaplicável na prática, digno somente de um final melancólico, de sabor shakesperiano: muito barulho para nada.

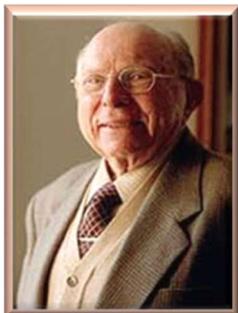
Na gênese deste Decreto absurdo o fator decisivo foi o susto do governo petista com as manifestações de junho de 2013. Era urgente dar uma resposta ao inesperado levante popular que alarmava nossa presidente e seu séquito. Que tal tirar o povo de cena? Em outras palavras: “Façamos, nós do PT, a revolução, antes que o povo a faça.” Não se tratava de ir ao encontro do povo, para somar com ele, e sim ir de encontro ao povo e roubar-lhe o protagonismo, rebaixando-o ao papel de mero e simples figurante. Adeus ao povo brasileiro! ●

Gilberto de Mello Kujawski: é escritor e jornalista, e autor do ensaio *O Sentido da Vida*.

Artigo publicado no dia 4 de agosto de 2014

O crucifixo no tribunal

Gilberto de Mello Kujawski



Carlos Alberto Direito, o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tem sido alvo de muitos comentários da imprensa. Conta-se dele, por exemplo, que em 2005 teve um desentendimento com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro Edson Vidigal. "Direito queria que fosse colocado um crucifixo no plenário. Numa votação secreta, a colocação da imagem de Cristo ganhou por um voto.

Carlos Alberto Direito

Vidigal, ainda assim, foi contra. Defendia que o Estado é laico, não poderia escolher uma religião. Direito insistiu. Vidigal enrolou". O juiz gaúcho Roberto Lorea é do mesmo parecer que Vidigal. Em artigo na Folha de S.Paulo, assim se manifestava na ocasião: "A ostentação de um crucifixo no plenário do STJ é inconstitucional porque viola a separação entre o Estado e a Igreja, ferindo o direito à inviolabilidade da crença religiosa, que é assegurada a todos os brasileiros". Em outro trecho de seu brilhante artigo, Lorea distrai-se um pouco e escreve: "A questão é aceitar que o Brasil é um país laico..."



Data vênua do digno magistrado, ele labora em confusão. Não é o Brasil que é um "país" laico. O Brasil é, isso sim, um país majoritariamente católico, apostólico, romano, sim, senhor. Laico é o Estado, não o país, a nação, a sociedade brasileira. A laicidade estatal não se estende por lei ou por decreto a toda a nossa sociedade. Pensar o contrário e admitir que o Estado absorve em si a sociedade, significa incidir em cheio no totalitarismo.

REFLEXÕES IX

Afinal, que quer dizer separação entre Estado e Igreja? Quer dizer, essencialmente, independência. Nem o Estado manda na Igreja, nem esta no Estado. Mas independência não implica isolamento nem incomunicabilidade. Os Poderes da União, Executivo, Legislativo e Judiciário, são independentes e harmônicos entre si (artigo 2- da Constituição). A independência não exclui a conjugação nem a colaboração entre os Poderes, contanto que um não interfira no outro. O constituinte de 1988, sabiamente, admite a colaboração das igrejas com o Estado, com vista ao interesse público (artigo 19, I), conforme bem acentuou o desembargador Renato Nalini em artigo memorável na Folha. Acrescenta o desembargador paulista que todas as Constituições republicanas, exceto as de 1891 e 1937, invocam a proteção de Deus no preâmbulo do pacto.

Não é justa a opressão imposta pelas minorias religiosas à maioria católica. Se tomada ao pé da letra, a separação entre Estado e Igreja exigiria a supressão de todos os feriados nacionais de cunho religioso: o Natal, a Sexta-Feira Santa, Finados, Corpus Christi e Nossa Senhora Aparecida. A religião coletiva é um fenômeno histórico de longa duração, um uso arraigado no corpo social, impregnando as pessoas e as instituições de forma duradoura e persistente, um nexos social que não pode ser extirpado por lei nem por decreto. Do ponto de vista jurídico, separação não é mesmo que divórcio. A separação do casal quebra a sociedade conjugal, mas não rompe o vínculo conjugal, o que só o divórcio consegue. O Estado brasileiro é laico e está separado da Igreja. Sim, mas entre Estado e Igreja persiste, ainda e sempre, o vínculo social e cultural da religiosidade católica vigente entre nós durante cinco séculos.

Naquele mesmo artigo acima citado, Nalini escreve ainda: "A cruz é misericórdia. E justiça desprovida de misericórdia pode representar suma injustiça". Ou como faz Carlos Heitor Cony, autor profano e confessadamente agnóstico, opinando que o crucifixo, adverte os juizes, em linguagem dramática, que a justiça pode ser falível. O Cristo pregado na cruz ilustra "um dos maiores erros judiciários de todos os tempos" (Folha de S. Paulo, 28/9/2005).

Sim, como inscreve Tio Sam nas notas de dólar, *In God we trust*. E não é nos tribunais americanos que as testemunhas juram com a

REFLEXÕES IX

mão na Bíblia? Não conheço Carlos Alberto Direito, mas reparo que a imprensa já rotulou seu nome: "fama de conservador", "muito religioso", "intransigente com a disciplina" e "reputação de Caxias".

Conservador? Qual o critério da imprensa para carimbar alguém como conservador? Já sabemos, a mídia se guia pela formação moral do cidadão: Direito é contra o aborto, a pesquisa com células-tronco e o casamento de homossexuais. A partir da orientação moral, faz-se uma dedução perversa: ele é conservador também na política. Ora, em sã consciência, o teste para saber se alguém é ou não "conservador", politicamente falando, será a aplicação de um questionário sobre suas preferências políticas e sociais. Haveria que pesquisar, por exemplo: o novo ministro é contra os direitos sociais enumerados no Capítulo II da Constituição? Ele nega o direito à educação e à saúde, à moradia, à segurança, à proteção ao trabalho, à maternidade e à infância, e à assistência aos desamparados, na forma da Constituição? Insurge-se contra o salário mínimo, o direito de greve, o Fundo de Garantia, a participação nos lucros, a organização sindical? Não? Aceita abertamente a garantia dos direitos sociais, tais como assegurados na Lei Maior?

Então, meus caros, o ministro ora nomeado não pode ser discriminado como "conservador", embora não admita o aborto, a pesquisa com células-tronco, etc. Em matéria de conservadorismo, não se pode extrapolar da moral para a política. Ser contra o aborto é uma coisa, negar a redistribuição de renda é bem outra coisa. ●

Gilberto de Mello Kujawski: é escritor e jornalista, e autor do ensaio *O Sentido da Vida*.

A polêmica do aborto

Gilberto Mello Kujawski



A questão do aborto vem cercada de tanto ruído, deformada por tantos equívocos, sujeita a um sem-número de sofismas e trapaças, que não pode ser discutida antes de ser depurada e saneada dos vícios que a obscurecem.

Em primeiro lugar, a politização. Basta alguém se declarar contrário ao aborto para ser sumariamente tachado de "reacionário". Que dizer, então, do filósofo italiano Norberto Bobbio, estrela do pensamento progressista, que condenava o aborto? E que pensar da doutora Zilda Arns, conhecida pelo seu currículo de ação social, também ela frontalmente contestadora da prática abortiva? A politização do problema é atitude desleal, baseada na desqualificação cega do oponente, o que não significa um argumento, mas simples ignorância e preconceito.

Superado o baixo nível da desqualificação política, abrem-se duas vias de acesso ao problema: a via religiosa e a via científica. Na perspectiva religiosa, Deus é o criador da vida e só Ele pode tirá-la. O aborto voluntário e a manipulação das células-tronco embrionárias são repelidos como atentados à vida, admitindo-se como seguro e indiscutível que a vida humana tem início na fecundação do óvulo pelo espermatozoide. O ponto de vista religioso é respeitável e o mais profundo por ser o único que aponta diretamente para a sacralidade da vida humana.

A sacralidade é mais do que uma palavra pomposa. O sagrado consiste na própria realidade elevada a sua potência suprema de ser; o sagrado "está saturado de ser", isto é, de poder, perenidade e eficácia (Mircea Eliade). Nada mais prenhe e saturado de ser que a vida, a vida que produz todas as realidades. Por isso a vida é sagrada, *mysterium tremendum* (Rudolf Otto). A vida exige

REFLEXÕES IX

respeito, e a argumentação religiosa, contra o aborto é a única que demonstra pela vida todo o respeito que ela merece.

Isto posto, cumpre reconhecer que o ponto de vista religioso não é o último nem definitivo, porque lhe falta universalidade. Só tem valor para os religiosos, para os cristãos, não vale para a sociedade como um todo, hoje varrida pela descrença, pelo agnosticismo e pelo ateísmo. O planteamento¹⁸ religioso é sublime, profundo, o mais elevado de todos, mas suas razões só se impõem sustentadas na fé religiosa, para quem crê em Deus.

No concernente à via científica, ela não alcança mais validade que a via religiosa. Primeiro, o equacionamento científico está semeado de dúvidas até agora não resolvidas. Por exemplo, quando começa a vida sensível do nascituro? Sua capacidade emocional?

Alguns pesquisadores atribuem ao feto emoções vivas como medo, a alegria, a cólera, circunstância na qual o feto poderia sentir e pressentir sua própria eliminação, que seria, então, muito mais cruel. Segundo, a visão científica deixa de fora os aspectos éticos, jurídicos e humanos implicados no aborto, por fugirem à sua alçada. Terceiro, dado o caráter especializado da linguagem biológica e genética, seus dados são inacessíveis à maioria das pessoas, que só acreditam neles por fé, tal como ocorre na visão religiosa.

A questão do aborto só será bem colocada quando posta em alcance universal, e quando respeitado seu foco original, que não é a mãe da criança, e sim a própria criança, pois esta é a que morre sempre no processo abortivo. A mãe, sujeita aos abortos clandestinos praticados por amadores, pode ou não morrer, mas o nascituro morre sempre.

Portanto, ele é o foco, o núcleo, sujeito (passivo) do aborto, que, na definição mais crua e realista consiste na supressão violenta do filho no seio da mãe.

Em nosso tempo se luta bravamente pelo direito à vida dos animais

¹⁸ **Plantear**: derramar pranto por, lastimar; prantear.

REFLEXÕES IX

e até das plantas. Terá a criança em via de conformação menos direito à vida que o animal e a planta? Julián Marías, depois de expor suas reservas ao ponto de vista exclusivamente religioso (trata-se de um pensador católico) e científico, e de criticar as limitações do problema reduzido ao aspecto ético ou jurídico, propõe a visão antropológica do tema do aborto. Nada de complicar, e sim de descomplicar.

Fundar a argumentação na "mera realidade do homem, tal como se vê, se vive e se compreende a si mesmo". Ora, a primeira coisa que acontece ao homem é nascer, ser dado à luz. Pois bem, a partir desta constatação óbvia, irrespondível, Marías abre os olhos para uma intuição magnífica expressa nas seguintes palavras: "O nascimento de uma criança é uma radical inovação da realidade: a aparição de uma realidade nova". Nova em que sentido? No sentido de que a criança, inovação radical da realidade, não se reduz nem aos pais, de que deriva, nem aos elementos naturais que tomam parte na constituição de seu organismo.

"O que é o filho pode reduzir-se a seus pais e ao mundo, mas o filho não é o que é. Ele é alguém. Não um que, e sim um quem, alguém a quem se diz tu, e que dirá, dentro de algum tempo, eu. E este quem é irreduzível a tudo e a todos, desde os elementos químicos, seus pais, e até mesmo Deus. Ao dizer eu enfrenta-se com todo o universo, contrapõe-se polarmente a tudo o que não é ele, a todos os demais e a tudo mais."

A criança em formação, na medida em que é irreduzível a qualquer outro ser, por isso mesmo é autônoma, isto é, assenta em si mesma sua realidade, e é portadora de direitos inalienáveis, o primeiro dos quais é o direito à vida.

De onde se segue ser falso de toda a falsidade que o feto é "parte" do corpo da mãe, que dele poderia dispor a seu bel prazer, inclusive para eliminá-lo. A mãe não pode dispor sobre a morte do filho em gestação, que abriga no seio, mas que não lhe pertence. Irreduzível a tudo e a todos e por isso radicalmente autônomo, o filho só pertence a ele mesmo. Nem à mãe, nem à Natureza, nem mesmo a Deus.

REFLEXÕES IX

"Ocorrida a concepção, o direito do concebido só pode ser satisfeito deixando-o nascer" (Norberto Bobbio). ●

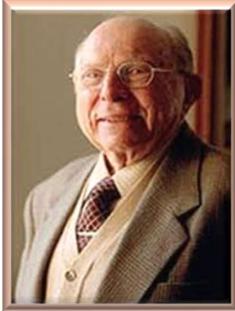
Gilberto de Mello Kujawski: é escritor e jornalista, e autor do ensaio *O Sentido da Vida*.

Artigo publicado no dia 30 de setembro de 2005

LUIZ BIANCHI

E a utopia, onde fica a utopia?

Gilberto de Mello Kujawski



Após a leitura do meu artigo sobre o anacronismo das revoluções (A revolução, um gênero literário esgotado, 30/10), um casal muito amigo interpelou-me: “Muito bem, mas e a utopia, como viver sem utopia?” Boa pergunta.

Pois o homem não seria homem se não fosse um ser essencialmente utópico, isto é, esforçado em melhorar, em ultrapassar-se em tudo o que faz. Vive com meio corpo fora da realidade (como D. Quixote), e até ao definir-se como “animal racional” se mostra utópico. Sua conduta mais frequente é mais animalésca do que racional.

A razão não faz parte do homem como um dom pleno e definitivo, e sim como uma tendência ou vocação, um horizonte distante, uma utopia. Este é o primeiro argumento contra a tese de que é preciso ter fé na revolução para cultivar a utopia. Não, a utopia é algo intrínseco à condição humana. O problema da revolução é seu radicalismo, o projeto de reinvenção da sociedade, desprezando e desqualificando todo o legado do passado, e arquitetando a reedificação da sociedade sobre alicerces inteiramente novos, concebidos com a coerência cristalina de um teorema de geometria, mas sem apego nem pertinência com o mundo vivido. A utopia revolucionária é abstrata e aniquiladora. *Fiat justitia pereat mundus*, faça-se justiça e que acabe o mundo, eis seu imperativo devastador. Ao destruir o mundo para impor justiça, a revolução destrói-se a si mesma.

Mas há outra forma de utopia que não exige o aniquilamento da realidade presente, sim que assenta nesta para melhorá-la e aperfeiçoá-la, sem violência contra as pessoas e as instituições.

Ortega y Gasset vislumbrou essa utopia incruenta num velho e

REFLEXÕES IX

saboroso ensaio, de 1916, intitulado *Estética en el tranvía*, literalmente, *Estética no Bonde* (Obras Completas, II). Trata-se de refletir sobre o mecanismo psicológico que nos leva a avaliar como belo ou feio um rosto de mulher. Por que razão nos parece que este rosto é belo, aquele, feio e outro, incorreto? A estética tradicional, na esteira de Platão, parte de um ideal prévio de beleza, único e universal, e o compara com cada caso singular para medir a beleza.

Semelhante construção teórica pressupõe que já conhecemos de antemão o ideal da beleza feminina, o que não é verdade. Ao contrário, andamos a vida inteira à sua procura e aquele ideal sempre nos escapa. Não existe um único arquétipo absoluto da beleza feminina, nem diversos arquétipos para as tantas variedades do sexo (a perfeita morena, a loira ideal, a ruiva sem defeito, etc.), que ao se multiplicarem indefinidamente perderiam a generalidade. Portanto, quando avaliamos a beleza do rosto feminino não partimos de nenhum modelo prévio, genérico ou universal. Partimos, isso sim, desse rosto singular que temos em frente. Cada rosto de mulher é para mim uma promessa de beleza. É estudando este e mais esse e aquele rosto em particular que elaboro meu ideal de beleza.

Por vezes aquela promessa de uma beleza ignorada, novíssima, não se cumpre. Percebo um detalhe que prejudica o conjunto: é o nariz mal desenhado, ou que não combina com a curvatura da testa, a boca mal conformada, os olhos muito separados ou muito juntos, etc. E aqui uma questão decisiva: por que razão percebo no rosto observado seus desequilíbrios e distorções estéticas? Só há uma resposta: porque tenho em minha mente a imagem do que deve ser um rosto perfeito. E de onde emergiu essa imagem? Saiu do próprio rosto que agora observo. Meus olhos corrigem aquilo que “é” (o rosto com seus defeitos), de acordo com o que “deveria ser”, mas isso de modo a confirmar e aperfeiçoar o plano do rosto original, sem violentá-lo, nem trocá-lo por outro rosto, limitando-se a aperfeiçoá-lo em suas linhas programáticas. A questão é a seguinte: como é que eu posso reparar nos defeitos desse rostinho até simpático, se não tenho em mente sua imagem ideal, emanada dele mesmo?

REFLEXÕES IX

“Cada fisionomia suscita, como que em mística fosforescência, seu próprio, único, exclusivo ideal.” O padrão da beleza feminina não é único e o mesmo; os padrões são múltiplos e imprevisíveis, cada fisionomia sugere o seu modelo exclusivo e insubstituível.

O que acontece na estética ocorre, também, na ética. O dever não é único e genérico, como queria Kant com seu imperativo categórico. A cada pessoa corresponde seu dever, brotado como apetência de toda a minha individualidade. O rosto individual é, ao mesmo tempo, projeto de si mesmo e realização mais ou menos completa. Na moralidade sucede outro tanto. Cada pessoa está inscrita na silhueta moral de si mesma. Algumas a preenchem melhor; outras, pior. “Não meçamos, pois, cada qual senão consigo mesmo: o que é como realidade com o que é como projeto.”

E aqui Ortega lembra as palavras de Píndaro, poeta grego que viveu cinco séculos antes de Cristo. “Chega a ser o que és. Este é o supremo imperativo moral: transforma-te em quem és.”

E na política ou na economia será diferente? De modo algum. Assim como cada rosto encerra o modelo de si mesmo, e cada pessoa, o seu próprio dever, que é realizar-se a si mesma com máxima plenitude, analogamente, cada povo, cada país, cada momento histórico guarda nas suas peculiaridades e insuficiências, a proposta do que tem que ser sem quebra violenta ou ruptura da continuidade.

O liberalismo político e econômico padece de inúmeras deficiências e dá margem a muitas injustiças? Nem por isso vamos destruir a sociedade capitalista de modo a não deixar pedra sobre pedra. Não é preciso a revolução para consertar os erros da História. A própria realidade, no que tem de distorcida e incompleta, em sua capacidade de inovação ilimitada, é a suprema incubadora de ideais, de normas e de perfeições, escreve o filósofo.

Parece incrível como de um simples episódio anedótico, um percurso de bonde em seu cotidiano em Madri, Ortega pudesse extrair norma de tal fecundidade e de tal largueza, abrangendo todos os campos possíveis de valoração, o estético, o ético, o político e o econômico. Como aviso aos navegantes, previno que a fórmula orteguiana é totalmente nova, nada existindo de semelhante nos

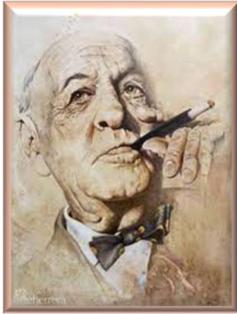
REFLEXÕES IX

grandes mestres do pensamento em alemão, em francês ou em inglês. Se aqueles que se deveriam interessar por ela não tomam conhecimento é porque lhes parece mais cômodo deslizar na inércia do pensamento, o que equivale a permanecer imobilizado no mesmo lugar, ou seja, no mesmo lugar-comum. ●

Gilberto de Mello Kujawski: membro do Instituto Brasileiro de Filosofia, é autor, entre outros títulos, de *Império e Terror*.
Artigo publicado no dia de abril de 2007

Estética no bonde

José Ortega y Gasset



Pedir a um espanhol que desista de dirigir o olhar de um especialista sobre as mulheres que viajam no eléctrico é exigir o impossível. É um dos hábitos mais enraizados e característicos do nosso povo. Estrangeiros e alguns compatriotas acham errado o modo insistente e quase tátil com que os espanhóis olham para as mulheres. Eu sou um desses: isso me deixa muito nojento. E, no entanto, acredito que esse costume, com a insistência, a petulância e o tato visual suprimidos, é uma das características mais originais, belas e generosas de nossa raça. Tal como acontece com outras manifestações da espontaneidade espanhola, acontece com esta.

Assim como aparecem, imaculados, ásperos, misturados com o puro e o desajeitado, oferecem um aspecto de barbárie. Mas se forem refinados, libertando o requintado do rude e realçando o seu germe nobre, poderão constituir um sistema de gestos altamente original e digno de competir com aqueles estilos de movimento que foram chamados de cavalheiro ou *homme de bonne compagnie*. Aos artistas, aos poetas, aos homens do mundo cabe submeter a matéria-prima destes hábitos seculares à química das purificações reflexivas. Velázquez fez isso, e tenha certeza de que a admiração de outras nações por sua obra é muito influenciada pela estilização bem-sucedida em que se concentrou o gesto espanhol. Hermann Cohen contou-me que sempre aproveitava as suas estadas em Paris para ir à sinagoga para contemplar os gestos dos judeus de Espanha.

Mas não é meu propósito agora descobrir o nobre significado que pode estar escondido por trás dos olhares atozes dos espanhóis para a mulher. O assunto seria interessante; pelo menos para El Espectador, que viveu durante vários anos sob a influência de

REFLEXÕES IX

Platão, mestre da ciência do olhar. Mas atualmente minha intenção é diferente. Hoje peguei o bonde e, como nada de espanhol me parece estranho, exercitei aquele olhar de especialista mencionado acima. Tentei livrá-la da insistência, da petulância e do tato. E causou-me grande surpresa constatar que não foram necessários três segundos para que as oito ou nove senhoras incluídas no veículo se mantivessem esteticamente afiliadas e para que uma sentença firme recaísse sobre elas. Isso é muito bonito; aquele, incorreto; aquele que está além, decididamente feio, etc., etc. A linguagem não dispõe de termos suficientes para expressar as nuances desse julgamento estético que se concretiza e se desencadeia no rápido voo de um olhar.

Como a viagem foi longa e, com bom acordo, nenhuma daquelas senhoras me concedeu um futuro sentimental, tive que retirar-me para a meditação sem outra presa senão o meu próprio olhar e as suas frases automáticas.

Em que consiste esse fenômeno psicológico que poderíamos chamar de cálculo da beleza feminina? Não pretendo saber agora que mecanismo secreto da consciência causa e regula este ato de avaliação estética. Contento-me em descrever o que percebemos claramente quando o fazemos.

A psicologia antiga supõe que o indivíduo possui um ideal prévio de beleza, neste caso, um ideal de rosto feminino, que ele aplica ao rosto real que está olhando. O julgamento estético consistiria simplesmente na percepção da coincidência ou discrepância entre um e outro. Esta teoria, originária da metafísica platônica, tornou-se inveterada¹⁹ na estética e nela derrama seu erro original. O ideal, como a ideia de Platão, torna-se uma unidade de medida, pré-existente e separada das realidades, com as quais as medimos.

Tal teoria é uma construção, uma invenção originada do brilhante desejo helênico de unidade. Pois bem, o Deus da Grécia deveria ser procurado não no Olimpo – uma espécie de castelo onde uma

¹⁹ **Inveterada**: radicado profundamente; entranhado; muito antigo.

REFLEXÕES IX

sociedade de pessoas distintas vive em alegria –, mas naquele pensamento de um. O único é a única coisa que existe. As coisas brancas são brancas, e as mulheres são bonitas, não cada uma em si e na sua peculiaridade, mas em virtude da sua maior ou menor participação na brancura única e na mulher bela única. Plotino, em quem este unitarismo atinge a sua exacerbação, acumulará expressões que insinuam a trágica sede de unidade que pulsa nas coisas. Πλεύθειν ὀρέγεσθαι πρὸς τὸ ἓν – eles correm, tendem, anseiam pela unidade. Seu ser, ele chega a dizer, é apenas τὸ ἴχνος τοῦ ἐνός, o traço da unidade. Eles sentem um ciúme como Afrodite daquele. Nosso Fray Luis, que platoniza e platiniza desde sua dura cela, encontra a frase mais feliz: a unidade é “a piedade universal das coisas”.

Mas tudo isso, repito, é construção. Não existe um modelo único e geral que as coisas reais imitem. O que devo aplicar aos rostos destas senhoras, um esquema prévio de beleza feminina! Isto seria falta de bravura e também não é verdade. Longe de saber o que será a beleza suprema nas mulheres, o homem busca perpetuamente desde a juventude até a decrepitude. Ah, se a conhecêssemos de antemão!

Se o soubéssemos de antemão, uma de suas melhores fontes e boa parte de seu drama perderiam a vida. Cada mulher que vemos pela primeira vez desperta em nós a esperança suprema de que ela seja talvez a mais bonita. E neste jogo de esperanças e decepções que expandem e contraem os nossos corações, a vida corre por um campo quebrado e agradável. No capítulo sobre o rouxinol, Buffon conta a história de um desses passarinhos que chegou aos quatorze anos por não ter tido a oportunidade de amar. «Vê-se – acrescenta – que o amor encurta os dias; mas a verdade é que, em vez disso, os preenche.”

Vamos continuar nossa análise. Como não encontro em mim esse arquétipo e modelo único de beleza feminina, ocorre-me supor – como também aconteceu com os estetas de vez em quando – se, pelo menos, haverá uma pluralidade deles, vários tipos de perfeição corporal: a morena perfeita e a loira ideal, a ingênua e a nostálgica, etc.

REFLEXÕES IX

Notamos imediatamente que esta suposição apenas multiplica as dificuldades da anterior. Em primeiro lugar, não percebo que possuo esta galeria de rostos exemplares, nem tenho razão em suspeitar onde a poderia ter adquirido. Em segundo lugar, dentro de cada tipo encontro uma gama ilimitada de diferentes belezas possíveis. Seria necessário, então, multiplicar tanto os tipos ideais que eles perderiam seu caráter de gênero, e sendo inumeráveis como o próprio indivíduo se enfrenta, seria aniquilada a finalidade desta teoria, que consiste também em tornar a norma una e geral e protótipo para avaliação do singular e do diverso.

Contudo, interessa-nos enfatizar algo nesta doutrina que dispersa o modelo único numa pluralidade de modelos exemplares típicos. Bem, o que provocou essa dispersão? Sem dúvida, o alerta de que, na realidade, quando calculamos a beleza feminina, não partimos do único esquema ideal para lhe submeter a fisionomia específica, sem lhe dar voz ou voto no processo estético. Pelo contrário: partimos do rosto que vemos e ele, por si só, segundo esta teoria, seleciona entre os nossos modelos aquele que lhe deve ser aplicado. Desta forma, a realidade individual colabora com o nosso julgamento de perfeição e não permanece, como antes, totalmente passiva.

Aqui está um aviso exato, no meu entendimento, que reflete um fenômeno real da minha consciência e não é uma construção hipotética. Sim: meu humor ao olhar para essa mulher é completamente diferente daquele que um juiz usaria com pressa para aplicar o Código pré-estabelecido, a lei pactuada. Não conheço a lei; pelo contrário, procuro isso no rosto do transeunte. Meu olhar tem o caráter de uma experiência absoluta. Pelo rosto que vejo diante de mim gostaria de aprender, de saber o que é a beleza. Cada individualidade feminina me promete uma beleza desconhecida, totalmente nova; a emoção que invade meu olhar é a de quem espera uma descoberta, uma revelação repentina.

A expressão mais precisa da posição em que nos encontramos quando olhamos para uma mulher pela primeira vez seria esta, que parece apenas uma torção frívola e galante: "Toda mulher é bonita até prova em contrário". E poderíamos até acrescentar: de uma beleza que não previmos.

REFLEXÕES IX

É verdade que às vezes as promessas não são cumpridas. A este respeito, lembro-me de uma anedota do submundo jornalístico de Madrid. Fala sobre um crítico de teatro, falecido há não poucos anos, que sofria com a fraqueza de distribuir elogios e culpas de acordo com um regime financeiro. Chegou um tenor que se estrearia no dia seguinte no Teatro Real. O crítico necessitado apressou-se em visitá-lo. Contou-lhe dos muitos filhos e dos poucos rendimentos: o negócio foi fechado em mil pesetas. O dia da estreia começou sem que a crítica recebesse o valor combinado. A função começou e o dinheiro não chegou; passou um ato, e outro e tudo, e quando o crítico começou a escrever na redação, o emolumento ainda não havia chegado. Na manhã seguinte o jornal inseriu a revista da ópera; nele não se mencionava uma palavra sobre o tenor até ao último verso, onde se lia: «Esquecemo-nos de dizer que o tenor **x** estreou-se: é um artista promissor; Veremos se funciona."

Às vezes, então, a promessa de beleza não é cumprida. Assim, bastou-me olhar por um momento para aquela senhora que está no fundo do bonde para julgá-la feia. Vamos decompor este ato de julgamento adverso em seus elementos. Para isso devemos repetir mais devagar; assim, a reflexão pode surpreender a nossa consciência espontânea nas etapas sucessivas da sua atividade. E noto o seguinte: o olhar fixa-se primeiro em todo o rosto, no todo e parece se orientar; então ele escolhe uma facção, talvez a testa, e desliza sobre ela. A linha é suavemente curvada e meu espírito a segue com prazer, sem raiva ou descontentamento interno.

A frase que descreve com mais precisão o meu estado de espírito neste momento seria: Isto está indo bem! Mas de repente, quando coloco os olhos no seu nariz percebo isso como uma dificuldade, uma hesitação ou um obstáculo. Algo análogo ao que vivemos numa encruzilhada, onde nascem dois caminhos. A trajetória da testa parece – não sei por que – como se exigisse continuar numa linha do nariz diferente da real. Mas isso impõe outra trajetória ao meu olhar. Sim, não há dúvida: vejo duas linhas, uma sutil e espectral no nariz carnudo, que é, digamos francamente, um tanto rombudo. Então, diante dessa dualidade, a consciência sofre um *pietinement*

REFLEXÕES IX

*sur place*²⁰: ela vacila, oscila, e nessa hesitação mede a distância entre aquela facção que deveria ser e aquela que é.

Não é, porém, que renovemos agora, facção por facção, aquilo que, no que diz respeito à aparência total, havíamos rejeitado. Não existe uma forma ideal de nariz, boca, bochecha. Se analisarmos os fatos, notaremos que qualquer facção feia (não monstruosa) (*) pode nos parecer bonita em outro conjunto.

A realidade é que nós, ao percebermos o defeito, saberíamos como corrigi-lo. Esticamos algumas linhas desencorpadas que aqui acrescentam um pouco de forma; ali, por outro lado, suprimem e amputam alguns dos existentes. Linhas desencarnadas, eu digo, e isso não é uma metáfora. Nossa consciência os rastreia olhando constantemente onde não os encontra corpóreos. É bem sabido que não podemos olhar imparcialmente para as estrelas à noite, mas antes destacamos uma ou outra do enxame de fogo. Destacá-los já é colocar certos astros em uma relação mais intensa entre si; por isso tendemos de um para o outro como fios de uma aranha sideral. Os pontos incandescentes permanecem ligados por eles e constituem uma forma incorpórea. Esta é a origem psicológica das constelações perpetuamente, quando a noite pura faz pulsar a sua escuridão azulada, os olhos do homem pagão se levantam e vêem que Sagitário atira, Cassiopeia irrita, a Virgem espera e Órion se opõe ao Touro com seu escudo de diamante.

Da mesma forma que o conjunto de pontos estelares se organiza numa constelação, a face real que vemos é a emanção de um perfil ideal, mais ou menos coincidente com ele. No mesmo movimento da nossa consciência surge a percepção do ser corpóreo e a suspeita da sua perfeição ideal.

Chegamos, então, à convicção de que o modelo não é único para todos, nem mesmo típico. Cada fisionomia desperta, como na fosforescência mística, um ideal próprio, único, exclusivo. Quando Rafael diz que pinta não o que vê, mas uma determinada ideia que

²⁰ *Pietinement sur place*: atropelamento.

REFLEXÕES IX

lhe veio à cabeça, não se compreende a ideia platônica que exclui a diversidade inesgotável e multiforme da realidade. Não; cada coisa ao nascer traz seu ideal intransferível.

Desta forma, abrimos as portas da sua prisão acadêmica à Estética e convidamo-la a explorar as riquezas do mundo. Eis como eu, deste humilde bonde que segue em direção a Fuencarral, envio uma objeção ao radiante jardim de Academos.

Louvido sejais vós,
Diversidade de criaturas,
sereia do mundo.

O amor, me comove, que me faz falar... Amor à multiplicidade da vida, que às vezes os melhores, contra a sua vontade, têm contribuído para definhar. Porque da mesma forma que os gregos fizeram da coisa única e da beleza uma norma ou modelo geral, Kant encontrará a bondade, a perfeição moral num imperativo genérico e abstrato.

Não, não; o dever não é único e genérico. Cada um de nós traz o que é inalienável e exclusivo. Para governar a minha conduta, Kant oferece-me um critério: quero sempre o que qualquer outra pessoa pode querer. Mas isto esvazia o ideal, transformando-o numa figura de proa legal e numa máscara de feições desenfreadas. Só posso querer plenamente o que surge em mim como o desejo de toda a minha pessoa individual.

O cálculo da beleza feminina, uma vez analisado, serve como chave para todos os outros domínios de avaliação. Assim como na beleza, também na ética. Vimos antes que o rosto individual é ao mesmo tempo um projeto de si mesmo e uma realização mais ou menos completa. Assim, na moralidade, creio que vejo cada homem que passa diante de mim inscrito numa silhueta moral de si mesmo: ela especifica qual seria o seu caráter individual na perfeição. Alguns incham completamente com suas ações que limitam suas possibilidades; mas normalmente discordamos, por falta ou excesso, do que seria a nossa própria plenitude. Quantas vezes nos encontramos desejando que o nosso próximo faça isto ou aquilo

REFLEXÕES IX

porque vemos com estranhas evidências que isso completaria a sua personalidade!

Não meçamos, então, cada um, mas consigo mesmo: o que é como realidade com o que é como projeto. "Torne-se quem você é." Aqui está o imperativo... Mas o que normalmente nos acontece é o que Mallarmé sugere maravilhosamente, misteriosamente, ao resumir Hamlet, o chama de: "o senhor latente que não pode se tornar".

Onde quer que esta ideia nos seja fértil, ela descobre na própria realidade, no que há de mais imprevisível, na sua capacidade de inovação ilimitada, a sublime incubadora de ideais, normas e perfeições.

Na crítica literária ou artística recebe aplicação imediata: reproduzir a análise motivada pelo julgamento da beleza feminina a respeito de uma leitura. Ao ler um livro, no corpo que forma o que se lê, bate como uma martelada íntima de gosto ou desgosto: «Isso vai bem, - dizemos-; é como deveria ser» «Isto está a correr mal; sua perfeição designa outra trajetória». E automaticamente, na obra, nela inscrita ou circunscrita, estamos deixando uma costura crítica que é o esquema que ela pretendia. Sim, todo livro é primeiro uma intenção e depois uma realização. Com aquele medimos isso. A própria obra revela-nos tanto a sua norma como o seu pecado, e o maior absurdo seria fazer um autor medir o outro.

Esta senhora que vai antes de mim...

- Quatro caminhos!- grita o colecionador.

Esse choro sempre me causou uma emoção dolorosa, porque é um símbolo de perplexidade.

Mas a jornada acabou. Você não pode pedir mais por dez centavos. ●

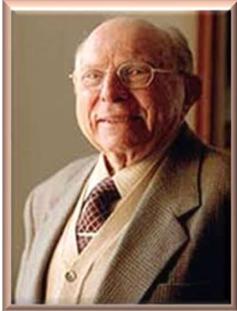
() O monstruoso é um defeito biológico e, portanto, anterior ao nível do discernimento estético. O oposto de "monstruoso" não é "bonito", mas "normal".*

José Ortega y Gasset

Dins El Espectador 1, na coleção El Arquero- 1916

A banalização da vida

Gilberto de Mello Kujawski



Em paralelo ao famoso conceito de "banalização do mal", cunhado por Hannah Arendt e denunciado como traço marcante da nossa época, em face do espetáculo de desagregação moral avassalando os Poderes em nossa terra, sem que a opinião pública responda à altura, poderíamos falar na "banalização da corrupção". A banalização produz a anestesia para o mal e a corrupção, continuando todos nossa vidinha como se aquelas aberrações não nos atingissem em

cheio.

O uso e o abuso da propina em troca de favorecimentos ilícitos ficaram tão corrente que se propagou a todas as classes. São poucos os que protestam e ficam indignados com a onda de despudor que domina o País e assalta seus mais altos escalões. "Ora, se todos fazem, por que não eu?" Como indaga Salomão Schwartzman em seu programa diário na Cultura FM, será que o brasileiro perdeu a capacidade de se indignar?

Salomão está certíssimo. Estamos perdendo a faculdade da indignação, a cada dia mais acarneirados com as balas perdidas e a roubalheira endêmica protagonizada pelos que deveriam ser os primeiros a dar o exemplo de honestidade, nossos homens públicos. O que acontecerá em nosso País? O que ocorre hoje, não somente em nosso País, mas no mundo inteiro, é algo bem pior do que a banalização do mal e da corrupção. É a banalização da vida. Esta última está por trás daquelas duas outras banalizações. A verdade é que domina em toda parte um viés alarmante de prosaísmo²¹, invadindo todos os setores, a sociedade, a política, a universidade, a

²¹ **Prosaísmo**: característica do que é comum, vulgar, sem poesia.

REFLEXÕES IX

produção artística, a linguagem, o esporte, o lazer, a sexualidade, o nível moral e intelectual.

Trata-se de fenômeno mundial, consolemo-nos, pois. O mundo contemporâneo flutua num mar de vulgaridade. Os principais meios de diversão de massa, o rádio e a televisão, ao alcance de todas as idades e de todas as classes, competem no campeonato da degradação humana. Atingem o nível de eficácia própria daquelas "técnicas de aviltamento" de que falava o grande filósofo francês Gabriel Marcel.

Os valores exaltados pela cultura, pelo civismo, pelo zelo profissional, pela responsabilidade pública são ignorados, escarnecidos²² e desprezados. Tudo se faz em nome de um cínico "pragmatismo", o qual nada tem que ver com a nobre concepção filosófica de William James, agora deformada na grossa ambição do ganho e do poder em proveito próprio.

Adeus, lirismo, abaixo o entusiasmo pelos valores superiores, fora a paixão que eleva a alma. Todas as portas são violentadas pela grosseria e pela estupidez, pela ignorância e pelo imediatismo. O prosaísmo é como a erosão: arrasa e esteriliza o solo e nivela todas as altitudes.

Fala-se muito agora em ética, "ética e moral", como pedantemente se diz. Ora, o discurso ético não pode consistir numa série de preceitos gelados e abstratos do tipo "farás isso", "não farás aquilo", um catálogo de deveres friamente calculado e imposto a todas as vontades. Não, o discurso ético, para funcionar e ser incorporado pelas pessoas, tem de vir unguido pela paixão e pelo entusiasmo, mobilizando corações e mentes para a frente e para o alto. A ética sem o apelo do entusiasmo é falsa e farisaica²³. A moral que nos deixa frios e impassíveis será boa para os hipócritas, os temperamentos pedantes e formalistas, não para os homens e mulheres de carne e osso. O próprio Kant, com sua rígida e rigorista

²² **Escarnecido**: que foi iludido, ludibriado.

²³ **Farisaica**: as atitudes farisaicas não eram atitudes dignas.

REFLEXÕES IX

doutrina moral, confessa que duas coisas lhe enchiam o coração da maior admiração e respeito: "O céu estrelado por cima de mim e a lei moral em mim." Animado pela sóbria sublimidade de sua construção ética, o filósofo prussiano concedeu-se um momento de lirismo.

O código descarnado da moral não nos basta, se não nos seduz e nos arrebatava de corpo e alma. O ideal moral – disse certo filósofo – não pode contentar-se em ser corretíssimo: "É preciso que consiga excitar nossa impetuosidade."

Num mundo dominado pelo prosaísmo, pela banalização dos valores, pela mediocridade do espírito, convenhamos que este apelo à exaltação da virtude não vingava e não se propaga. Costumo distinguir entre a moral, no feminino, isto é, a honestidade e os bons costumes, e o moral, no masculino, ou seja, o espírito de luta na superação das dificuldades (como quando se diz "o moral da tropa"). O moral tem primazia sobre a moral. Quando o moral vai alto, o ser humano está "em forma" e dificilmente resvala para a imoralidade. Quando o moral decai e a pessoa perde a fibra, abandona-se à inércia e se deixa levar pela disposição da menor resistência.

O político brasileiro faz muito que perdeu o moral, o sentido de luta, o espírito de missão cívica e patriótica. O Partido dos Trabalhadores assaltou o poder como uma nuvem de gafanhotos cai sobre uma plantação, e fazer política virou sinônimo de ganhar a próxima eleição, nada mais. Esta disposição extravasou do PT e contaminou a generalidade dos políticos, que se sentem hoje seres inúteis, sem tarefas a cumprir, encerrados nas cadeias do corporativismo e disponíveis a qualquer gesto de cooptação que venha do governo. Este é o político preparado para as tentações fáceis da venalidade e que sucumbe ao primeiro assédio, um político invertebrado, sem ossatura nem anatomia, e rendido à mais pura fisiologia. O triunfo do prosaísmo e da vulgaridade embrutece as almas e entorpece a sensibilidade moral.

Falta vergonha na cara dos políticos e indignação na opinião pública porque falta nas almas a paixão intransigente de ser fiel à voz da

REFLEXÕES IX

própria consciência, esta paixão incondicional, este sopro de lirismo que ordena fazer a coisa certa "ainda que me matem", e que gera a grande indignação.

Henri Bergson pedia para a ciência um "suplemento de alma". Nós rogamos a todos os santos um suplemento de lirismo, e um sopro de entusiasmo pelos valores que dão sentido à vida. ●

Gilberto de Mello Kujawski: escritor e jornalista, membro do Instituto Brasileiro de Filosofia.

A culpa é de quem?

Gilberto de Mello Kujawski



Faz tempo, dois filmes foram sucesso de bilheteria em São Paulo: **Juventude Transviada** e **A Culpa dos Pais**. O último título explicava o primeiro. Transpondo o caso do cinema para a política, teríamos hoje: **Congresso Transviado**. Culpa de quem? Não será dos senhores pais, nem das senhoras mães dos nobres parlamentares. O Parlamento vendeu a alma ao diabo. E o nome do diabo é legião. A culpa é de Lula e do PT.

O compadre Lula é bom companheiro e um sujeito muito carismático, mas nunca morreu de amores por princípios. O jornalista Clóvis Rossi, que não mente, foi testemunha de uma declaração que vale como um autorretrato do nosso presidente. Foi em Madri. Afundado no sofá do bar do suntuoso Hotel Palace, assim falou Lula: "Você não governa com principismo. Principismo você faz no partido quando pensa que não vai ganhar nunca as eleições. Quando vira governo, governa em função da realidade que tem." Anota Rossi que essas palavras lembram aquela famosa entrevista de Lula em Paris, a respeito do caixa 2: "O PT só faz o que todo mundo faz no Brasil." Pautar-se por princípios, segundo ficamos sabendo, é apegar-se ao "principismo", coisa de otário. Sempre se aprende. (Cf. Clóvis Rossi, Folha de S.Paulo, 18/9.)

A questão é a seguinte: a desmoralização vergonhosa do Legislativo e seu descrédito junto à população não significam crise de ordem moral (a simples desonestidade dos políticos), nem se originaram no próprio seio do Parlamento. A crise é de ordem política, tem origem na relação desequilibrada entre os Poderes Executivo e Legislativo, e foi induzida de fora para dentro no Legislativo por força do gigantismo truculento do Executivo. Este roubou a autonomia e a dignidade do Legislativo no escambo perverso do

REFLEXÕES IX

"toma-lá-dá-cá" que se institucionalizou no governo Lula.

A verdade é que Lula subornou e castrou o Congresso, dobrando sua independência e minando sua autoridade com medidas e desmedidas próprias de um presidencialismo monocrático que não admite parceria com outros Poderes.

O Congresso esfrangalhado, sem voz nem vez, esvaziado pela megalomania do Executivo com seu uso e abuso de medidas provisórias, a cooptação sistemática dos líderes da oposição, as alianças oportunistas, o tráfico de cargos, verbas e vantagens, o Congresso, desfibrado e desmoralizado, abdicou de suas funções constitucionais e se colocou nas mãos do dono e senhor do Executivo, como seu instrumento e mero joguete.

Daí à formação do mensalão e à absolvição de Renan Calheiros foi só um passo. Os congressistas não se corromperam, o Congresso é que foi usado pela vocação absorvente da Presidência, que data no Brasil desde a Proclamação da República. Lula levou às últimas consequências um estado de coisas que ele não criou, já encontrou instalado quando assumiu o poder.

Lula se explica pela lei da inércia. Nem Marx, nem Gramsci, mas Galileu. Foi pela inércia que adotou a política econômica do governo anterior; pela inércia se recusou a acrescentar algo à cartilha henriquista para aperfeiçoá-la; pela inércia obedece a uma agenda conservadora que impede qualquer mudança efetiva de base no País; graças à inércia luta pela prorrogação da CPMF.

Estamos dizendo que o modelo presidencialista dá sinais de exaustão na República Federativa do Brasil, uma anomalia que remonta à Proclamação da República, e que persiste até hoje, em escalada progressiva desde Sarney, Collor, Itamar, FHC e culminando em Lula. O sistema presidencialista dá margem ao arbítrio e aos caprichos sem limites do poder unipessoal, colocado acima do interesse do País.

O fenômeno não passou despercebido à perspicácia de Miguel Reale, ao ressaltar: "Ora, o regime presidencialista, por sua própria natureza, sobretudo no sistema imperial que tem vigorado no Brasil,

REFLEXÕES IX

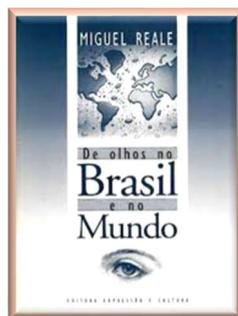
propicia amplo campo a decisões presidenciais, aparentemente fundadas na Constituição, mas, na realidade, resultantes da vontade suprema ou dos humores imprevisíveis do chefe da Nação" (Miguel Reale, Razões do Parlamentarismo, 1993, inserido no livro De Olhos no Brasil e no Mundo).

Com efeito, a leitura inocente das Atribuições do Presidente da República, na Constituição (artigo 84), dá ideia de que o exercício do poder presidencial está rigorosamente pautado no artigo citado e seu parágrafo único. Mas a realidade é outra.

O poder pessoal, livre das prudentes medidas de contenção referidas por Reale, insinua-se pelas frestas dos dispositivos constitucionais, desafiando qualquer limite prévio. Por exemplo, a lista das competências privativas do presidente da República nada dispõe sobre a ordem das prioridades a serem observadas em seu governo. Fica ao arbítrio do presidente decidir por onde iniciar seu plano de ação, movido por suas opções pessoais, oportunistas e ideológicas. A primeira iniciativa de Lula no primeiro mandato foi o Fome Zero, que gorou. No segundo mandato, o PAC, que empacou.

No sistema parlamentarista é diferente: o governo se constitui em função de um programa político a ser realizado, e neste programa já consta a ordem de prioridades essenciais à administração eficaz e impessoal do aparelho de governo. Como distingue Reale, no presidencialismo o programa depende do homem no poder, ao passo que no parlamentarismo é o homem que depende do programa.

Finalmente, atente-se para estas palavras de Reale, que parecem escritas hoje: "Não obstante pareça o contrário, invocando-se a falta de credibilidade de nossos atuais parlamentares, é no regime presidencial que mais facilmente floresce o fisiologismo político, levando deputados e senadores, desprovidos de luz própria (e são a maioria), a girar como satélites em torno do Chefe do Executivo nacional, supremo distribuidor de benesses, imperando a norma de



REFLEXÕES IX

que é dando que se recebe." ●

Gilberto de Mello Kujawski: escritor e jornalista, é membro do Instituto Brasileiro de Filosofia.

LUIZ BIANCI

Riqueza, crescimento e desigualdade

André Lara Resende



A taxa relativamente modesta de crescimento demográfico mundial, de 0,8% ao ano, nos últimos três séculos, é suficiente para mais do que dobrar o número de pessoas sobre a Terra a cada 100 anos e de multiplicá-lo por 10 a cada 300 anos. Já se dá um início de reversão. A população mundial cresce hoje a taxas muito inferiores, com sinais de que deve voltar a se estabilizar, ou até mesmo decrescer, a partir

de algum momento da segunda metade do século XXI. O crescimento demográfico terá, então, completado um ciclo de aceleração e desaceleração que levou a população mundial a saltar de menos de 600 milhões para mais de 7 bilhões de pessoas em menos de quatro séculos.

Sem crescimento demográfico, o que esperar do crescimento da renda? Como parte do crescimento da renda é derivada do componente demográfico, seria natural que, uma vez a população estabilizada, o crescimento da renda ficasse limitado às taxas observadas para a renda *per capita*. A renda passaria, então, a crescer a uma taxa mais próxima de 2% do que dos 4%, ao ano, observados no apogeu do século XX. O crescimento da renda *per capita* dos países avançados já foi bem menor de 1990 para hoje: na Europa, 1,6% ao ano; nos EUA, 1,4%; no Japão, 0,7%. Os fatos confirmam a lógica.

Daqui para a frente, ao menos nos países avançados, é ilusório contar com taxas de crescimento de 3% ou 4% ao ano. Interrompido o crescimento demográfico e atingida a fronteira tecnológica, será preciso contar com o avanço da tecnologia para garantir o crescimento da produção e da renda.

Papel do progresso tecnológico

Essa é a lição do modelo de referência do crescimento conhecido como o modelo de Solow-Swan. Até que se tenha acumulado capital suficiente e se tenha atingido a fronteira tecnológica, o crescimento depende das taxas de poupança e de investimento. Quanto mais se poupa e se investe, mais se cresce, mas, atingida a relação capital/produto de equilíbrio em longo prazo, o crescimento se torna independente das taxas de poupança e de investimento. Passa a depender do progresso tecnológico. No modelo original, o crescimento atribuído ao progresso tecnológico é estimado por resíduo, pela parcela do crescimento que não advém nem do capital nem do trabalho.

Estudos posteriores, que desenvolveram o modelo original, procuraram encontrar os fatores explicativos do progresso tecnológico. A maioria o associa primordialmente à educação – que aumentaria o que se convencionou chamar de capital humano – e à pesquisa, que aceleraria a descoberta de novas tecnologias. O debate sobre o futuro do crescimento econômico, atingida a fronteira tecnológica e estabilizada a população, gira em torno do ritmo do progresso tecnológico. A questão passaria, assim, da tentativa de promover o crescimento para a – ainda mais complexa – de acelerar o ritmo do progresso tecnológico.

Em trabalho recente (*Is Economic Growth Over?*), Robert G. Gordon sustenta que o crescimento econômico, como o conhecemos, foi um fenômeno do século XX. Só foi possível devido à **Revolução Industrial** do século XIX, quando o progresso tecnológico deu um salto excepcional. Muitos novos produtos permitiram profunda mudança nas formas de viver, produzir e consumir. Estimularam, simultaneamente, a oferta e a demanda. É possível que o progresso tecnológico mais recente, com a revolução da informática, embora igualmente impressionante, não tenha a mesma capacidade transformadora, que não seja capaz de aumentar a produtividade e estimular a demanda da mesma forma que as inovações da **Revolução Industrial**. Os computadores e a *internet* deixam claro que a inventividade humana não dá sinais de arrefecer, mas os efeitos transformadores dessa inventividade sobre a produção, o consumo e a renda parecem não escapar à lei dos

rendimentos decrescentes.

Não é preciso compartilhar do ceticismo tecnológico de Gordon para concluir que o crescimento, como o conhecemos no século XX, não deverá continuar até o fim deste século XXI; basta a lógica das taxas compostas. Assim como a população mundial deverá se estabilizar dentro de algumas décadas, também o crescimento, da renda e do consumo, dá sinais de desaceleração. Embora a qualidade de vida possa continuar a melhorar, a renda como a medimos, associada primordialmente à produção de bens, não poderá continuar a crescer indefinidamente.

Missão cumprida para o PIB

Se o crescimento é fenômeno relativamente novo, o Produto Interno Bruto (PIB) é ainda mais recente. Os conceitos e as estatísticas das chamadas contas nacionais ainda não completaram um século – só foram criados no final do anos 1930 –, mas estão por toda parte, dominam de tal forma o debate público, que é difícil imaginar a economia e a própria política sem eles. A primeira publicação de um número de PIB foi feita em 1924, para a economia americana. Até então, media-se o tamanho de uma economia pelo tamanho da população.

Depois da Grande Depressão, nos anos 1930, o presidente Franklin Roosevelt, em busca de uma saída para a estagnação em que os EUA se encontravam, encarregou o bielorrusso naturalizado americano Simon Kuznets, posteriormente ganhador do Prêmio Nobel, de construir indicadores mais confiáveis para acompanhar de perto o desempenho da economia. Entre 1931 e 1934, Kuznets coordenou o desenvolvimento e a elaboração de um sistema estatístico de acompanhamento da produção e do consumo, conhecido como das contas nacionais. O mais utilizado de seus indicadores é o hoje ubíquo (**ubíquo**: que se difundiu extensamente; geral, universal) PIB.

O desafio que Kuznets se propôs foi criar um índice capaz de acompanhar de perto a evolução da economia. Para isso, deveria ser essencialmente uma medida da produção agrícola e industrial. O objetivo era construir uma medida de tudo que fosse produzido no país durante um determinado período; daí o nome de Produto

REFLEXÕES IX

Interno. O termo "bruto" significa que é uma medida do que é produzido, sem considerar a depreciação do que foi utilizado no caminho.

Para somar tudo que fosse produzido, a opção de Kuznets foi utilizar os valores de mercados. Pôde, assim, adicionar também os valores dos serviços comercialmente prestados, um setor, na época, menos relevante, mas não desprezível. A soma dos valores de tudo que foi produzido em determinado período, calculados a preços de mercado, é então chamada de Produto (ou Renda) Interno Bruto. Ao utilizar preços de mercado, Kuznets optou por desconsiderar tudo que não fossem transações comerciais. Por exemplo, o trabalho doméstico e da criação dos filhos e atividades como a leitura, o estudo, o exercício físico, o lazer, a criação artística, a execução e o desfrutar da música, desde que não fossem remunerados. Na época, quando as economias da fronteira tecnológica, como a americana, eram essencialmente industriais e agrícolas, quando a produção industrial determinava o ritmo de toda a economia, a exclusão não parecia grave. O objetivo primordial era avaliar o nível da produção agrícola e industrial. O resto viria a reboque.

O conceito de PIB deixou de fazer sentido em seu duplo papel de aferidor de desempenho e de qualidade de vida

O conceito de PIB é uma construção artificial que procura somar o valor de tudo o que se produz e todo serviço prestado comercialmente no país. É um índice da atividade econômica interna em determinado período. Como um índice construído para representar a soma de coisas tão diversas, o conceito de PIB não poderia deixar de ter ambiguidades metodológicas. Sua concepção e construção exigem que se façam opções necessariamente irrealistas. Como indicador da atividade, primordialmente agrícola e industrial, numa economia avançada da primeira metade do século XX, o conceito desenvolvido por Kuznets era adequado. Citado em todas as esferas, transformado em símbolo de sucesso ou insucesso, utilizado para comparar países, representar sua importância relativa no mundo, motivo de orgulho ou de vergonha nacional, o PIB se transformou numa entidade ubíqua.

REFLEXÕES IX

Neste início do século XXI, o conceito de PIB já não parece ser tão adequado à realidade contemporânea. Não faz sentido, sobretudo, no papel que lhe foi atribuído na segunda metade do século XX: o de aferidor de desempenho e da qualidade de vida. Nas economias avançadas, a agricultura e a indústria perderam espaço para os serviços. O dinamismo da atividade econômica não está mais na produção, mas na concepção. Assim como o que ocorreu na agricultura durante o século passado, o aumento da produtividade industrial agora provoca a queda dos preços dos produtos industrializados, cuja participação na renda nacional tem caído rapidamente.

Produzir bens é cada dia mais fácil e mais barato. Em contrapartida, sobem os preços e a importância dos serviços, sobretudo daqueles em que a tecnologia ainda não pode substituir o ser humano. Como o PIB foi desenvolvido para medir primordialmente a produção de bens agrícolas e industriais, as enormes dificuldades de medir o setor de serviços ficaram num segundo plano. Quando tomam a liderança do dinamismo das economias avançadas, as deficiências metodológicas do conceito de PIB já não podem ser desprezadas. Calcular o valor da renda de todos os bens produzidos não é tarefa fácil. O cálculo do valor dos serviços prestados é ainda mais difícil. O preço médio de um corte de cabelo pode ser conhecido, mas qual o valor do serviço prestado por um cirurgião num hospital público? O conceito de PIB se torna muito mais ambíguo, mais difícil de ser definido e estimado, quando não se trata de medir o valor dos bens produzidos, mas, sim, o dos serviços prestados numa sociedade sofisticada contemporânea.

Kuznets tinha plena consciência das dificuldades metodológicas a ser enfrentadas na construção de um indicador da renda nacional, assim como das limitações decorrentes das simplificações assumidas. O que deve ser incluído no PIB? Embora Kuznets pretendesse que devessem ser só os "bens", também alguns "males" foram desde o início incluídos, dada sua importância na produção industrial, como as armas. Kuznets achava que a publicidade não deveria ser incluída, pois não a considerava nem um produto nem um serviço. Por que não incluir a produção de drogas, que

movimenta somas importantes em toda parte do mundo? O Reino Unido acaba de modificar o cálculo de seu PIB para incluir os serviços de prostituição, o que fez sua renda aumentar em alguns pontos de porcentagem.

O PIB é uma entidade abstrata, uma soma de valores arbitrariamente definidos para acompanhar a recuperação da atividade econômica – na época, essencialmente industrial. Não tinha a pretensão de ser um indicador de bem-estar. Não leva em conta a depreciação do capital utilizado na produção nem o uso de recursos não renováveis nem a poluição produzida, ou qualquer outro aspecto negativo não *precificável* – as chamadas externalidades – do processo de produção. Ocorre que seu sucesso, sua capacidade de expressar a riqueza de um país de maneira simples, num único índice quantitativo, comparável tanto ao longo dos anos como internacionalmente, deu-lhe uma dimensão muito além da pretendida por seus idealizadores. O PIB é hoje um indicador de desempenho e de bem-estar. Sua taxa de crescimento é interpretada como indicação da velocidade do progresso do país em todos os aspectos da vida. Por isso, o chamado crescimento econômico medido pela expansão do PIB tomou tal importância política.

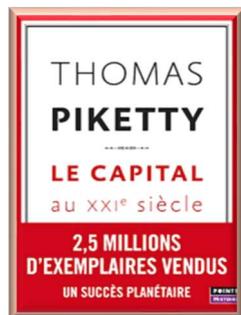
Crescimento e desigualdade

A questão central do estudo da economia sempre foi a gestão da escassez. Reduzir a escassez, por intermédio do aumento da produção e da renda, é o objetivo primordial da atividade econômica, pois a redução da escassez de bens essenciais sempre esteve associada ao aumento do bem-estar. O estudo dos determinantes do crescimento econômico tem longa tradição e inúmeras vertentes, mas o modelo de referência, ao qual, mesmo que seja para discordar, é preciso fazer menção, é o modelo de Solow-Swan, também conhecido como o modelo neoclássico de crescimento.

Durante muitos anos relegado a um segundo plano, diante da prevalência das questões relativas às flutuações macroeconômicas em curto prazo e, mais recentemente, da ênfase em questões

REFLEXÕES IX

microeconômicas, o modelo voltou ao debate político e acadêmico com a publicação do livro *Le Capital au XXI^e Siècle*, do economista francês Thomas Piketty, originalmente editado em 2013 e traduzido para o inglês, no início de 2014, com grande repercussão.



É um texto bem escrito, erudito, com referências literárias e sem fórmulas matemáticas mistificadoras. Ainda assim, um livro acadêmico, de quase 600 páginas, dificilmente se transforma num sucesso de vendas. A única explicação possível é que Piketty tocou um nervo exposto ao argumentar que a economia capitalista contemporânea promove a concentração da renda e da riqueza. Piketty parte de uma extensa pesquisa empírica. Em colaboração com outros economistas, entre eles Emmanuel Saez e Anthony Atkinson por mais de uma década coletaram e ordenaram dados, que cobrem vários séculos, até os dias de hoje, relativos aos EUA, Japão e vários países da Europa. Concluem que, nas últimas décadas, em todos eles houve concentração da renda e da riqueza nas mãos dos extremamente ricos – mais especificamente, nas mãos dos que estão entre o 1% mais rico, assim como nas do 0,1% mais rico e, sobretudo, nas do 0,01% mais rico. Mostram que essa é uma tendência generalizada nas economias capitalistas e sustentam que, deixada a correr seu curso, nos levará de volta ao padrão de distribuição da riqueza e à estratificação social do século XIX.

Nas últimas três ou quatro décadas, o processo de desconcentração da riqueza observado desde o início do século XX, sobretudo depois da Guerra de 1914, foi interrompido. Para Picketty, sem políticas especificamente voltadas para reverter o processo de reconcentração da riqueza, o ideal democrático das sociedades modernas estará ameaçado.

A força do trabalho de Piketty advém do fato de que, além de coletar e organizar a evidência empírica, ele apresenta um arcabouço intelectual simples para explicá-la. Os fundamentos desse arcabouço remontam ao modelo neoclássico de crescimento. O

ponto central de seu argumento é que, se a taxa líquida de retorno do capital for superior à taxa de crescimento da economia, haverá um aumento da relação entre a riqueza – ou o capital – e a renda. Como a taxa de retorno líquido do capital é superior à taxa de crescimento em longo prazo da renda, as economias de mercado têm uma tendência a acumular riqueza, a ter uma relação entre o estoque de riqueza e a renda cada vez mais alta. Como a riqueza é concentrada, a renda do capital é mais concentrada do que a renda do trabalho e, portanto, o aumento da relação capital/renda implica aumento da desigualdade – tendência que só é interrompida em períodos excepcionais, turbulentos, como durante as grandes guerras ou as grandes recessões.

Piketty usa os termos capital (K) e riqueza como equivalentes. A teoria do crescimento adota uma definição mais restrita de capital – apenas bens que fazem parte do processo produtivo, o que exclui coisas como obras de arte, joias, propriedades residenciais, entre outras, que são certamente riqueza. Numa análise em longo prazo, a distinção não chega a ser relevante e pode ser desconsiderada.

Como o capital é um estoque e a renda (Y) um fluxo, a relação K/Y tem a dimensão tempo. Os dados mostram que na França e na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, a relação K/Y era de aproximadamente 7 anos, ou seja, a riqueza do país era equivalente a 7 anos de renda. Com as duas Grandes Guerras e a Depressão dos anos 1930, essa relação caiu significativamente, tendo chegado a 3 anos na França e a 2,5 anos na Inglaterra. Nos EUA, a riqueza nunca foi superior a 5 anos de renda, valor atingido na primeira década do século XX. Logo depois da Segunda Guerra, o estoque de riqueza nos EUA se reduziu para o equivalente a 4 anos de renda. A partir de então, especialmente nas últimas três décadas do século XX, a relação entre riqueza e renda voltou a aumentar. Chegou a 4,5 anos de renda, numa trajetória que, se não for interrompida, a levará a 6 anos de renda, equivalentes aos níveis do século XIX europeu, antes do final do século XXI. O mesmo processo se observa nos demais países desenvolvidos.

Na França, em 2010, a riqueza voltou a ser equivalente a 6 anos de

renda e na Inglaterra chegou a 5 anos de renda.

Trabalho por capital

O modelo neoclássico de crescimento sustenta que, se os fatores de produção, capital e trabalho, têm rendimentos decrescentes – ou seja, a produtividade cai à medida que são usados mais intensamente – existe uma relação K/Y de equilíbrio em longo-prazo que se perpetua. Essa relação K/Y em longo prazo é dada pela relação entre a taxa de poupança e a taxa de crescimento. Se a economia cresce 4% ao ano e poupa liquidamente, além do necessário para repor a depreciação, 15% da renda, a relação K/Y ficará estável se for igual a $15/4 = 3,75$, nível próximo aos observados na Europa em meados do século XX.

Suponhamos, como faz Piketty, que o crescimento de 4% ao ano tenha sido um episódio extraordinário na história da humanidade. Especialmente na segunda metade do século passado, quando o crescimento demográfico atingiu o auge, foi possível crescer a taxas que não poderão ser mantidas. Daqui para a frente, com o crescimento demográfico próximo de zero, ainda que não se subscreva o pessimismo tecnológico de Gordon, a taxa de crescimento não deverá ser superior a 2% ao ano. Nesse caso, a relação K/Y de equilíbrio aumenta para $15/2$, ou seja, o equivalente a 7 anos de renda – perto do nível ao qual Piketty estima que deva chegar até o final deste século.

Piketty mostra que, ao longo da história, a taxa de retorno "pura" do capital, ou seja, depois de descontados a inflação, os impostos e todos os tipos de encargos, sempre esteve entre 4 e 5% ao ano. Segundo a teoria, os fatores de produção têm retornos decrescentes; logo, a taxa de retorno do capital deveria cair à medida que se poupa, se investe e o capital se torna mais abundante. Por várias razões, principalmente devido ao progresso tecnológico incorporado ao capital, sua produtividade tem caído pouco. Piketty supõe que possa continuar a cair, mas menos do que proporcionalmente ao aumento do estoque de capital. Quando se multiplica a taxa de retorno do capital, r , pela relação capital/produto, encontra-se a parcela da renda que vai para o capital, ou seja, $r.K/Y$. Se a taxa de

REFLEXÕES IX

retorno do capital vier a cair para, digamos, 4,5% ao ano, como admite Piketty, mas a relação K/Y subir para 7, a fração da renda destinada ao capital sobe significativamente. Mais precisamente, de acordo com nossos números, de $5\% \times 3,75 = 18,75\%$, para $4,5\% \times 7 = 31,5\%$ da renda.

O que acontece com a parcela do capital na renda quando aumenta a proporção do capital – ou seja, quando a produção fica mais intensiva no uso do capital – é uma questão muito estudada e debatida, mas sem que se tenha chegado a conclusões claras. O fato é que, nas últimas décadas, para a economia americana – paradigma da fronteira tecnológica – a elasticidade de substituição entre os fatores capital e trabalho tem sido mais alta do que se poderia esperar. A parcela da renda apropriada pelo capital tem crescido em relação à parcela do trabalho. O ponto fundamental da contribuição de Piketty para o tema, tão antigo como importante, é que, enquanto a taxa de retorno do capital for superior à taxa de crescimento, a parcela do capital na renda aumentará.

A desigualdade da distribuição da renda entre os fatores capital e trabalho pode não ser tão relevante como a da distribuição da renda pessoal, mas, se o retorno do capital for mais alto que o crescimento da economia, a renda dos que têm capital aumentará mais que a renda dos que vivem do trabalho. Como o capital é mais concentrado que o trabalho, o aumento da parcela da renda atribuída ao capital implica, necessariamente, o aumento da concentração da renda pessoal.

O segundo ponto para o qual Piketty chama a atenção – ainda mais importante que o primeiro, para a sociedade que se delineia – é que, numa economia sem crescimento, o capital, ou a riqueza acumulada no passado, é o principal determinante da renda no presente. Sem crescimento, assim como o que ocorria até a segunda década do século XX, os que na largada têm capital apropriam-se de quase toda a renda, tornando altamente improvável que se possa acumular capital a partir da renda apenas do trabalho. Uma sociedade desigual, mas na qual há grande mobilidade econômica e social, pode ser tolerável. Já uma sociedade desigual, em que não há risco de perder a fortuna herdada, nem esperança de enriquecer, é

seguramente incompatível com a democracia.

Velhas e novas fortunas

A tese de Piketty é incontestável: a concentração da riqueza no mundo se reduziu no meio do século XX, mas voltou a aumentar nas últimas três décadas. Podem-se discutir suas opções para a homogeneização e a comparação dos dados entre países diferentes e épocas distintas, mas seu meticuloso trabalho de compilação e de divulgação dos dados apenas confirma o que é visível a olho nu.

Piketty não é um radical. Ao contrário, faz questão de dizer-se de uma geração vacinada contra "uma retórica anticapitalista convencional e preguiçosa". Explicita suas dúvidas em relação a todo determinismo econômico, às tendências inabaláveis, sejam elas apocalípticas ou de que tudo acabará no melhor dos mundos. Marx se equivocou ao prever que o capitalismo seria derrotado por suas inexoráveis contradições internas, e Kuznets errou ao prever que a distribuição de renda e riqueza no mundo caminhava para uma melhoria contínua e irreversível. Apesar da reconhecida dificuldade de fazer previsões, continuamos a fazê-las. Continuamos porque, independentemente de virem ou não a ser confirmadas, as previsões contribuem para nossa interpretação do presente, o que inexoravelmente afeta o futuro.

Nem toda a recente concentração de riqueza pode ser explicada pelo argumento de que a taxa de retorno do capital é superior à taxa de crescimento da economia. Piketty dedica muitas páginas a tentar compreender as razões – ou racionalizações – para os supersalários de executivos. Várias outras explicações para a nova concentração de renda e riqueza poderiam ser elencadas. Há explicações para todos os gostos, mas nenhuma tem a força e a abrangência da tese de Piketty: se o retorno do capital é superior à taxa de crescimento econômico, a renda se concentra. Não há como escapar à lógica do argumento, mas a conclusão mais perturbadora da tese de Piketty é também a mais questionável: a de que, além da concentração da renda, se o retorno do capital é superior à taxa de crescimento, desaparece a possibilidade de novas fortunas. Estaríamos fadados a voltar às sociedades estáticas e estratificadas, baseadas na herança e

incompatíveis com a democracia.

Na democracia contemporânea, a desigualdade precisa ser vista como resultado da meritocracia, sem a qual a economia perderia dinamismo e todos seriam prejudicados. A desigualdade pode conviver com a democracia quando percebida como fruto do mérito e do trabalho, mas não como fruto do privilégio e do parentesco.

Se a taxa de retorno do capital é superior à taxa de crescimento econômico, a renda vai se concentrar, mas, para que essa concentração se dê exclusivamente nas mãos dos que já têm capital, é preciso que, além de superior à taxa de crescimento, seu retorno seja estável. Essa era efetivamente a condição do retorno do capital até o século XIX, essencialmente investido em imóveis e títulos públicos, cujas taxas de retorno eram similares e altamente estáveis, próximas de 5% ao ano, como mostram os dados e as referências da literatura no livro de Piketty.

No mundo contemporâneo, o retorno do capital pode não ter caído substancialmente, mas se tornou muito mais volátil. A taxa média continua alta, mas há muito mais dispersão em torno da média. Os riscos e as oportunidades do capitalismo contemporâneo permitem tanto destruir uma grande fortuna, como fazer uma grande fortuna a partir de quase nada.

Até o século XIX, o mundo era dos *rentiers*²⁴. Já o capitalismo financeiro contemporâneo é feito para transferir o dinheiro dos *rentiers* para os empreendedores. Se esses empreendedores são efetivamente criadores de riqueza, ou meramente agentes da transferência de riqueza dos velhos ricos para os novos ricos, é outra questão. De toda forma, no mundo em que a taxa de retorno do capital é superior à taxa de crescimento, a possibilidade de se fazer fortuna – ainda que só à custa das velhas fortunas – contribui para que a desigualdade seja mais tolerável.

O Estado e seus interesses

²⁴ **Rentier**: pessoa cujo dinheiro vem de investimentos e que, portanto, não precisa trabalhar.

A proposta de Piketty para reverter a nova tendência de concentração mundial da renda é pouco imaginativa: mais impostos. Propõe que a taxa marginal de imposto sobre a renda seja elevada para níveis de até 80% e que, simultaneamente, seja criado um imposto mundial sobre a riqueza. Nesse ponto, cede à tentação acadêmica de propor uma solução conceitual a ser implantada por um agente racional e isento. Esquece-se de que o Estado da realidade nada tem de isento e racional, mas tem interesses próprios, patrimonialistas, que desvirtuam e inviabilizam propostas que dependam de sua intervenção. Ele próprio reconhece a baixíssima probabilidade de que alguma coisa na linha do que propõe venha a ser implantada. Num mundo interligado pela globalização, impostos sobre a renda e a riqueza significativamente mais altos do que a média mundial levam à fuga de capitais em busca de condições mais favoráveis.

Piketty afirma que, embora não exista um limite teórico para a proporção da renda intermediada pelo Estado, o tolerável, na prática, parece já ter sido atingido. A grande expansão do Estado, quando a carga tributária nos países mais avançados saltou de menos de 10% para mais de 40% da renda nacional, já ocorreu no século XX, nas cinco décadas que se seguiram à Depressão dos anos 1930. Hoje, um segundo salto é altamente improvável. Nos países mais avançados, o Estado já atingiu o tamanho máximo compatível com a atual capacidade de sua gestão. É uma forma de reconhecer que os impostos não são a solução. Alternativa mais fecunda seria voltar a examinar a viabilidade de reduzir a concentração e de democratizar a propriedade do capital. Não é claro que a governança de grandes corporações com o capital democraticamente pulverizado seja menos problemática do que a das empresas estatais, mas o tema merece atenção.

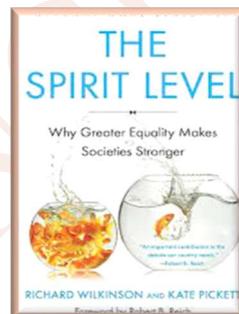
Na democracia contemporânea, a desigualdade precisa ser vista como resultado da meritocracia, sem a qual todos perderiam

Termina-se a leitura do livro de Piketty com a inevitável impressão de que, sob um olhar distante, em mais longo prazo, o século XX, com todas suas crises e tragédias, pode ter sido uma feliz exceção na história da humanidade. O crescimento tirou grande parte da

REFLEXÕES IX

população mundial da miséria e, com a ajuda das guerras e das crises, reduziu a distância entre o povo e os donos do poder e da riqueza. Ao contrário do que sustentava Marx, o capitalismo não levou à concentração de riqueza que terminaria por destruí-lo, mas, sim, a um crescimento acelerado da produção, à redução da escassez, à desconcentração da riqueza e à criação de oportunidades, sem o que a democracia não teria sido possível.

Em *The Spirit Level*, publicado em 2012, Richard Wilkinson e Kate Pickett, médicos infectologistas ingleses, sustentam, com base em dados, tanto internacionais quanto para os estados americanos, que todos os indicadores de saúde, física e emocional, assim como a expectativa de vida, a avaliação subjetiva de bem-estar, os menores índices de criminalidade, de delinquência juvenil, entre muitos outros, estão negativamente correlacionados com a desigualdade da renda e da riqueza. Uma conclusão que não chega a ser nova. Sempre se soube que a desigualdade excessiva é corrosiva, reduz a coesão social e inviabiliza a democracia. O tema andava relativamente esquecido, depois do fracasso das experiências socialistas e com o otimismo provocado pelo rápido crescimento econômico mundial. A crise financeira de 2008 e a nova concentração da renda e da riqueza nos países avançados mudou o quadro.



Tecnologia para o bem e o mal

Há sinais claros de que o crescimento econômico não será mais o mesmo daqui para a frente. Bastaria o componente demográfico para inviabilizar a manutenção das taxas observadas no século passado. Menos crescimento populacional significa menor crescimento econômico. Duas dimensões adicionais devem ser levadas em consideração. A primeira é a dos limites físicos do planeta. Para continuar a crescer, será preciso mudar a composição do que se produz, para menos bens materiais e mais serviços, saúde, educação e entretenimento. A segunda é a da saturação que decorre do aumento da produtividade na fabricação de bens materiais.

No século passado, a proporção dos empregados na agricultura caiu radicalmente – nos EUA, por exemplo, de mais de um terço para menos de 2% da população. O ganho de produtividade na agricultura reduziu a oferta de empregos no campo e provocou um movimento de urbanização acelerada. Grandes contingentes de trabalhadores foram absorvidos pelas cidades, onde estavam os novos empregos, na indústria e nos serviços. O mesmo processo, observado na agricultura durante o século XX, está agora em curso na indústria. A revolução da informática tem reduzido o emprego industrial em toda parte. A perda de empregos industriais tem sido recorrentemente interpretada sob um viés nacionalista autárquico, como fruto da globalização e da concorrência internacional, mas é um processo inevitável, associado ao avanço tecnológico. Novas tecnologias, o uso da informática e da robótica aumentam a produtividade e reduzem o emprego na indústria.

No século passado, as tensões criadas pelo rápido processo de mecanização da agricultura foram amenizadas pelo crescimento industrial. Hoje, não há nenhum setor em crescimento acelerado capaz de compensar a redução do emprego industrial. Também no comércio está em curso uma verdadeira revolução, provocada pela informática e pela *internet*. Seu impacto sobre a criação de empregos pode ser tão ou mais dramático do que na indústria. Mesmo o setor de serviços, em tese o único passível de crescer e absorver mão de obra, não está ao abrigo da revolução tecnológica. O impacto da *internet* na mídia, na música, no cinema, assim como no setor editorial, já é dramático. Em breve, a educação e os transportes serão igualmente transformados.

A tecnologia contemporânea é desorganizadora, porque torna abundantes, disponíveis a preço praticamente nulo, a comunicação, a música, o entretenimento e até mesmo a educação. O resultado sobre o produto interno e o crescimento da renda, convencionalmente medidos, é negativo, mas com certeza não sobre a qualidade de vida.

O desafio da escassez relativa

A economia capitalista do século XX sempre foi propensa às crises de desequilíbrio, associadas à insuficiência da demanda, mas o

REFLEXÕES IX

remédio keynesiano, desenvolvido depois da Depressão dos anos 1930, foi suficiente para garantir o crescimento sustentado até o início deste século XXI. O Estado, como investidor, consumidor, assistencialista, transferidor de renda e prestador de última instância, esteve sempre a postos para intervir, tanto diante da insuficiência da demanda, quanto dos excessos de passivos depois da euforia. O preço desse papel estabilizador foi o crescimento secular de sua participação na economia e da dívida pública.

Parece que chegamos a um ponto de inflexão. O desafio econômico clássico, de produzir o máximo com o mínimo de recursos e, subsidiariamente, garantir que todos tenham acesso à sua fatia do produzido, parece ter tomado novos contornos. Produzir o necessário está a caminho de deixar de ser um problema, mas a questão subsidiária, de garantir que todos tenham acesso ao produzido, se tornou a questão central do mundo contemporâneo. Não há razão para crer que seus desafios sejam menos complexos que o da escassez absoluta.

Compreende-se o impacto causado pela tese de Piketty. Uma das dimensões mais perturbadoras dessa nova realidade é a perspectiva de congelar, ou mesmo agravar, a desigualdade da renda e da riqueza entre países. O progresso tecnológico continua a aumentar a produtividade do capital, impedindo a queda da sua taxa de retorno, mas não é mais capaz de sustentar a demanda e o emprego. O resultado é menos crescimento e seu corolário, demonstrado por Piketty, é a concentração da renda e da riqueza.

A era da escassez, ao menos como a conhecemos, pode ter chegado ao fim. Passamos da era da escassez absoluta para a da escassez relativa. Os problemas econômicos continuam, mas tomam novos contornos. Para compreender e enfrentar os desafios desta nova realidade, o primeiro passo é rever o arcabouço conceitual e a métrica desenvolvidos para outros tempos e outra realidade. Conceitos e métricas que já cumpriram sua função, mas que hoje são anacrônicos, dificultam a compreensão do presente e distorcem nossa capacidade de formulação para o futuro. ●

André Lara Resende: economista. Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 5 de setembro de 2014

Subsídios cruzados, e perigosos

Carlos Eduardo Soares Gonçalves



Lembro-me de um dia, muitos anos atrás, quando, ainda muito jovem e tolo, fui arrumar encrenca com um gerente de *shopping center*. O motivo: eu achava "errado" que as pessoas tivessem que pagar pelo estacionamento, dado que já gastavam seu dinheiro fazendo compras no *shopping*. Não me recordo direito dos meandros do meu raciocínio tosco, ou se alguém o inculcou na minha mente despreparada, mas imagino que devo

ter pensado que era injusto, pois se tratava de uma "cobrança dupla". No Natal daquele mesmo ano, recebi do *shopping* um cartão de boas festas, agradecendo meu interesse em tornar o estabelecimento um lugar melhor. Tive raiva. Em minha defesa: nunca havia estudado um livro de microeconomia. Era, enfim, uma alma ainda perdida.



As pessoas vão ao *shopping center* de carro, a pé, de bicicleta, de ônibus, ou de táxi. Mas esses distintos meios de transporte não afetam e não poderiam afetar o preço das coisas que consomem lá. Tendo chegado a pé ou de carro, o sapato que você compra custa os mesmos R\$ 200, o lanche sai pelos mesmos R\$ 20. Ninguém cobra mais se você foi de Mercedes em vez de ônibus. Primeiro, porque a lei não deixa e segundo, porque o vendedor não tem como descobrir – e, se você foi de carro, vai jurar de pé junto que foi de ônibus.

E esses preços, do sapato e do lanche, por sua vez, de onde vêm? Dependem de quê mesmo? Entre outras coisas, dos custos incorridos pelo dono da loja de sapatos e pela franquia do *fast-food*.

REFLEXÕES IX

Custos que, obviamente, incluem o aluguel que o dono da loja paga para o dono do *shopping*.

Mas o que isso tem a ver com a história do estacionamento e minha adolescência? Tudo. Vamos aqui satisfazer meu desejo de então e, na canetada, aprovar uma lei proibindo um *shopping* de cobrar pelo uso do estacionamento. E vamos trabalhar com a hipótese de que o estacionamento era algo pago até a minha lei ser aprovada (se antes não se cobrava pelo estacionamento, nada muda com a lei).

O que acontece em seguida? Manter um estacionamento é algo bastante dispendioso, principalmente pelo custo de oportunidade daquele espaço todo que foi desenhado para receber carros em vez de lojas (que pagam aluguel). Além disso, tem as catracas, os seguranças, o pessoal da limpeza, etc.

O preço pago pelos consumidores para estacionar o carro ali dentro serve justamente para fazer frente a esses custos, incluindo o de oportunidade. Mas, no pós-lei, não se pode mais cobrar nada, ainda que todos os custos sigam lá, pois eles a lei não tem como apagar. O que fazer?

Uma opção natural é terceirizar o estacionamento e receber um aluguel mensal em troca. Nesse caso, vejam vocês que nada muda além do CPF do dono, e é por isso mesmo que estou interessado em discutir o caso em que o espaço não é terceirizado (pense que a lei proíbe também isso, pois o espírito inicial da ideia era que o consumidor não pagasse estacionamento, independentemente do CPF do dono).

Imediatamente após a outorga da lei, as receitas do dono do *shopping* recuam. Há gente que acha que a história acaba aí, com lucros menores para o dono *shopping*. Mas um economista treinado em raciocínio microeconômico não toma como dado que o dono do estabelecimento fica parado, chupando dedo após a proibição. O raciocínio que salta à mente do economista é: como o dono reagirá à lei, de que maneira ele pode se ajustar, para minimizar o impacto da lei que o prejudica?

A resposta não é das mais alvissareiras: nos aluguéis cobrados das

REFLEXÕES IX

lojas. Sim, sim, um pouquinho para cada uma das muitas lojas, perfazendo um total que o compense pela perda de receita de um espaço importante do *shopping*. Mas espera aí: se o aluguel sobe, o custo das lojas sobe, ainda que não muito, para cada uma delas individualmente. E elas então, fazem o quê? Nada? Ficam chupando dedo? Não, caro leitor, quem chupa dedo é bebezinho. Elas ajustam isso no preço dos seus bens, um aumento talvez imperceptível (ia ocorrer uma promoção que não ocorre, por exemplo) e que por vezes se confunde com a inflação geral da economia, sendo apenas ligeiramente superior a ela. Mas um ajuste ocorre.

Note que esse preço agora um pouquinho mais alto atinge todos os consumidores, os que vieram de ônibus e os que estão com seus carros estacionados no estacionamento "gratuito". Para quem veio de carro, a conta é: preços nas lojas um pouco mais caros, mas estacionamento gratuito. Uma coisa meio que compensa a outra. Ok. Mas e para quem veio de ônibus? Esse cidadão só se depara com o preço mais caro nas lojas, dado que o que acontece com o preço do estacionamento lhe é indiferente.

Veja o que está acontecendo no fim dessa aritmética toda: o cidadão que vem de ônibus está pior e está efetivamente subsidiando o estacionamento "gratuito" de quem vem de carro, via preços mais caros nas lojas. Sob o ponto de vista da justiça social, o resultado parece ruim, pois quem anda de carro é normalmente mais rico do que quem se desloca de ônibus. Ou seja, a tal lei do adolescente tolo redistribuiu renda dos pobres para os ricos – Robin Hood às avessas. Um subsídio cruzado indesejado na economia.

Mas é ainda pior do que isso, meus caros. Sim, pois outras ineficiências decorrem do preço zero para o estacionamento. Com preço zero, a demanda por estacionamento se eleva, ou seja, cresce o benefício de se ir ao *shopping* de carro, em vez de com outros meios de transporte.

Por exemplo, cai o número de pessoas fazendo revezamentos de carona para uma tarde no cinema; ou, então, menos gente morando próximo ao *shopping* vai agora a pé (coisa que alguns ao menos faziam para economizar o valor do estacionamento), etc., etc. A

REFLEXÕES IX

consequência é: a tal lei incentiva o uso mais intensivo do carro e assim piora o trânsito, aumentando o tempo que outros carros que não estão se dirigindo ao *shopping* gastam para chegar a seus destinos. Além de incrementar o número de acidentes e a poluição do ar.

É uma beleza de lei, não? Subsídios cruzados como esse abundam por aí. Pense numa lei que proíbe as seguradoras de saúde de cobrarem por certos serviços mais caros para pessoas idosas, com saúde mais debilitada. Não pode cobrar! O que acontece? (i) a empresa pode desistir do ramo de negócios, o que é ruim, prejudica a sociedade, pois reduz a oferta de um serviço para ela valioso, ou (ii) a empresa pode cobrar mais caro das pessoas mais jovens, com menos problemas de saúde, que não foram incluídas na lei. Nesse cenário, alguns dos jovens deixarão de pagar plano a esse novo preço mais elevado, e os que seguirem pagando estarão efetivamente subsidiando os idosos ajudados pela lei.

Faz sentido esse subsídio cruzado? Num país como o Brasil, em que a pobreza é muito menor entre os mais idosos do que entre os mais jovens, parece-me que não. E se você faz como eu e se manifesta contra esse subsídio cruzado, você vira o inimigo público número 1 dos idosos, sai tachado de "neo-qualquer-coisa" sem piedade. Por que essa impressão, esse apodo²⁵ pouco abonador? Porque as pessoas visualizam claramente os ganhos para os idosos pagando menos, mas não seguem a cadeia de raciocínio até o fim, para ver quem está pagando a conta. Pois é, não há milagres em economia.

O mesmo raciocínio se aplica à famigerada carteirinha de estudante. Se os cinemas são forçados a cobrar menos de quem tem carteirinha, o que você acha que acontece com o preço do ingresso de quem não é estudante e, portanto, não tem (supostamente) carteirinha? Ele sobe. Pergunte-se de novo: faz sentido essa transferência de renda? Quem cursa universidade em geral tem renda mais elevada do que quem não cursa. Então, parece que temos outro caso de Robin Hood esquisito.

²⁵ **Apodo:** dito irônico ou espirituoso; gracejo, chalaça.

REFLEXÕES IX

Tenho uma proposta de lei para apresentar a vocês, bastante democrática por sinal: é a lei da meia-entrada para todos. Será que a UNE topa me apoiar nessa? ●

Carlos Eduardo Soares Gonçalves: professor titular de economia da FEA-USP e autor de *Economia Sem Truques e Sob a Lupa do Economista*.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 29 de agosto de 2014

LUIZ BIANCHI

País pode estar perto de recessão moderada

Maria da Conceição Tavares



Conceição Tavares: "Não estou vendo os empresários pedirem protecionismo, tenho visto eles pedirem favores"

A economista Maria da Conceição Tavares, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem mostrado preocupação com o pensamento econômico de maneira geral.

Uma crise de ideias dada pela perda das utopias, como ela tem reforçado. Em um dos seus artigos mais recentes, publicado este ano na *Insight Inteligência*, ela chamou o momento atual de "era das distopias", quando se perde inclusive a ousadia no pensar. Para a ex-deputada federal pelo PT, além da crise de ideias, o Brasil enfrenta uma crise da indústria, que precisa ser revertida. Apesar de achar que o País pode não crescer neste ano, Conceição diz que, se houver uma recessão, ela será moderada.

A seguir, confira a entrevista concedida ao *Valor*, após Conceição participar de um congresso sobre desenvolvimento econômico, no Rio.

Valor: Em um dos seus textos mais recentes, A Era das Distopias, a sra. diz que não gosta de dar entrevistas porque não quer engrossar o coro de lamentações dos intelectuais. A sra. falava de uma crise do pensamento intelectual?

Maria da Conceição Tavares: Eu acho isso. Na verdade, não temos mais o pensamento utópico, por isso eu falei em distopia. Esse seminário [2º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado] foi uma tentativa de discutir um pensamento utópico porque foi uma

tentativa de discutir desenvolvimento com democracia avançada. Isso [a distopia] inclusive impede, quando você fica ruim dessa maneira, que se veja o que aconteceu. Se você olhar esses últimos anos, do ponto de vista social, foram anos muito fecundos. Foi a primeira vez que se tentou de fato colocar o social na frente e subordinar o resto e não o contrário como se fazia, de colocar a economia na frente e o social no que sobrava. Mas nem essa parte o pessoal está conseguindo reconhecer. E agora, claro, quando ainda por cima aparecem problemas econômicos, como é o caso agora dessa conjuntura, daí então é que as cabeças começam a fundir mesmo.

Valor: Neste artigo, a sra. afirma que a redução da desigualdade foi a única coisa que se pode dizer que o PT cumpriu...

Conceição: Esta foi uma das enormes conquistas, porque o pessoal não se dá conta de que ninguém nunca focou nas desigualdades. O nosso desenvolvimento era desigual por definição e todo mundo aceitava na maior tranquilidade que era isso mesmo. Nem a luta de classes era clássica, não tinha luta de classes entre os de baixo e os de cima, era entre os de cima só.

Valor: A sra. escreveu que o mundo reformista está mal e que o mundo revolucionário também e que esse tipo de pensamento teria sumido.

Conceição: Praticamente. Não sobrou quase nada. Tanto que eu acho que nós somos uma das poucas experiências que ainda estão tentando ser reformistas. Mas assim mesmo é insuficiente. Imagina os outros países? É uma palavra fora do dicionário. Sobrou só o mundo neoliberal ou o mundo do capitalismo selvagem.

Valor: Nesta análise, a sra. diz que as pessoas estão perdidas em termos políticos e econômicos.

Conceição: Não só as pessoas, mas as instituições. A imprensa, que é uma instituição, está completamente perdida e só faz aumentar a confusão reinante; os intelectuais propriamente ditos e a universidade também não têm proposta maior. Isso obviamente não

é característica de um país num período emergente. Ao contrário. Essas são características de um país em crise. Mas eu não acho que a crise seja tão profunda quanto o imaginário das pessoas está fazendo sobre. Estou moderadamente otimista sobre o futuro do Brasil porque sou meio materialista-histórica neste sentido. O Brasil é um negócio que está maduro já para avançar e tem avançado em certas coisas. Mas, se isso não é percebido pelos principais agentes sociais, a sociedade fica meio paralisada.

Valor: A sra. considera que o País vive uma crise do setor industrial, de qual magnitude?

Conceição: Acho que estamos vivendo uma crise no setor industrial, sim. Aliás, esta é praticamente a única crise que está à vista. Porque não está à vista nenhuma crise no *agrobusiness* nem uma crise maior nos serviços. Além de haver problemas em algumas certas infraestruturas, o que é visível. E eu estou falando em crise porque vai além daquilo que está ocorrendo no mundo.

Valor: Poderia explicar melhor?

Conceição: No mundo está ocorrendo um processo geral de desindustrialização no sentido de que a participação da indústria no valor agregado do Produto Interno Bruto (PIB) diminui, ao contrário de serviços. E isso é geral. Mas estou dizendo, além disso, que é um fenômeno praticamente estatístico e que os países desenvolvidos já tinham entrado nessa etapa há muito tempo; tem o problema que a própria indústria que está aí não está resistindo à concorrência vinda, sobretudo, da China. E, por outro lado, a crise internacional dos mercados para onde nós habitualmente exportávamos virou certa complexidade e bateu na indústria. Como a verdade é que é quase impossível concorrer com chineses nessas condições em que estamos – e isso para quase todo mundo, não só para nós –, o coeficiente de penetração de importações na indústria aumentou muitíssimo e o grau de desnacionalização conseqüentemente também.

Valor: E o que se deve fazer para revitalizar a indústria?

Conceição: Pode perguntar, mas eu acho difícil, porque você tinha

que ter um grau de intervenção maior no comércio exterior e que o Brasil não tem nenhuma tradição de ter. Não é só a política cambial que dá problema – e ela dá também –, mas é que como você está com a taxa de juros alta, aparentemente para combater a inflação, o câmbio obviamente aprecia. Com o câmbio apreciado, não há indústria que aguente, quem dirá a nossa. Mas não é só isso. Eu acho que teriam que ser boladas algumas maneiras de furar a coisa antiprotecionista do liberalismo porque o liberalismo econômico não supõe que você possa proteger nada. Acho que precisava dar uma proteção a essa indústria fazendo certa regulação das importações.

Valor: É possível esse tipo de mudança neste momento?

Conceição: Não há pacto político tampouco porque o capital financeiro está ligado ao capital industrial. Na verdade, a indústria está assim porque parte do seu sócio menor [o capital financeiro] está virando sócio maior. E o rentismo está predominando na economia brasileira. Não só na economia brasileira, isso é um problema mundial.

Valor: A sra. se refere ao fato de que não se vê muitos empresários em defesa de questões tradicionais como juros mais baixos para a melhora da produção, nem câmbio desvalorizado, por exemplo?

Conceição: Não os tenho visto pedirem protecionismo. Tenho os visto pedirem favores.

Valor: A sra. considera que há alguns setores débeis na economia. Quais são esses setores e o que se deve fazer com eles?

Conceição: Isso só com um diagnóstico mais apurado. Imagino que os tradicionais estejam mal: têxtil, calçados, todos que são bens de consumo de massa. Creio que não estão em muito boa situação pela concorrência maior no mercado internacional. Esses setores requereriam uma proteção mais intensa.

Valor: Deve-se ajudá-los e não deixá-los sob o risco de desaparecerem?

Conceição: Não tem que desaparecer setor algum. E teria também que melhorar a produtividade não baixando salários, como o pessoal está propondo, que é um absurdo. Tem que melhorar a produtividade com introdução de inovação tecnológica. Também somos um país muito pouco inovador. A inovação tecnológica nossa é de 1,2% do PIB. Teria que ir subindo, mas não existe um patamar pré-determinado. Falo de introdução de tecnologia em setores já existentes, para melhorar suas eficiências. Não precisa trazer nenhum novo setor. Temos todos os setores aqui. A indústria brasileira é madura. Não falta setor, mas boa parte ficou velha, precocemente madura.

Valor: Alguns economistas não consideram que a indústria seja tão fundamental para a economia brasileira, com avanço do agronegócio e do setor de serviços. A indústria continua sendo carro-chefe para o desenvolvimento?

Conceição: Carro-chefe ela não é de jeito nenhum no momento. Se fosse carro-chefe, não estávamos arrombados. Pelo lado da indústria, [a economia] não vai. Não é o carro-chefe, mas ela continua sendo a espinha vertebral, digamos. Por exemplo, tem o *agrobusiness*, tem. Mas a indústria é fundamental porque a agroindústria tem uma base industrial também, não é só uma base agrícola. No setor de serviços – e isso é importante – de qualquer maneira todos eles [os serviços] passam por um apoio industrial. A única coisa que eu estou otimista é que os novos [investimentos], tanto o do pré-sal quanto de parte do agronegócio, estão requerendo efeitos para trás em cadeia que vão revigorar a indústria. Então, estou mais otimista em médio prazo, mais por força da maturação de outros setores que têm demanda derivada sobre a indústria. E isso tem a ver com proteção. Por exemplo, em plataformas de petróleo era tudo importado. Não tinha nada produzido aqui e agora está sendo quase tudo produzido aqui, menos equipamentos elétricos com mais sofisticação. Mas teve impacto enorme sobre a indústria naval, que tinha quase acabado.

Valor: Em relação aos investimentos em infraestrutura, que avaliação a sra. faz?

REFLEXÕES IX

Conceição: O investimento em infraestrutura também tem de aumentar, inclusive para compensar um pouco o fato de que há um ciclo de consumo que está se esgotando. Tem de acelerar, sobretudo os urbanos. Os ferroviários-urbanos, os ferroviários de um modo geral, estão um pouco atrasados, e os de água e saneamento, que são fundamentais para uma nova civilização. Você não pode dar apenas consumo às massas nem apenas emprego. Tem que dar condições de salubridade mínima.

Valor: A sra. acha que essa crise da indústria é um dos grandes desafios do novo eleito à presidência?

Conceição: Creio que não, porque ninguém está chiando. Sem a pressão, acho difícil haver mudanças. Quem teria que estar chiando são os empresários, que estão pedindo favores. Estão pedindo isenções, não estão pedindo proteção. A gente vê que neste último semestre a demanda por projetos no BNDES caiu, não está mais tão alta como estava. Há uma desaceleração mesmo da taxa de investimento.

Valor: A sra. entende que a economia brasileira está em recessão?

Conceição: A gente pode estar perto de uma recessão. Se bobear, se não fizer alguma coisa para sair disso, podemos estar perto de uma recessão. Mas acho que seria uma recessão moderada. Eu insisto que, como você tem uma base de consumo mínima pelas próprias políticas sociais, isso por si só já garante uma base de sustentação, então, nunca vai ser uma recessão forte. E, por outro lado, estamos digerindo a crise externa relativamente bem. Mas a economia está desacelerando. Este ano, provavelmente, não vamos crescer nada.

Valor: Quão grave seria isso?

Conceição: Desde que não atinja o emprego e o salário não é muito grave para os pobres, digamos. É grave para os ricos, que vivem do investimento. Mas essa triangulação do capital financeiro com a agroindústria e com a indústria propriamente dita é muito ruim porque a gente nunca pode dizer se eles não preferem uma taxa de juros alta para fazer rentismo em vez de crescimento. Sendo assim,

fica difícil dizer quem são os elementos da classe dominante.

Valor: A sra. considera que é importante mudar a política macroeconômica para recuperar a indústria?

Conceição: Não só a indústria, mas para recuperar a atividade de um modo geral. Para isso, você teria que baixar a taxa de juros para poder fazer minidesvalorizações do câmbio e com isso pudesse tornar mais competitiva a indústria.

Valor: Com a atual taxa de juros, a 11% ao ano, quem vai querer investir em infraestrutura?

Conceição: O público. O investimento público tem que crescer, fazendo um *superávit* fiscal menor. Eu defendo políticas anticíclicas, evidentemente. A essa altura, se você tem medo de uma recessão, tem que fazer política anticíclica e não pró-cíclica.

Valor: O que o Banco Central está fazendo agora a sra. consideraria uma política pró-cíclica?

Conceição: No momento, ele não está fazendo nada. Ele está parado em cima da taxa de juro tal como ela está. Ele fez pró-cíclica antes, há alguns meses, sob pretexto de combater a inflação, mas depois ele achou que a inflação estava cedendo devagarinho, mas estava cedendo, e agora está sentado em cima. Provavelmente, está esperando que a inflação baixe mais um pouco para baixar a taxa de juros.

Valor: Agora era hora de uma medida anticíclica?

Conceição: Que precisam ser tomadas medidas anticíclicas não há a menor dúvida. Faz poucos meses que a conjuntura mudou e piorou. Mas não sei se dá para esperar mais ou não. A conjuntura mudou no último semestre, não estava ruim. Ao contrário. Estávamos crescendo 2,4% *per capita* ao ano durante uma década. Foi uma década de crescimento bom, satisfatório. Não aquele crescimento dos anos 1970, de 7%. Isso aí pode esquecer que não vai ter mais. A própria China teve que reduzir a taxa de crescimento dela pela metade com a crise internacional. Com a conjuntura internacional como está não dá para crescer aloprado, mas dá para crescer bem,

como 3% ou 4%.

Valor: Crescer a 7% não dá mais para o Brasil?

Conceição: Não, isso já passou. Aquilo era a etapa da instalação da indústria. Agora já está instalada.

Valor: A sra. participou de um Congresso que lembrou os dez anos da morte de Celso Furtado. Ele falava muito da importância do planejamento do País. Como a sra. vê isso hoje no Brasil?

Conceição: Está mal. Só estamos fazendo planejamento na infraestrutura e nem assim mesmo não está funcionando muito bem. Mas não creio que os programas de aceleração do crescimento tenham realmente acelerado o crescimento. Eles estão meio pasmados. Mas planejamento no sentido histórico não tem havido. Tem havido as linhas estratégicas da ação. Linhas básicas. Mas planejamento propriamente dito não. Quem faz o planejamento são as empresas públicas grandes. A Petrobras faz. A infraestrutura de um modo geral é toda planejada senão você não consegue avançar, mas, fora isso, planejamento no sentido mais conceitual, mais utópico a la Furtado, não vejo mais. E acho que nosso Ministério do Planejamento, por exemplo, está praticamente acabado. Foi liquidado.

Valor: Entre outros aspectos, algo que preocupava Furtado era a tendência da economia brasileira ao subemprego. A sra. acha que isso ainda está presente?

Conceição: Não há nenhuma tendência ao subemprego. Ao contrário. Essa tendência é que a gente reverteu. A única coisa que dá para aplaudir esse governo é que reverteu a tendência ao subemprego, aumentou a tendência ao emprego de carteiras assinadas, fez política de salário mínimo adequada, de crescimento dos salários baixos, e estendeu a previdência social a setores que não tinham cobertura.

Valor: Sobre a baixa penetração do progresso técnico que Furtado destacava, qual a avaliação da sra.?

Conceição: Isso vai bem devagar. Ocorre basicamente só no setor

de infraestrutura e do *agrobusiness*. O setor de petróleo é uma fonte de progresso técnico e a Embrapa [empresa brasileira de pesquisa agrícola] também. A produtividade fantástica do *agrobusiness* brasileiro não é apenas porque a terra do Brasil é boa. Tem pesquisa dura para este setor com a Embrapa. Esses dois setores foram bem. Tanto foram bem que estão dando resultados. Mas os instrumentos tradicionais, de usar a Finep, e o BNDES, para programa de investimento não foram muito bem. O BNDES está financiando mais *agrobusiness* do que propriamente a indústria.

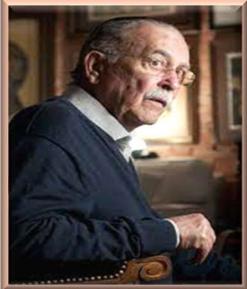
Valor: Está certo o BNDES financiar mais o agronegócio do que a indústria?

Conceição: Não tem demanda para projetos industriais. Se os empresários não querem investir, fica difícil. Não dá para estatizar a economia inteira. Se não tem demanda para indústria, ele [o BNDES] vai para aquilo que tem demanda. Senão vai parar o investimento completamente. Não está errado. O que está errado são os nossos empresários. Mas eu insisto que, se o fenômeno for tão profundo quanto o fato que eles [empresários do setor produtivo] se fundiram com o capital financeiro, aí realmente não tenho nenhuma resposta do que se faça. Não vou dizer que se faça uma revolução, que parece completamente desproporcional. ●

Maria da Conceição de Almeida Tavares: economista portuguesa naturalizada brasileira. É também professora-titular da Universidade Estadual de Campinas e professora-emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 29 de agosto de 2014

O crescimento é um estado de espírito. Cresce quem acredita que vai crescer

Antonio Delfim Netto e José Roberto Mendonça de Barros



Estado: O Produto Interno Bruto, o PIB, teve dois trimestres de retração, o que indica recessão técnica. Estamos diante de uma estagnação ou no início de uma recessão mais profunda?

Delfim: Primeiro queria dizer que é muito bom estar aqui com José Roberto, um dos melhores economistas do País. Então, não tem muita importância a definição. O importante é se isso indica a continuidade do processo de marcha do crescimento. Infelizmente, dois vetores do crescimento – o investimento e a exportação – estão mal comportados para acreditarmos numa recuperação em curto prazo.

Mendonça de Barros: Agradeço as palavras carinhosas. Fui aluno do Delfim...

Delfim: ... é por isso que eu sei que você é bom... (risos)

Mendonça de Barros: (risos)

Professor, concordo integralmente com o que o sr. disse. Não existe um problema de rolagem de dívida. A inflação não está explodindo. Não há falta de dólares. Tudo que foi fonte de crise tradicional, felizmente, não está acontecendo – sintoma de que melhoramos. Mas, como foi o título de um artigo meu, lenta, suave e gradual foi a forma como o crescimento foi parando. Os números são ruins, o que sugere que temos uma estagnação. Acho que é um caso claro de estagflação (**estagflação**: significa que a economia de um país apresenta, simultaneamente, um cenário de inflação, estagnação do desenvolvimento

REFLEXÕES IX

económico e aumento do desemprego). A inflação não é muito alta, mas incomoda. Esse conjunto tirou o crescimento. É um desafio recuperá-lo.

Delfim: O complicado é que você foi tirando das pessoas a convicção de que haveria crescimento. Numa larga medida, o crescimento é um estado de espírito. Só cresce quem acredita que vai crescer. O trabalhador que está comprando a sua casa hoje, ele tem sua capacidade de pagamento esgotada. Houve facilidade de crédito, mas ele está comprimido. Se ele duvida que o emprego vai continuar, o sujeito paga as dívidas e não consome.

Mendonça de Barros: Ele trava.

Delfim: Trava! O empresário é igual. Está com estoques maiores do que gostaria. A taxa de juros está subindo. A política cambial é errática. O que ele faz? Vai para a defensiva. Não investe. Você destruiu a crença de que era possível crescer. Essa crença foi sendo destruída lentamente e confirmada pela redução do crescimento, como se fosse uma profecia que se autorrealiza.

Mendonça de Barros: Exatamente isso: estamos em uma situação em que a expectativa está comandando.

Delfim: Aí é importante dizer: no primeiro ano, a presidente Dilma fez um ajuste.

Mendonça de Barros: É verdade.

Delfim: Ela aumentou a taxa de juros. Aprovou a aposentadoria do funcionalismo público. Tinha criado uma expectativa de que a coisa caminharia. Mas aquilo passou pelo máximo e começou a declinar. Quando ficou claro que haveria redução no ritmo de atividade, para manter o emprego, começou a tomar medidas tóxicas. Mas isso causa perturbações no resto da economia – e não mantém o crescimento.

Mendonça Barros: Você não pode violar duas coisas. Uma é a consistência macro (da política macroeconômica, que trata de juros, câmbio, das contas do governo, entre outros). Inconsistência macro é mortal. Demora, mas aparece...

REFLEXÕES IX

Delfim: Isso mesmo. Não tem como violar as identidades da contabilidade. Pode tentar. Pode dar uma *empurradinha*. Mas saiba que vai aparecer inflação de um lado e *déficit* em conta corrente do outro.

Mendonça de Barros: A outra coisa que aparece é do ponto de vista micro (da política microeconômica, que trata da produção das empresas, entre outros). Todo mundo sabe hoje que não adianta ter uma fábrica 100% eficiente do ponto de vista de engenharia, se o transporte na porta destrói essa eficiência...

Delfim: Você está levantando uma questão muito importante. Nós temos brasileiros com indústrias nos Estados Unidos e na China. E temos indústrias francesas, americanas, inglesas aqui. A produtividade no chão da fábrica é praticamente igual – em alguns casos a da brasileira é superior. O problema é o seguinte: quando o caminhão sai da fábrica, ele cai num buraco. Faz quase 40 anos que não se investe em infraestrutura.

Mendonça de Barros: Há outra coisa que eu queria adicionar. Hoje, o sistema tributário está para o Brasil como estava a inflação no início dos anos 1990.

Delfim: É verdade.

Mendonça de Barros: Lá atrás ou resolvia a inflação ou a gente ficava pedalando no vazio. Não estou falando de redução de carga, que no primeiro momento é muito difícil, mas ou simplifica essa coisa ou...

Delfim: ...mas não simplifica, Zé. A Constituição de 1988 quer uma sociedade com igualdade de oportunidades. Há coisas que parecem utópicas, mas vale a pena perseguir – saúde e educação gratuitas, por exemplo. Por causa desse projeto, sempre vamos ter uma carga tributária um pouquinho maior que a de nossos competidores. Temos uma ambição maior que a deles. Não estamos querendo só crescimento... O pior é que não temos nem crescimento agora.

Mendonça de Barros: Mas essa carga tributária tem que ter ao menos um sistema simples – que não gere tantos custos administrativos e distorções econômicas. Nós ainda exportamos

REFLEXÕES IX

impostos.

Delfim: Mais grave, Zé, é que nos Estados não se devolve o ICMS (o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços pode ser compensado e devolvido às empresas). Conheço empresas que têm retidos nas secretarias de Estado valores equivalentes ao seu patrimônio líquido. Como você sobrevive? Não tem cabimento você reter imposto sobre um sapato produzido em Franca (interior de São Paulo) que vai ser vendido em Frankfurt (na Alemanha). Que esperança tem o alemão de receber um serviço do Alckmin (Geraldo Alckmin, governador de São Paulo)? Se tiver alguma esperança – que é vã – é de que vai receber da Merkel (Angela Merkel, chanceler da Alemanha). Exportar sapato com imposto é um escândalo.

Mendonça de Barros: Isso virou um problema porque tira a racionalidade das coisas. Não tem cabimento fazer um produto entrar no Brasil via Santa Catarina porque um truquezinho fiscal faz com que fique mais barato botar o contêiner no caminhão e trazer para São Paulo.

Delfim: Isso mesmo! Quando estávamos construindo o PIS/Cofins, eu pedi para o Antônio Ermínio (de Moraes, acionista e então presidente do grupo Votorantim) que me fizesse o cálculo de quanto eles gastavam só para preencher a papelada da prestação de contas que nunca seria usada por ninguém. Chegaram à conclusão que tinham um custo de quase 3% (do faturamento). Além da carga tributária visível, você impõe um custo de 1,5%, 2% sobre as empresas.

Mendonça de Barros: E ainda tem a eterna briga jurídica com as receitas federais e estaduais: é advogado, é parecer, leva 15 anos para resolver e, quando ganha, não recebe. No mundo moderno, esses custos ajudaram muito a parar o crescimento do PIB.

Delfim: Tem mais. Se você pensar no conjunto – municípios, Estados e federação – saem umas dez medidas tributárias novas por dia. Você precisa estar on-line para acompanhar.

Estado: Esse conjunto de coisas reduziu o PIB potencial do Brasil? A capacidade de o País crescer é menor do que

antes?

Mendonça de Barros: Se não resolver isso, acho que não tem como crescer do mesmo jeito que antes.

Delfim: Esse negócio de PIB potencial é um sonho de economista. É uma coisa que a gente sabe que existe, mas não sabe como calcular. Não há a menor dúvida – a menor dúvida – que uma simplificação tributária esconde um ganho de PIB por ano de pelo menos 1%. No Brasil de hoje temos umas coisas fantásticas. Exemplo: nós precisamos flexibilizar o mercado de trabalho. Não estou falando para tirar direito de ninguém. Pelo contrário. É para consolidar os direitos. Temos de permitir que o acordo entre as partes prevaleça sobre a lei – que nem sequer é lei. Hoje o Tribunal Superior do Trabalho não obedece lei nenhuma. Ele faz a lei. Você cria passivos trabalhistas alucinantes.

Mendonça de Barros: Há também o mito da terceirização. Achrom que terceirização é igual a precarização do emprego. Isso até aconteceu no passado, mas não é mais assim.

Delfim: De jeito nenhum!

Mendonça de Barros: Nós evoluímos. E tanto é verdade que os empregadores da agricultura, do setor de serviços cumprem a legislação social de funcionários terceirizados. Mas a lei não é moderna – e sem legislação moderna, não é possível ser moderno. Vou dar um exemplo na minha vertente verde. Um cidadão planta 100 hectares de soja e com essa área não é economicamente viável ter uma colheitadeira. É muito caro. Obrigatoriamente, ele precisa terceirizar a colheita. Oras, o que acontece? Vai lá um fiscal, avalia e o juiz concorda que aquela atividade não pode ser terceirizada. O cidadão vai tomar uma multa por um motivo absurdo.

Delfim: O que acontece é o seguinte: Brasília está a 40 mil quilômetros do Brasil. Eu sei disso porque eu sofri. O lago emite um gás inodoro... (risos)

Mendonça de Barros: ...ncolor...

Delfim: ...que destrói os neurônios. Você só adquire de volta quando

você sai de lá – que foi o meu caso. A gente precisa desconfiar de Brasília.

Estado: Por falar em Brasília, o governo tem um discurso de que o crescimento foi afetado pela crise internacional e foi preciso fazer a opção pela preservação do emprego. Diz também que num próximo mandato não faria ajuste que ocasionasse perda de empregos. Gostaria de ouvir a opinião dos senhores sobre isso.

Delfim: Essa discussão é bizantina²⁶. O economista que diz que é preciso desemprego para fazer ajuste é um débil mental. Ainda há pouco, saiu um livro que diz que a economia é prejudicada pela política. Não! Sem a política, não há economia razoável. Com a situação de hoje, vai ter um ajuste. Não vamos ter ilusão. Mas a profundidade e o custo do ajuste vai depender da credibilidade e da coerência macro e da abstinência de ações micro.

Mendonça de Barros: Concordo, professor. Está faltando confiança no futuro. Sem essa variável, fica difícil dizer o que vai acontecer com o emprego. Se houver confiança no futuro, ninguém vai desempregar as pessoas de que precisa para o seu negócio crescer. Acho que um ajuste hoje exige um maior controle do gasto do governo, que seria de alguma forma compensado pelo aumento do investimento privado. Coisa que só será possível com confiança. O que atrairia hoje o investimento privado numa escala maior seriam os projetos de infraestrutura. Adequadamente desenhados, é perfeitamente possível visualizar um retorno bastante decente para o investidor em longo prazo.

Delfim: Veja a grande importância da economia: quando você abre as perspectivas de que a coisa vai caminhar corretamente, o futuro vira presente. Ele se constrói. Temos um conjunto de investimentos com taxa interna de retorno de 10%, 11%, capazes de atrair fundos de pensão do mundo inteiro. Mas você precisa de agências reguladoras críveis. Porque os contratos são abertos a cada 30 anos.

²⁶ **Bizantina:** teórica; especulativa; abstrata.

REFLEXÕES IX

O que aconteceu? Aparelhamos demais as agências. Quem vai investir toma muito cuidado. Quando você tem uma agência aparelhada, o investidor exige mais retorno, mais taxa de risco. É maluco. Você pensa que melhora o controle, mas está piorando riscos.

Mendonça de Barros: E, sem investir, o Brasil não voltar a crescer.

Delfim: Você precisa pensar o Brasil sempre 20 anos lá frente, como era do Geipot (Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, estatal extinta que foi responsável pelo planejamento do setor). O País precisa de bons projetos executivos. Como é projeto no Brasil hoje? Ah é: a ponte. Aí vem um desenho da ponte...

Mendonça de Barros: É o paraíso dos empreiteiros picaretas, porque eles vão pedir aditivo sobre aditivo...

Delfim: O empreiteiro vai lá e faz o próprio projeto. Quem controla? É uma maluquice. Disseram-me que nos Estados Unidos é assim. Eu duvido. É como esse negócio da ferrovia. O modelo parece interessante. Só existe na Alemanha. Disseram-me: é um modelo muito eficiente. O governo compra tudo e depois vende.

Mendonça de Barros: ...e põe no meio a Valec (estatal envolvida em vários casos de corrupção).

Delfim: É. E colocam a Valec. Falta é alemão para a gente.

Mendonça de Barros: Ou chinês, né, que sabe fazer obra.

Delfim: Lamentável é que nada disso está no processo eleitoral.

Estado: Como vocês veem a ascensão de Marina Silva, com um discurso de que não precisaria dos partidos fisiologistas, digamos assim, e com um tratamento muito especial ao meio ambiente?

Delfim: Tem um projeto generoso. Mas só vamos ver quando ela de fato tiver o poder para fazê-lo. E aí ela vai sentir que o poder tem as suas restrições. O grande defeito de quem não entende o poder é sempre imaginar o seguinte: quando as coisas não funcionam é porque eu tenho pouco poder. Então, eu quero mais poder. Mas as

REFLEXÕES IX

coisas funcionam pior ainda. Preciso de mais poder. O poder como ideia fixa leva ao poder absoluto – e a corrupção absoluta.

Ela é uma mulher inteligente. Se eventualmente chegar a ser presidente, vai sentir essas restrições físicas sobre o que conversamos aqui.

Mendonça de Barros: Respeito. Acho que ela tem uma história, uma coisa generosa. Mas como cidadão me preocupa que o programa dela traz a ideia de usar mecanismos de democracia direta, conselhos, que sugerem caminhos alternativos ao tradicional caminho democrático...

Delfim: ...que nós sabemos onde termina: é o tipo da coceira, que precisa de mais coceira. O que mata a democracia é o excesso de democracia. Tocqueville (Alexis de Tocqueville, pensador político francês) já sabia.

Mendonça de Barros: A propósito disso, queria trazer outra coisa que vai na mesma direção: a compatibilização da obra de infraestrutura com o correto desejo da sustentabilidade. Ainda temos uma enorme distância entre as duas coisas. É um diálogo de surdos. É a mesma coisa que apareceu nos organismos geneticamente modificados, no Código Florestal, em várias áreas. Se os outros países conseguem ter preservação da natureza e ao mesmo tempo fazer os projetos, não é possível que a gente não consiga avançar na mesma direção. Mas, por causa desse diálogo de surdos, o projeto básico de engenharia não é feito, os custos explodem, o prazo explode. Tem que lembrar: demorar demais custa caro.

Delfim: Zé, quando eu era ministro da Fazenda – e isso foi na idade média, nos anos 1970, faz 50 anos –, tínhamos que construir uma pequena estradinha ao lado da estrada grande da BR-101, perto de Florianópolis. Ela passava por uma reserva de índios. Em 1970, o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) fez o projeto original. Era um adendo, para o carro circular fora da estrada. Quando a obra começou, o Ministério Público embargou. Há poucos dias eu soube: esse processo rodou nos últimos 50 anos. Terminou na Casa Civil. Agora, aparentemente, chegaram a um acordo com Ibama e Funai. O Dnit vai fazer outro projeto e executá-

lo.

Mendonça de Barros: ...projeto que pode atrasar.

Delfim: Se encontrarem um papagaio lá, vai dar confusão. O que eu acho é o seguinte: todos sabemos que a sustentabilidade é absolutamente fundamental. Eu brinco: se o meu neto souber que eu comia sabiá na infância, não olha mais na minha cara. No meu tempo, comer sabiá era uma delícia. O mundo mudou. Era uma estupidez aquilo. A gente aprendeu. O respeito ao meio ambiente é fundamental, mas adoração é muito ruim.

Mendonça de Barros: Mas, como economista, é confortador que a proposta da Marina do ponto de vista macro seja aparentemente razoável. Não teria nenhuma invenção. É uma coisa muito positiva. O que daria a possibilidade de começar esse arranjo para trazer um crescimento.

Delfim: Eu tenho a maior confiança no Giannetti (economista Eduardo Giannetti, conselheiro de Marina), de forma que, se ele realmente estiver coordenando, ninguém deve ter medo de nada.

Mendonça de Barros: Jantando com o Giannetti há um tempo, eu disse: se há um grupo que tem obrigação de avançar na compatibilização de meio ambiente e projeto de crescimento é o de vocês.

Estado: Armínio Fraga (indicado ministro da Fazenda no eventual governo de Aécio Neves) diz que, com ajustes a partir de 2015, ao final de 4 anos o País poderia crescer 4% ao ano e a taxa de investimento iria a 24%. Ele é otimista?

Mendonça de Barros: Eu não acho que ele está sendo otimista. É possível. Tem o efeito mola. Há crescimento reprimido...

Delfim: O Armínio é um sujeito muito competente. Um sujeito realista. Mas o problema é que nisso que ele está dizendo tem muito "se" - "se" com C cedilha. ●

Antonio Delfim Netto e José Roberto Mendonça de Barros

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 8 de setembro de 2014

A desigualdade importa ou não importa?

Marcelo Neri e Marcos Lisboa



Os economistas Marcelo Neri e Marcos Lisboa têm em comum o interesse por políticas públicas que possam reduzir a desigualdade. Como pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Neri registrou a ascensão da nova classe média. Hoje é ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da

Presidência da República, busca ampliar os benefícios sociais.

Lisboa, quando foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, no início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu o programa Bolsa Família, que naquele momento ainda não era consenso dentro do governo.

Ao se encontrarem para discutir o tema, porém, divergiram em pontos essenciais. Para Neri, a redução da desigualdade não é um "objetivo geral da nação" que qualquer governo vai abraçar. Para Lisboa, o ponto de vista cria um "falso debate" para que não se fale sobre o que considera a verdadeira ameaça aos mais pobres – a atual política econômica.

Um debate acalorado começou diante das câmeras da TV Estadão, continuou após a gravação, nos corredores da redação, no elevador e até o estacionamento do jornal. Abaixo, trechos de uma apaixonada divergência:

Estado: A desaceleração na geração de empregos pode prejudicar a distribuição de renda?

Marcelo Neri: Ainda existe um descompasso forte entre o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que tem desacelerado, e o crescimento do mercado de trabalho. Se pegarmos as quatro regiões da PME (Pesquisa Mensal de Empregos) nos últimos 12

meses – que acho a comparação mais relevante – você vê um crescimento de mais ou menos 2% na renda média – um crescimento real *per capita*. Como a desigualdade está caindo 0,1% ao mês, o que é bastante, a renda do trabalho cresce 6,1%. A redução da desigualdade continua.

Marcos Lisboa: Eu sou um pouco mais pessimista. Acho que a conta está chegando. O Brasil adotou uma agenda social por um longo período. Não foi intencional. Foi uma sequência de medidas que permeou vários governos. Essa agenda começa nos anos 1990 e vai até a crise externa de 2008. Quando se analisa a desigualdade de renda e a melhoria da qualidade de vida, como Marcelo está enfatizando, a gente sabe que houve meia dúzia de fatores que são relevantes: a longa melhora da educação, desde 1988, o fim da inflação, o crescimento econômico, a formalização do mercado trabalho e certa mudança na composição da produção, com ênfase no setor de serviços. Os serviços empregam a mão de obra menos qualificada.

Por que eu sou pessimista? Desde 2009, a gente teve uma mudança importante na política econômica, que resgatou a velha política intervencionista dos anos 1970. Isso contaminou a produtividade. Acho que a indústria sofreu mais. Mas, recentemente, começa a atingir os serviços. A meu ver, está contratada uma desaceleração para o mercado de trabalho.

Estado: A classe C está ameaçada?

Neri: Esse risco sempre existe. Mas o ponto que quero chamar a atenção é que o Brasil conquistou muito nos últimos 15 anos: redução da desigualdade, carteira de trabalho, casa própria. Quando uma mulher deixa de ter seis filhos para ter menos de dois filhos, em média, cuida melhor deles. Eles vão para a escola e depois conseguem um emprego com carteira. Estamos diante de transformações estruturais. É uma força que vem de baixo e muda a produtividade. Eu concordo que a gente está num momento em que é preciso fazer uma transformação no modelo. Se você analisar a história brasileira nos últimos 50 anos, vai ver que a cada dez anos tem uma grande mudança. Por coincidência, temos lembrado

REFLEXÕES IX

delas agora porque realmente é como um relógio: o golpe de 1964, o começo da abertura democrática em 1974, as Diretas Já em 1984, a estabilização em 1994, o surgimento da classe média em 2004 – puxando a sardinha um pouco para o meu lado. Agora 2014, 2015 é um momento de transição.

Lisboa: Eu concordo que a gente teve mudanças estruturais profundas. Mas o que eu temo é que a forte alteração de rumo que ocorreu a partir de 2009 vai colocar em risco uma parte das conquistas. O Brasil viveu um momento parecido como o de agora em 1974. Houve o choque externo com o aumento do preço do petróleo. O governo quis manter o crescimento e fechou a economia. A conta daquela intervenção do governo foi cara. Foi uma década jogada fora. A contrarreforma, desta vez, foi mais suave, mas o governo mobilizou enormes volumes para o financiamento, o investimento, o crédito subsidiado. Deu errado. Gastou-se muito dinheiro, mas o País não cresceu. Você sabe do meu apoio ao Bolsa Família. O problema não é o Bolsa Família. O problema é o 'bolsa empresário'. O problema foi o comprometimento de uma imensa quantidade de recursos públicos para financiamentos privados. Essa conta ainda vai ser paga e ninguém sabe o tamanho. A outra questão é que as políticas de proteção (que dificultam a importação) prejudicam a produtividade. Estimativas recentes que tenho visto mostram que a produtividade do capital tem caído 0,7% ao ano desde 2009.

Neri: Acho que existe aqui uma visão que enfatiza o macroeconômico. Mas como sou um economista ligado à área social, tenho uma base de dados que vai à casa das pessoas. Nos últimos anos, tenho tido o prazer de observar a mudança que acontece na vida das pessoas. Há um descompasso não trivial entre o PIB e a renda das pessoas – o famoso gráfico chamado de boca de jacaré (em que um indicador sobe expressivamente e o outro cai expressivamente, criando a imagem de um jacaré com a boca aberta). Vamos pegar 2012, o ano do *pibinho*. O PIB cresceu zero, mas a renda das pessoas cresceu 8%. Essa diferença não aconteceu só naquele ano. Aconteceu antes e aconteceu depois. A desigualdade está mudando. Olho as séries e vejo a renda dos analfabetos

REFLEXÕES IX

crescendo mais do que a de pessoas com nível superior – que somos nós. Ou um crescimento maior da renda na periferia do que na capital. O Brasil tem esse nome de 'país do futuro', mas nos últimos 20 anos temos sido um País do passado. Temos resgatado a população que vivia lá atrás.

Estado: Vamos ver se entendemos: Lisboa teme que o efeito da economia vai bater no social e Neri diz que isso não apareceu?

Neri: O que estou dizendo é o seguinte: o Brasil ainda tem o *investment grade*, porém ele foi recentemente rebaixado. Mas o risco de o brasileiro cair de um ano para outro nunca foi tão baixo, e a probabilidade de subir nunca foi tão alta. Entendeu?

Lisboa: Mas é bom esclarecer para não parecer que há uma falsa polêmica. O Brasil nos últimos 20 anos evoluiu muito. Estamos de pleno acordo. O meu problema é: por que parou? Por que mudou? Por que colocar em risco o que foi construído? Marcelo, você fala de um descompasso entre PIB e renda. Mas a indústria derreteu nos últimos anos e o setor de serviços foi preservado. Felizmente, a política econômica chegou pouco no setor de serviços – que emprega dois terços da população. Quando eu abro os microdados e olho a vida das pessoas, os empregos e a renda foram preservados porque o setor de serviços ainda estava bem. Nos serviços estão grande parte da mão de obra pouco qualificada. Vem daí aquele fenômeno de a renda dos mais pobres subir em relação à renda dos mais ricos. Os mais pobres trabalham no setor de serviços. Os mais ricos, na indústria...

Neri: ...E compram serviços...

Lisboa: ...Sim, compram serviços. Mas o problema é que esse processo está se esgotando.

Neri: Eu não me sinto confortável, na minha posição, de fazer a defesa de A ou B. Mas ontem, à meia-noite, eu tive o renovado prazer de pegar os dados da PME e ver: a desigualdade continua caindo. Estou na Secretaria de Assuntos Estratégicos. Se tem alguém que precisa olhar para a frente sou eu, até por dever de

REFLEXÕES IX

ofício. O mais importante é que existe uma mudança na sociedade e concordo que essa coisa precisa continuar.

Lisboa: O problema é o seguinte, Marcelo: você teve uma desaceleração do crescimento, desaceleração da produtividade. O setor de serviços, que permitiu ganhos, está desacelerando. Por outro lado, está piorando o fiscal (a política fiscal, que define como o governo arrecada e gasta para manter a estabilidade da economia). Vai ter uma conta para pagar...

Neri: ...Ah...

Lisboa: ...Só vou completar aqui. A gente já viveu isso no passado. De novo, lembrado a história: 1974, uma crise externa, o governo decide que não podemos parar de crescer, endivida o País, fecha a economia, escolhe os setores vencedores – vamos produzir alumínio, vamos produzir navios. 'O Brasil conseguiu driblar a crise externa' era o que se dizia na época. Mas o crescimento foi caindo devagar. O que houve? A conta chegou.

Estado: Acho que o pano de fundo dessa discussão é a prioridade que um governo pode dar ou não aos gastos sociais...

Lisboa: Não. Meu ponto não é esse...

Estado: ...Eu vou chegar lá. O debate que está colocado nas eleições é que você pode priorizar o gasto social ou pode fazer um ajuste doloroso na economia que diminuiria os gastos sociais.

Neri: Este não é ponto do Marcos. Conheço-o há muito tempo. Mas você sintetizou muito bem uma questão que não permeia as análises. Eu me pergunto – e isso é uma questão pessoal, individual, minha – quanto você se importa de fato? Quanto te emociona, te mexe, te mobiliza, ver alguém que nunca teve nada melhorar de vida? Eu acho que o debate passa por aí também. Não no caso do Marcos, porque ele tem alta sensibilidade à desigualdade. Mas acho que esse é um debate.

Lisboa: Eu discordo. Esse é o falso debate. Esse é o debate que

REFLEXÕES IX

gostariam que existisse. Mas não passa por aí. O debate não é a questão social *versus* o ajuste econômico. O debate é: a política de proteção setorial, a concessão de recursos crescentes para grupos empresariais, a proteção da economia ou a preservação da solidez do Estado para garantir a continuidade da política social.

Neri: A...

Lisboa: ...Pera aí, deixe-me só pegar por aqui. Essa polarização agrada à política. Agrada à retórica. Vai ao encontro dos temas centrais. A questão é: a política social no Brasil não é conquista de um governo. É uma conquista da sociedade e precisa ser preservada. Estamos ainda hoje nos beneficiando do que o País construiu em 20 anos. Infelizmente, houve essa opção pelo protecionismo, pelo fechamento da economia, por essa agenda de concessão de benefícios a setores escolhidos que batem em Brasília – um benefício tributário para o setor A, para o setor B, uma proteção para a indústria C. Minha preocupação é que isso vai colocar em risco tudo que eu e você, Marcelo, acreditamos que seja o melhor para o social.

Neri: Tem a questão macro, a questão social dos indivíduos, das famílias. E tem essa questão mesmo, que é selecionar certos setores. Mas eu acho que existe, de fato, uma diferença entre duas dimensões. Primeiro: quanto à desigualdade importa ou não importa? Isso é uma escolha. Dois: o presente *versus* o futuro. O grau de permanência dos programas.

Lisboa: (risos) Esse é um diálogo meio kafkiano²⁷. Marcelo não está debatendo comigo. Está discutindo com outra pessoa. Eu estou defendendo a política social. Você acompanhou o quanto foi difícil focar na política social. Eu estava do lado de lá, defendendo – contrário a muita gente que está aí. Não foi fácil. Você está fazendo um contraponto...

Neri: Estou fazendo o contraponto porque acho que a gente está num momento em que existe uma polarização que é muito ruim

²⁷ **Kafkiano**: absurdo, ilógico, incoerente.

REFLEXÕES IX

para o País. E há razões de economia política por trás disso...

Lisboa: ...Mas Marcelo, quem defende isso?

Neri: Eu acho que existe uma lógica. Quando a desigualdade cai durante 12, 13 anos consecutivos – e começou a cair em 2001 – ela beneficia mais uns do que outros. Isso mexe com interesses. Não estou falando que esse é o seu projeto...

Lisboa: Não vejo ninguém com esse projeto. Marcelo, esse ponto é um espantalho que foi inventado. Poucos governos transferiram tanta renda para o andar de cima quanto este governo. Isso é uma caricatura que foi inventada...

Neri: ...Nãoooo. A desigualdade está em queda como nunca esteve...

Lisboa: Mas espera aí, Marcelo. Você sabe tão bem quanto eu que, no mercado de trabalho, está caindo a renda dos trabalhadores mais formalizados – e não é a da elite. Não é a da elite. E está subindo a renda dos trabalhadores menos qualificados. Eu acho que associar a redução da desigualdade a interesses que foram contrariados – e que por isso seriam oposição a esse governo – não é correto.

Neri: Eu acho que é. Acho que é. É uma parte importante...

Lisboa: Marcelo, quantos empresários ganharam dinheiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social)? Você acha que não existe esse debate? Isso é demonizar quem discorda. É criar uma caricatura das pessoas que têm visões diferentes. Vamos debater aqui. O meu ponto com este governo é o seguinte: este governo aumentou as políticas de proteção, aumentou a transferência para o andar de cima; felizmente, não destruiu o andar de baixo...

Neri: O resumo da ópera é uma desigualdade em queda. E desigualdade em queda é uma variável política...

Lisboa: ...Eu acho que não, Marcelo...

Neri: ...Variável de política econômica, de política social, de política pública. Mas sabe o que me preocupa? Eu acho que estamos numa situação polarizada. Esse é o momento de construir pontes. Eu acho

REFLEXÕES IX

que há interesses contrariados. A desigualdade cair ao longo do tempo é uma variável fundamental de economia política. Eu temo que independentemente de quem vá ganhar a eleição – e esta é primeira e única vez que vou falar de eleição – que a gente saia da eleição com uma polarização do tipo A ou do tipo B. Ambas são péssimas para o País.

Lisboa: Marcelo, meu ponto é diferente. Meu ponto é: a desigualdade começa a cair no governo de Fernando Henrique, continua no governo Lula e no governo Dilma...

Neri: ...Começou a cair em 2001: final do governo de Fernando Henrique...

Lisboa: ...A primeira queda importante é quando caiu a inflação. A desigualdade começou a cair lá atrás...

Neri: ...Não cai muito lá, não...

Lisboa: ...Mas caiu, né? Agora: o meu ponto não é esse. Estou falando que dá a impressão de que a desigualdade caiu porque reduzi a renda dos muitos ricos e aumentei a dos muitos pobres. Não foi isso que aconteceu...

Neri: Concordo.

Lisboa: É para não parecer que este foi o governo que reduziu a renda do andar de cima. Não. Foi um governo que reduziu a renda do andar médio e subiu a renda do andar de baixo...

Neri: O resumo da ópera é: a desigualdade caiu. O que acontece nos Estados Unidos e nos países desenvolvidos – a desigualdade crescer – não está acontecendo no Brasil.

Lisboa: Marcelo, eu sou um forte defensor da política social. Ambos somos. Você sabe disso. Eu acho que essa polarização que você está fazendo...

Neri: ...Não estou fazendo. Ela existe e não gosto dela...

Lisboa: Acho que tem uma crítica legítima a este governo em relação à política econômica. Existe um debate legítimo: estamos ou não enfraquecendo a nossa economia? Isso coloca ou não em risco os

REFLEXÕES IX

ganhos sociais?

Neri: Você colocou nesses termos. Eu ouvi. Interagi na medida do possível. Mas acho que o ponto importante é: a queda da desigualdade numa economia como o Brasil envolve questões de economia política.

Estado: tornamo-nos um País em que a maioria é de classe C. Quais são as medidas para que a ascensão na pirâmide continue?

Lisboa: Sobre a classe C, não aconteceu só no Brasil. O fenômeno da classe C aconteceu em outros emergentes. Qual é o meu receio? O quanto a piora da economia pode prejudicar o Brasil.

Neri: Eu entendo o seu ponto, mas acho que não existe uma unanimidade – e acho normal que não haja. A queda da desigualdade não é um objetivo geral da nação.

Lisboa: Mas, Marcelo, nós concordamos...

Neri: ...Nós concordamos, não há dúvida, mas essa questão é absolutamente importante para a escolha de rumos do País. Nossa desigualdade caiu muito, mas ainda é a 18.^a mais alta entre 155 países. A gente precisa continuar nessa agenda. Eu dou importância aos pontos que você colocou. Estou ouvindo. Mas acho que existe uma questão fundamental: a continuidade da redução da desigualdade.

Lisboa: Eu concordo com você. É importante continuar. Mas parte da redução da desigualdade veio do crescimento. O meu receio é que tudo que a gente conquistou e concorda – uma conquista de muitos anos – esteja em risco por uma política que fragiliza a economia. Uma política que vende o futuro para pagar o presente. ●

Marcelo Neri e Marcos Lisboa

Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo no dia 15 de setembro de 2014

Programa de Marina será cumprido quando conta fiscal permitir

Eduardo Giannetti



Eduardo Giannetti, conselheiro de Marina Silva, diz que "bolsa-empresário", via subsídios do BNDES, deve ser revisto

Direto e sincero, o economista Eduardo Giannetti, um dos principais conselheiros de Marina Silva, candidata do PSB à Presidência da República, não doura a pílula ao falar como vão ser enfrentados os desafios que ele vê hoje no País, em eventual vitória da sua candidata. A opção para fazer o ajuste econômico será pela via mais dura (porque permite uma volta mais rápida ao crescimento), os compromissos sociais assumidos no programa vão depender do equilíbrio fiscal e a indústria pode se preparar para uma operação "desmame".

Embora evite detalhar como seria feito o ajuste econômico, e se ele incluiria aumento de juros, ou corte de despesas, para elevar o *superávit* primário, Giannetti admite que ele não será simples.

Antes de iniciar a entrevista, Giannetti avisa que não é o porta-voz econômico da campanha, mas um conselheiro e um dos formuladores do programa. Dito isso, admite que não será simples "arrumar" o Brasil. "Não tenho a menor dúvida de que há um custo de fazer o ajuste, mas ele certamente é menor do que o custo de não fazê-lo", disse. Questionado se os compromissos assumidos no programa não são conflitantes com a perna fiscal do tripé macroeconômico, foi muito claro. "Os compromissos serão cumpridos à medida que as condições viabilizarem, sem prejuízo do equilíbrio fiscal."

Ao falar sobre a formação de um eventual governo Marina, ele deixou claro que a campanha espera adesões já no segundo turno, e

repetiu que não se vê como ministro da Fazenda.

Perguntado se técnicos do PSDB podem ter cargos no governo, disse que sim, e fez referência espontânea, sem citar nomes, aos quadros técnicos do PT do primeiro mandato de Lula, "que são de extraordinária qualidade". Faziam parte daquele grupo Joaquim Levy, Marcos Lisboa e Bernard Appy, entre outros. Leia, a seguir, trechos da entrevista.

Valor: Quais os principais problemas da economia brasileira?

Eduardo Giannetti: O problema básico do Brasil hoje é uma combinação pouco usual de três fatos que não costumam caminhar juntos. Temos baixo crescimento crônico, inflação teimosamente na vizinhança do teto definido pelo sistema de metas com o agravante de que ela está artificialmente controlada tanto por preços administrados represados quanto por câmbio artificialmente mantido num patamar sobrevalorizado, e *déficit* em conta corrente de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) que nos coloca em uma situação de eventual vulnerabilidade externa. É muito estranho que essas três coisas se combinem simultaneamente. Com crescimento tão baixo, a inflação deveria estar bem comportada, e se você tem um *déficit* em conta corrente de 3,5% do PIB, você estaria investindo a uma taxa expressiva.

Cada um desses fatos isolados já seria um ponto de apreensão, os três juntos é sinal de coisas realmente fora do lugar.

Valor: E quando se pensa na correção, que ajuste é esse?

Giannetti: Vejo dois movimentos importantes. Um de ações corretivas, de desfazer equívocos, distorções e desequilíbrios que vieram se acumulando nos últimos anos e, ao mesmo tempo, uma nova agenda de reformas microeconômicas, institucionais e de melhoria do ambiente de negócios que libere o potencial de crescimento do Brasil e dê mais confiança e previsibilidade para que se volte a investir.

Valor: Que ações corretivas?

Giannetti: Vamos ter que voltar e reconstruir o tripé macroeconômico. É um retrocesso ter que voltar a falar isso, pois era algo amadurecido no Brasil, como uma base a partir da qual se pensava para a frente, mas o governo Dilma foi tão desastrado e irresponsável que fragilizou as três pernas do tripé. A fiscal, a monetária e a cambial.

Valor: Para fazer essa correção será preciso aumentar juros?

Giannetti: Não vejo isso como necessariamente o caso. Vai depender de o governo voltar a agir de maneira integrada, coisa que não vem acontecendo. Temos política fiscal expansionista acompanhada de política monetária contracionista, parte do governo expande o crédito e dá estímulos e outra parte aperta a política monetária e tenta conter a oferta de crédito e segurar a demanda. O simples fato de integrar as peças da política macroeconômica já diminui a necessidade eventual de mais juros. Mas reduzir o juro tem que ser o objetivo em longo prazo.

Valor: Precisa aumentar o *superávit* fiscal?

Giannetti: A primeiríssima coisa é aumentar a transparência, tomar pé da verdadeira situação fiscal, que hoje está difícil de saber qual é. O governo inventou tantas artimanhas, truques e malabarismos para manipular números que está difícil tomar pé da situação. Precisa colocar a situação fiscal em ordem e produzir *superávits* fiscais necessários para se restabelecer a confiança e a sustentabilidade das contas públicas.

Valor: O sr. desenha um cenário atual de deterioração muito forte da economia. Não precisa de um remédio igualmente forte?

Giannetti: Na vida, você se depara com duas opções, muitas vezes. Diante de uma situação de anomalia, você pode aceitar uma dor mais aguda e curta ou uma situação em que a dor é prolongada, você não enfrenta situação de intensidade imediata, mas o problema se prolonga por muito mais tempo.

Valor: Qual a opção de vocês?

Giannetti: A julgar por experiências recentes de ajustamento macroeconômico no Brasil, eu tendo a crer que vale a pena fazer o que precisa ser feito rapidamente. Em relação a preços administrados, por exemplo, se não convencer de que o que tinha que ser feito foi feito, a expectativa do que falta fazer vai alimentar a expectativa de inflação futura, o que dificulta fazer as expectativas convergirem de novo para o centro da meta. As experiências recentes de ajustamento macroeconômico foram bem-sucedidas. Isso aconteceu em 1999, na virada do primeiro para o segundo mandato de Fernando Henrique, e depois em 2003, no primeiro mandato de Lula.

Valor: Mas naquele momento o grande peso na inflação era o câmbio, e não havia esse quadro de emprego e renda que temos hoje.

Giannetti: A situação em certos aspectos era diferente da atual, de fato. Não tenho a menor dúvida de que há um custo de fazer o ajuste hoje, mas ele certamente é menor do que o custo de não fazê-lo. A diferença fundamental é você estar enfrentando uma dificuldade que é legítima porque restabelece um horizonte de volta ao crescimento *versus* estar enfrentando uma situação de dificuldade sem nenhuma perspectiva de reconquistar a confiança e um horizonte de normalização. São as duas coisas que estão em jogo hoje no Brasil. Não pode contar só com o choque de confiança, ele é parte importante e ele vai ser ainda mais importante se vier acompanhado de um movimento crível de que as coisas voltaram a se direcionar no caminho certo. A confiança é fundamental, mas precisa ter lastro.

Valor: Esse ajuste passa por desemprego e queda de renda?

Giannetti: O desemprego já é uma realidade e a ideia é que termine o quanto antes. Não está nos planos de ninguém fazer ajuste recessivo. Não é disso que se trata. Trata-se de restabelecer a confiança e mostrar que a economia voltou a um bom caminho. A experiência mostra que a capacidade de resposta da sociedade brasileira é muito forte. Tendo a crer que ainda em 2015 será

REFLEXÕES IX

possível ver a volta da economia ao crescimento, se for muito bem feito.

Valor: No programa, vocês defendem a volta do tripé macroeconômico. Mas a perna de austeridade fiscal não conflita com a democracia de alta intensidade e com a pauta das ruas no ano passado?

Giannetti: Os compromissos assumidos no programa serão cumpridos à medida que as condições viabilizarem, sem prejuízo do equilíbrio fiscal. Quais são as condições que viabilizarão isso? A revisão das prioridades nos orçamentos fiscal e parafiscal, a evolução da arrecadação, a retomada do crescimento e a melhoria da gestão do Estado. Os compromissos assumidos serão cumpridos, mas condicionados à evolução fiscal.

Valor: Talvez eles não sejam cumpridos nos primeiros anos?

Giannetti: Sem a menor dúvida. Esses compromissos se distribuem no tempo. É um erro grave imaginar que o que está colocado no programa vai se materializar no primeiro Orçamento. Não será o caso. É preciso construir condições adequadas para que isso possa acontecer ao longo do mandato.

Valor: É possível aumentar gastos sem elevar a carga tributária?

Giannetti: É um compromisso não aumentar a carga tributária.

Valor: E como isso será possível?

Giannetti: Pela revisão das prioridades no Orçamento, o que inclui desonerações, subsídios explícitos e ocultos que hoje estão prejudicando muito esses compromissos de caráter mais social. Vai depender da evolução da arrecadação, à medida que a economia for retomando, vai depender do PIB, vai depender da gestão, de reduzir o desperdício.

Valor: Vocês identificam despesas que poderiam ser cortadas?

Giannetti: É muito difícil para quem está fora do governo e não tem acesso, rubrica por rubrica, dar essa resposta. Mas vejo uma extravagância muito grande na expansão do crédito subsidiado no Brasil, vejo uma isenção da Cide sobre combustível que prejudica a arrecadação e prejudicou um setor importante da economia, que é o etanol, e que em algum momento vai ter que ser revista, porque não adianta subsidiar e estimular o combustível particular.

Valor: Isso significa que a Cide pode voltar?

Giannetti: Isso vai ser debatido.

Valor: Mas não seria um aumento de carga tributária?

Giannetti: A Cide vai voltar, mas outras coisas podem sair. Quando se fala em carga tributária é a bruta, de 36% do PIB. Ela cresceu em todos os governos desde a Constituição de 88.

Valor: Falando em prioridades, é possível desmontar de imediato essa operação de repasses para BNDES e demais bancos públicos?

Giannetti: Não, não vai ser um choque, porque teria um efeito traumático e ninguém quer isso, mas vai ter que rever essa política extravagante que levou a uma expansão de 9% do PIB na oferta de crédito subsidiado financiado com dívida pública. O BNDES é um típico caso de remédio-veneno. Não tem nenhum problema em, durante uma crise como 2009, financiar um aumento da oferta de crédito via BNDES por meio do endividamento bruto do Tesouro. É perfeitamente legítimo. O problema é que o governo Dilma levou ao limite o uso desse tipo de *funding* para que o BNDES escolha campeões nacionais e transfira recursos do contribuinte em subsídios para seus parceiros, que são grandes empresas que poderiam se financiar no mercado de crédito ou com lucros retidos ou no mercado internacional. Segundo cálculo do Mansueto Almeida, o subsídio implícito no descasamento de juros entre o que o Tesouro paga, que é no mínimo a Selic, e o que o BNDES recebe é superior ao volume total do Bolsa Família.

Valor: O remédio-veneno é pelo fiscal e pelo mercado de crédito?

Giannetti: Sim, ele tolheu o mercado de capitais, distorceu o mercado de crédito, prejudicou a política do Banco Central de aperto monetário, fora a falta de transparência, que é gravíssima no estado de direito. Não é nenhum problema manter subsídio no estado de direito, mas é uma regra de ouro que ele seja explícito e passe pelo Orçamento. Do modo como ele está sendo feito no BNDES ele é oculto, ele não foi negociado e ele está transferindo para grupos privilegiados recursos da sociedade brasileira. Isso é política parafiscal.

Valor: A indústria precisa se preparar para receber menos de um eventual governo Marina?

Giannetti: Acho que a indústria deve se preparar para uma operação desmame. Ela está acostumada a chorar e ser atendida. Ela vai ter que se acostumar a uma situação em que ela será vitoriosa se for bem na competição. E ela irá bem na competição de mercado se for eficiente e inovadora. Temos que sair da situação em que vale mais a pena a uma empresa ter uma boa rodada de negociação em Brasília para uma situação em que vale a pena a ela concentrar sua atenção e seus esforços em fazer melhor o que ela faz ou em fazer algo que ninguém está fazendo.

Valor: A indústria diz que para dentro da fábrica ela é competitiva. Que o problema é para fora, o juro alto, o câmbio, carga tributária...

Giannetti: O que vai precisar é integrar mais a economia brasileira, fazer uma nova rodada de abertura comercial, de mais integração competitiva, e dar para o empresário a confiança de que as regras são permanentes e não vão ser negociadas de maneira arbitrária na base da pressão setorial. Elas valem para todos, serão horizontais e visam ao aprimoramento do ambiente de negócios. No governo Dilma houve um retrocesso para um modelo de microgerenciamento, que gerou uma espiral intervencionista no Brasil.

Valor: O sr. disse que seria possível num eventual governo Marina ter Fernando Henrique e Lula, como isso se daria?

REFLEXÕES IX

Giannetti: Não se trata de participar no sentido de ter um cargo ou integrar o governo. Significa que são líderes de forças políticas relevantes com as quais nós certamente desejamos trabalhar.

Valor: Quanto a perda do Eduardo Campos pode prejudicar o projeto da 'nova política' de reunir líderes importantes de diversos partidos, excluindo a parte pior?

Giannetti: A perda do Eduardo Campos é irreparável e vai se fazer sentir por muitas gerações no Brasil. Uma liderança como a dele não se improvisa, é obra de uma dedicação e de um empenho infatigáveis, uma espécie de dom da natureza. Há pessoas que são nascidas e talhadas para a liderança. Vai fazer muita falta especialmente em duas dimensões: competência de gestão e de articulação política. Deixa um *déficit*, uma lacuna e na dimensão em que ele era capaz, acho que é impossível preencher.

Valor: E como vocês pretendem suprir isso, dado que há projetos de reformas política e tributária logo para o começo do governo?

Giannetti: Isso é o que se está muito empenhado em definir e trabalhar e não há uma resposta que eu possa dar satisfatória a essa altura, mas acho possível encontrar essa resposta. Tenho impressão de que, quando estiver definido o segundo turno, haverá um reordenamento das forças políticas no Brasil.

Valor: E não é a velha política que virá para vocês...?

Giannetti: Depende de como é feito, virão bons e ruins. Virá também um contingente de oportunistas querendo tirar benefício de uma nova situação de poder. Nós seremos muito criteriosos em saber nos aliar àqueles que têm a agregar e que têm realmente afinidade de projeto com as nossas propostas.

Valor: O sr. vê nomes que estão com o PSDB na equipe de Marina?

Giannetti: Evidente que sim. E quadros que não tiveram experiência de governo também. O Brasil felizmente tem técnicos e pessoas dispostas a se engajar em políticas públicas nos mais diferentes

setores, não só em economia. E por que não quadros técnicos do PT no primeiro mandato do Lula, que são de extraordinária qualidade? Não restringiria isso ao PSBD de forma alguma.

Valor: Que nomes vocês gostariam de ter na equipe de governo?

Giannetti: Não vou entrar em nomes, mas a equipe do ministro [Antonio] Palocci no primeiro mandato do Lula é uma equipe de primeiríssima qualidade.

Valor: O sr. se vê ministro da Fazenda?

Giannetti: Não, eu não me preparei para isso na vida, não tenho tino para isso e não tenho ambição. Eu gosto de estudar, de escrever, de pensar. Posso ajudar na formulação, em estratégia, e, se for chamado a fazê-lo, posso ajudar na escolha de nomes.

Valor: E o ministro da Fazenda pode, então, ser o Armínio Fraga?

Giannetti: Acho prematuro discutir nomes, agora. Tenho extraordinária admiração por ele.

Valor: O setor financeiro parece entusiasmado com a Marina, mas há resistência entre empresários...

Giannetti: Entre os setores, a maior resistência parecia vir do agronegócio. É onde havia um ruído desnecessário, e nas últimas semanas claramente houve um avanço ao abrir um canal de comunicação e entendimento de que, ao contrário do que erroneamente possa ter parecido, temos enorme apreço e pretendemos dar ao setor do agronegócio brasileiro plenas condições de um crescimento saudável e sustentável.

Valor: O que diferencia o projeto da Marina dos demais?

Giannetti: Uma das diferenças do projeto liderado pela Marina é que não vemos a economia como um fim em si mesma, ela é pré-condição para uma vida melhor para todos, de uma realização mais plena. O sonho que nos move é que a economia deixe de ocupar o lugar de proeminência que ela ocupa hoje no debate brasileiro para

REFLEXÕES IX

que a gente possa focar em questões ligadas à cidadania, à realização humana, à felicidade. ●

Eduardo Gianetti da Fonseca: economista brasileiro, formado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ambas da Universidade de São Paulo.
Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 8 de setembro de 2014

LUÍZ BIANCHI

Não somos contra nem a favor dos transgênicos

João Paulo Capobianco



João Paulo Capobianco, o articulador de Marina Silva diante do agronegócio: "O subsídio à gasolina é um equívoco"

Um jantar esta semana irá reunir lideranças da cana, pecuária, soja, café, papel e celulose e outros peso-pesados do agronegócio com o grupo de Marina Silva. Já há 40 nomes confirmados. A intenção é eliminar estereótipos e preconceitos que o setor possa ter com a ex-senadora e abrir novas frentes de diálogo. O articulador desta aproximação é o biólogo João Paulo Capobianco, um dos nomes mais próximos da candidata à Presidência pelo PSB. "Previsibilidade e respeito a contratos são atributos sagrados para nós", diz ele, ex-secretário-executivo de Marina no Ministério do Meio Ambiente.

O grupo de Marina Silva sabe que muitos no agronegócio têm arrepios em pensar em um governo da ex-senadora. A aproximação tem por meta derrubar mitos. Marina Silva não irá rever o Código Florestal e nem irá retroceder na lei dos transgênicos. "Nós não faríamos nenhum ato isolado, de alto a baixo, criando confusão", assegura o interlocutor entre o grupo e setores empresariais e ambientalistas.

Capobianco elogia o agronegócio na agenda da sustentabilidade: "Não estamos saindo do zero, não estamos vivendo no Brasil uma época de ação predatória. Isso já passou, o setor está avançando." Diz que demandas como melhorar o sistema de armazenagem fazem todo sentido e defende biocombustíveis e bioenergia. "Não podemos prosseguir numa política econômica que artificialmente promove um setor e destrói outro", diz ele. "Estamos nos acostumando a uma política econômica feita de espasmos." A seguir trechos da

entrevista que concedeu ao Valor:

Valor: O agronegócio é o principal exportador brasileiro. Como se entra com uma ofensiva forte neste setor sem colocar em risco a produção e exportação agropecuária?

João Paulo Capobianco: Já foi feito o processo de discussão do Código Florestal e a organização com a questão ambiental, no que todo mundo diz que é há consenso. Durante esse debate, defendemos que o desmatamento feito irregularmente tinha que ter um tratamento que não levasse à anistia. Não se tratou o passivo ambiental como propusemos, mas se avançou de forma importante na questão do Cadastro Ambiental Rural, o CAR, e dos planos de recuperação ambiental. Tanto um como o outro teriam que estar sendo implantados.

Valor: Não está acontecendo?

Capobianco: Não. Houve uma série de problemas por parte do governo na regulamentação destes procedimentos. Temos conversado com lideranças do agronegócio que reconhecem que é necessário implantar o Código. Se estes pontos não forem implantados, coloca em risco a efetividade de toda a negociação feita. Ninguém quer isso.

Valor: O setor teme que em num eventual governo Marina exista uma revisão do Código Florestal.

Capobianco: Não, de modo algum. O acordo foi feito e aprovado pelo Congresso Nacional. É lei. Vamos respeitar a legislação, respeitar os contratos. Nossa ideia é trabalhar pela implantação do Código.

Valor: Com quais lideranças vocês têm conversado?

Capobianco: Tenho participado de vários debates. Tivemos o Global Agribusiness Forum, no primeiro semestre, e lá havia uma série de lideranças. Hoje há o evento da Sociedade Rural Brasileira. Falamos com o pessoal da Única, tivemos várias conversas com Roberto Rodrigues (ex-ministro da Agricultura). Tenho dito que temos que avançar na implantação do Código e em como a agenda da

sustentabilidade pode ser incorporada cada vez mais pelo agronegócio. Existe predisposição de todos com quem temos conversado de avançar nesta discussão e trazer alternativas para o Brasil. Há uma vontade grande de implantar o Plano da Agricultura de Baixo Carbono, por exemplo. Temos muitos pontos da agenda bem mais interessantes para tratar do que esta conversa de que a Marina é contra o agronegócio. Nada a ver isso aí.

Valor: Como será o diálogo com as diferentes entidades do setor?

Capobianco: A estratégia é conversa mesmo. Conversas quando apresentamos a nossa visão de que o agronegócio é uma atividade de enorme importância para o País, que isso ninguém discute, e que pode crescer e avançar em uma agenda de sustentabilidade extremamente inovadora. Aliás, já fez muito isso. O que o Brasil fez de aumento de produtividade por hectare é extremamente significativo.

Valor: Está trabalhando com outros setores além do agronegócio?

Capobianco: Sim, com o ambientalista também. É preciso analisar as propostas que eles fizeram. Existe uma coalizão de *ongs* que reúne Ethos, ISA, WWF e outros e que fez propostas a todos os candidatos e pedem uma manifestação nossa. Tem também o CEBDS, que reúne grandes empresas, e que apresentou uma agenda interessante. A SOS Mata Atlântica lançou sua proposta. Não é porque temos uma relação histórica com o movimento que não vamos tratar das questões de forma organizada.

Valor: Com o agro a relação não é histórica nem estruturada.

Capobianco: Marina, quando estava no Ministério do Meio Ambiente, não tinha a responsabilidade de tratar da agenda do agronegócio e tivemos poucas oportunidades de integração com esse setor. Mas no caso do setor florestal, principalmente na área de florestas plantadas, construímos uma relação positiva. Trabalhamos muito nos ajustes da legislação de florestas plantadas, tivemos

iniciativas de desburocratização de plantios de espécies exóticas, como o eucalipto. Quando assumimos, havia o risco de um apagão florestal, o plantio de florestas para produção de papel e celulose e carvão vegetal era menor que a necessidade de uso. Foi feito um programa em articulação com o setor. Assim evitamos o apagão.

Valor: Como é a relação com a CNA até há pouco liderada pela senadora Katia Abreu?

Capobianco: Estamos completamente abertos a dialogar com a CNA. Agora, existem lideranças ali que têm mantido posição muito agressiva em relação à Marina, com suposições de que Marina é contra o agronegócio. Sempre que temos condição de conversar com o setor e eliminar estas mistificações e estereótipos, temos tido excelente resultado. Queremos mostrar ao setor que temos muito respeito pela sua importância para o País, mas queremos avançar, de forma adequada, mas consistente, na agenda da sustentabilidade.

Valor: Em que ocasião Marina foi estigmatizada no agronegócio?

Capobianco: Tivemos o embate dos transgênicos. A postura que Marina sempre defendeu foi de garantirmos o que ela chama de princípio da coexistência, uma regulamentação que permitisse a manutenção das duas formas de produção, da convencional e da transgênica. No Ministério éramos procurados por muitas empresas que trabalhavam com a soja convencional, mesmo porque no mercado internacional há um consumidor que exclui a transgênica. Defendíamos que o Brasil tivesse um sistema de segregação que permitisse que a produção transgênica e convencional não se misturassem no transporte, armazenagem e nos portos de exportação. O setor argumentava que os custos seriam altíssimos. Insistíamos que o Brasil devia construir essa possibilidade, mas criou-se ali uma simplificação de que Marina é contra transgênicos, contra tecnologia, contra desenvolvimento. Era uma forma de simplificar o debate e impor uma visão. Do nosso ponto de vista, tínhamos uma posição que contemplava o conjunto do setor, mas que não interessava a uma parte importante dele.

Valor: Vocês são contra ou a favor dos transgênicos?

Capobianco: Não somos nem contra nem a favor. Transgênico tem seu lugar e o convencional também tem o seu. O Brasil poderia ser uma grande potência produtora de grãos, como os Estados Unidos e a Argentina, que tivesse os dois sistemas coexistindo. Seria único. O que quero dizer é que existem muitas visões sobre posições de Marina que não correspondem à realidade.

Valor: Vocês consideram transgênicos uma pauta superada?

Capobianco: Existe uma legislação que já está implantada. Nós não faríamos nenhum ato isolado, de alto a baixo, criando confusão nesse campo. Evidentemente gostaríamos de debater com o setor, mas depende deles nos dizer se há espaço para isso ou não. Queremos debater o uso de agrotóxicos tentando aumentar o controle biológico. Quanto mais pudermos avançar nesta agenda, melhor. Mas isso será discutido com o setor, não virá nenhuma medida abrupta, de cima para baixo. Em alguns setores empresariais, antes de se relacionar de forma aprofundada com Marina e equipe, a postura inicial tem sido essa que, "ela não nos deixará fazer nada, vai acabar com tudo." Há casos concretos de que quando esta relação se estabelece, há uma troca efetiva e se avança em uma agenda que contempla o segmento econômico e a agenda da sustentabilidade. Agora nosso desafio é esse.

Valor: O que quer dizer?

Capobianco: Por exemplo, no processo pré-conferência do clima de Copenhague, em 2009. Queríamos que o Brasil assumisse compromissos de redução de emissão, pressionamos para isso, mas sem sucesso. O setor de energia e transporte tinha horror a este tema, achavam que metas de redução iriam impactar de forma desastrosa a atividade produtiva. A grande oportunidade que o setor tinha era de se antecipar a isso, porque estas restrições virão de qualquer maneira. O que seria melhor para um país como o Brasil, achar que se pode continuar produzindo nos padrões anteriores ou encarar este desafio? O setor mais avançado do segmento empresarial concluiu que era melhor que o Brasil

assumisse metas, com prazo, que permitissem buscar uma redução. Foi o que aconteceu.

Valor: É o caso do agronegócio?

Capobianco: O agronegócio brasileiro tem tudo para avançar nesta direção. O Brasil é o País do etanol, o País do maior sucesso em biocombustível do planeta. Mas o que o governo atual está fazendo? Está destruindo o biocombustível. A bioenergia, o biocombustível – tanto na produção de combustível como a geração de energia elétrica a partir da queima de bagaço e subprodutos da agricultura – são extremamente importantes na nossa visão de futuro do Brasil. Vamos trabalhar para retirar todos os mecanismos que estão sendo colocados pelo atual governo e que estão levando o setor ao colapso.

Valor: Vocês vão voltar com a taxa Cide e favorecer o etanol?

Capobianco: Vamos trabalhar com todos os mecanismos necessários para que o setor possa continuar na sua trajetória original. A ampliação de produção a partir do aumento da produtividade foi o grande lance do setor de etanol no Brasil. Os grandes produtores de etanol assumiram há muito a recuperação das Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal, o setor reconhece que os valores da sustentabilidade agregam valor ao produto e estão trabalhando neste sentido. Temos a certeza de que os demais setores da agropecuária poderão avançar nesta pauta.

Valor: Bem, mas aí vão ter que mexer no preço da gasolina.

Capobianco: O subsídio à gasolina é um equívoco. Agora, a forma como isso vai ser feito para que não gere impacto inflacionário, a compensação que será organizada do ponto de vista econômico, eu não estou me antecipando para contar porque esta é uma discussão extremamente importante. Mas não podemos prosseguir numa política econômica que artificialmente promove ou protege um setor e destrói outro setor de alta relevância. Não só em relação à gasolina, em relação a tudo. Estamos nos acostumando a uma política econômica feita de espasmos. "Ah, está tendo um problema,

REFLEXÕES IX

então tira o IPI daqui, reduz por medida provisória o preço da energia dali". Um conjunto de medidas que são adotadas totalmente desconectadas, sem programa e sem previsibilidade. O etanol, o biocombustível, o biodiesel, a energia elétrica a partir da queima de subprodutos da agricultura estão sendo destruídos no País. Isso tem que ser revertido.

Valor: O grupo JBS era um dos maiores financiadores da campanha de Eduardo Campos. Este financiamento pode continuar?

Capobianco: Nenhum partido da nossa coligação apresenta restrições estabelecidas em estatuto com relação a estas doações. A Rede tem restrições, aprovadas no seu estatuto, à indústria armamentista, de tabaco e incluiu bebidas e agroquímicos. Mas a Rede não vai impor restrições à coalizão como um todo.

Valor: O JBS recebeu um dos maiores financiamentos do BNDES. Esse financiamento deve continuar em um eventual governo Marina?

Capobianco: Previsibilidade e respeito a contratos são atributos sagrados para nós. A filosofia da Marina sempre foi esta. Os contratos serão respeitados e os posicionamentos serão feitos dentro da previsibilidade, do arcabouço legal e das diretrizes de governo.

Valor: O agronegócio é um setor politicamente muito fragmentado. Como vocês pensam atingir os produtores, dada esta capilaridade?

Capobianco: É verdade, mas o setor tem um conjunto de lideranças que formam opinião. Alguns são lideranças de associações, como a Sociedade Rural Brasileira, a Organização das Cooperativas do Brasil. Outros são grupos empresariais relevantes. Estamos fazendo uma ação proativa de conversas com estas lideranças assim como estamos totalmente abertos a ser procurados por eles para mostrarmos nossa visão.

Valor: Um dos grandes temores do setor é que a

sustentabilidade tire competitividade dos produtos. Como vocês respondem a isto?

Capobianco: Isso é um debate. Não podemos impor a nenhum segmento da sociedade aquilo que não está previsto em lei. Em todas as conversas que temos tido, o reconhecimento tem sido unânime de que a questão da sustentabilidade veio para ficar. Há um aumento da consciência internacional e do consumidor em relação a isso. E, repito, já tem muita coisa feita, não estamos saindo do zero, não estamos vivendo uma época de ação predatória e irresponsável, isso já passou; o setor já está avançando. Então, nossa discussão com o agronegócio é de ver o que é melhor: fazemos um planejamento em que o governo entra como um parceiro para construir esta agenda ou deixamos que as barreiras não tarifárias comecem a ter impactos na nossa produção?

Valor: Quais demandas do setor vocês atenderiam prontamente?

Capobianco: Questão importante e que tem a ver com a sustentabilidade do setor é criar um sistema de armazenagem de grãos no Brasil. Existe hoje uma infraestrutura extremamente aquém da necessidade e perdem-se milhões de toneladas de produtos por falta de armazenagem e perdas no transporte. No pico da colheita, caminhões passam semanas na fila do embarque produzindo gases-estufa, gerando desperdício, impactando o ambiente.

Valor: Como resolver isso?

Capobianco: O escoamento é elemento central e isso tem que ser enfrentado de qualquer maneira. Existe planejamento para isso. Ao contrário do que se diz, não há uma boa gestão do tal do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Há baixo desempenho e atrasos enormes dos empreendimentos.

Há que ser ter uma forte ação de ampliação da estrutura de armazenagem, concordamos plenamente com esta demanda. Qualquer melhora no desperdício, na perda por má qualidade de infraestrutura, qualquer iniciativa que possa agilizar estes

processos, transportar e dar saída mais rápida e eficiente para estes produtos, significa avançar em sustentabilidade. Temos aí uma agenda enorme de trabalho para avançar. O agronegócio brasileiro é uma atividade econômica de altíssima relevância e que pode e deve ser uma atividade cada vez mais reconhecida pelos valores de sustentabilidade.

Valor: Como vê os acordos comerciais nesta área?

Capobianco: O Brasil está muito atrasado. Tem poucos acordos bilaterais, está preso em uma óptica de Mercosul. Poderia avançar, por exemplo, com a União Europeia.

Valor: Uma parte do agronegócio se alinha com o PSDB, outra, com o PT. Se há um ponto de convergência é na questão fundiária: unidades de conservação e índios. Qual a posição de vocês sobre isso?

Capobianco: Com muita tranquilidade. Em relação à questão indígena, por exemplo. A Constituição prevê que uma área que é reconhecida como território indígena, os índios têm direitos a ela. Eventuais propriedades rurais nesta área não têm direito à indenização, a não ser pelas benfeitorias. Esta é a lei. Só que, em muitos casos, principalmente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, se comprovou que produtores ocuparam áreas de boa-fé, e corriam o risco de perder essas propriedades sem indenização da terra. Nestes casos há que se garantir o direito dos proprietários que ali estão, dentro da normatização legal.

Mas não podemos misturar as coisas. Temos situações em que áreas foram ocupadas baseadas em grilagem e violência. Há outras em que a identificação está incorreta e tem que ser corrigida. São vários casos. O que não pode haver, em minha opinião, é aplicar uma regra única sem considerar como o processo histórico se deu no País, de um lado, e do outro, deixar de atender o que determina a Constituição. Se não se faz isso, e não tem sido feito, a inércia do poder público de tomar decisão e fazer o que é certo e correto, prejudica todos os lados. Cria-se uma situação de insegurança jurídica. O governo atual prefere se omitir a tomar uma decisão.

REFLEXÕES IX

Não quer conflito. Só que o conflito já está colocado. Não foi inventado, já existe. ●

João Paulo Capobianco: biólogo, fotógrafo e ambientalista brasileiro. Atualmente preside o Instituto Democracia e Sustentabilidade e dirige a Métra - Planejamento Socioambiental Estratégico Ltda.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 26 de agosto de 2014

LUIZ BIANCI

A quarta agenda democrática

Renato Janine Ribeiro



Além da luta por melhores serviços públicos, há uma exigência de liberdade do País Desconstrução. O notável trabalho de inclusão social do PT já não basta para a reeleição de Dilma

Desde o ano passado, o Brasil mudou de futuro. As manifestações de maio a julho definiram um horizonte novo. O problema é que as eleições de outubro estarão aquém da nova agenda política. Tivemos três agendas democráticas bem-sucedidas nestes 30 anos: a derrubada da ditadura, a da inflação e a inclusão social em larga escala. Agora é a vez do que chamo “quarta agenda democrática”, que consiste em transporte, educação, saúde e segurança públicos de qualidade. É ela que porá fim ao *apartheid* entre quem paga ao setor privado pela qualidade deles, e quem está restrito à má qualidade do Estado. Mas os candidatos de oposição, centrando a campanha na crítica à política econômica, não têm uma proposta que sensibilize uma população que exige direitos que custam dinheiro, direitos que ela nunca viu atendidos, dinheiro que – dizem os dois candidatos – faltará.

Já a candidata à reeleição enfrenta o êxito das políticas de inclusão social: quem subiu na vida quer subir mais e, afinal, sente – sem muita razão – que nada deve a políticas públicas, só ao próprio esforço e mérito. Mas, além da exigência de serviços de qualidade, outro tema vai se firmar em nossa política: cresce uma exigência de liberdade, nos mais amplos sentidos – uma exigência que os partidos não parecem ter compreendido. Essa liberdade tornada valor, antes de tudo, é a liberdade pessoal. Cada um tem o direito de florescer o máximo, no que lhe importa. Essa ideia é liberal. Para ela, cada ser humano tem riquezas singulares, únicas, que para se manifestarem só precisam de uma coisa: não serem reprimidas. Estado, Igreja, externalidades, impedem esse florescimento. Então,

REFLEXÕES IX

reduzindo esses obstáculos externos, cada um crescerá. Só que tal ideia de liberdade, mesmo sendo de origem liberal, vai muito além da direita. Hoje suas faces mais visíveis são a liberdade da mulher em face do machismo, do homossexual diante da homofobia, do negro e do indígena contra o racismo.

A pauta da liberdade se fortalece a cada dia. Comentei em outro lugar que ela está, por exemplo, no *El País*, no *New York Times* e, entre nós, na revista *Trip* e talvez *Rolling Stones*. Sua primeira característica é se opor radicalmente a qualquer preconceito. Um vídeo que se tornou viral no YouTube - *The Ultimate (Sarcastic) Anti-Gay Marriage Ad* - mostra bem isso: diante da igualdade entre heterossexuais e homossexuais, uma família bem norte-americana – crianças rosadinhas, todos loiros, gente de comercial de margarina – chora e se descabela porque todos vão ser “obrigados” a se separar e, cada um, a casar-se com pessoa do mesmo sexo... É hilariante. Ou seja: o preconceito está sendo vencido quando, de odioso, vai se tornando ridículo.

Um romance que fez sucesso na Alemanha – uma boa ideia, ainda que com resultado final fraco – é *Ele Voltou*, de Timur Vermes. “Ele” é Hitler, que acorda, em 2011, de um desmaio que durou décadas. Retoma sua carreira, mas todos creem que ele é um comico. Talvez seja esse o grande sucesso sobre a maldade – quando ela não desperta mais medo, só riso.



Quando sai do horizonte do possível e do pensável. Os preconceitos parecem, hoje, estar perto de agonizar: em breve, quem se opuser a mulheres, *gays* e negros será folclórico. É o que essa nova sensibilidade implica. Mas isso não significa que a luta tenha terminado. Crimes de ódio são frequentes no País. Não são reprimidos de maneira sistemática. Pior: a veiculação de propaganda de ódio é tolerada, em que pese afrontar diretamente a Constituição e constituir incitação ao crime. Deputados, ainda que poucos, dizem enormidades, pelas quais poderiam perder o mandato, ao negarem que membros dos grupos discriminados

sejam iguais em direitos aos homens brancos heterossexuais. E por isso mesmo, essa nova sensibilidade não está – ainda? – vitoriosa. Na verdade, não sabemos se ela triunfará ou o será o preconceito supersticioso. Seria bom os candidatos firmarem um pacto contra o preconceito e a superstição. Porém, seria errado ligar diretamente esse novo modo de ver o mundo humano a um lado político específico. Repudiar o preconceito contra indivíduos e grupos é uma tradição que, desde o Iluminismo e seus herdeiros das grandes revoluções, inspira as esquerdas. Mas em vários pontos a nova sensibilidade desagrade à esquerda brasileira. Pois faz parte dessa atitude o horror à corrupção; ora, o PT, que já foi nosso partido mais veemente na condenação do tráfico de dinheiros públicos, é acusado de ter sido leniente, no governo, com essas velhas práticas brasileiras. Não importa se o escore do PSDB é igual ou pior que o seu: o mensalão acabou simbolizando uma séria falta dos governantes à honestidade. Tal situação gerou um estresse entre o que chamo de nova sensibilidade e a esquerda.

Outro desencontro se refere ao repúdio à opressão política e internacional. Alguns amigos meus, por desconfiarem das intenções ocidentais sobre a Ucrânia, simpatizam com Putin. Mas com isso acabam endossando políticas autoritárias e repressivas: negam o valor da luta do povo na Praça Maidan, acusando-o de ingênuo ou agente estrangeiro. Ou tomemos o voto facultativo. Embora haja no PT defensores do fim da obrigatoriedade do sufrágio – ao que parece, talvez o próprio Lula –, a esquerda é mais favorável a ele. Os argumentos pela obrigatoriedade são bons: havendo voto facultativo, a abstenção dos miseráveis aumenta, o que leva os políticos a não se preocuparem com eles, o que por sua vez aumenta a abstenção entre os mais pobres. Mas aqui falamos de uma atitude pró-liberdade, de uma filosofia, de uma sensibilidade. O voto facultativo e a discriminação da maconha andam juntos: nos dois casos, se repudia a tutela sobre as escolhas pessoais.

Resumindo, o que temos? Uma atitude contrária aos preconceitos de costumes, à opressão, à corrupção – e também à repressão. Com todo incômodo que as greves pré-Copa causaram no transporte público, também se vê com maus olhos a repressão a esses

REFLEXÕES IX

movimentos. Resta explicar por que, falando da mídia internacional, citei dois jornalões e, no Brasil, duas revistas quase alternativas, Trip que nasceu para os surfistas, RS, que é de rock – e por que eu, nem surfista nem roqueiro, as menciono. Ora, é interessante que a atitude pró-liberdade que aqui celebro nasça fora da política. Na verdade, a política é um setor da atividade humana sem dúvida essencial, mas nem sempre fecundo. Quando na mesma família se sucedem gerações de políticos, o que sem dúvida é rotina nas regiões mais atrasadas do País, mas também acontece nos estados mais desenvolvidos, o que se perde não é só a renovação de sangue, mas também a de ideias.

E disso, para nossa política atual? Não penso, até o momento, que as eleições deste ano sejam particularmente importantes para o Brasil. Provavelmente marcarão o fim de um ciclo, não o começo de outro. O PT fez um trabalho notável de inclusão social, mas isso já não basta, tanto porque é preciso garantir que os serviços públicos sejam bons quanto porque a sensibilidade que descrevo não é a do PT dos anos 2010, embora fosse a sua de 1982 a 2002. Já os candidatos de oposição cometeram um ato falho forte ao tentar surfar nos xingamentos à presidenta Dilma Rousseff. Nem Eduardo Campos nem Aécio Neves deram importância ao teor sexual do ataque a uma mulher. Provavelmente, netos ambos de políticos, Miguel Arraes e Tancredo Neves, que figuram entre os mais importantes governadores de nossa história, eles não se dão conta de quanto é difícil uma mulher liderar na política.

Os dois *insiders* desconhecem o que é ser a grande *outsider*, a mulher. Basta ver uma coisa: a dificuldade enorme que tem uma mulher em conciliar o poder e a feminidade. Candidatos a presidente podem se casar e ter filhos em plena campanha; já a presidente é sozinha. Aliás, veja-se que a oposição situa entre seus principais temas de ataque ao governo a existência ou não da palavra “presidenta”, que Carlos Drummond utiliza na sua tradução das *Relações Perigosas*. Poderia ser mera “questão de opiniões”, como diz Guimarães Rosa sobre “pão ou pães”, mas virou um cabo de guerra – que é claro sinal, ainda que involuntário, dessa recusa a conjugar no feminino o poder.

REFLEXÕES IX

Disso resulta que, se Dilma, mais preocupada com o desenvolvimento econômico e social, não assume como sua essa agenda jovem, jovial, da liberdade que vai do pessoal para o público, seus adversários parecem estar ainda mais longe dela. Aqui não discuto programas votados em congresso partidário, e sim a reação quase instintiva de dois homens para quem um insulto sexual não é coisa grave, dirigido a uma mulher que chefia o Estado. Ora, quando alguém quer liderar o País, precisa estar mais antenado com as novas tendências da sociedade.

Porque o Brasil não é uma sociedade politizada, como foram França e Argentina. Nossa educação e cultura políticas são precárias, mas em termos de costumes, de vivido, somos bons. Aqui, a política passa pelos costumes. Mesmo durante a ditadura, avançamos extraordinariamente em sensibilidade democrática, por sinal graças à música popular mais do que a manifestos políticos.

Quem se desliga da renovação constante de costumes se desliga do que o Brasil tem de melhor, de inovador – mais que isso, de invejável. Porque a política institucional está perdendo terreno, mundo afora. Aqui, podemos ainda nos perguntar o que fazer; podemos perguntar qual será a quarta agenda da democracia; podemos esperar melhorar muito. Mas olhem França, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, para não falar da Itália; nenhum desses países tematiza, à sua frente, desafios como os nossos, esperanças como as nossas.

Dará trabalho conseguirmos serviços públicos de qualidade, mas dará satisfação conseguirmos uma relação entre política e costumes que configure, uma e outros, como democráticos. Melhorar os serviços é atingir o patamar dos países desenvolvidos. Democratizar os costumes é propor algo novo, que irá além deles. ●

Renato Janine Ribeiro: professor de Ética e Filosofia Política na USP e autor, entre outros livros, de *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 22 de junho de 2014

Dilma: a gestora agridoce

Ricardo Galhardo



Presidente Dilma Rousseff, candidata do PT à reeleição, adota linguagem jovial e postura mais dócil para 'revelar a verdade escondida pelos pessimistas' a respeito de sua capacidade de administrar o País

Dilma Rousseff, 66 anos; Estado civil: Divorciada; Partido: PT; Coligação: PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PC do B, PROS, PRB; Formação: Economista; Cargos que já

ocupou: Foi secretária do governo de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, de 1999 a 2002, ministra de Minas e Energia, de 2003 a 2005, e da Casa Civil, de 2005 a 2010; foi eleita presidente em 2010.

A presidente Dilma Rousseff respondia a internautas em 7 de julho quando a personagem Dilma Bolada, criação do publicitário Jeferson Monteiro, pediu que ela postasse um “é tóis”, gíria usada pelo atacante Neymar no lugar de “é nós”.

Orientada por assessores, Dilma pôs o antebraço direito sobre o punho esquerdo formando um “T”, abriu um sorriso e posou para a foto. Em poucas horas, o “é tóis” presidencial foi multiplicado nas redes sociais, publicado em sites de notícias, copiado, adaptado e parodiado. Virou *memes*, mensagem que ganha vida própria da rede.

O objetivo era mostrar que a candidata à reeleição realmente estava ao computador com internautas naquele primeiro dia útil de campanha oficial. Se em 2010 Dilma foi apresentada como boa gestora, desde 2011 essa imagem foi arranhada por problemas administrativos e políticos e índices econômicos frustrantes. Em 2014, Dilma quer ser vista como gestora capaz de tomar decisões com firmeza, mas também como mulher que “sente saudade da filha e do neto”, que trabalha e que cozinha quando possível, como mostrou sua estreia na propaganda eleitoral.

A goleada que o Brasil levou da Alemanha no dia seguinte ao “é tóis” transformou o “T” de Dilma no 7 do placar do jogo e a euforia do País com a Copa em vergonha. Mas o gesto aparentemente infantil passou a simbolizar um dos alicerces da estratégia para Dilma seguir no Planalto: o Brasil pecou nos gramados, mas foi bem-sucedido como anfitrião e organizador do maior evento do mundo.

Ao se vincular ao Mundial, Dilma lançou a âncora que lastreia o discurso do PT no qual a “verdade” vencerá o “pessimismo”. A lógica é: se os pessimistas erraram nas previsões da organização da Copa, tampouco acertam quando falam do cenário econômico, dos atrasos em obras ou das barbeiragens políticas da presidente. A “verdade”, que, segundo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é escondida por “certa imprensa”, virá à tona nos programas elaborados pelo publicitário João Santana para o horário eleitoral.

Assim, o PT pretende maquiar erros de gestão e articulação cometidos por Dilma ao longo do mandato – muitos apontados pelos próprios integrantes do partido – e culpar os “pessimistas”.

“Primeiro diziam que Dilma era só uma boa gestora e não sabia fazer política. Depois disseram que era mais política do que gestora. Vamos mostrar que ela tem capacidade de gestão – e a Copa demonstrou isso – e de articulação política, ao fazer uma ampla aliança em torno de sua candidatura”, disse o presidente nacional do PT, Rui Falcão, coordenador-geral da campanha.

A estratégia ganhou reforço inesperado com os xingamentos à presidente na abertura da Copa. Os insultos ajudaram os petistas a tentar transformar Dilma de vilã em vítima das elites.

Página em branco

Para quem participou da primeira campanha da presidente, reconstruir a fama de Dilma será mais difícil do que o trabalho feito em 2010. Antes daquela eleição, Dilma era desconhecida da maioria da população e os estrategistas puderam usar ferramentas do *marketing* e da política para criar uma imagem atraente da candidata. Era como “escrever em uma página em branco”, na definição de um aliado. Em novembro de 2002, quando o então

presidente eleito Lula anunciou os últimos integrantes do ministério, entre eles a titular de Minas e Energia, assessores petistas nem sequer sabiam como grafar Rousseff. Dilma deu uma resposta surpreendente ao ser questionada pelo repórter se estaria só esquentando a cadeira para o PMDB: “Pode ser que sim”.

A “ministra-tampão” se consolidou no cargo, ganhou a confiança do presidente, assumiu a Casa Civil após a crise do *mensalão* e recebeu o carimbo de candidata em 2007, durante visita a uma plataforma da Petrobrás onde Lula imprimiu a mão suja de óleo no macacão laranja de Dilma.

Mas faltava à escolhida uma marca própria. A primeira veio pelas mãos do próprio Lula, que, em março de 2008, ao lançar obras de infraestrutura no Complexo do Alemão, no Rio, apresentou a pupila como “mãe do PAC”, o Programa de Aceleração do Crescimento criado para ser o maior pacote de obras do País. O título destacava dois componentes da imagem de Dilma: mulher e gestora.

Fora de risco

No ano seguinte, a futura candidata foi surpreendida pelo diagnóstico de um linfoma, divulgado por ela própria em abril. Para disfarçar a queda de cabelo provocada pelo tratamento quimioterápico, Dilma passou a usar peruca. Só no início de 2010, com o câncer sob controle, a equipe de João Santana começou a trabalhar de fato a imagem da candidata. Para isso, tiveram primeiro de driblar o estilo despojado da futura presidente. Dilma não usa esmalte e corta as próprias unhas. Foi convencida a duras penas a incorporar a maquiagem à rotina, mas aprovou o corte assinado pelo cabeleireiro Celso Kamura.

Dilma fez tratamento nos dentes e peeling. Auxiliares tentaram, sem sucesso, convencê-la a trocar esfihas e quibes por frutas secas e queijo branco. Os maiores estilistas do País enviaram dúzias de modelos, mas ela até hoje prefere as roupas criadas pela gaúcha Luisa Stadlander.

Por vezes os assessores esbarraram no temperamento forte da presidente. No fim de 2010, antes de tomar posse, Dilma foi

recebida pelo então presidente da França, Nicolas Sarkozy, e ficou na dúvida sobre o que usar: calça ou saia? Os assessores foram unânimes em indicar saia, mas Dilma recusou com um argumento convincente: “A Angela Merkel só usa calça”, afirmou, citando a chanceler alemã.

Quatro anos depois, os estrategistas da campanha de Dilma precisam destacar os melhores ângulos da presidente e neutralizar os arranhões do exercício do poder. O primeiro ano de governo foi marcado pela queda de sete ministros acusados de corrupção. Santana transformou a adversidade em oportunidade e criou o rótulo “faxina”. A estratégia ajudou a descolar Dilma de Lula, ainda marcado pelo *mensalão*. Na sequência vieram ações para reduzir os juros bancários e a conta de energia. A presidente ganhou a simpatia da classe média, avessa ao PT desde o escândalo de 2005. A aprovação dela foi às alturas.

A queda do crescimento do PIB de 2,7% em 2011 para 0,9% em 2012 abalou parte dessa imagem. No ano seguinte, o risco de alta da inflação simbolizado pelo aumento do preço do tomate, associado a atrasos no PAC e ao estilo autoritário de governar, manchou a fama de gestora competente. A impressão era de uma presidente politicamente isolada, que reabilitou “faxinados” para o centro do poder, e ameaçada pela volta da inflação. Pesquisas davam indícios de insatisfação com a economia e surgiam críticas públicas ao modelo de comunicação do governo. Para piorar, agora era Lula quem enfrentava um câncer – na garganta – e estava fora de combate.

Redesenho

Apesar disso, Dilma mantinha altos níveis de aprovação pessoal. Só as imprevisíveis manifestações de junho de 2013 foram capazes de derrubar essa popularidade. De março a julho, a aprovação de Dilma despencou de 63% para 31%, segundo o Ibope. A presidente assumiu as rédeas da reação e convocou um gabinete de crise para identificar projetos parados nos escaninhos da burocracia e colocá-los em prática. As reuniões eram tensas. Em um domingo à noite, no Palácio da Alvorada, Dilma interrompeu o debate acalorado

REFLEXÕES IX

entre ministros: “Vocês não sabem o que está acontecendo, eu não sei o que está acontecendo, ninguém sabe”. Dias depois, Dilma foi à TV anunciar cinco compromissos com o País. A proposta de Assembleia Constituinte para a reforma política foi bombardeada até por aliados como o vice Michel Temer, mas dessa lista frutificou o Mais Médicos, uma das vitrines do governo mesmo após a polêmica sobre a vinda de profissionais estrangeiros, ao lado do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A aprovação não voltou aos patamares pré-junho de 2013, e o ano da campanha à reeleição começou com um furo na fama de gestora: a revelação de que Dilma deu aval à compra da refinaria de Pasadena (EUA) pela Petrobrás, negócio que provocou US\$ 792 milhões de prejuízo à estatal, segundo o Tribunal de Contas da União.

Exibir na campanha obras do governo em andamento é um dos instrumentos para redesenhar a imagem da boa gestora. Nas últimas duas semanas, Dilma gravou para a propaganda eleitoral em canteiros em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia e Pará. Além disso, Santana tenta adocicar a sisudez de Dilma mostrando a candidata à reeleição no meio do povo e posando para as já famosas *Rousselfies*. Os jovens, muitos dos quais foram às ruas em 2013, são o principal alvo. Pesquisas mostram que parte deles se beneficia dos programas de Lula e Dilma, mas não dá o devido crédito. Santana vai vender a ideia de que o esforço pessoal desses jovens só deu resultado graças a oportunidades criadas pelo governo.

Para ter mais empatia com esse eleitorado, o publicitário usou uma colagem em estilo *pop art* sobre a foto de Dilma aos 21 anos, recém-presa pela ditadura. A imagem ilustra o *clipe* do jingle Coração Valente, tentativa de vincular a presidente que combateu os militares aos manifestantes de 2013. “A minha luta continua na luta de vocês”, disse Dilma a jovens em São Paulo, há duas semanas. Na ocasião, a presidente recebeu um grafite de um artista da periferia feito sobre outra imagem cara à Dilma, na qual aparece diante de um tribunal militar, em novembro de 1970, após meses de cárcere e

REFLEXÕES IX

tortura. “Naquele dia ela reencontrou seu companheiro, Carlos Araújo”, disse o jornalista Ricardo Batista do Amaral, que revelou a foto na biografia *A Vida Quer é Coragem*. É com a imagem de valente na condução do País e terna no trato com o povo que Dilma quer chegar ao fim de outubro podendo postar um novo “é tóis”, sem risco de goleada. ●

Ricardo Galhardo

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 24 de agosto de 2014

Marina: Deus e a nova política

Isadora Peron



Marina Silva, do PSB, chega à disputa presidencial, segundo suas palavras, por 'providência divina', e encara o desafio de romper a polarização entre petistas e tucanos com o discurso voltado às manifestações de junho

Marina Silva, 56 anos; Estado civil: Casada; Partido: PSB; Coligação: PPS, PPL, PHS, PRP e PSL; Formação: Historiadora; Cargos

que já ocupou: Pelo PT, foi vereadora em 1988, deputada estadual em 1990 e senadora em 1994 (foi reeleita ao Senado em 2002). Foi ministra do Meio Ambiente nos dois mandatos de Lula. Em 2010, concorreu, pelo PV, à Presidência da República.

Uma candidata que se considera “um milagre da educação” por ter chegado aonde chegou depois de aprender a ler apenas aos 16 anos. Uma candidata que diz confiar “em Deus e na Justiça” ao se deparar com a iminente recusa do registro de seu partido. Uma candidata que, ao ver o aliado desaparecer após uma trágica queda de avião, atribui a uma “providência divina” o fato de não estar no mesmo voo.

A religiosidade – e, para alguns, o messianismo – acompanha a trajetória de Marina Silva. Foi fundamental para transformá-la num nome viável ao Palácio do Planalto – o voto evangélico engrossou seu bom desempenho na campanha presidencial de 2010, quando acabou na terceira colocação, com 19,33% da preferência dos eleitores brasileiros. É, ao mesmo tempo, usada por adversários para associá-la a uma espécie de “obscurantismo” que não vê legitimidade em causas como o casamento *gay*, pondo, assim, em xeque, a aura progressista adquirida por sua história de defesa do meio ambiente.

A história pessoal de Marina ajuda a narrativa dos aliados sobre a

REFLEXÕES IX

mulher predestinada. Aos 56 anos, já esteve à beira da morte diversas vezes. Nascida numa família de seringueiros no Acre, enfrentou três hepatites, cinco malárias e uma leishmaniose. Sofre até hoje as consequências de uma contaminação por mercúrio. Alfabetizou-se tarde – “um milagre da educação” – e trabalhou como empregada doméstica. No mesmo ano em que entrou para a política, ao se eleger vereadora de Rio Branco em 1988, viu o amigo e referência Chico Mendes ser assassinado.

Ao drama pessoal superado, à experiência de participar de um governo popular como o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministra do Meio Ambiente, ao afastamento desse mesmo governo desgastado por anos no poder, soma-se nesta eleição o discurso da “nova política”, turbinado pelas manifestações de junho de 2013.

Enquanto os jovens iam às ruas naqueles dias do ano passado para dizer que não se sentiam mais representados pelos políticos tradicionais, Marina colocava seus seguidores para obter assinaturas a fim de criar um partido só seu, a Rede Sustentabilidade. Era um projeto ambicioso após o fim da parceria com o PV, legenda que a abrigara na eleição presidencial anterior.

A criação de uma estrutura própria parecia ser o óbvio após a má experiência com os verdes. Marina não se integrara a eles. Tinha seu próprio grupo. Ao mesmo tempo, era acusada pelos anfitriões de tentar mandar no partido.

A criação da Rede, porém, esbarrou na falta de planejamento e no fato de a Justiça Eleitoral não ter validado todos os apoios obtidos. Quando já havia sinais claros de que ela e o seu grupo não conseguiriam reunir as 500 mil assinaturas necessárias para ter o registro legal, Marina se recusou a discutir um plano B – confiava “em Deus e na Justiça”. O apelo divino não foi atendido.

Em 3 outubro de 2013, ao deixar, já à noite, a sede do Tribunal Superior Eleitoral derrotada, Marina tinha menos de 48 horas para decidir o que fazer. Ela poderia optar por dois caminhos: ou se filiava a outra legenda para poder se candidatar ao Palácio do Planalto ou ficava sem partido e, conseqüentemente, fora da

REFLEXÕES IX

disputa. Na madrugada, revelou a um grupo restrito de parentes e amigos o que chamou de plano C: estava disposta a abrir mão de ser cabeça de chapa. Queria apoiar a candidatura de Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco e presidente do PSB, à Presidência. Numa manobra surpreendente, se filiou ao partido e criou um fato político relevante: uma pré-candidata com 16% das intenções de voto seria a vice de um pré-candidato que não chegava a ter 5% de apoio do eleitorado.

Lula

O PSB havia deixado a base aliada do governo Dilma Rousseff há poucas semanas quando Marina tomou a decisão de entrar para o partido. Na avaliação de dirigentes da sigla, esse foi o momento que consolidou a candidatura de Campos à Presidência. Antes de assinar a ficha de filiação, a ex-ministra pediu garantias de que ele iria até o fim, mesmo diante dos apelos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem mantinha uma relação de respeito e amizade.

Marina e Campos foram colegas de Esplanada durante o governo Lula. Ela ocupou o Ministério do Meio Ambiente de 2003 a 2008. Ele ocupou o da Ciência e Tecnologia entre 2004 e 2005. Não eram muito próximos e chegaram até mesmo a ficar em lados opostos em discussões como o uso de energia nuclear e a liberação do plantio de transgênicos. Na primeira vez que apareceram juntos na TV, no programa do PSB exibido em março deste ano, apresentaram-se como os “filhos da esperança”, em referência ao mote usado por Lula na campanha vitoriosa de 2002.

O então candidato do PSB adotou muitas das ideias de Marina, inclusive a da “nova política”. Ao lado da companheira de chapa, criticava a distribuição de cargos em troca de apoio e dizia que iria governar sem as velhas raposas. Os próprios aliados de Campos admitiam, porém, que esse discurso na sua boca soava artificial. Quando esteve à frente do governo do Estado de Pernambuco não foi exatamente esse modelo que adotou. As divergências mais explícitas entre a dupla apareceram durante a montagem dos palanques estaduais. Enquanto Campos liberava as alianças costuradas pelo PSB nos estados, como o apoio à reeleição de

REFLEXÕES IX

Geraldo Alckmin (PSDB) em São Paulo e ao petista Lindbergh Farias no Rio, Marina condenava as escolhas publicamente.

Mas essas diferenças não abalaram o relacionamento entre os dois. Antes da convenção que oficializou a chapa em 28 de junho, selaram um acordo para deixar os problemas para trás. No dia do ato, Campos brincou dizendo que só brigaria com a vice se alguém o obrigasse a comer a comida dela – devido a problemas de saúde, Marina é conhecida por ter uma série de restrições alimentares.

Acidente

No dia 13 de agosto, Campos deixou o Rio de Janeiro rumo a Santos. Na noite anterior, após dar uma entrevista ao *Jornal Nacional*, da TV Globo, pediu para Marina acompanhá-lo na agenda de campanha no litoral paulista. Marina, em razão de suas restrições à aliança do PSB com os tucanos do estado, preferiu não ir junto. O jatinho no qual estavam o candidato e outras seis pessoas caiu, num desastre sem sobreviventes. De uma hora para outra, Marina, que dez meses antes havia abandonado seu projeto presidencial, estava de novo no páreo. A circunstância era surpreendente, dolorosa e, para muitos, inexplicável. Foi quando Marina falou em “providência divina” por não estar no mesmo voo. “Esses são mistérios que nós não compreendemos, nem em relação aos que ficaram nem em relação aos que foram”, afirmou ao desembarcar no Recife para acompanhar o enterro do ex-governador pernambucano.

A narrativa sobre a candidata predestinada, mais uma vez, ganhava força. Durante o velório de Campos, pessoas da própria família comentavam que só viam sentido na morte do então candidato se Marina chegasse ao Palácio do Planalto. Foram os familiares do ex-governador que consolidaram sua candidatura com apoio público ao seu nome, já no dia seguinte à tragédia. Havia resistências dentro do PSB. Integrantes do partido já vislumbravam uma situação difícil: teriam uma candidatada forte, com reais chances de vitória, mas sem qualquer ligação orgânica com a legenda.

Os problemas não tardaram a aparecer. Na semana passada, nas primeiras reuniões para o rearranjo da candidatura, o secretário-geral do partido e coordenador-geral do comitê eleitoral, Carlos

Siqueira, deixou o encontro em Brasília dizendo que Marina não era Campos, que não o representava. E acusou a ex-ministra de querer mandar no partido – argumento semelhante ao dos antigos aliados verdes de Marina.

Futuro

De hoje até 5 de outubro, serão 43 dias de uma campanha traumatizada pelo acidente que matou não apenas um candidato, mas também um líder político que unia pessebistas e aliados. O primeiro desafio de Marina, dizem pessoas próximas, é não deixar o PSB fugir: ao mesmo tempo em que o discurso da “nova política”, sem concessões, aproxima Marina do eleitorado insatisfeito com o atual sistema representativo, afasta a candidata de apoios importantes na eleição.

Ela também terá de lidar com a desconfiança de setores empresariais – o ramo de infraestrutura a considera sectária²⁸, assim como o do agronegócio. Ao mercado financeiro, apoiadores como o economista Eduardo Giannetti e a herdeira do banco Itaú, Maria Alice Setubal, ou Neca, como é conhecida, tentam mostrá-la como uma opção segura. Compromissos, como o de dar autonomia de ação para o Banco Central, vêm sendo firmados. O discurso, de acordo com os aliados, também precisa ser modulado. Campos morreu sem criticar diretamente Lula. Durante a campanha, voltou a sua carga contra Dilma. Dizia que a presidente não conseguiu colocar em prática as medidas necessárias para que o Brasil continuasse a crescer.

Marina também terá dificuldades em criticar Lula. Apesar da sucessão de embates perdidos quando estava à frente do ministério, ela deixou o governo em 2008 sem críticas públicas à figura do ex-presidente. A dúvida dos colegas é se isso se estenderá também a Dilma.

Ao curto período até o dia das eleições soma-se o pouco tempo que o

²⁸ **Sectário:** partidário apaixonado, extremado de uma doutrina ou posição religiosa, política ou filosófica.

REFLEXÕES IX

PSB tem no programa eleitoral de TV. Na semana passada, os dois minutos diários de propaganda eleitoral foram usados para homenagear Campos e apresentar Marina como candidata. A imagem do ex-governador vai ser mantida viva até o fim das eleições. Se antes era Marina quem impulsionava a candidatura do companheiro de chapa, agora se espera que a memória dele a faça chegar à Presidência da República. ●

Isadora Peron

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 24 de agosto de 2014

Aécio: de pós-Lula a antipetista

Pedro Venceslau



Para pavimentar plano de chegar ao Planalto Aécio Neves, candidato do PSDB, promove um processo de desconstrução da imagem de conciliador, se afasta do ex-presidente e investe num perfil mais conservador

Aécio Neves, 54 anos; Estado civil: Casado; Partido: PSDB; Coligação: DEM, PTB, SDD, PT do B, PMN, PTC, PTN e PEN; Formação: Economista; Cargos que já ocupou: Foi

deputado federal de 1986 a 2002 e presidiu a Câmara dos Deputados em 2001. Elegeu-se governador de Minas Gerais em 2002, foi reeleito em 2006 e, em 2010, chegou ao Senado.

Pouco depois de ser eleito presidente da República em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi a Belo Horizonte para um encontro com o então governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Apesar de ser filiado ao PMDB, o ex-presidente que lançou o Plano Real e projetou o tucano Fernando Henrique Cardoso não disputou a reeleição. Preterido pelo partido, que lançou Newton Cardoso, Itamar trabalhou abertamente por um tucano, o deputado Aécio Neves, que acabou eleito. No fim da conversa, Lula fez uma revelação ao interlocutor. “Aécio será tratado como um governador do PT.” Nos oito anos em que esteve à frente do governo mineiro, Aécio cultivou a imagem de amigo do partido de Lula. Petistas insatisfeitos com a proximidade diziam que ele era um “tucano de bico vermelho”. Aécio apresentava-se como um conciliador, e falava no “pós-Lula”, sugerindo ser o único capaz de unir os dois adversários nacionais em um futuro projeto comum.

Nas eleições municipais de 2008, por exemplo, Aécio, então governador, fez aliança com o então prefeito petista de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, em torno da candidatura do secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas, Marcio

Lacerda, do PSB.

Para pavimentar o plano de chegar ao Palácio do Planalto, entretanto, o tucano promoveu um processo de desconstrução dessa imagem. No Senado e, principalmente, na presidência nacional do PSDB, abraçou o antipetismo como causa, mas sempre tomando o cuidado de preservar Lula e seu “legado”. Ou seja: os programas de transferência de renda. “Hoje, o Brasil está pior do que há quatro anos. O Brasil, que vinha bem, perdeu o rumo”, disse o candidato em tom solene em seu primeiro discurso na propaganda eleitoral na TV.

A estreia dessa estratégia em rede nacional aconteceu bem antes, em maio de 2013, no popular Programa do Ratinho, no SBT. “Lula teve a virtude de juntar todos os programas do governo FHC em um só, que virou o Bolsa Família.” Um tucano que acompanhou de perto as últimas campanhas presidenciais do partido diz que a tática funciona como um “antídoto” contra o previsível discurso do medo, que não foi bem combatido por José Serra e Geraldo Alckmin nos pleitos anteriores.

O norte da campanha continuou o mesmo depois da surpreendente entrada de Marina Silva na disputa. Na mais recente pesquisa Datafolha, Dilma registrou 34% de rejeição – a mais alta entre os candidatos. “Não vamos criar fantasmas. Nossos adversários continuam sendo o PT e a Dilma”, diz o senador José Agripino (DEM), coordenador da campanha de Aécio.

Família

A perspectiva de uma disputa fora da zona de conforto das fronteiras mineiras exigiu outra reformulação da imagem que Aécio construiu em Minas – essa, mais delicada. Desde o começo, os marqueteiros de Aécio preocupavam-se com sua fama de boêmio e conquistador de beldades famosas. Isso nunca incomodou o eleitor mineiro, mas na campanha presidencial poderia ser fatal. “Sempre tentaram colar nele a fama de *playboy*, mas isso nunca colou. Aécio teve a sabedoria de frequentar boates fora de Minas. Se fosse aqui, estaria perdido”, brinca José Eustáquio de Oliveira, o “Taquinho”, que foi assessor de Tancredo no governo mineiro no mesmo período

REFLEXÕES IX

em que Aécio “carregava a mala” do avô.

No governo de Minas, Aécio sempre respeitou o que costumava chamar de liturgia do cargo, mas fazia questão de ressaltar que o fato de ser homem público não o impedia de levar uma vida normal, de sair e se divertir.

Ao se desincompatibilizar do governo de Minas para se candidatar ao Senado em 2010, o mineiro foi aos poucos adotando uma imagem mais sóbria. Os primeiros fios brancos começaram a despontar no cabelo do tucano. Gabriela, filha mais velha do primeiro casamento do candidato, passou a acompanhar o pai com mais assiduidade em várias agendas pelo País. Em outubro do ano passado, quando já viajava rodando o Brasil em ritmo de pré-campanha, casou-se com Letícia Weber, de 34 anos. No dia 8 de junho nasceram, prematuros, os filhos gêmeos do casal – Bernardo e Júlia. O casal de bebês ficou internado na UTI neonatal do hospital, drama que foi compartilhado com a imprensa.

No Dia dos Pais, o pequeno Bernardo recebeu alta após 65 dias internado. Ao lado da Letícia Weber, Aécio deixou a Clínica Perinatal, em Laranjeiras, na zona sul do Rio, com o filho no colo. Deu ali mesmo uma entrevista coletiva dizendo que apresentará um projeto de lei propondo que o período de quatro meses de licença-maternidade das mães de filhos prematuros comece a contar a partir da alta do bebê. Disse também que pretende ampliar os leitos de UTIs neonatal na rede pública.

Antes do início da campanha eleitoral na TV, a equipe de Aécio produziu um desenho animado para reforçar a blindagem contra eventuais ilações sobre seu passado “baladeiro”. “Aos 11 anos, Aécio mudou-se com os pais para o Rio de Janeiro, onde viveu sua adolescência. Lá estudou e começou a trabalhar. Aécio gostava de jogar futebol e de surfar, mas não era de viver à toa. Aos 17 anos descolou emprego em uma revendedora de carros em Botafogo e entrou na economia da PUC”, dizia o vídeo.

Mesmo com a projeção nacional que conquistou ao assumir a presidência da Câmara dos Deputados, em 2001, quando tinha apenas 41 anos, Aécio conseguiu manter-se em evidência

durante a gestão no estado natal. No Palácio da Liberdade, além do figurino de político conciliador, ele mobilizou forças internas para enfrentar o poderio dos paulistas no PSDB. Rivalizou com José Serra até que pode para ser considerado como opção para a campanha de 2010. Assim, com a vitória da petista Dilma Rousseff, credenciou-se como nome natural para a disputa deste ano.

No primeiro desenho da estratégia de comunicação de Aécio, o nome forte do seu *marketing* era o antropólogo Renato Pereira, que ganhou prestígio após comandar a campanha de Henrique Capriles contra Hugo Chávez na Venezuela em 2012. Mas a parceria terminou em dezembro do ano passado. A versão oficial é que os dois tinham “diferenças de visões”. Mas, segundo pessoas que trabalharam na equipe de Pereira, o motivo do rompimento foi outro. O marqueteiro teria entrado em atrito com a irmã de Aécio, Andrea Neves.

Jornalista, Andrea sempre teve forte ascendência sobre o irmão, atuando como uma espécie de guardiã de sua imagem. No primeiro governo de Aécio em Minas, ela coordenou um grupo de comunicação que comandou a estratégia de comunicação do estado. Na pré-campanha, Andrea recebeu carta branca do irmão. Foi ela, por exemplo, quem montou uma estrutura de atuação nas redes sociais que operava em Belo Horizonte, fora do radar da campanha oficial.

Renato Pereira acabou sendo substituído por Paulo Vasconcellos, o marqueteiro que trabalhou com os irmãos Neves em todas as campanhas.

Presidente

Para os críticos, a passagem de Aécio pelo governo de Minas foi marcada por uma postura dócil da imprensa local. Ao retornar ao Congresso, o tucano já esperava um ambiente mais hostil. Nos dois primeiros anos de mandato, foi cobrado pela atuação considerada “apagada” na Câmara Alta. Essa postura mudou no primeiro semestre de 2013, quando Aécio começou a admitir a candidatura presidencial. Já com o controle do partido, o mineiro decidiu assumir a presidência do PSDB para ter liberdade de ação mais de

REFLEXÕES IX

um ano antes da convenção nacional que o escolheu como presidenciável tucano.

Naquele momento já estava consolidado seu discurso antipetista, que se afastou de Lula e cujo projeto presidencial foi apadrinhado por Fernando Henrique Cardoso – fundamental para que Aécio fincasse bases em São Paulo. Para atrair votos no maior colégio eleitoral do País, ele moldou uma imagem mais conservadora na política e na economia, adequada ao eleitorado do Estado.

“Queremos tirar o País das garras de um partido político que se esqueceu de suas origens e da sua história”, afirmou o tucano ao assumir a presidência do PSDB. Claramente, a tática passava pela reedição da polarização com o PT e a aposta no desgaste dos 12 anos de poder dos partidários de Lula. Isso, procurando sempre ressaltar que as conquistas sociais não ficariam ameaçadas. Pelo contrário, poderiam ser ampliadas com uma gestão pública mais eficiente.

Governador

A vitrine do governo de Minas, contudo, virou vidraça quando, em 20 de julho, o jornal *Folha de S.Paulo* revelou que o governo mineiro gastou quase R\$ 14 milhões na construção de um aeroporto no município de Cláudio, em área desapropriada de seu tio-avô, Múcio Tolentino. A pista, que fica localizada a 6 km de uma propriedade da família do senador, começou a ser construída em 2008, no segundo mandato de Aécio, e ficou pronta em outubro de 2010 – quando ele já havia deixado o governo. A reportagem mostrou que o local era administrado por familiares de Aécio. O episódio gerou desgaste na imagem do mineiro, que demorou a admitir que usou a pista ainda não homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil. Embora tenha sempre afirmado que não via irregularidade no investimento público, o caso deixou Aécio na defensiva durante a primeira das entrevistas de candidatos à Presidência na bancada do *Jornal Nacional*, da TV Globo.

Na pré-campanha, Aécio procurou se aproximar de Eduardo Campos, o candidato do PSB, tentando atrelar um eventual apoio do ex-governador num 2.º turno com Dilma. Campos, sob pressão de sua então vice, Marina Silva, rejeitou a investida e preferiu seguir o

REFLEXÕES IX

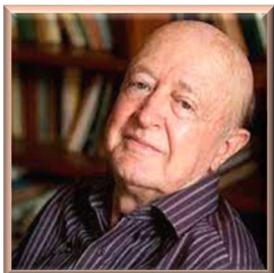
roteiro original da proposta de terceira via. Após a morte de Campos – em um acidente aéreo, no dia 13, em Santos (SP) – e a ascensão de Marina como candidata a presidente, o tucano tenta agora reafirmar que é sua candidatura, e não a de Marina, que representa o antagonismo ao projeto do PT. ●

Pedro Venceslau

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 24 de agosto de 2014

Uma ideia de terceira via

José Murilo de Carvalho



"A cautela se impõe quando se percebe que o avanço de Marina em relação ao desempenho de Campos se deu mais no deslocamento para ela dos votos nulos e brancos do que dos de Dilma e Aécio", diz Carvalho

Atribui-se a Magalhães Pinto, o banqueiro e político udenista que foi governador e apoiou o golpe de 1964, a frase comparando a política a uma nuvem: você olha e está de

um jeito, olha de novo e está de outro. Nem o mais perspicaz e atento observador conseguiria prever suas nuances e movimentos. A morte, em um acidente aéreo, do candidato Eduardo Campos (PSB) mexeu em todas as peças do xadrez eleitoral. Em entrevista ao Valor, o historiador, cientista político e professor emérito do departamento de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Murilo de Carvalho analisa os efeitos da morte de Campos, especialmente, no que se refere ao fato de ele ter sido um dos poucos líderes portadores da antiga concepção de política como serviço público, como missão, como vocação. "O regime militar teve efeito devastador na formação de lideranças políticas."

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: A morte de Eduardo Campos mudou completamente as perspectivas da disputa eleitoral. Alguns analistas dizem que a comoção provocada pela tragédia poderá influenciar de tal forma o voto que a candidata Marina Silva tem chances de chegar ao segundo turno e, algo que parecia improvável, vencer a eleição. Como analisa o novo cenário?

José Murilo de Carvalho: Não há como negar que a morte de Eduardo Campos terá impacto nas eleições. A primeira pesquisa DataFolha, após sua morte, já deixou isso claro. Dela se pode inferir

a quase certeza de um segundo turno e mesmo, mais remotamente, a possibilidade de que se dê entre Dilma e Marina. Mas a cautela se impõe quando se percebe que o avanço de Marina em relação ao desempenho de Campos se deu mais no deslocamento para ela dos votos nulos e brancos do que dos de Dilma e Aécio. É preciso esperar pela redução do impacto emocional da morte para que seja possível dizer algo menos especulativo.

Valor: Até que ponto um episódio trágico como esse pode influenciar votos?

Carvalho: País movido por emoções tem inevitavelmente a característica da volubilidade. A emoção de hoje pode ser superada pela de amanhã, ou pode evanescer rapidamente diante de argumentos da razão ou de outra ordem.

Valor: A morte de Getúlio Vargas, há 60 anos, deixou órfãs milhares de pessoas pobres que viam nele um "pai". A morte de Tancredo Neves não gerou esse sentimento de desamparo, mas trouxe o receio de interrupção do processo democrático, que mal começava. Até que ponto, ainda que sem comparação com as outras perdas, a morte de Campos abala a ideia de terceira via eleitoral, pondo fim à polarização entre PT e PSDB?

Carvalho: Seguramente, a morte de Campos não tem o peso da de Vargas ou de Tancredo, muito menos da de João Pessoa, em 1930, que levou a uma revolução e ao fim da Primeira República. Mas, contra a hipótese da pergunta, aumenta a probabilidade de um segundo turno e de uma terceira via, ou, pelo menos, de uma derrota dos dois partidos que têm dominado a cena política brasileira nos últimos 20 anos. Campos tinha menor probabilidade de ser eleito do que Marina, mas tinha proposta mais consistente e realista de implantação de uma terceira via. Se eleita, Marina terá maior dificuldade política de levar adiante mudança substantiva de rumos na vida do País, inclusive pelo fato de se basear em partido de menor peso nacional.

Valor: Campos, assim como Marcelo Déda, governador de Sergipe que morreu no ano passado, e até Luís Eduardo

Magalhães, morto na década de 1990, eram considerados uma nova geração de políticos, com menos vícios e mais virtudes, no sentido de preocupações sociais, reformas, etc.

Carvalho: Concordo. O regime militar teve efeito devastador na formação de lideranças políticas. Da velha geração pré-golpe, de Ulisses, Tancredo, Brizola, Covas, não resta mais ninguém. Da geração intermediária, dos que já se iniciavam na política na época do golpe, sobram poucos, como Fernando Henrique e Lula. A geração pós-golpe, a que agora entra na política, aprendeu, formou-se na escola da ditadura, a pior possível, em que a democracia nada valia e predominava o oportunismo, a luta pela sobrevivência via subserviência, a total ausência de preocupação com a política de princípios e de ideias. Alguns poucos despontaram como portadores da antiga concepção de política como serviço público, como missão, como vocação. Campos era um deles e por isso sua morte foi, de fato, uma perda nacional.

Valor: Por que não se consegue formar uma nova geração de políticos, à exceção dos filhos e netos daqueles que se projetaram há décadas?

Carvalho: Boa pergunta. Já lá se vão quase 30 anos do fim da ditadura, tempo suficiente para aparecerem jovens políticos com postura menos oportunista e individualista. Acrescente-se a isso a substancial entrada de mulheres na vida política, supostamente um fator de inovação. Uma das possíveis razões traz em si uma contradição: houve crescimento muito grande da participação eleitoral, mesmo durante a ditadura, o que é bom. Também aumentou muito a diversidade dos candidatos a cargos públicos, o que também é bom. Mas a expansão do eleitorado durante a ditadura, uns 50 milhões começaram a votar no período, não foi boa escola de civismo. Igualmente, a diversificação dos candidatos, num primeiro momento, reduz necessariamente seu nível de preparação.

Valor: Por que os jovens não gostam da política, como se diz? Ou isso não tem fundamento?

Carvalho: As manifestações de junho do ano passado, promovidas,

sobretudo, por jovens, com seus cartazes e *slogans* contra políticos e contra a própria política, e a alta porcentagem de intenção de votos brancos e nulos nas pesquisas recentes dão plausibilidade à suspeita de uma rejeição aos políticos por boa parte da juventude. Já há algum tempo também, pesquisas de opinião sobre a confiabilidade de políticos, e mesmo do Congresso, fornecem números em torno de 20%. Não se pode subestimar esses dados.

Valor: Qual é o peso da corrupção na política brasileira?

Carvalho: Corrupção não é novidade entre nós. Não é fácil dizer se aumentou ou se está sendo mais denunciada. Penso que aumentou, uma vez que tem muito a ver com o tamanho do Estado, que tem aumentado muito, tanto na administração direta como na indireta e nas empresas estatais. Na ausência de padrões republicanos de comportamento, maior oportunidade de corrupção leva a maior corrupção. Para o contribuinte, o efeito disso é a desmoralização das instituições, sobretudo porque a impunidade também é alta. A condenação e prisão dos mensaleiros pareceram representar uma guinada republicana, mas ainda é cedo para avaliar seu impacto, que pode se diluir com a mudança de composição do Supremo. E não nos esqueçamos de que houve tentativas de transformar os mensaleiros em heróis.

Valor: Políticos são acusados, julgados, condenados e, algum tempo depois, voltam à vida pública. Como se nada houvesse acontecido, elegem-se governadores, senadores, deputados. As pessoas não se importam com o passado deles?

Carvalho: Esta é uma pergunta embaraçosa, mas incontornável. Se eles voltam à política é porque foram reeleitos, é porque o eleitorado, isto é, a democracia, os absolveu. É como disse o mensaleiro João Paulo Cunha: "A opinião pública me condena, a opinião popular me absolve". Ora, não se pode condenar a democracia. Só a homogeneização social do eleitorado, a transformação da opinião popular em opinião pública, e leis apropriadas, como a da ficha limpa, poderão alterar esse quadro, que identifico como de avanço democrático acompanhado de *déficit*

republicano.

Valor: Em artigo, o senhor distingue quatro tipos de povos: o dos censos, o político, o da rua e o silencioso. Também diz que tanto mais democrático será um país quanto maior for a coincidência entre o povo dos censos e o povo político.

Carvalho: As grandes desigualdades sociais, sobretudo nos campos da economia e da educação, acopladas à ampliação democrática, geraram um eleitorado com interesses muito diversificados e visões distintas do jogo político. Um beneficiário do Bolsa Família vota racionalmente quando coloca em primeiro lugar a preservação do benefício, independentemente de outros critérios. Nesse sentido, pode-se dizer que a democracia política é até certo ponto um luxo, depende de grau razoável de igualdade social. Não quer isto dizer que os conflitos desapareceriam na presença de um povo socialmente mais igual. Mas não se prenderiam a condições de sobrevivência pessoal. Poderiam mesmo girar, como já acontece em outros países, em torno de temas que extrapolam as fronteiras nacionais, que se referem ao futuro da própria humanidade. Por enquanto, temos povos políticos. ●

José Murilo de Carvalho: cientista político e historiador brasileiro, membro desde 2004 da Academia Brasileira de Letras.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 2 de agosto de 2014

O ideólogo da rebeldia

Carlos Lessa



Ele já estava lá quando chegamos, na hora marcada. Sentado à mesa, parcialmente oculto por um jornal aberto e tendo à frente uma pilha de outros papéis, provavelmente para leitura, o economista Carlos Lessa nos esperava. Ex-presidente do BNDES e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), carioca apaixonado, torcedor do

modéstíssimo Olaria Atlético Clube, apreciador da tradicional cozinha luso-brasileira, que chama de "comida de panela", Lessa escolheu um restaurante japonês tradicional da região do Largo do Machado para este *À Mesa com o Valor*.

Na vida, como na economia, Lessa, 77 anos, cofundador do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), é um heterodoxo. Deseja, sem maior esperança, que o próximo governo resgate uma postura "rebelde", que viu sepultada nos anos 1980, contra a posição periférica que lhe parece destinada ao Brasil no tabuleiro da geopolítica mundial. Enquanto isso, colabora com o projeto do senador Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, candidato do PRB ao governo do Estado do Rio de Janeiro. "Ele prometeu separar a religião da política."

Já se servira do generoso bufê a preço fixo da casa. Para acompanhar, uma cerveja. A generosidade foi uma das razões para a escolha do lugar, qualidade, como diz Lessa, pouco comum em restaurantes japoneses. A opção pelos *sashimis* nasceu como seqüela de um revés sofrido há alguns anos, quando precisou operar um câncer numa glândula do lado direito do rosto. A operação lhe roubou parte do paladar e estreitou a garganta. No processo de reeducação alimentar, a comida crua foi a primeira a lhe devolver o prazer à mesa, nascendo daí uma forte identificação. A pressa de comer antes de nossa chegada vinha da dificuldade de comer e

REFLEXÕES IX

conversar ao mesmo tempo.

Lessa: "A ideia de ser celeiro do mundo é uma tragédia, é cair nas mãos de outra rainha Vitória"

O Oriente está na ordem do dia no paladar e no pensamento do intelectual irrequieto que é Lessa, um dos líderes da corrente desenvolvimentista brasileira. Só que, no pensamento, o alvo principal não é o Japão, mas a China, país pelo qual se encantou e passou a estudar com afinco quando tinha pouco menos de 18 anos, como forma de ter algo interessante para falar nas rodas de bate-papo que seu pai, um médico, historiador erudito, presidia. "Comecei a estudar arte oriental, especialmente chinesa, e percebi que eles não conheciam muito o assunto. A cada aplauso em uma intervenção, o interesse crescia."

Hoje, Lessa é um especialista e dono de importante coleção de porcelanas, cerâmicas, pinturas, bronzes e outros objetos de arte chinesa. Fala, com evidente orgulho, de objetos, em sua coleção, da época da dinastia Shang, a segunda que se conhece na história chinesa, que governou o país por mais de 500 anos. Conta que ficou mais fácil encontrar peças de arte chinesa anteriores à era cristã do que de períodos mais recentes. É que os chineses daqueles tempos costumavam preservar suas riquezas em tumbas, como se fazia no antigo Egito. "Só não aprendi mandarim", lamenta, resignado ante a dificuldade de estudar a língua chinesa.

Lessa vê a ascensão chinesa no mundo com um misto de fascínio e temor. Diz que os chineses têm um projeto geopolítico que vão perseguir com a organização, disciplina e argúcia desenvolvidos ao longo de milênios de aprendizado histórico. "O Partido Comunista Chinês (PCC) é uma variante dos mandarins do Império", define. A tese de Lessa é que essa China milenar está disposta a aplicar, em suas relações com o mundo, o que aprendeu, nos dois últimos séculos, em reveses frente ao Reino Unido (segunda metade do século XIX), Japão (final do XIX e primeira metade do XX) e Estados Unidos (da segunda metade do século XX até a atualidade).

Lula tinha me convidado para dirigir o banco dos sonhos dos brasileiros e eu estava tendo pesadelos. Resolveu me demitir

No tabuleiro de Lessa, a China quer replicar do Reino Unido vitoriano uma organização do mundo na qual Londres era o centro que se beneficiava de uma periferia fornecedora de alimentos e matérias-primas e servia de mercado para seus produtos industriais e investimentos. Do Japão, que os britânicos derrotaram militarmente duas vezes, entre o final do século XIX e a década de 1930, a China quer reviver o espetacular avanço tecnológico obtido a partir da Revolução Meiji, na segunda metade do século XIX. Dos Estados Unidos, que bancaram a separação de Taiwan (1949) e barraram o avanço chinês sobre a Coreia na guerra dos anos 1950, quer copiar a hegemonia monetária sobre o mundo.

Tudo isso, explica Lessa, no contexto de um complexo jogo de alianças que contempla uma parceria tática com os Estados Unidos, mas de olho na Europa, via Rússia, país que serviria de colchão para amortecer as tensões sino-japonesas. Já presente na África, a China namora a América Latina como fornecedora de produtos primários e compradora de bens industriais, mas também como potencial parceira em projetos importantes, como um novo canal Atlântico-Pacífico na Nicarágua (início de obra previsto para este ano) e uma Nova Cingapura em Valparaíso, no Chile, terminal de uma modernizada ferrovia Transandina.

As formulações de Lessa sobre a estratégia chinesa e suas ramificações no tabuleiro das relações internacionais não resultam de mero impressionismo ou de seus estudos individuais. Boa parte do que diz ouviu no ano passado, quando foi um dos seis sul-americanos (quatro brasileiros) convidados a participar, na ilha grega de Rhodes, da conferência do Fórum Diálogo de Civilizações. "Esses temas não estão na discussão acadêmica nem na imprensa brasileiras", lamenta.

Pausa para repórter e fotógrafo irem ao bufê. Lessa se serve de um pratinho frugal, pede outra cerveja e exhibe sua simpatia e influência na casa. Graças a seu prestígio, os jornalistas são contemplados com uma preciosa porção de *sashimis* de congrio negro, iguaria que não estava incluída no programa. O garçom Rosalvo, apelidado carinhosamente de Baiano, é velho amigo. "Baiano não nasce, estreia", brinca o frasista Lessa.

REFLEXÕES IX

E o Brasil, como se encaixa nesse jogo? "O Brasil entra com um discurso micro-oportunista que é essa ideia de Brics." Para o economista, as únicas relações que existem entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países que compõem a sigla, é o fato de serem grandes e populosos. Lembra que Rússia, China e Índia são potências nucleares com projetos próprios, mas aceitam fazer parte dos Brics como uma estratégia diplomática de segunda linha.

"Nesse cenário tem um lugar chamado América do Sul, com um monte de problemas, e outro chamado Brasil. Resta a ideia de ser celeiro do mundo, que é uma tragédia. É cair nas mãos de outra rainha Vitória." Para Lessa, o projeto mais estruturante para a América do Sul, hoje, seria a construção do gasoduto Venezuela-Argentina, país que sofre com carência energética, passando pelo Brasil. Seria, em sua opinião, uma forma positiva de inserção sul-americana nessa geopolítica de viés oriental. "Eu queria ver os chineses financiando esse gasoduto."

Lessa diz que falta ao Brasil um projeto de nação desde que os ex-presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) decidiram sepultar o projeto nacional-desenvolvimentista germinado no positivismo gaúcho, do qual Getúlio Vargas foi a expressão mais acabada. "Já eleito, antes de assumir, Fernando Henrique disse que iria enterrar a Era Vargas [discurso no Senado em 1994]", lembra.

"Não puseram [FHC e Collor] nada no lugar, a não ser um vago discurso de que o Brasil precisava embarcar na globalização. Posso dizer que o mundo visto pelo Ocidente sempre foi organizado no sistema centro-periferia. Hoje, o centro é cada vez mais central e a periferia, cada vez mais ampla", teoriza. Para Lessa, a rebeldia brasileira contra essa configuração morreu no regime militar (1964-1985). "Passamos de periferia inquieta para periferia conformista".

Foi na esperança de que Luiz Inácio Lula da Silva, eleito presidente em 2002 pelo PT, iria ressuscitar essa inquietude que Lessa deixou a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para ser presidente do BNDES, cargo que assumiu após a posse de Lula. A decepção não demorou. "No ano de 2003, todas as conversas que

REFLEXÕES IX

tive com o Lula foram mais ou menos na seguinte direção: estamos sob restrições externas pesadas e sob ameaça de ressurgência inflacionária. Então, temos que caminhar com uma certa prudência. Quem sou eu para ir contra a prudência?", pergunta, remetendo à ortodoxia fiscal.

Suas esperanças se renovaram quando, no final de 2003, Lula pediu que ele ajudasse a montar um pré-plano de investimentos. "Eu e umas 40 pessoas do BNDES fomos à prateleira de projetos importantes para o Brasil e encadernamos conjuntamente. Foi o que era possível naquele curto espaço de tempo. Basicamente, o que fizemos foi o PAC" [Programa de Aceleração do Crescimento]. Diz que, na entrega do trabalho, em uma reunião ministerial, contou com o apoio de "alguns ministros", mas com a oposição clara do então poderoso ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

"Fritado" e "demitido" várias vezes, tantos eram os rumores de que não vivia exatamente em zonas de conforto dentro do governo, Lessa não resistiu ao ataque do então presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, que responsabilizou os juros subsidiados dos empréstimos do BNDES e de outros bancos estatais pela permanência da taxa de juros básica (Selic) em patamar elevado. "Indignado, eu disse que ele estava invertendo a teoria econômica e que Lula tinha me convidado para dirigir o banco dos sonhos dos brasileiros e eu estava tendo pesadelos. A pressão foi grande e Lula resolveu me demitir."

Para Lessa, o governo de Lula e o de Dilma Rousseff foram "razoavelmente exitosos" no campo social. Destaca a elevação do poder de compra do salário mínimo como o maior desses êxitos. Inclui também o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida e o Luz para Todos entre os acertos importantes, todos responsáveis pelo aumento do poder de compra e pela melhoria das condições de vida dos mais pobres. Mas ressalva que esses ganhos foram viabilizados apenas com distribuição de renda e não com redistribuição. "Não houve passagem de renda da cumeeira da pirâmide social para a base. O que houve foi uma situação excepcionalmente favorável ao Brasil no comércio exterior." Como não tem havido crescimento econômico continuado, Lessa teme que as famílias que se

REFLEXÕES IX

endividaram para comprar bens duráveis, sejam automóveis, eletrodomésticos ou eletrônicos, não tenham condições de seguir aumentando sua renda para arcar com essas dívidas e manter os bens adquiridos, "patrimônio para elas".

O diagnóstico final sobre Lula é que o ex-presidente "sabe o que é povo melhor do que qualquer outro brasileiro, mas não sabe o que é nação". Daí, na sua avaliação, a falta de um projeto estratégico. "Em nenhum momento [com Lula ou com Dilma] demos centralidade a um plano ligado ao desenvolvimento das forças produtivas. Se você pegar os números do PAC, são decepcionantes."

Sobre Dilma, o veredicto é que ela sabe o que é importante, mas teme o fracasso. "Acho que a Dilma sabe quase tudo, mas é de uma timidez, de uma cautela, horripilantes. Ela recua quando vem a paulada. A impressão que tenho é que ela morre de medo de produzir um desajuste."

E o fenômeno Marina Silva? Lessa não entende que a candidata do PSB traga consigo um projeto novo. E comenta: "A população acha que ela não é uma política, o que não é verdade, e despeja nela suas frustrações com os políticos". Ele vê a candidata como uma pessoa que "parece marcada pela tragédia", lembrando que, antes da morte de Campos, ela vivenciou o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes (1988), seu padrinho político. "Entendo que no imaginário mágico da população isso tem um efeito", empatia que, a seu ver, cresce ainda mais por ser Marina uma pessoa de origem humilde.

Para Lessa, Marina faz "um discurso que se diz inovador sem ter novidade nenhuma", mesmo no aspecto ambiental. De qualquer forma, considera a candidata opositora "um fenômeno", a ponto de ganhar a atenção do presidente do Banco Itaú [o presidente do Itaú-Unibanco, Roberto Setúbal, disse, durante cerimônia comemorativa dos 90 anos da instituição, que 'seria uma evolução natural' Marina ser eleita presidente]. "Não acho que haja projeto nenhum", afirma Lessa, agora se referindo ao conjunto dos candidatos.

Sem imaginar novidades no plano nacional, Lessa, ex-filiado ao PMDB, concordou em ajudar no projeto estadual de Marcelo

REFLEXÕES IX

Crivella, na expectativa de que o senador deixe o bispo [da Igreja Universal do reino de Deus], que também é, fora do Palácio Guanabara. "Ele sabe que precisa ser o governador dos fluminenses", garante.

Diz que, para um Estado do porte do Rio, o crescimento está intimamente ligado ao desempenho da economia nacional. Destaca entre os projetos de Crivella o de transformar os trens metropolitanos em metrô de superfície, organizando a interligação das estações com modais de transporte locais dos bairros e desestrangulando o sistema de transporte da região metropolitana da capital, que concentra cerca de 80% dos cerca de 16,4 milhões de habitantes do Estado.

Na segurança, outro problema dramático do Rio, diz que o programa das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) é "relativamente exitoso", mas só faz sentido se cobrir todo o Estado. "Hoje, a bandidagem é expulsa de algumas áreas e vai infernizar a vida de outras".

O almoço já dura perto de três horas, mas falar do Rio turbinava o entusiasmo do autor de *Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Autoestima*, livro que Lessa publicou em 2000. Conta que foi criado em uma casa na Lagoa. Em 1958, casou com Marta, também moradora do bairro. Tiveram três filhos: Tereza, Rodrigo e Pedro.



O caçula, Pedro, foi representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Tereza é cineasta. "Uma profissão diabolicamente complicada", define, acrescentando uma de suas muitas frases: "Os artistas não são personagens do bom senso, são personagens de emoções".

Rodrigo, o filho do meio, é músico de sucesso, multi-instrumentista, fundador do conhecido grupo de choro "Nó em Pingo D'Água". É o responsável pelo Casarão Ameno Resedá, nascido de uma das facetas do pai, o Lessa investidor.

REFLEXÕES IX

Ele conta que, no começo, aplicava "as pequenas heranças" que recebeu em ações, até formar uma carteira que propiciou a ele e à família "conforto material". Depois, desistiu de aplicar em ações porque os papéis ficaram "caros e com baixa rentabilidade". Começou, então, a "estudar imóveis". A ideia era comprar imóveis antigos, reformá-los e lhes dar uma destinação, por iniciativa própria ou pelo caminho do aluguel, afinada com a cidade. Foi assim que reformou, no centro, entre outros, o sobrado onde funciona o conhecido restaurante e padaria "Brasserie Rosario".

O Casarão Ameno Resedá, no Catete, congrega paixões e reminiscências do economista. Ameno Resedá é o nome de um dos mais famosos ranchos carnavalescos do antigo Carnaval carioca, fundado em 1907 no mesmo Catete, bairro que considera o mais importante da história do Brasil (abriga o palácio onde Getúlio Vargas se suicidou, e que foi sede da República até a transferência da capital para Brasília, em 1960). A mãe de Lessa foi integrante do coral do rancho.

Outro investimento imobiliário, este mais antigo, foi feito para desfrute próprio. É o casarão do Cosme Velho, onde vive com a mulher há mais de duas décadas, desde quando ficou impossível continuar morando em uma casa na Lagoa (as casas, tanto a sua como a de Marta, deram lugar a prédios).

Lessa conta que aproveitou a herança recebida de um tio para comprar o casarão que, segundo ele, saiu barato por ser próximo à favela do Cerro Corá, até recentemente um lugar violento e perigoso. "Não tenho medo de favela", diz. Comenta que sempre manteve um relacionamento cordial com seus vizinhos e que trabalhou, com sucesso, para que, na década de 1990, a prefeitura lá implantasse o Favela Bairro, projeto de urbanização de comunidades carentes da capital fluminense.

O Cosme Velho é hoje o refúgio de Lessa. Cansado dos enormes congestionamentos, diz que quase já não vai ao centro da cidade, como sempre gostou de fazer. Mas segue apaixonado pelo Rio, exceto pela Barra da Tijuca. "Não gosto, mas não é por causa da

REFLEXÕES IX

população que está lá. Não gosto porque a brasilidade ficou afastada. Aquilo é uma reprodução de Miami." ●

Carlos Lessa

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 12 de setembro de 2014

LUIZ BIANCHI

Não é fácil perder uma reeleição

Alberto Carlos Almeida



Desde 1936, somente três presidentes americanos que disputaram uma reeleição foram derrotados. Naquele ano, Franklin Delano Roosevelt foi reeleito pela primeira vez. Ele viria a disputar novamente com sucesso o cargo de dirigente máximo dos EUA duas vezes, em 1940 e em 1944. A reeleição era então permitida sem limite para o número de mandatos. O sucesso avassalador de Roosevelt fez com que a reeleição passasse a ser limitada a somente uma vez. Roosevelt morreu no cargo e Truman assumiu, disputou a reeleição em 1948 e venceu.

A lista daqueles que disputaram com sucesso a reeleição é longa: Dwight Eisenhower (1956), Lyndon Johnson (1964), Richard Nixon (1972), Ronald Reagan (1984), Bill Clinton (1996), George W. Bush (2004) e Barack Obama (2012). Os presidentes pós-Roosevelt que não conseguiram se reeleger foram Gerald Ford (1976), Jimmy Carter (1980) e George H. W. Bush (1992). O placar foi de 11 a 3: de todos que disputaram uma reeleição, 11 saíram vitoriosos e três foram derrotados. Ou seja, em mais de 73% das disputas nas quais alguém disputava a reeleição, venceu aquele que ocupava o cargo. Essa enorme assimetria está devidamente incorporada nos modelos estatísticos de previsão de resultados eleitorais, conferindo-se maior probabilidade de vitória a quem disputa a reeleição.

No Brasil, Fernando Henrique foi reeleito em 1998 e Lula, em 2006. Nos dois casos, vitória folgada: FHC ganhou no primeiro turno e Lula venceu com aproximadamente 20 pontos percentuais de vantagem no segundo turno.

No parlamentarismo, em que o voto não é na pessoa de um líder, mas em um partido, a reeleição também é mais frequente. Apenas

REFLEXÕES IX

para lembrar alguns casos: Tony Blair disputou e venceu duas reeleições; na Alemanha, o chanceler Helmut Kohl foi reeleito três vezes, seu sucessor, Gerard Schroeder, foi reeleito uma vez (e perdeu uma) e, mais recentemente, Angela Merkel foi reeleita duas vezes. De volta ao presidencialismo, mas ficando na Europa, perder uma reeleição é tão mais raro do que sair vitorioso. Em 2012, Nicolas Sarkozy foi o primeiro presidente da França a perder uma reeleição nos últimos 30 anos.

Um dos objetivos da reeleição é permitir que o governante dê continuidade a iniciativas e projetos que precisam de tempo para que sejam consolidados. Na atual campanha eleitoral no Brasil, Dilma fala das vantagens dos 12 anos que compreendem os dois governos Lula e seu governo. Essa fala de Dilma só é possível por causa da reeleição. Marina e Aécio – Marina mais do que Aécio – citam virtudes dos governos Fernando Henrique e Lula. Isso só é possível por conta da reeleição. Muitos analistas chamam atenção para o amplo consenso existente, tanto em termos de política econômica quanto na política social. É evidente que a continuidade possibilitada pela reeleição teve um papel central para a formação desse consenso. Tão importante quanto isso é a perspectiva do eleitor. Para ele, é mais fácil julgar o desempenho de um governo quando aquele que o representa disputa a reeleição.

Quando um governante é amplamente aprovado, seu destino mais provável é ser reeleito. Isso aconteceu com Aécio em Minas Gerais em 2006 e com Sérgio Cabral no Rio de Janeiro em 2010. Parte importante do atual discurso de campanha de Aécio na eleição presidencial se deve à possibilidade que ele

teve de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2002, quando foi eleito pela primeira vez governador de Minas. Há indícios fortes de que a combinação entre reeleição e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é benéfica ao país. A LRF é clara quanto às punições aos governantes que não a cumprem. O instituto da reeleição, porém, estabeleceu um incentivo bastante concreto para que todos se tornassem responsáveis no uso dos recursos públicos. Quando não havia reeleição, era possível endividar o estado ou município de maneira catastrófica porque o problema cairia no colo do sucessor,

REFLEXÕES IX

que não seria o mesmo governante que teria gerado o endividamento. Maluf é o exemplo clássico desse comportamento.

A possibilidade de se reeleger fez com que os políticos que ocupam cargos executivos passassem a governar considerando a necessidade de não gerar dívidas para si próprios e, ao mesmo tempo, fazer coisas que atendessem às demandas do eleitor. A pressão sobre os governantes aumentou: passaram a ter que gerar para o eleitor o bônus de atendê-lo, sem, contudo, passar para a frente o ônus de jogar uma imensa dívida sobre o eventual sucessor. Os dados de pesquisas eleitorais revelam que, quando um governante disputa a reeleição, a taxa de conversão entre avaliação positiva e voto no governo é bem maior do que quando esse mesmo governante indica e apoia um sucessor.

Em nossas eleições presidenciais, Fernando Henrique em 1998 e Lula em 2006 converteram aproximadamente 80% daqueles que avaliavam seus governos como "ótimo" e "bom" em votos para si próprios. Quando Lula fez campanha para Dilma em 2010, essa taxa de conversão foi de pouco mais de 60%.

A adoção da reeleição foi uma imensa reforma política que não levou esse nome. Ela alterou os incentivos na direção certa, facilitou a vida do eleitor e permitiu que políticas que exigem mais tempo para dar resultados passassem a ser adotadas com entusiasmo. Nem mesmo os eventuais aspectos negativos da reeleição foram suficientes para anular seus efeitos positivos para o sistema. Alguns consideram que a reeleição permite o uso desmedido da máquina pública, de maneira a criar uma grande assimetria em favor de quem a disputa. Todavia, de nada adianta ter a chance de se reeleger se a avaliação do governo não for suficientemente boa para fazer do governante o favorito. A eleição de 2014 nos Estados deve comprovar essa afirmação.

A maior parte dos governadores que disputam a reeleição será derrotada. Apresentamos anteriormente, nesta coluna, um estudo de dezenas de eleições para governos de estado, nas quais todos que disputaram a reeleição com mais de 46% de "ótimo" e "bom" foram vitoriosos. Foram derrotados todos os que tiveram às vésperas do

pleito menos que 34% de "ótimo" e "bom". Se aplicarmos a regra para os governadores que hoje disputam a reeleição, vamos prever com facilidade (e com acerto) que a maioria será retirada do cargo pelo eleitor. A conclusão é simples: de nada adianta ter a máquina pública se o desempenho do governo for mal avaliado pelos eleitores. Aliás, nesse caso, o melhor mesmo é ser de oposição.

Já há tempos venho mostrando nesta coluna que a avaliação "ótimo" e "bom" do governo Dilma a colocava em uma situação arriscada sob a perspectiva de ser reeleita. Afirmei inúmeras vezes que a avaliação do governo Dilma estava no limbo, isto é, qualquer piora da soma de seu "ótimo" e "bom" a colocaria no inferno, que é sinônimo de perder a eleição, e qualquer melhora nesse indicador a colocaria no céu, que é ser reeleita como fizeram Fernando Henrique, Lula e a grande maioria dos presidentes americanos.

A entrada de Marina na disputa eleitoral passou a exigir de Dilma uma avaliação "ótimo" e "bom" mais elevada do que seria a necessária para derrotar Aécio. O motivo é simples: Marina, como tem imagem pessoal semelhante à de Lula; como é considerada pelos eleitores "gente como a gente", que "entende os problemas dos pobres", é mais capaz do que Aécio de obter votos entre quem avalia positivamente o governo Dilma. É o que está ocorrendo no momento.

Até o momento, a propaganda eleitoral de Dilma não fez que a avaliação positiva de seu governo melhorasse. A mídia concorreu muito com a propaganda eleitoral e foi dominada, desde o início, na TV e no rádio, pela entrada de Marina na corrida presidencial. A vantagem de Marina sobre Dilma é grande e por isso a campanha de Dilma corre contra o tempo.

O favoritismo está do lado de Marina. Seus atributos de imagem fazem com que ela roube eleitores que tenderiam a votar em Dilma. Os atributos de imagem de Dilma, porém, não permitiram até agora que ela conseguisse o mesmo entre eleitores opositores que já decidiram votar em Marina. Caso Dilma venha a ser derrotada, ela fará companhia, na galeria de presidentes que disputaram a

REFLEXÕES IX

reeleição, a Gerald Ford, Jimmy Carter e George H.W. Bush. Trata-se de um acontecimento raro. ●

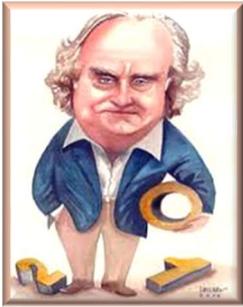
Alberto Carlos Almeida: sociólogo, diretor do Instituto Análise e autor de *A Cabeça do Brasileiro*.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 5 de setembro de 2014

LUIZ BIANCHI

O bicho vai pegar em quem?

Arnaldo Jabor



Marina pode ser o olho de um furacão que, claro, jamais conseguirá renovar a velha política sólida; mas ela pode criar um caos na vida política.

O Brasil se move por acaso. Os rumos da História, se é que tem rumos, tendem a se enrolar em si mesmos e só fatos, traumas inesperados disparam a mutação. Que quer dizer essa frase? Que não são apenas as “relações de produção” que explicam nossa marcha, mas os detalhes, as ínfimas causas, as bobagens casuais e tragédias intempestivas fazem o Brasil andar.

Getúlio deu um tiro no peito e adiou a ditadura por dez anos. Jânio tomou um porre e pediu o boné; um micróbio entrou na barriga do Tancredo e mudou nossa vida, encarando o Sarney por cinco anos; o Collor foi eleito por sua pinta de galã renovador e acabou “impichado” por suas maracutaias.

Roberto Jefferson mostrou sua carteirinha de corrupto, se denunciou junto com os *mensaleiros* e mudou a paisagem política. E agora Marina Silva pode ser presidente, em vez da Presidenta.

Com a população mal informada em sua maioria (não falo dos miseráveis e analfabetos, mas de gente de terno e gravata) sobre as complexas questões da política e da economia, a emoção e a catarse movem o País. Agora, estamos na expectativa; somos o país do eterno suspense: Marina vai ser eleita ou não? Será que o efeito tragédia vai se evaporar? A grande mudança seria, claro, a social-democracia apta a desfazer as boquinhas e os pavorosos erros com que o PT nos brindou. Aécio, se eleito, pode trazer a agenda correta. Mas, se Marina ganhar, teremos outro tipo de mudança, uma virada para um novo desconhecido, uma virada psicológica e cultural inesperada. Não adianta analisar Marina com os instrumentos de

REFLEXÕES IX

análise costumeiros. Agora, em vez dos óbvios vexames do PT, estamos diante do mistério Marina.

Marina é *sonhática* ou não? Marina é populista? Marina é de esquerda ou não? Nada. No entanto, amigo leitor, Marina pode ser o olho de um furacão que, claro, jamais conseguirá renovar a velha política sólida; mas ela pode criar um caos na vida política. Talvez até um caos progressista pelo avesso.

Que é isso que quero dizer? Marina pode vir a bagunçar mais a bagunça existente, mas poderá ser uma bagunça crítica, que pode trazer uma espécie de destruição criadora nesta zorra instalada.

Para falar em termos de contradições negativas que eles tanto amam, o caos que Lula, Dilma e o PT criaram na vida nacional pode ter sido o gatilho para uma revisão em busca de um modelo melhor. Se Marina vencer, será sabotada continuamente pelos vagabundos que se instalaram no Estado, será confrontada pelas barreiras fisiologistas dos parlamentares, talvez quebre a cara tentando. Mas, mesmo que fracasse, teremos um caos mais moderno, tirando do poder a velha cartilha regressista dos nossos bolivarianos. Mesmo que ela se perca na selva dos meliantes da política, não será mais irracional que os atuais governantes. O súbito surgimento inconcebível dessa moça da floresta e suas abstratas declarações são uma prova encarnada do delírio político do País. Com a queda do avião, houve uma grande reviravolta trágica que resultou em uma comédia de erros.

Ninguém sabe o que vai nos acontecer. Podemos decifrar, analisar, comprovar crimes ou roubos, mas nada se move, porque a maior realização deste governo foi justamente a desmontagem da razão. Se bem que nunca antes nossos vícios ficaram tão explícitos, nunca aprendemos tanto de cabeça para baixo. Já sabemos que a corrupção no País não é um desvio da norma, não é um pecado ou crime; é a norma mesmo, entranhada nos códigos e nas almas. O caudilhismo sindicalista de Lula serviu para entendermos melhor nossa deformação. Os comentaristas ficam desorientados diante do nada que os petistas criaram com o apoio do povo analfabeto. Os conceitos críticos como democracia, respeito à lei, ética, viraram

REFLEXÕES IX

insuficientes raciocínios contra um cinismo impune. Lula com seu carisma de operário sofredor nos decepcionou, revelando-se um narcisista egoísta e despreparado, enquanto o melhor governo que tivemos, do FHC, ficou no imaginário da população como um fracasso, movido pela campanha de difamação sistemática e pela babaquice dos tucanos que não se defenderam. Os petistas têm mania da ideologia da contramão. Fizeram tudo ao contrário do óbvio, movidos por uma ridícula utopia revolucionária, quando na realidade só fizeram avacalhar o País.

Meu Deus, que prodigiosa fartura de novidades fecundas como um adubo sagrado, belas como nossas matas, cachoeiras e flores. Ao menos, estamos mais alertas sobre a técnica do desgoverno que faz pontes para o nada, viadutos banguelas, estradas leprosas, hospitais cancerosos, esgotos à flor da terra, tudo como plano de aceleração do crescimento. Fizeram tudo para a reestatização da economia, incharam a máquina pública, invadiram as agências reguladoras, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em busca de um getulismo tardio, com desprezo pelas reformas, horror pela administração e amor aos mecanismos de controle da sociedade, esta massa atrasada que somos nós. A esquerda psicótica continua fixada na ideia de unidade, de centro, ignorando a intrincada sociedade com bilhões de desejos e contradições. Acham que a complexidade é um complô contra eles, acham a circularidade inevitável da vida uma armação do neoliberalismo internacional.

Os petistas têm uma visão de mundo deturpada por conceitos acusatórios: luta de classes, vitimização, culpados e inocentes, traidores e traídos. Petistas só pensam no passado como vítimas ou no futuro como salvadores e heróis. O presente é ignorado, pois eles não têm reflexão crítica para entendê-lo. Reparem que Dilma na TV só fala do que vai fazer, se for eleita. Por que não fez antes, nos 12 anos da incompetência corrosiva? A solução é mentir: números falsos, contabilidade falsa. Antigamente, se mentia com bons álibis; hoje, as tramoias e as patranhas²⁹ são deslavadas; não há mais

²⁹ **Patranha:** história mentirosa; engano, falsidade, patranhada.

REFLEXÕES IX

respeito nem pela mentira. É isso aí, amigos, o bicho vai pegar. Em quem? ●

Arnaldo Jabor: cineasta, roteirista, diretor de cinema e TV, produtor cinematográfico, dramaturgo, crítico, jornalista e escritor brasileiro.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 2 de setembro de 2014

LUIZ BIANCHI

A eleição além das fronteiras

Sergio Leo



Os presidentes José Mujica (Uruguai), Dilma, Nicolás Maduro (Venezuela), Cristina Kirchner (Argentina), Horacio Cartes (Paraguai) e Evo Morales (Bolívia) na 46ª Cúpula do Mercosul: integração é prioridade para candidatos

Pouco lembrada na campanha e nos debates para a eleição presidencial deste ano, a política externa brasileira deve ser marcada, qualquer que seja o próximo presidente, por uma tentativa de reaproximação com os Estados Unidos e, em caso de vitória da oposição, pela revisão do estilo diplomático adotado com os vizinhos do Brasil. Tanto os colaboradores na campanha de Marina Silva quanto os de Aécio Neves prometem maior pressão sobre a Argentina em assuntos de comércio e um esforço maior para aumentar o leque de acordos comerciais do País.

Fortemente dependente do estilo do presidente (ou da presidente) de plantão, a política externa brasileira tem, no entanto, grande continuidade, sem guinadas bruscas, ao contrário do que se vê em países vizinhos. A prioridade para integração da América do Sul seguirá no alto da agenda, a cobrança por mais voz para o Brasil em organismos como o Banco Mundial e o FMI também. E, por trás de adjetivos e promessas, os programas e conselheiros dos candidatos não permitem prever mudanças substanciais na política do Brasil para a África, de estreitamento das relações econômico-comerciais e programas de cooperação ou a aproximação brasileira com os demais países dos Brics (China, Rússia, Índia e África do Sul).

No caso africano – e na América Latina –, a vitória da oposição poderá afetar a atuação de empresas, especialmente construtoras, que receberam, entre 2007 e 2013, quase R\$ 3 bilhões em empréstimos do BNDES: tanto o candidato do PSDB, Aécio Neves,

quanto a candidata do PSB, Marina Silva, anunciam redução de financiamentos subsidiados do banco ao setor privado, e essa medida pode reduzir a disponibilidade de recursos para financiar a expansão das empresas no exterior.

Mas redução de recursos para a exportação de serviços de engenharia e as operações de companhias brasileiras no continente africano não são cogitadas formalmente por nenhuma candidatura. Dilma espera apenas a reeleição para retomar esforços de aproximação com os EUA, ensaiados no início do mandato e interrompidos pelo escândalo da espionagem americana, no fim de 2013. Uma eventual eleição de Marina, uma líder premiada por sua atuação na defesa do ambiente, tem potencial de elevar o perfil do Brasil no cenário internacional com a bandeira ambiental e da sustentabilidade – como fez o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o combate à fome e à pobreza. É o que defende o embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro do Meio Ambiente (e da Fazenda) e eleitor da candidata, com quem troca ideias esporadicamente, mas, como faz questão de afirmar, sem ligação com a campanha marinista.

"Tenho 77 anos, só sou candidato à vida eterna", brinca Ricupero. O coordenador do programa de governo de Marina, Maurício Rands, diz ao Valor que a equipe não definiu se o comando da diplomacia, num eventual governo, será de um diplomata de carreira ou um político. "Não é hora de definir isso, não vamos diminuir a margem de governabilidade de Marina", afirma, indicando que o cargo pode ser decidido em negociação com algum futuro aliado do governo. "Primeiro vamos tratar de ganhar eleição. Como diz a candidata, estamos andando com pés no chão e com sandálias de algodão."

Na questão do Mercosul, uma das prioridades da política externa, tanto a equipe de Aécio quanto a de Marina têm diagnóstico semelhante. Acreditam que o bloco padece de imobilismo, acusam o governo atual de permitir uma flexibilização excessiva das regras para acomodar as demandas da Argentina, falam em risco de ficar à margem do processo de integração produtiva mundial em razão da falta de acordos comerciais mais ambiciosos. Nesse ponto, a campanha de Aécio Neves assume um tom mais incisivo ao

REFLEXÕES IX

defender uma ação firme para levar a Argentina a colaborar na busca de acordos de livre-comércio fora da região. "As relações com os vizinhos são muito importantes, mas a postura do Brasil tem de ser clara: vamos andar nessa direção. Ou o Mercosul vem junto ou teremos de ir sem Mercosul", diz o assessor do candidato do PSDB, Armínio Fraga, ao Valor.

Ele diz não defender o fim da união aduaneira do Mercosul, que obriga todos os sócios a manter a mesma tarifa de importação em relação a terceiros países, mas deixa claro não descartar a hipótese, caso os argentinos se recusem a seguir o rumo de abertura comercial defendido pelo PSDB.

O declínio do Mercosul, provocado pela falta de coordenação econômica e de instrumentos para destravar impasses, tem limitado a expansão do bloco e exige mudanças, detalha o embaixador Sérgio Amaral, outro colaborador da campanha do PSDB. "Pelas regras do Mercosul, com a tarifa externa comum, não é possível um sócio negociar e outro não, mas nada impede ritmos diferentes na negociação", diz Amaral. Ele vê as eleições no Brasil e, no ano que vem, na Argentina, como uma oportunidade de discutir uma política de maior avanço comercial e institucional no Mercosul, acomodando as necessidades do país vizinho, hoje em crise, apartado do mercado internacional por dificuldades na negociação de sua dívida externa.

A campanha de Marina compartilha, com pequenas diferenças, o diagnóstico e a proposta de mudança por meio de novos modelos de negociação, com cronogramas de abertura diferentes entre os sócios e futuros parceiros em acordos de livre-comércio. "Isso não é endurecer com a Argentina. É respeitar as circunstâncias", afirma Rands. "Sem nenhuma arrogância, é reconhecer a importância recíproca e responsabilidades comuns com o destino comum da América do Sul", diz. "Queremos ponderar, num diálogo construtivo, que, em determinados acordos, possa se cogitar dupla velocidade para adaptar as diferentes economias."

O governo Dilma tentou cronogramas diferentes de liberalização comercial entre os sócios do Mercosul, durante as negociações do

acordo de livre-comércio com a União Europeia – que tanto a equipe de Aécio quanto a de Marina acusam de estar travada principalmente pela resistência Argentina de aceitar maior abertura aos exportadores europeus e pela falta de reação do Brasil.

Numa demonstração de que a saída das duas velocidades deve causar atritos, os argentinos rejeitaram a proposta do Itamaraty de negociações em ritmos diferentes, com prazos maiores para queda de tarifas naquele país e mais rapidez na concretização do livre-comércio com europeus para Brasil, Uruguai e Paraguai. O ministro das Relações Exteriores, Luiz Fernando Figueiredo, tem garantido que a Argentina aceitou participar de uma oferta de abertura comercial ampla como queriam os sócios e a continuidade das negociações só depende dos europeus.

Colaborador da campanha de Dilma, o assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, afirma ao Valor que tanto o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, quanto a chanceler alemã, Angela Merkel, disseram à presidente não haver condições, atualmente, de apresentar uma proposta conjunta dos 27 países do bloco para o acordo de livre-comércio. "Essa insistência em processo de integração fundado exclusivamente na relação de livre-comércio é, a meu juízo, ultrapassada", critica Garcia. Ele defende que, com a nova presidência da União das Nações Sul-Americana (Unasul), nas mãos do ex-presidente colombiano Ernesto Samper, o Brasil negocie com os vizinhos, inclusive os do litoral do Oceano Pacífico, políticas para integrar os setores de energia e de logística e as cadeias de produção de mercadorias entre os países da região, estimulando a instalação de fábricas de partes e componentes e de montagem de produtos, como o Brasil vem tentando fazer com a Argentina no setor naval e de óleo e gás.

O crescimento continuado do comércio entre os países do bloco é, ainda, o maior argumento do governo em defesa do Mercosul – que não avançou na interligação de alfândegas dos países, mas paralisou o processo de integração econômica e, nos últimos anos, criou barreiras adicionais ao trânsito de mercadorias entre os sócios. Embora o comércio entre Brasil e Argentina tenha diminuído com a

crise econômica argentina, houve aumento das exportações ao Paraguai e Uruguai e as vendas brasileiras aos sócios do bloco passaram de quase US\$ 8 bilhões, em 2000, para o recorde de quase US\$ 28 bilhões, em 2011, e para US\$ 24 bilhões, no ano passado.

Mas acordos como o do Mercosul com os europeus não são o único desafio nessa sociedade. Em meados de 2015, com o fim do acordo automotivo que regula o comércio de veículos entre Brasil e Argentina, o próximo governo enfrentará um teste na sua relação com o vizinho, que, durante 2014, ameaçou aumentar barreiras principalmente ao fluxo de autopeças entre os dois países. O Brasil terá de decidir se exige o livre-comércio ou renegocia o acordo que limita o comércio automotivo.

O programa de Aécio fala em nova estratégia de negociações comerciais, para "pôr fim ao isolamento do Brasil". Armínio Fraga defende abertamente um esforço de vinculação do Brasil à Aliança do Pacífico, formada por México, Colômbia, Chile, Peru e Costa Rica, todos com acordo de livre-comércio entre si, com os Estados Unidos e terceiros países, especialmente na Ásia. No programa de Marina, prevê-se esforço de associação à Aliança do Pacífico. É uma questão de ênfase. A oposição parece bem mais disposta a aceitar os termos pró-mercado e de liberalização comercial, com o tipo de acordos amplos de proteção a investimentos e patentes adotados pelos países da Aliança do Pacífico, enquanto o governo Dilma busca ampliar os laços comerciais com esses países, com maiores reservas em relação a acordos sobre temas não diretamente relacionados à redução de tarifas de importação. O governo alega que outros países têm firmado acordos por não dispor, como o Brasil, de uma complexa base industrial, e itens obrigatórios desses tratados limitariam a liberdade do governo em medidas como programas de apoio à indústria, produção de remédios genéricos e barreiras, como o IOF, a fluxos excessivos de entrada de moeda estrangeira. "Temos relação muito boa com a Aliança do Pacífico. Até o fim do ano teremos total desoneração de tarifas com o Chile e temos um processo de liberalização que queremos acelerar com Colômbia e Chile", observa Figueiredo.

REFLEXÕES IX

Em visita ao Chile, para a posse da recém-eleita Michelle Bachelet, Dilma endossou a estratégia do Itamaraty de buscar maior aproximação com a Aliança do Pacífico. Uma reunião de ministros do Mercosul e daquele grupo deveria ter sido realizada em agosto e foi adiada para depois das eleições no Brasil. Sérgio Amaral acredita que o governo foi lento nessa aproximação, e se arrisca a ver consolidar-se uma divisão na América Latina, com os países da Aliança assumindo a frente na associação com mercados e fornecedores de tecnologia importantes, nos Estados Unidos e na Ásia.

Os candidatos da oposição veem um papel importante nas medidas macroeconômicas para remover obstáculos à competitividade das empresas brasileiras. As duas equipes preveem uma combinação de abertura comercial – com queda de tarifas de importação – com maior controle nas contas de governo, sem os artifícios contábeis para reduzir os desequilíbrios dos últimos anos. Esperam, ainda, o fim do represamento de preços em produtos como a gasolina e a maior liberdade para o câmbio, além de uma política de juros mais ativa. Essa receita, diz Armínio, aumentará paulatinamente a competitividade das empresas, que já mostram interesse em ampliar a abertura comercial do País.

Não há menção explícita, em nenhum programa dos candidatos principais no Brasil, ao principal elemento da Aliança do Pacífico, o México, a segunda maior economia da região, com quem o Brasil historicamente disputa influência no continente. O primeiro ano do próximo governo traz um desafio ao eleito: em 2015, vence o acordo firmado entre Brasil e México, por imposição da presidente Dilma Rousseff, que criou limite para o comércio de veículos entre os dois países. A partir de março, voltará a valer o acordo anterior, que Dilma ameaçou extinguir e estabelece livre-comércio entre os dois países no setor automotivo. Essa volta, se não houver alteração no acordo, ocorrerá em meio a uma forte crise no setor automotivo brasileiro, que fez investimentos recordes nos últimos anos, mas, em meio à queda de vendas, enfrenta demissões e paralisação de linhas de montagem. Será um teste para as promessas liberalizantes de um eventual governo Aécio ou Marina. As equipes ainda não

discutiram o assunto.

A difícil situação econômica mundial e a retração econômica no Brasil limitarão o espaço do novo presidente para alçar o País ao cenário internacional, avalia o especialista Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo: "Uma das poucas questões que independem do crescimento econômico e podem garantir ao Brasil influência na agenda internacional no futuro próximo é a discussão sobre sustentabilidade." As promessas de austeridade fiscal de todos os candidatos ameaçam limitar a ação do Itamaraty, cujo orçamento encolhe ano a ano desde 2010. Na questão ambiental está uma das promessas de maior guinada na política externa, caso a eleita seja Marina. Em dezembro, as Nações Unidas realizarão na França uma conferência decisiva sobre mudança climática, na qual a candidata, se eleita, deve alterar a posição brasileira. "A França fará todo esforço para o sucesso da reunião, e é fundamental que os países em desenvolvimento aceitem obrigações mandatórias para emissões de carbono", prevê Ricupero.

Com a bandeira do desenvolvimento sustentável, Marina promete mudar a posição brasileira nos foros de ambiente para aumentar a cobrança sobre países em desenvolvimento de compromissos de redução de emissões de carbono e proteção ao ambiente. Na conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em 2012, países como China e Índia, apoiados pelo Brasil, rejeitaram metas para o desenvolvimento sustentável, sob o argumento de que os países em desenvolvimento têm "responsabilidades comuns, mas diferenciadas" e não podem ser cobrados como os mais ricos, maiores responsáveis pelas emissões de carbono que provocam mudanças climáticas no planeta.

Marina criticou duramente a atuação da diplomacia brasileira na conferência do Rio. O negociador do acordo que evitou um impasse e foi saudado como êxito diplomático pelas demais delegações da Rio+20 foi o atual ministro das Relações Exteriores, Figueiredo, que contabiliza a conferência como uma das conquistas da diplomacia brasileira.

Quando consultado sobre o tema, ele costuma lembrar que a

REFLEXÕES IX

declaração fez uma "revolução" na agenda da ONU, ao obrigar que, de agora em diante, suas ações sejam pautadas pelos chamados "objetivos do desenvolvimento sustentável", fixados na conferência. Além da paz e segurança internacionais, conceitos como proteção ao ambiente, inclusão e desenvolvimento sustentável passaram a fazer parte dos critérios de cooperação e instituições financeiras. A equipe de Marina rejeita a declaração da Rio+20, porém, por ver nela a falta de compromissos claros dos grandes emissores de carbono entre os países em desenvolvimento.

"Não é porque os países desenvolvidos têm maior responsabilidade com o estado de degradação a que chegou o planeta que os países em desenvolvimento podem ser desobrigados de cumprir metas", ressalta Rands. O programa de Marina prevê maior atenção a aspectos de sustentabilidade e atenção a populações nativas nos programas de apoio a investimentos e cooperação em outros países. O Brasil tem condições de assumir papel "de vanguarda" nas discussões sobre o clima, mas não o faz por "desacertos domésticos", analisa o programa de governo da candidata do PSB. "Tem sido feita uma leitura muito estática, muito ao pé da letra das responsabilidades comuns, porém diferenciadas", diz Rands.

Apesar do potencial de atritos em questões como ambiente e direitos humanos, a associação com os Brics é ponto pacífico entre as três candidaturas com melhor desempenho nas pesquisas. "Nenhum presidente vai abrir mão de um fórum onde tem acesso privilegiado à China, que dá projeção internacional a um custo muito baixo, o de uma viagem", comenta o especialista Matias Spektor, da FGV no Rio. Não há consenso, dentro das equipes da oposição, sobre o papel do recém-criado Banco dos Brics, criticado, por alguns, como pouco relevante e apontado, por outros, como um passo importante na consolidação do grupo. Todos concordam, porém, com a necessidade de uma estratégia para tirar maior vantagem das relações comerciais com os chineses. Qualquer que seja o governo, as eleições marcarão o ponto de partida para novo esforço de aproximação com os americanos.

Durante a visita do vice-presidente Joe Biden ao Brasil, durante a Copa, Dilma deixou claro que gostaria de fazer a visita aos Estados

REFLEXÕES IX

Unidos, adiada em protesto pela notícia de espionagem americana sobre o governo brasileiro e pelo temor de novas revelações de intrusão dos EUA nas comunicações brasileiras. Os dois governos têm, engatilhados, acordos de facilitação de trânsito de pessoas pelos controles de imigração e outros tratados de cooperação em áreas como ciência e tecnologia.

As campanhas de Aécio e Marina acusam o governo de não ter investido suficientemente na relação com os países desenvolvidos por dar prioridade ideológica aos chamados países do Sul. Ambos os governos prometem reorientar a diplomacia para dar maior destaque à cooperação em áreas como energia, ciência e tecnologia, além de investimentos e comércio. Marco Aurélio Garcia acusa a oposição de criar "um factóide": "O Brasil participou ativamente do G-20 [grupo de economias mais importantes do mundo], e um dos principais programas é o Ciência sem Fronteiras, que vai formar milhares de estudantes nos Estados Unidos", aponta. "Isso trará impacto fundamental para a cultura do Brasil." ●

Sergio Leo: jornalista brasileiro. Atua profissionalmente desde 1983. Formou-se na Escola de Comunicação da UFRJ. Especialista em Relações Internacionais pela UnB.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 5 de setembro de 2014

Povo espera do governo qualidade de vida

Fernando Henrique Cardoso



Para melhorias serem sentidas na ponta, afirma ex-presidente, é preciso aprimorar máquina do Estado

Seja quem for o presidente eleito em outubro, seu principal desafio será converter a ação do Estado em qualidade de vida para a população, um desejo crescente que se reflete na cobrança por serviços públicos mais eficientes.

Para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, melhorar o funcionamento da máquina pública foi a chave para o Plano Real no combate à inflação, 20 anos atrás, mas o tema ainda é um ponto preocupante.

"O que importa hoje não é o 'quantos por cento' de inflação temos", diz FHC. "O que assusta agora é perceber que os fundamentos não estão funcionando tão bem quanto deveriam. O conjunto da obra está bamboleante."

Fernando Henrique vê o País "pagando o preço" pela falta da reforma política, que ele próprio reconhece como uma frustração. Para sair dela, afirma, é preciso um entendimento entre PT, PSDB e PMDB, mas há um empecilho: as incessantes "pedradas" entre tucanos e petistas. "Lula é hegemônico, quer tomar conta de tudo, esmagar o adversário", diz. "Não há como fazer acordo."

Seu governo ficou marcado pela estabilização. O de Lula, pela distribuição de renda. Como será lembrado o governo Dilma? E qual marca deve buscar o próximo governo?

Essas marcas são todas parciais, mas enfim, são marcas. O governo Dilma vai ser lembrado como uma espécie de cabra-cega. O mundo

teve a crise e fizeram uma tentativa de crescimento pela expansão do crédito, pelo consumo e pela ingerência do Estado – como uma volta aos anos 1960 e 1970. Nada disso está funcionando muito bem. O governo ficou, assim, sem marca. Ela foi apresentada como uma grande gerente e as circunstâncias não permitiram que se visse isso.

E para a frente, qual seria o norte?

O Brasil, do ponto de vista material, melhorou muito. Então, por que nos sentimos perdidos hoje? No passado, achamos que bastava fazer a economia crescer e isso nos levaria ao Primeiro Mundo. Ora, estar no primeiro mundo é ter qualidade de vida!

Se você for a qualquer pequeno país europeu – Portugal, Dinamarca, Croácia, que seja, são infinitamente menos crescidos que o Brasil em termos econômicos, mas a população se sente no Primeiro Mundo. Porque ela tem educação, segurança, respeito à lei. No futuro, um governo, para deixar uma marca, vai ter que insistir nos intangíveis – o que é difícil, porque as pessoas não vão sentir no começo.

Um ponto de forte debate é como fazer ajustes no Estado sem ameaçar a distribuição de renda. É possível?

Quando fizemos o Plano Real, a crítica do PT, do PDT e de não sei mais quem era que os trabalhadores, mais uma vez, iriam arcar com os custos. Não aconteceu isso. Aconteceu o inverso. A taxa de pobreza caiu de 40% para 30% com a estabilização e houve aumento dos salários. Fazer ajustes não quer dizer apertar o cinto do povo. Vou dar outro exemplo. Se for olhar a proporção do PIB que é gasto em bolsas e comparar com a proporção do PIB que é gasto com subsídios para setores empresariais, via BNDES, vai ver que é a mesma coisa. O governo dá para cima e dá para baixo. É mais fácil você parar com o subsídio do que com a bolsa. As bolsas vieram para ficar.

Qual é o balanço dos 20 anos do Real?

O Real não foi um plano apenas para controlar a inflação, mas para controlar as causas da inflação. As empresas não estavam em má

situação. A economia havia crescido algo como 5%. Quem estava em má situação era o Estado. Se não resolvêssemos a situação do governo, não haveria como controlar a inflação. Isso significava repor a ideia de que contratos valem, que quem deve precisa pagar, que estados e municípios precisam arcar com suas contas. Reorganizar o mecanismo de endividamento interno e o Orçamento. A moeda foi a parte imediata. Levamos anos trabalhando para colocar em ordem o mecanismo institucional.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é do ano 2000. Hoje, o que importa não é o "quantos por cento" de inflação. A inflação é de cinco e pouco por cento. Seis. Não é de assustar. No meu tempo era 20%, 30% ao mês. O que assusta agora é perceber que os fundamentos não estão funcionando tão bem quanto deveriam. O conjunto da obra está bamboleante: a Lei de Responsabilidade Fiscal não é cumprida adequadamente, o gasto público não está sendo controlado, o endividamento é elevado.

E qual a maior frustração com o Real?

As reformas ficaram pela metade. Era muito difícil negociar com o Congresso. A reforma política – eu tomei a decisão de não começar por ela, porque se começássemos por ela não sairíamos dali – era importante. Deixamos para o Congresso fazer. Estamos pagando o preço pela falta da reforma política. Como queremos uma democracia bem avaliada pela população, temos que fazer a reforma política.

Quando fui à África do Sul (no funeral de Nelson Mandela, em 2013), os ex-presidentes estavam juntos e eu disse a todos: nós somos responsáveis pelo caos. Ninguém acredita nesse sistema que está aí. Por que não chegamos a um denominador comum? O Sarney se sentiu atraído pela ideia. Falei com o Lula. Mas não prosperou.

E a presidente Dilma, como reagiu?

Ninguém reagiu. Quando houve a crise, a presidente tentou. mas a coisa foi mal coordenada. Para fazer isso é preciso realmente liderança – e liderança dos partidos. É preciso de entendimento

entre PT, PSDB e PMDB. Assim teremos a maioria. Mas vou colocar o problema de outra maneira. Todos os governos sempre acham que fizeram muita coisa – e incluo o meu. Porém, há um problema sério de gestão no Brasil: o resultado não chega na ponta. Você faz o projeto, monitora os números, faz isso e aquilo. Os que estão no mundo oficial estão felizes, mas o cidadão não sente a diferença. Quando cheguei à Presidência da República, o SUS (Sistema Único de Saúde) era uma proposta da Constituinte, mas não funcionava. Era um inferno. Montamos. Hoje há o SUS. Os governos têm uma série de programas na área da Saúde. As pessoas podem receber medicamento de graça até em casa. O cidadão, porém, não sente que nada disso existe porque funciona mal.

E qual é a causa disso?

Falta de gestão. Há um tempo, não agora, me perguntaram no PSDB qual seria um bom *slogan* para a campanha. Eu disse: em vez do que fez o Barack Obama nos Estados Unidos, com o Yes, We Can, deveríamos ter o Yes, We Care – nós prestamos atenção em vocês, nós cuidamos. O povo se sente descuidado. É preciso ver como essa máquina pública funciona e atacar de frente essa grave falta de gerenciamento.

Se o seu candidato, Aécio Neves, chegar ao Planalto, o que ele deveria fazer para impedir que a política continuasse a ser mais do mesmo?

A primeira condição é ter uma agenda. A segunda, fazer aliança para cumprir essa agenda. Terceiro, fazer tudo publicamente. Não quer dizer que no meu governo foi sempre assim, não. Mas eu tinha uma concepção do que queria fazer. Eu queria estabilizar a economia, dar acesso à educação, melhorar a saúde, fazer a reforma agrária, acertar a Previdência, que não consegui. Procurava fazer com critério.

Como Aécio Neves vai brigar contra o maior tempo de Dilma na TV?

Os políticos têm uma obsessão pelo tempo de TV. Muito tempo pode ser bom, mas pode ser mau também. O povo ouve, às vezes,

mas nem sempre. Há momento em que ele fecha o ouvido. Hoje, o programa eleitoral terá um peso menor do que no passado, por causa das mídias sociais. Não sei se a campanha vai ser decidida na televisão.

Como, então, vai ser decidida?

O importante é que o candidato se desempenhe. Eu costumo fazer o seguinte: começa o programa eleitoral, eu tiro o som. Porque o que você transmite não é só o que fala, é como você fala, qual é o seu jeito. É subconsciente. E eu acho que o Aécio tem um bom jeito.

A economia vai pautar a eleição?

A economia pauta sempre. O bolso pesa mais que o coração ou, pelo menos, tanto quanto. Mas não é a economia. Não é desses erros que estamos falando. O que vai pautar é a carestia. O bolso gasta mais que a bolsa, quando falamos dos mais pobres. A vida está cara. Isso as pessoas sentem. É a feira que vai pautar a campanha.

Na luta para chegar ao 2º turno, Eduardo Campos começou a bater em Aécio. Isso vai atrapalhar uma futura aliança entre eles?

Os dois são racionais. E sabem qual o limite, tanto de bater quanto de apoio. Mas no segundo turno o eleitorado não segue líderes. Veja as pesquisas de opinião. Dilma, no Datafolha, está na frente, 36%, Eduardo 8%, Aécio 20%. No 2.º turno Aécio vai pra 40%, Campos pra 38%. E não teve nenhum líder no meio disso! No segundo turno, o que vai contar muito é a rejeição.

Na sua relação com o ex-presidente Lula, o sr. falou em parar de jogar pedra um no outro. E as pedradas quase sempre dizem respeito à corrupção. O que falta para superar essas diferenças?

O que falta é vontade dele. Ele é hegemônico, quer tomar conta de tudo. E quem quer tomar conta de tudo quer esmagar quem? O principal adversário! Quando fizemos a transição do meu governo para o dele, logo eles definiram que o inimigo era o PSDB. Não era adversário, era inimigo. No mesmo dia falaram em herança maldita.

REFLEXÕES IX

É o hegemonismo: "Eu sou tudo. O mundo começa comigo, eu sou o bom, os outros são maus." Esse é um jogo, não há como fazer acordo. ●

Fernando Henrique Cardoso

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 27 de julho de 2014

LUIZ BIANCHI

O retrato do Velho está lá

Diego Viana



Getúlio visita refinaria em 1952: presidente mandou furar o País inteiro atrás de petróleo para evitar dependência internacional

Saindo da vida com um tiro no peito em 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas entrou para a história como a principal figura política do século XX no Brasil. Alternadamente, sua imagem é citada

como carga a superar e tradição a resgatar: em 1994, Fernando Henrique Cardoso, presidente eleito, afirmou que o momento de sua posse representava o fim da "era Vargas" no Brasil. Em 2010, a então candidata presidencial Dilma Rousseff afirmou que o governo Lula era a continuidade de Getúlio, durante convenção do PDT, partido fundado pelo getulista Leonel Brizola.

A "terceira morte de Vargas" foi o termo que o cientista político Bolívar Lamounier escolheu, em artigo publicado em 1994, para referir-se à liberalização dos mercados, que abalou a estrutura protecionista da economia brasileira. A primeira morte de Vargas foi, naturalmente, seu suicídio, acossado pelas acusações de participação no atentado ao seu adversário Carlos Lacerda (1914-1977). A segunda, o golpe de 1964, que derrubou seu herdeiro político João Goulart (1919-1976).

No entanto, ao mesmo tempo em que o chamado getulismo ou varguismo é uma página difícil de virar, os traços de sua permanência no Brasil contemporâneo podem ser difíceis de notar e provocam leituras díspares. "O único lampejo de getulismo em Dilma é remoto: crer que o Estado deve ser uma alavanca forte que impulse setores. Isso corresponde a 10% do que foi o getulismo", afirma Ricardo Antunes, professor de sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Uma das prioridades do segundo governo de Getúlio, iniciado em 1951, era a modernização da

REFLEXÕES IX

infraestrutura econômica do País, privilegiando os setores energético e de transportes. Sua gestão era baseada no nacionalismo, dirigismo estatal e aproximação com o capital estrangeiro.

A ambiguidade do personagem Getúlio se reflete em sua trajetória: de líder revolucionário oposto às velhas oligarquias a ditador que garantiu a sobrevivência dessas mesmas oligarquias. De proprietário de terras exilado em São Borja (RS) a presidente eleito pelo voto direto. De chefe de Estado acuado por acusações de corrupção a mártir sepultado em cerimônia apoteótica.

"O que chamamos de varguismo é o Brasil que conhecemos, a ordem burguesa no Brasil. É por isso que superar a figura de Vargas é tão difícil", diz o sociólogo Adalberto Cardoso, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). "O que Getúlio fez foi consolidar o capitalismo no Brasil: construir as instituições centralizadas de controle que o fazem funcionar." Com todas as alterações que sofreram, essas instituições ainda marcam o funcionamento e as contradições do capitalismo à brasileira. "O que está sendo feito de concessões, a transposição do Rio São Francisco e projetos semelhantes têm um aspecto varguista no sentido de que são políticas de Estado, um Estado que prefigura coisas que os agentes privados não podem prefigurar", diz Cardoso. Para ele, a ideia central é que quem tem de pensar em longo prazo é o agente político. "O Estado é, em princípio, quem tem essa capacidade. É isso que significa varguismo."

Alexandre Saes, historiador econômico da Universidade de São Paulo (USP), busca delinear a convicção de que Getúlio se caracterizava por uma forte preferência pelo polo estatal da dicotomia entre Estado e mercado. Argumenta que novos estudos mostram como o presidente buscou financiamento e apoio do capital estrangeiro. "No período em que a decisão de Vargas pelo desenvolvimento passava pela intervenção do Estado e a criação de empresas estatais, ele agia assim porque não havia outras opções", observa. "Qualificar o desenvolvimento brasileiro como varguista parece-me uma forma de estigmatizar ou colocar a ideia de

desenvolvimento de maneira pejorativa."

Dois lados do legado getulista são citados como determinantes para entender o Brasil de hoje. Primeiro, a **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, de 1943, que regula o sindicalismo e ainda rege a maior parte das relações entre patrões e empregados no País. Em seguida, o esforço para acelerar a industrialização, com a formação de uma classe empresarial de capital brasileiro e a presença forte do Estado na economia. São reflexos desse ativismo econômico, entre outras, empresas como a **Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**, fundada em 1941 e privatizada em 1993, e a **Petrobras**, fundada em 1953 e detentora do monopólio de extração de petróleo até 1997.

As novas empresas estatais do governo Dilma, como a **Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)** e a **Empresa de Planejamento e Logística (EPL)**, suscitam lembranças do dirigismo getulista. Para Cardoso, porém, há diferenças fundamentais entre as duas iniciativas. "O Brasil nos tempos de Getúlio era dependente da oferta internacional de petróleo. O que Getúlio fez foi mandar furar o País inteiro atrás de petróleo." Na visão do sociólogo, a política atual para o pré-sal é diversa, porque "corresponde a achar um tesouro no fundo do mar e garantir que ele renda para o País".

Para Cardoso, o vínculo estreito entre a classe empresarial e o Estado, no Brasil, como produto do getulismo, federações e confederações, como **Fiesp**, **CNI** e **Febraban**, são instituições de representação patronal que introduzem o empresariado no aparelho de Estado, participando da formulação de políticas públicas.

A Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, criou o **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)**, uma das mais expressivas agências de fomento do Brasil, que no governo Dilma, já **BNDES** (com a inclusão da palavra social), promoveu um crescimento impressionante na economia (?), ao oferecer empréstimo a centenas de milhares de empresas. No governo Fernando Henrique, porém, o **BNDES** facilitou as privatizações e deu agilidade ao Estado.

Numa primeira fase, o **BNDE** investiu muito em infraestrutura, mas a criação de estatais aos poucos liberou o banco para investir mais na iniciativa privada e na indústria. Durante os anos 1960, o setor

REFLEXÕES IX

agropecuário e as pequenas e médias empresas passaram a contar com linhas de financiamento do BNDE. Em 1964, o banco já descentralizava suas operações, abrindo escritórios regionais em São Paulo, Recife e Brasília. Além disso, passou a operar em parceria com uma rede de agentes financeiros credenciados espalhados por todo o Brasil.

No entanto, ainda que o golpe de 1964 tenha sido desferido contra um governo herdeiro de Getúlio, aos poucos foi sendo reapropriado o protagonismo do Estado. "Se, por um lado, a ditadura preservou a estrutura estatal, por outro ela alterou o peso do tripé que sustentava a economia: capital estatal, capital privado nacional e capital externo", diz Antunes, da Unicamp. "A ditadura inflou a parte do capital externo, que se tornou o pé mais importante."

Um ponto que mina a lógica e o comportamento getulistas é a internacionalização da economia, que, nas palavras de Antunes, "acentua a simbiose entre a burguesia nacional e o capital internacional", apagando uma polaridade em que se situava Getúlio, defensor dos interesses da burguesia nacional contra os setores ligados à economia internacional. "Hoje não existe mais aquela burguesia nacional sólida. Mesmo os setores mais nacionais estão profundamente vinculados à economia globalizada e *financeirizada*", afirma.

Houve um momento, no Brasil, em que ou o Estado investia, ou não haveria investimento nenhum, analisa Cardoso. "Não havia agentes econômicos suficientemente fortes para investir, por exemplo, em infraestrutura." Esse foi o momento varguista, em que o Estado, único agente capaz de endividar-se, recorreu a uma poupança externa então abundante para criar as condições de uma economia de mercado no Brasil.

A crise da dívida nos anos 1980, avalia Cardoso, eliminou a capacidade estatal de investimento, deixando o País 15 anos sem melhorias de infraestrutura. Só na década de 1990, já no governo Fernando Henrique, essas inversões seriam retomadas, mas com protagonismo do capital internacional e recorrendo a privatizações. "Esse foi outro momento de recurso à poupança externa, mas sem a

intermediação do Estado", afirma.

A situação atual, com concessões de serviços públicos, seria diferente, porque boa parte da infraestrutura que havia para privatizar já foi privatizada. "Hoje, concede-se onde a necessidade de investimento é maior que a capacidade estatal ou então porque o Estado perdeu a capacidade de investimento como resultado dos mecanismos de controle, que tornam o gasto público ineficiente." O sociólogo cita o exemplo da Lei nº 8.666, que regula as licitações e impõe barreiras à ação direta do governo.

Para Saes, a presença da imagem de Getúlio é reflexo da permanência de um embate mais amplo sobre modelos de desenvolvimento econômico. "A saída para melhorar as condições econômicas do País deve ser por meio da especialização produtiva? Devemos nos especializar em ramos em que temos grande competitividade, como o setor agroexportador, ou devemos buscar a diversificação produtiva, mais preocupados em atender ao mercado interno com maior complexidade de nossa estrutura econômica?" O economista põe em dúvida o caráter varguista dessa segunda problemática, lembrando Juscelino Kubitschek e Celso Furtado.

Se as leis do trabalho são a ponta mais visível do legado de Getúlio, neste ano elas estiveram no centro das atenções. O sindicalismo tradicional foi alvo de uma série de greves ocorridas no Rio e em São Paulo. Nesses episódios, que envolveram setores como transporte público e limpeza urbana, trabalhadores dissidentes mantiveram paralisações à revelia dos sindicatos de suas categorias. Segundo Cardoso, essas greves refletem uma modificação nas leis trabalhistas passada durante o governo Lula, em 2008, quando as centrais sindicais passaram a receber 10% da arrecadação do imposto sindical. "Isso gerou uma competição sem precedentes por lealdade dos sindicatos existentes, além de incentivar a criação de uma miríade de novos sindicatos", nota.

Cardoso cita também o financiamento, pelas centrais sindicais, de oposições no interior dos sindicatos menores, na esperança de alterar a filiação de uma determinada categoria e fortalecer-se na disputa dos repasses. "Mas o que surpreende é que não haja mais

REFLEXÕES IX

greves dissidentes. Significa que, na maioria dos sindicatos, as direções ainda mantêm o controle sobre as bases", diz.

José Álvaro Moisés, cientista político da USP, ressalta que já no surgimento do novo sindicalismo do ABC paulista, na década de 1970, os aspectos da CLT relativos à estrutura sindical eram postos em questão. O traço mais forte do legado varguista no Brasil de hoje é a estrutura corporativista dos sindicatos, incluindo sua dependência do Estado, observa Moisés. "Sindicalismo de resultados é diferente de sindicalismo ideológico, como sindicatos socialistas são diferentes de comunistas e democrata-cristãos. Mas a escolha não existe para o trabalhador do Brasil." Moisés destaca também que a cúpula do sindicalismo brasileiro continua, como na era Vargas, ligadas ao governo, recebendo recursos diretamente repassados pelo Estado. "E não tem controle do Tribunal de Contas."

"A CLT é a principal herança de Getúlio, quando pensamos nas classes populares", diz Antunes, para quem os trabalhadores reconhecem nas leis trabalhistas uma espécie de constituição, ao garantir direitos que estão sendo erodidos em outras partes do mundo. A ambiguidade do legado da CLT está em seus efeitos quase opostos sobre o dia a dia do trabalhador por um lado e, por outro, o sindicalismo. "No plano dos direitos do trabalho, a CLT foi um avanço, mas no direito sindical foi, no mínimo, controversa. Principalmente a preservar o imposto sindical, que é nefasto."

O jingle da campanha para presidente de Getúlio Vargas em 1950 pedia que se recolocasse o "retrato do velho", referindo-se ao próprio Getúlio, de volta à parede do Palácio do Catete. "O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar", dizia a canção, expressando o carisma pessoal que o outrora ditador detinha entre os trabalhadores. O "pai dos pobres" obteve muitos de seus sucessos políticos graças à capacidade de mobilizar as multidões.

O poder do getulismo deriva de sua capacidade de travestir medidas de modernização capitalista como presentes do líder para os pobres, para Antunes. "Existe o mito de outorga, de dádiva, do Estado benfeitor, que Getúlio soube conduzir e encarnar muito bem",

REFLEXÕES IX

afirma o sociólogo. "Avanços como as leis do trabalho foram fruto de uma enorme pressão dos trabalhadores, mas a genialidade política de Getúlio estava em fazer parecer que era um presente que partia dele." O traço personalista e populista do **getulismo** está sendo aos poucos depurado da política brasileira, aponta Moisés. "Os eleitores demandam cada vez mais dos partidos e dos candidatos a definição de suas posições programáticas. Isso está aumentando, embora em muitos pontos ainda vejamos esse lado personalista, típico do período **getulista**."

Por outro lado, a força da figura do presidente da República na Constituição de 1988 parece a Moisés ser um traço da sobrevivência da herança **varguista**. "Com tantas prerrogativas de propor legislação, editar medidas provisórias e comandar o Orçamento da União, o presidente do Brasil é um dos mais fortes do mundo", afirma. "Isso remonta a **Getúlio**, porque expressa a ideia de que a figura do Estado tem grande protagonismo."

Lembrar o legado **getulista** é mais do que celebrar uma efeméride, é entender uma referência histórica. "**Getúlio Vargas** é um repositório, no qual alguns atores políticos e econômicos do Brasil vão buscar inspiração." ●

Diego Viana

Artigo publicado no jornal **Valor Econômico** no dia 22 de agosto de 2014

Decifrar para educar

Luciana Seabra



Vera Rita, psicóloga econômica, busca linguagem ideal para atingir investidor

Impulso para gastar todo mundo já teve um dia. E para poupar? Com base no entendimento de que esse sentimento também é possível, a **Nationwide Building Society**, uma instituição financeira do Reino Unido, criou em junho deste ano o **Impulse Saver**. O aplicativo para celular permite que o cliente transfira dinheiro de sua conta-corrente para a conta de investimentos a qualquer momento de forma muito simples, em segundos, sem sequer fazer *login*. Há opções de valores predefinidos muito baixos, a partir de 1,25 libra, o equivalente a cerca de R\$ 4. O investidor assiste imediatamente às moedinhas, virtualmente, entrarem em um cofre em forma de porquinho.

O **Impulse Saver** foi criado com base em estudos comportamentais encomendados pela **Nationwide**. As pesquisas sugeriram que as naturezas instantânea e recompensadora do aplicativo criariam gatilhos que encorajariam e reforçariam a poupança. O exemplo foi citado pela professora Vera Rita de Mello Ferreira, doutora em Psicologia Social e autora do livro **A Cabeça do Investidor**, no primeiro Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais. O evento, organizado pelo Núcleo de Finanças Comportamentais (NFC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), reuniu especialistas no tema na semana passada.



Desde que o termo psicologia econômica foi usado pela primeira vez, em 1881, pelo pensador francês Gabriel Tarde, passando pelo reconhecimento da importância do tema com a entrega do Nobel de

Economia ao psicólogo Daniel Kahneman em 2002, o impacto de processos cognitivos e emocionais sobre a tomada de decisão foi discutido à exaustão na academia. Como, entretanto, transformar tantos estudos em práticas para ajudar as pessoas a tomarem decisões sobre seu dinheiro? "Tem-se buscado nos últimos anos formas de aplicar esses conhecimentos. O que antes era papo de pesquisadores acadêmicos começou a ir para o mundo real", diz Vera Rita, referindo-se tanto às iniciativas lá fora como aqui. No Brasil, um exemplo é o Núcleo de Estudos Comportamentais da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criado em abril último para subsidiar políticas educacionais da autarquia, do qual ela faz parte.

A psicologia econômica também ganhou espaço no material didático de Ensino Médio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). Os estudantes deparam-se nos livros com quadros vermelhos que alertam para ciladas envolvendo decisões econômicas. O tema integra ainda a capacitação de técnicos e conciliadores do Procon no programa de apoio ao superendividado. Uma das metas da psicologia econômica, segundo Vera Rita, é que as pessoas tomem decisões econômicas mais favoráveis a si mesmas. E, por isso, é natural que ela colabore cada vez mais com iniciativas que envolvam proteção e defesa do consumidor.

Dentre as ferramentas para que a educação financeira ajude na blindagem de vieses, Vera Rita diz acreditar no chamado *crowdsourcing*, em que o conteúdo é desenvolvido de forma cooperativa, como ocorre na enciclopédia virtual Wikipédia. A professora sugere a criação de um ambiente em que investidores compartilhem situações em que estavam propensos a tomar uma atitude enviesada e que contem como as estratégias usadas no momento, ainda que simples como uma conversa com outras pessoas, evitaram as armadilhas. "Seria uma coleção de antídotos", diz Vera Rita.

Na hora de se comunicar com o investidor, os estudos apontam que ele tem fome de coerência, conforto cognitivo, diz Vera Rita. Por isso, a regra é informar em doses, em linguagem acessível e adaptada para cada segmento, seja por região, tribo ou idade. "E a

REFLEXÕES IX

informação tem que ser entregue no momento em que a pessoa está buscando: quando vai casar, ter filho, comprar um imóvel ou se preparar para a aposentadoria", diz.

Vera Rita afirma ter no momento duas obsessões. Uma é tentar transformar informações complexas necessárias ao investidor em *check list*, já que listas costumam atrair a atenção. A outra é fazer vídeos de educação financeira nos moldes "Porta dos Fundos", canal de humor capitaneado pelo comediante Fábio Porchat que tem grande alcance na *internet*.

Foi na tentativa de incorporar as finanças comportamentais à prática que o Itaú criou seu primeiro vídeo que realmente caiu nas graças da rede. Recebeu 2 milhões de acessos na *internet*, enquanto os de mais sucesso da casa costumam ter cerca de 200 mil visitas. O enredo era um modelo criado e patenteado pelo Itaú para ajudar o investidor a decidir quanto precisava poupar para a aposentadoria. Batizada de 1, 3, 6, 9, a regra de bolso ensina que, para uma velhice tranquila, é preciso ter acumulado um ano de renda até os 35 anos de idade, três anos até os 45, seis anos até os 55 e nove anos até os 65. No vídeo, em cada uma dessas etapas, eram despejadas bolas de sorvete em um liquidificador, que, no fim das contas, batia um *milkshake*.

A criação da metodologia, fruto de um estudo de sete meses, teve como base o comportamento do investidor. "Para a maior parte das pessoas, a decisão mais importante não é em que investir, mas quanto.

Conversar sobre hábitos de poupar é mais relevante", diz Martin Iglesias, superintendente de produtos de investimento do Itaú Unibanco, que teve a colaboração de Daniel Kahneman em sua dissertação de mestrado. "A análise do comportamento avançou demais, mas, quando pensamos no que de fato está incorporado no dia a dia, talvez seja pouco", afirma. Iglesias defende que é preciso criar produtos, serviços e abordagens que realmente ajudem as pessoas a poupar.

Experiências americanas podem ser replicadas, sugere, ao citar o programa *Keep the change*, ou Fique com o troco, do Bank of

REFLEXÕES IX

America. Para quem opta pelo programa, todas as compras no cartão têm o valor arredondado, sendo que o complemento vai para a poupança. Ao comprar um sanduíche de US\$ 5,25, por exemplo, US\$ 0,75 são automaticamente investidos. "Esse produto tem quase 15 anos e ninguém conseguiu replicar. Nós já tentamos, mas é muito difícil", diz.

Educar o cliente ou criar ferramentas para forçá-lo a poupar divide os especialistas em finanças comportamentais. "A educação financeira leva muito tempo e às vezes uma solução em curto prazo é mais eficiente", defende Bernardo Fonseca Nunes, que cursa o Ph.D na Universidade de Stirling. Ele exemplifica com o programa de aplicação automática em fundos de pensão, que se tornou prática nos últimos anos no Reino Unido e na Nova Zelândia. O plano parte do entendimento de que as pessoas tendem a evitar ou procrastinar escolhas complexas. Em vez de esperar uma atitude dos funcionários, a própria empresa faz suas inscrições, de tal forma que a pessoa precisa manifestar-se apenas se não tiver interesse no programa. Estudo do governo britânico para avaliar os resultados da política nos primeiros seis meses de aplicação, com 42 empresas, mostrou um aumento da participação dos empregados em fundos de pensão de 61% para 83%.

A educação financeira tem sua importância, mas vem depois da atitude, explica Nunes, para incentivar o investidor a destinar mais recursos para a previdência.

No Brasil, o arcabouço das finanças comportamentais foi transformado recentemente em processo de avaliação do perfil do investidor pela Guide Investimentos. Em uma parceria entre academia e mercado, Jean Sigrist, sócio da plataforma, discutiu o modelo com William Eid, à frente do NEC, da FGV. A principal referência foi o teórico das finanças comportamentais Michael Pompian.

Como a intenção era criar uma experiência agradável ao investidor, a Guide construiu um processo de abertura de conta automático, sem necessidade de envio de documentos. O tempo economizado com o cadastro, diz Sigrist, foi usado para conhecer o investidor, por

REFLEXÕES IX

meio de um questionário psicológico, e construir um portfólio que fizesse sentido. Não era uma boa ação, mas uma visão de negócio. "É muito difícil você criar uma vantagem competitiva hoje por meio do produto, que pode ser replicado no dia seguinte. Tem que fazer isso pela experiência do cliente", considera.

Para quem ainda pensa que a educação sobre produtos financeiros joga contra a indústria, um estudo também no âmbito das finanças comportamentais, realizada pela pesquisadora Frederike Budiner, mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), aponta para o contrário. Um experimento com 90 pessoas indicou que, quanto maior a quantidade de informação sobre crédito oferecida ao cliente, maior a tendência de ele optar por tomar os recursos. Provavelmente, concluiu Frederike, a transparência cria uma relação de confiança que propicia a realização do contrato.

Vale para o crédito. Por que não para os investimentos? ●

Luciana Seabra: fez do jornalismo econômico sua carreira e meta de formação acadêmica.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 26 de agosto de 2014

Um animal que não deu certo?

Eliana Cardoso



"Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria", escreve Brás Cubas, arrematando suas memórias. Não quero acreditar, como ele o faz, que o homem é um animal que não deu certo. Mas fica difícil manter a esperança quando examinamos a evidência do impacto da civilização industrial sobre o planeta.

Na ficção científica o homem do futuro, deliberadamente, transforma planetas inteiros para atender às suas necessidades. Por enquanto, assistimos apenas à destruição acidental do planeta Terra. Poluentes mudam a atmosfera. Produtos químicos se depositam nas rochas. Gases de efeito estufa aquecem o clima. A acidificação dos oceanos reduz a vida marinha. Florestas desaparecem e rios mudam de curso.

Presidimos sobre a sexta grande extinção em massa de formas de vida na Terra. Em breve veremos o fim do período que durou 12 mil anos e durante o qual a humanidade se beneficiou de uma era geológica marcada por clima estável.

Paul Crutzen, um químico respeitado, batizou a era em que vivemos de antropoceno, para enfatizar o fato de que nos tornamos força planetária tão importante quanto a ação de placas tectônicas, choques de asteroides e atividade vulcânica.

O futuro do planeta, em boa parte, depende de agentes conscientes. O homem tem o conhecimento e o poder para escolher em que tipo de planeta quer viver, em vez de aceitar o clima como dado. Ele é o proprietário e o guardião da Terra. Mas o que esperar desse proprietário e guardião que se comporta como um ser inconsciente e egoísta? Entre os primeiros economistas a chamar a atenção para as consequências do comportamento irracional está Malthus. Seu

REFLEXÕES IX

ensaio sobre a população ensina que duas leis regem a condição humana. Como todos os animais, precisamos de comida para sobreviver. Também como os animais, a atração sexual nos move. E como eles, podendo, nós nos multiplicamos. Malthus estimava que a população deveria dobrar a cada 25 anos e não encontrava evidência para igual crescimento dos meios de subsistência, resignando-se a ver o homem correndo atrás de suas necessidades da barriga para baixo.

Para Malthus, a desigualdade decorre da aceitação inevitável da segurança conferida pela propriedade, que condenaria a plebe à miséria. A culpa não seria dos pobres, iguais aos ricos no que tange à moral. Muitos se encontram condenados à infelicidade, porque "tiraram um bilhete não premiado na grande loteria da vida. Se um homem não pode sustentar seus filhos", o filósofo observa com frieza, "eles devem morrer de fome". E, para aumentar a mortandade, aí estão também doenças e guerras. A maioria dos economistas acha que o otimismo de Malthus deixa a desejar.

Mesmo acreditando no engenho humano para responder às suas necessidades, Malthus não viu o que aconteceria após sua morte, em 1834. A inventividade humana acabou por ser mais poderosa do que ele imaginava. Apesar de sábio, não previu a mudança da base econômica: do milho para o carvão e, em seguida, para o petróleo. Não previu o aumento da produtividade agrícola nem os novos meios de transporte, a levar comida barata de um lado para outro.

Acreditando em algo como a lei dos rendimentos decrescentes, Malthus argumentava que se pode, por meio da aplicação de mais trabalho e melhores métodos, aumentar a produtividade agrícola, mas depois de um tempo o efeito positivo dessas intervenções cai. Ele não podia adivinhar a descoberta de novas tecnologias agrícolas – como o processo de Haber-Bosch para a síntese de amônia, os fertilizantes nitrogenados, as técnicas de reprodução (que fizeram a pecuária mais produtiva), a introdução de herbicidas e pesticidas e a Revolução Verde na década de 1950. Na época de Malthus, precisava-se de 20 mil metros quadrados de terreno agrícola para alimentar uma pessoa. Hoje precisamos de apenas 2 mil.

Um número inconcebível de pessoas ainda passa fome. Mas, como Amartya Sen argumentou, a fome no mundo moderno não resulta de uma escassez de alimentos, mas da falta de renda que dá acesso a eles.

O futuro sempre surpreende. O primeiro censo britânico só veio a acontecer em 1800 e Malthus escrevia num momento em que muitas pessoas acreditavam que o mundo havia se tornado menos e não mais populoso. Hoje, a população, o ambiente e a economia mobilizam as forças de grandes bancos de dados e de supercomputadores. Malthusianos e antimalthusianos modernos organizam fatos estatísticos e concebem modelos para inferir o futuro. E, no entanto, ainda há controvérsia entre os especialistas.

Apesar de lutar contra a carência de estatísticas, Malthus tinha razão em questionar a relação do homem com os recursos naturais e de se preocupar. Se ele não previu o lado positivo da Revolução Industrial e o progresso da agricultura, também não imaginou que um dia a água se tornaria escassa e a mudança climática criaria problemas mais ameaçadores do que aqueles que ele antecipava.

Além dos desastres apontados no começo do artigo, existe uma dimensão importante da mudança climática: as implicações dessa mudança para a transmissão de epidemias. Surpreendente, mas verdadeiro, como se expõe a seguir. Comece por observar o número de epidemias identificadas depois da década de 1960. A longa lista de doenças transmitidas por vírus que estão migrando de seus hospedeiros naturais para o homem inclui: Marburg (um vírus de febre hemorrágica descrito pela primeira vez em 1967); Nipah (um vírus identificado em 1998 causa síndrome respiratória aguda e encefalite fatal); cinco novas espécies do Lyssavirus; Mers (vírus que provocou a síndrome respiratória no Oriente Médio em 2012); Sars (a síndrome respiratória identificada em 2003).

Hoje andamos assustados com a epidemia de ebola, que ressurgiu na Guiné em março e se espalhou para a Libéria, Serra Leoa e Nigéria. A doença, transmitida por meio do contato com fluidos corporais de uma pessoa infectada (incluindo suor), é contagiosa mesmo após a morte do doente.

REFLEXÕES IX

Nos surtos dessas novas doenças humanas, cerca de 70% dos vírus saltam de um animal para um ser humano, à medida que o homem invade ambientes onde não estava antes e onde as pessoas ficam em estreita proximidade com diferentes animais.

Boa parte dos vírus documentados recentemente estão associadas a morcegos frugíferos da espécie migratória. Esses morcegos são animais tímidos que vivem nas altas copas de florestas tropicais. São grandes polinizadores. Sem eles, nós simplesmente não teríamos florestas tropicais. E essas florestas importam grandemente, em parte porque são os pulmões produtores de oxigênio do planeta, em parte pelas muitas substâncias importantes que fornecem, inclusive a base para medicamentos usados no combate de doenças.

As populações dos morcegos frugíferos andam estressadas, assim como as florestas tropicais, por causa da mudança climática. As populações de morcegos podem estar de tal forma ameaçadas que esses tímidos animais noturnos estão chegando mais perto das habitações humanas e da agricultura.

A origem do ebola permanece um mistério e uma teoria sugere que morcegos, cães e porcos poderiam albergar o vírus nos intestinos. A reação à epidemia de ebola tem se resumido a isolar os países africanos afetados pelo vírus, deixando de lado a ação a favor do meio ambiente. Em curto prazo, uma escolha medíocre. Em longo, uma escolha ineficaz para a proteção do resto do planeta.

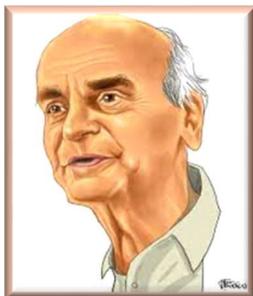
Nesse jogo de xadrez, entramos no "meio jogo sem rainhas" e as apostas são altas. As peças – tanto a tecnologia quanto elementos políticos – poderiam dar lugar à ação rápida e poderosa para reduzir o uso do combustível fóssil e a destruição das florestas. Infelizmente, os enxadristas continuam a mover os peões para a frente e para trás, adiando a ação, o que pode ser fatal. A cada dia, o ambiente torna mais claro que o relógio avança com mais rapidez do que temíamos. O xeque-mate se aproxima. ●

Eliana Cardoso: economista e escritora. PhD em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 5 de setembro de 2014

Médico sem fronteiras

Drauzio Varella

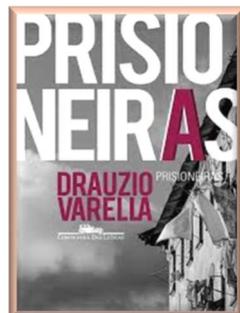


Drauzio Varella atravessa tão de mansinho o salão lotado do Bar da Dona Onça, restaurante no centro paulistano, que, quando nos damos conta, lá está ele, em pé, ao lado da mesa. O porte esguio e a calvície precoce ele herdou do pai, assim como a crença "obstinada no trabalho duro", lição que segue à risca. Para dar conta da agenda atribulada, aboliu o almoço. "Não consigo comer em paz quando sei que tem pessoas me esperando.

Fico ansioso, me atrapalho." Mas nesta segunda-feira se deu ao "luxo", já que as filmagens de uma nova série no Fantástico ainda não começaram.

Drauzio passou esta manhã na Penitenciária Feminina, onde há oito anos faz trabalho voluntário. Sua sala é uma cela. Tem cadeiras, uma mesa e uma maca. Puxa para si o bloco de notas e a caneta da repórter, desenha pavilhões, galerias e alas do lugar. Esse universo marginal o fascina desde criança, quando assistia a filmes de prisão e acompanhava os planos de fugas mirabolantes dos encarcerados. Sua primeira incursão em um presídio foi no extinto Carandiru, em São Paulo, experiência que transformou em livro premiado que depois virou filme nas mãos do diretor Hector Babenco. "Numa cadeia ninguém conhece a moradia da verdade", prega o ditado da malandragem. Mas depois de 25 anos convivendo com detentos o doutor é capaz de farejar seus males e manhas. "Homem mente, mas mulher mente muuuito mais", diz, esticando a vogal para dar a medida da astúcia feminina.

Recosta-se na cadeira e passa a contar alguns casos, que estarão em seu próximo livro, *As Prisioneiras*. Outro dia, conta, uma mulher de



REFLEXÕES IX

60 anos nem bem entrou em sua sala e já foi narrando seu fardo: estava no *shopping* quando uma moça se aproximou e pediu que segurasse um pacote para ela ir ao banheiro. "Ia fazer essa desfeita?" Segurou o embrulho e esperou que ela voltasse. Bem nessa hora, a polícia apareceu.

"Dá cá este pacote!", ordenou o policial, já puxando e abrindo o enorme volume. "E adivinha só o que tinha dentro? Cocaína. Vejam vocês." "E a menina que foi ao banheiro? Não voltou?", provocou Drauzio. "Doutor. E não é que ela desapareceu?", respondeu a senhorinha, com feições da madre Teresa de Calcutá.

Em momentos como esse o médico costuma fazer cara de paisagem. "É raro uma presa que diga 'sou traficante' ou matei fulano." Mas há aquelas que falam à vontade com ele. É o caso da jovem que chegou a casa e deu de cara com o marido abusando de sua filha de 8 anos. Deixou a menina aos cuidados de uma vizinha, voltou e descarregou o revólver nele. "Em um caso assim", diz levando o corpo para a frente e cruzando os braços sobre a mesa, "não dá nem para criticar. Não é verdade?"

Em seguida lembra-se da mulher que viu pela manhã. Sem alfabetização, com quatro filhos, deu à luz o caçula na prisão. Só se deu conta de que estava grávida no sétimo mês de gestação. Consumidora de crack, costumava se prostituir para conseguir a droga. "Por incrível que pareça, não pegou aids", comenta o médico, um dos pioneiros no combate à doença no Brasil.

Em 1984, já com vasta experiência no setor de imunologia do Hospital do Câncer, em São Paulo, Drauzio foi fazer estágio em um hospital em Nova York, na época o epicentro da aids. "Não se sabia de nada. Nem que era um vírus. Fiquei encantado. Era uma doença que tinha depressão imunológica, um agente infeccioso e câncer, tudo de que eu mais gostava na medicina", relata, com olhos brilhando.

Drauzio, desde criança, sabia o que seria. "Ouvia as histórias da gripe espanhola e ficava imaginando pilhas de mortos nas carroças e eu, homem adulto, de óculos, capa de chuva e maleta de couro igual à do dr. Isaac examinando os doentes de casa em casa com o

REFLEXÕES IX

estetoscópio, no meio da epidemia", narra em seu livro *Nas Ruas do Brás*.

De volta ao Brasil, lá estava ele como nos devaneios infantis, no meio de uma calamidade pública. Drauzio era provavelmente o único oncologista que tinha visto de perto casos de sarcoma de Kaposi, câncer que provoca manchas na pele, complicação comum na aids. "Todos os casos vieram para mim e fiquei envolvido com o problema da aids. Morria todo mundo, não escapava ninguém."



Alertar a população era urgente. Foi nesse momento que o jornalista Fernando Vieira de Melo o convidou para fazer pequenas vinhetas em rádios e esclarecer a população sobre a doença que se alastrava. Mas havia um preconceito enorme. "Médico sério não aparecia em televisão, de jeito nenhum." O convite era um acinte.

"Fernando, você quer acabar com minha carreira? Ô loco", lembra-se. "Era essa a visão da época, imagina. A medicina era conhecimento de uma casta. Mas a função do médico é divulgar esse conhecimento o máximo possível. Foi assim que entrei nessa vida", conta ele, que se tornou um dos médicos mais conhecidos do País. A experiência de duas décadas como professor de cursinho foi de grande valia. Até hoje tem ajudado Drauzio a transpor, em linguagem acessível, os meandros dos mais variados temas de sua área.

"Cai fora da seringa, cara. Se você não consegue encarar a vida de cara limpa, fuma, cheira, faz supositório. Mas não injeta na veia", dizia em um de seus textos na rádio, sempre num tom direto, sem rodeios.

Outro que falava sem rodeios era o sonoplasta, um senhor com décadas de experiência em rádio. Drauzio achava que tinha a voz fanhosa – "ainda tenho, mas já não me incomoda tanto" – e perguntou o que poderia fazer para melhorá-la.

"Nada", disse o homem. "Tem gente que nasce com voz boa, tem

REFLEXÕES IX

gente que nasce com voz ruim. A sua voz é ruim", e encerrou o assunto.

O fato é que as vinhetas deram certo, assim como as medidas inovadoras que ganharam impulso na década de 1990. "Nós íamos viver uma das maiores tragédias do mundo", observa. O Brasil tinha um índice de contaminação equiparado ao da África do Sul, recordistas de casos da doença. O Ministério da Saúde, comandado por José Serra na época, conseguiu conter o avanço da aids, investindo em campanhas de prevenção e oferecendo tratamento gratuito aos doentes.

"Quando uma população com HIV positivo é tratada, você inativa a carga viral nas secreções sexuais e, com isso, reduz a transmissão. Demonstramos isso. E política pública em saúde só funciona se for para todo mundo. Quando é só para pobre, esquece, porque fracassa. O Brasil revolucionou o tratamento de aids e virou exemplo para o resto do mundo."

Mas os dados mais recentes são menos alentadores. Um relatório divulgado no mês passado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas (Unaid) aponta que as novas infecções por HIV no Brasil aumentaram 11% nos últimos oito anos. E como diz um de seus quadros na televisão: "E Agora, Doutor?"

"A gente deitou sobre os louros obtidos com o tratamento e bobeou com a prevenção. Agora estamos pagando o preço." A nova geração não viu o impressionante impacto da doença em fase terminal. Graças à medicação existente, a aids se tornou de certa forma uma doença controlável, o que dá a falsa impressão de ser curável. Para Drauzio, seria fundamental que todos fizessem o teste, o que ajudaria a evitar novas transmissões. "Ele poderia ser obrigatório. Qual é o preconceito? Os médicos pedem exame de sífilis e não pedem da aids? Não consigo entender uma coisa dessas."

Com o aumento de novos casos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou recentemente o uso de antirretrovirais como profilaxia pré-exposição para homens *gays* e outros grupos de risco. É uma decisão acertada? A medida, diz, pode reduzir

REFLEXÕES IX

consideravelmente o risco de um indivíduo ser infectado. Portanto, deveria, sim, ser adotada. Mas com ressalvas.

"Isso não basta, entende? O problema principal é a aderência. Será que as pessoas vão tomar direito o medicamento? Será que vão se sentir protegidas porque estão tomando o remédio e deixarão de usar preservativo? E não é pelo fato de o cara ser *gay* que o faz correr mais risco. O que o faz correr mais risco é o número de parceiros e sexo desprotegido. Há *gays* que são absolutamente monogâmicos."

O pessoal da mesa ao lado, que chegou ao mesmo tempo em que nós, já está no café, e nós só na conversa. Drauzio pega um cardápio, estica o braço bem longe do corpo e aperta os olhos, miúdos, para conseguir ler as opções do menu. Decide pelo arroz de bacalhau. Para beber? Água. Bebida alcoólica somente nos fins de semana, e olhe lá. "O que eu gosto mesmo é de uma dose de cachaça. Pura. E com os carcereiros costume tomar uma cerveja."

Foi com um grupo desses agentes que Drauzio passou a se reunir depois das longas jornadas de trabalho, em um botequim de frente para o Carandiru, convivência que ele narra em seu livro *Carcereiros*. A casa de detenção foi extinta, mas não a camaradagem entre eles.

"Esse é o programa de que mais gosto. A gente dá tanta risada, de perder o fôlego. Eles têm uma experiência de vida que eu precisaria nascer umas três vezes para adquirir. E eles escutam. No ambiente social em que a gente vive, as pessoas não estão interessadas em ouvir as outras. Quando vou a festas, o que é raro, as pessoas falam sem parar. Não preciso dizer nada. Só presto atenção. Aliás, às vezes nem presto atenção."

O médico exemplar que bebe água à nossa frente também já tomou um grande porre na vida. Foi aos 16 anos, quando entornou uma garrafa de licor de ovos. "Era doce, uma coisa horrível", conta, fazendo careta. Já na faculdade seu pecado foi tomar anfetaminas,



REFLEXÕES IX

que lhe davam gás para varar noites estudando para as provas. Maconha ele provou mais velho, já formado. Assim que o efeito bateu, viu surgir uma aura verde brilhante ao redor de um de seus amigos. Passada a alucinação, ficou enjoado e teve ataque de pânico. Aliás, a droga foi tema de várias das colunas que publicou recentemente na **Folha de S.Paulo**. O médico apresentou dados científicos apontando os malefícios e os benefícios da maconha e, por fim, concluiu que o melhor seria legalizá-la.

Enquanto abre espaço na mesa para o garçom servir a comida, Drauzio explica o porquê. "Essa política de guerra à droga é ridícula. Fala a verdade. É um fracasso retumbante. Faz o quê? Pega um moleque com baseado, prende e põe no meio da bandidagem? É um absurdo esse negócio. O que acontece nessa guerra toda? A gente conseguiu diminuir o consumo? Não para de crescer. Vai mandar todo mundo para a cadeia?"

Para ele, melhor encarar que as pessoas usam e buscar meios de tornar o uso legal. "Legalizar não é liberar geral. Veja o caso do cigarro. Aprendemos a lidar, considerando a dependência da nicotina e impondo limites do convívio social. Olha aqui", diz, abrindo os braços e dando um olhar panorâmico no restaurante onde freguês nenhum está autorizado a fumar.

Neste momento, pela janela, vemos uma moça do lado de fora do **Dona Onça**, na entrada do icônico Edifício Copan, tragando com vontade. Percebe que é observada e se vira de costas. O médico, que encampou uma cruzada contra o tabaco, ri. Afirma que às vezes se sente como a encarnação de "um personagem repressivo." No **Hospital Sírio-Libanês**, os funcionários costumam fumar na calçada da entrada. Basta ele apontar ao longe para aquele grupo de homens e mulheres se esconderem. "Tem cabimento?"

Termina de falar e só então pega os talheres e quebra, com prazer, a gema do ovo frito que vem sobre o arroz.

– Uma de suas pacientes, que teve câncer, voltou a fumar e está com receio de revelar sua recaída para o senhor. Como reage a esse tipo de notícia?

REFLEXÕES IX

– Pela minha história de vida e pela especialidade médica que escolhi, tenho uma longa convivência com a morte. Perdi minha mãe com 4 anos. Essa é uma contradição fundamental: vida e morte. Tenho tolerância com os erros dos outros, eu também cometo muitos erros.

Para mostrar que é maleável, cita o caso um de seus pacientes da detenção que se negava a abandonar o *crack*. Drauzio sugeriu, então, que substituísse a droga pesada pela maconha. "Não é bonito um médico falar uma coisa dessas, mas o que é melhor? Queria que ele não fumasse nada, mas o outro não é como você gostaria que fosse."

Resgata uma história em quadrinhos que costumava ler quando criança. O herói era um sujeito que, um dia, pescando, viu cair um raio na água e desmaiou. A partir desse momento passou a sonhar com tragédias que de fato se concretizavam. Ciente de seu poder premonitório, tentou evitar, a todo custo, que as desgraças ocorressem. Em vão. Foi tachado de louco e acabou os dias trancafiado em um hospício.

"Sabe, eu me identifico com esse personagem. Quando vejo um homem de 60 anos, com cigarro no bolso, aquela barriga que parece ter oito meses de gravidez, tenho vontade de dizer: 'Vai te acontecer uma desgraça. Você vai ter um enfarte ou derrame'. Mas não posso, senão também vou parar em um hospício."

Em seguida, ajeitando um montinho de arroz no garfo, lembra-se de seu irmão caçula, oncologista como ele, que morreu aos 45 anos de câncer no pulmão. "Ele me deixava exasperado. Falava todos os dias: 'Fernando, para de fumar!'. Não adiantou nada."

Interrompe o percurso da comida à boca e completa. "Sabe, hoje eu me arrependo. Acho que o infernizei muito." É só então finaliza a garfada.

Seu celular toca algumas vezes, pede licença e atende. Assim que desliga, conta que acaba de morrer a mãe do convidado que seria entrevistado por ele à noite na Livraria Cultura. "A morte é tão enigmática. Lidar com o fato de a vida terminar", comenta depois de

REFLEXÕES IX

avisar ao pessoal da livraria que o evento seria cancelado.

Drauzio aprendeu cedo que morte é a ausência definitiva. Poucos dias depois que sua mãe morreu, sentado à mesa do café da manhã, o menino perguntou à avó. "Vó, nunca mais vou ver minha mãe?" A senhora espanhola, trajando vestido preto, não conseguiu dizer nada. Permaneceu cabisbaixa na direção da leiteira. O médico tratou do tema da finitude em seu livro *Por um Fio*, em que conta a sua experiência com doentes terminais e relembra a perda da mãe e do irmão.



Dispensamos a sobremesa. Drauzio não come doce há décadas, é ex-fumante – embora ainda sonhe com cigarro – e corre maratonas. Está até escrevendo um livro sobre sua experiência nesse tipo de prova. Determinado, o oncologista costuma pular da cama às 5h30min para correr pelas ruas ainda desertas da cidade. Mas até esse homem acostumado a dar conselhos médicos na televisão comete deslizos.

Em 2004, ao voltar de uma viagem à floresta amazônica – local que já visitou dezenas de vezes por causa do trabalho de pesquisa que desenvolve no rio Negro –, descuidou da dose de reforço da vacina contra febre amarela e acabou infectado. Achou que fosse morrer. A atriz Regina Braga, sua mulher desde 1981, e as filhas de seu primeiro casamento, a tradutora Mariana e a também médica Leticia, revezaram-se ao seu lado. A história toda foi narrada em seu livro *O Médico Doente*.



Já tomando café, Drauzio, que está com 71 anos, diz que não adianta cuidar só do corpo.

"Quando vejo um velho solitário, fico pensando se não está só porque não é interessante. Que vive de lamúrias e lamentações, o que acaba afastando as pessoas. Pode parecer cruel dizer isso, mas é verdade na maior parte dos casos. Acho que você tem que se habituar com a

REFLEXÕES IX

idade, com a mudança de cenário e a perda de pessoas próximas. Por isso, acho importante ter contato com um grupo maior de pessoas, de idades diferentes, e ter vontade de experimentar o novo."

O garçom traz a conta. Quando saco o cartão para pagar, Drauzio interfere indignado. "Sabe, tenho a maior dificuldade de deixar uma mulher pagar minha conta." Eis uma boa chance para mudar hábitos arraigados e fazer algo novo, não?

Ele ri e guarda a carteira, meio a contragosto. São quase cinco da tarde quando saímos do restaurante sob um sol já pálido. Drauzio faz questão de caminhar com a repórter até um ponto de táxi, do outro lado da avenida. Abre a porta para que entre e só arreda pé quando o carro some pela avenida movimentada.

Há certos hábitos que um cavalheiro à moda antiga não abandona. Jamais. ●

Drauzio Varela: médico oncologista, cientista e escritor brasileiro, formado pela Universidade de São Paulo, na qual foi aprovado em 2º lugar, conhecido por popularizar a medicina em seu país, através de programas de rádio e TV. Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 22 de agosto de 2014

O fim da inocência

Lúcia Guimarães



Está na hora de os donos da nossa informação pararem de fingir que são nossos benfeitores

Zuckerberg. Facebook foi usado para manipular conteúdo de notícias

A *web* completou 25 anos este ano, o Google foi criado há 17, o Facebook nasceu em 2004 e o Orkut no mesmo ano, mas vai morrer antes de chegar à adolescência, vítima dos internautas volúveis que se enamoraram do Facebook. A morte do Orkut, que há muito é ignorado por americanos e europeus, mas chegou a ser o maior site de mídia social brasileiro, foi anunciada pelo proprietário, Google. Mais um produto que o Google tira do ar sem cerimônia, deixando órfãos os que depositaram ali seus arquivos e reminiscências.

É possível transferir fotos para o Google +, mas a corporação não forneceu qualquer mecanismo que pudesse facilitar a transferência do arquivo em outra mídia social. Está terminando o período imberbe dos gigantes da *internet* e, à medida que a voz engrossa, pode acabar também a idade da inocência do internauta.

Dois fatos recentes nos Estados Unidos dão uma medida desse rumo à maioridade. Primeiro, a boa notícia: no dia 25 de junho, os nove juízes da Suprema Corte dos EUA decidiram, por unanimidade, que o conteúdo digital dos telefones celulares deve ser protegido de buscas da polícia, tanto quanto um domicílio privado. A Quarta Emenda da Constituição, que, desde 1792, protege os cidadãos contra buscas e apreensões não razoáveis, afinal se torna aliada dos cidadãos digitais. No faroeste da infância dos *smartphones*, policiais americanos tomavam os celulares de suspeitos e usavam qualquer conteúdo como prova. Num caso que chegou à Suprema Corte, uma infração de trânsito se transformou num julgamento por associação a gangues por causa de fotos

arquivadas no celular do suspeito.

Conservadores e liberais na instância máxima do Judiciário americano se uniram para dar ao *gadget* mais onipresente da nossa era *status* semelhante ao de uma gaveta de diários e documentos pessoais. Vasculhar nossos SMS's, nossos *selfies* e *e-mails*, só com mandado judicial.

Agora, a má notícia: a tecnologia nas mãos privadas continua à frente da Justiça, como mostra o escândalo causado pela revelação de uma experiência behaviorista feita pelo Facebook sem notificar seus usuários. Durante uma semana, em 2012, o algoritmo do *site* de Mark Zuckerberg foi alterado para manipular o conteúdo dos *feeds* de notícias de 689.003 membros. Uns recebiam notícias positivas, outros recebiam notícias ruins. A experiência resultou num estudo na prestigiada publicação acadêmica *Proceedings of the National Academy of Sciences*, assinado por cientistas do Facebook, da Universidade de Cornell e da Universidade da Califórnia. O título do estudo é *Evidência Experimental de Contágio Emocional em Massa por meio de Redes Sociais*. Os cientistas do Facebook queriam saber se a exposição a notícias negativas influenciava as postagens dos internautas. O resultado já foi espinafado por outros cientistas por técnicas de amostragem. Mas esse não é o centro da controvérsia.

Para uma pesquisa que envolve seres humanos bater à porta de qualquer publicação científica, ela precisa atender a critérios básicos, alguns deles estabelecidos depois do julgamento dos nazistas em Nuremberg. O consentimento individual da pessoa que é objeto da pesquisa é um desses critérios. Cada pessoa, no caso o membro do Facebook, teria que ser informada do fato de estar sendo usada numa experiência; em que consiste a experiência; dar o consentimento expresso para participar. O consentimento estaria nos termos de serviço de qualquer pessoa que abre uma conta no Facebook. Está lá. O *website* pode usar suas informações “para operações internas, que incluam correção de erros, análise de dados, testes, pesquisa, desenvolvimento e melhoria do serviço”. Um detalhe problemático: essa frase foi introduzida quatro meses depois da realização do estudo em que membros do Facebook foram

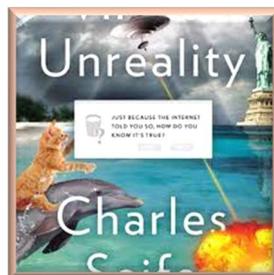
REFLEXÕES IX

usados como cobaias emocionais.

Mas esse consentimento nos termos de serviço não altera a opinião de Charles Seife, autor do recém-lançado *Virtual Unreality: Just Because the Internet Told You So, How Do You Know It's True?* (Irrealidade virtual: só porque a *internet* disse, como você sabe que é verdade?). “O consentimento informado”, diz Seife, “pressupõe a consciência clara de estar participando de um estudo e não ter *clicado* em termos de serviço em outra ocasião.”

Charles Seife é professor de jornalismo da Universidade de Nova York, autor de *Os Números não Mentem*, *Decodificando o Universo* e *Alfa e Ômega - A Busca pelo Início e o Fim do Universo*. Em *Irrealidade Virtual*, ele explora a derrubada da fronteira entre fato e ficção na *internet*: a usina de rumores, os falsos personagens, o contágio da desinformação e a velocidade que torna qualquer esforço de aferir a veracidade mais difícil. Não se trata de livro ludita³⁰ ou nostálgico, e sim de um alerta e um pequeno manual para fortalecer nosso ceticismo.

Seife não pode deixar de notar o tom absurdo da reação da executiva número 2 do Google, Sheryl Sandberg, autora de *Faça Acontecer: Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar*. Ela foi surpreendida pelo questionamento da experiência que se espalhou no próprio



³⁰ **Ludismo:** foi um movimento de trabalhadores ingleses do ramo de fiação e tecelagem, ativo no início do século XIX, nos primórdios da Revolução Industrial, e que se notabilizou pela destruição de máquinas como forma de protesto.

REFLEXÕES IX

Facebook, não pediu desculpas pela infração ética, mas disse que o problema era de comunicação. “Não era nossa intenção entristecer vocês”, concluiu. “Esse era exatamente o objetivo do estudo, entristecer e alegrar pessoas!”, exclama Seife. “Mas não me confesso surpreso. O Facebook trata seus membros como cobaias. O que me perturba mais é ver cientistas envolvidos ou defendendo a experiência.”



Na quinta-feira, um grupo de defesa da privacidade, o Electronic Privacy Information Centre, arquivou uma queixa formal junto à FTC, Comissão Federal de Comunicações americana, pedindo uma investigação sobre manipulação psicológica de dados por pesquisadores de Cornell e da Universidade da Califórnia que participaram da análise da experiência do Facebook. O governo inglês deu início a uma investigação para determinar se o *website* violou as leis de privacidade.



O estudo sobre o contágio de otimismo ou pessimismo levanta outra dúvida: monopólios como o Google e o Facebook têm à sua disposição uma quantidade de informações pessoais numa escala que pode torná-las irresistíveis para qualquer esforço de pesquisa, tenha ele origem na comunidade científica, no desejo de otimizar lucros ou até de promover campanhas.

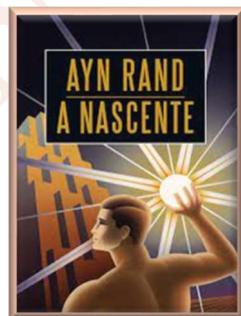
Imaginem se, daqui a 20 anos, Mark Zuckerberg se candidatar a governador da Califórnia. Não há lei eleitoral no momento que o impeça de usar o que sabe sobre os eleitores. Mas Charles Seife lembra que não devemos falar num futuro orwelliano, e sim no presente e no passado recente. Em novembro de 2010, no dia das eleições legislativas intermediárias, o Facebook fez outra experiência sobre contágio social. Pôs *banners* diferentes no topo da página inicial dos membros. Um *banner*, exibido para 61 milhões de

REFLEXÕES IX

membros com a frase “Hoje é dia de eleição”, fornecia *links* para locais de votação, além de fotos dos amigos que tinham votado. Outro grupo de 600 mil usuários viu apenas *banners* sobre a eleição, mas sem imagens dos amigos que votaram.

“Imagino que, como votar é algo que devemos encorajar, a experiência não foi criticada”, diz Seife. “Eles se apresentam como uma força para o bem.” Essa postura panglossiana em que bilionários digitais se apresentam como arautos de um mundo gratuito e beático, enquanto manipulam e extraem valor comercial de cada gota de informação fornecida por cidadãos, é uma das fontes da irrealidade virtual denunciada por Charles Seife, que não

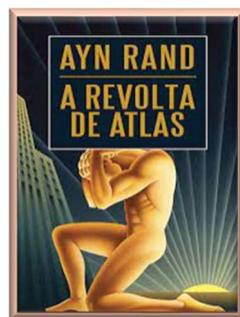
poupa seu sarcasmo para *slogans* como “Não faça o mal”, do Google. Ele lembra que, há quase uma geração, estamos fazendo uma troca entre a segurança e a conveniência. Mesmo a minoria consciente de ter feito concessões sobre a privacidade não compreende a extensão do uso feito de suas informações. “O típico empresário do Vale do Silício”, diz, “o homem que adorávamos detestar era Bill Gates. Ele atropelava a propriedade intelectual e competia com uma ferocidade assustadora. Era um monopolista da velha guarda. Essa geração nova cresceu sob sua sombra.”



Mas a galinha dos ovos de ouro hoje não é o *software*, um sistema operacional como Windows ou uma peça de hardware, como o iPad.

“O valor está na troca de informações”, diz Seife, “e o poder está extremamente concentrado. Está na hora de os donos da nossa informação pararem de fingir que são nossos benfeitores.”

O cenário político americano hoje exhibe libertários intransigentes de direita inspirados por Ayn Rand, a filósofa do objetivismo e autora de *A Nascente* e *a Revolta de Atlas*. “Um dos motores desse ressurgimento”, diz Seife, “é



REFLEXÕES IX

o Vale do Silício e a ideia de que o capitalista inovador precisa ser deixado em paz, não importa suas iniciativas.”

O estudo do Facebook que manipulou notícias para influenciar uma visão negativa ou positiva do mundo não fez, que se saiba, nenhuma vítima. No máximo, uma pessoa deprimida pode ter se sentido um pouco mais triste durante uma semana, mas a gritaria não pode ser explicada apenas pela questão ética ou pela promiscuidade entre acadêmicos e comerciantes. À medida que o apetite insaciável dos monopólios digitais vai sendo exposto ao público, nada impede que uma nova geração de inovadores venha cortejar o internauta cansado de ser tratado não como consumidor, mas como produto. ●

Lúcia Guimarães

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 6 de julho de 2014

A residência na língua

Jorge Edwards



Imagens do exílio profundo não abandonam os poetas nem no momento do regresso, constata escritor e exilado chileno

Reminiscências. O romancista em sua casa: memórias de outras vidas em Havana, Barcelona e Paris

O exilado

Não querer retornar e não poder retornar à própria terra não é a mesma coisa. Temos o direito de não querer retornar, mas ninguém pode nos impedir de fazer isso. O exilado chileno aprende muitas coisas na França, mas quando retorna ao Chile começa a se esquecer delas. Existe uma incapacidade quase universal de preservar o que vivemos e aprendemos no exílio.

A família

As pessoas rompem com a família, o núcleo original, normativo e repressivo, para existir; e retornam a esse mesmo núcleo para continuar existindo. O ódio pela família faz parte da tradição literária (André Gide). Será uma questão de um amor-ódio? Desde a tragédia grega, a família permanece uma fonte de inspiração inesgotável. O romance é frequentemente uma história de família. A sucessão das gerações acentua a sucessão temporal: os traumas dos ancestrais nunca param de nos assombrar. Sofremos o exílio por causa dos pecados que outros cometeram antes de nós.

A vida política

Durante minha permanência em Cuba como representante diplomático do governo de Salvador Allende, em dezembro de 1970, soube, ao cabo de três dias, que, se um regime semelhante se instalasse no Chile eu seria um dos primeiros a deixar o país. Depois do golpe de estado chileno, em setembro de 1973, decidi ficar em

Barcelona. Só regresssei ao Chile cinco anos mais tarde, quando se tornou possível escrever e mesmo publicar livros no país sem correr riscos excessivos, além dos que somos sempre obrigados a correr. Então, tornou-se possível trabalhar pela recuperação das liberdades públicas desde o interior do país.

Estou convencido de que a transição democrática foi principalmente um processo interno: uma história de perseguidores que resistiram e de perseguidos que se converteram, e que a gestação do golpe foi muito mais chilena do que se quer reconhecer. A CIA interveio seguramente, mas ela o fez de maneira inoportuna, desastrada, ineficaz. Também houve a ingerência de outros serviços secretos. O Chile tornara-se um laboratório, um campo de experimentação política. Mas acredito que todos se enganaram.

O exílio em Barcelona

Uma época inesquecível, repleta de conversações extraordinárias, de longos deslocamentos noturnos, personagens singulares, encontros surpreendentes. Lembro-me de Paco Rabal sentado à mesa com Madame Arthur num dos terraços da Avenida do Paralelo; de Carlos Barral tomando um uísque comigo e Juan Ajuriaguerra, o presidente do Partido Nacionalista Basco, que nos dava sua versão do fim da guerra da Espanha e nos falava de sua missão clandestina em Roma para salvar um destacamento de republicanos bascos cercado pelas tropas italianas. Uma Espanha oculta surgia repentinamente, uma forma de espiritualidade incorruptível. O amor pela liberdade estava no ar, era possível respirá-lo. Havia momentos únicos de cumplicidade, de reencontros. Era surpreendente constatar que o Chile, que fora um país de liberdade, de acolhida, seguia o caminho inverso: passava da democracia para a ditadura. O caminho do excesso não conduzia ao palácio da sabedoria, como diz um poema de William Blake, mas a seu oposto. A aventura política era muito mais perigosa do que a vida literária. Todas essas experiências alimentaram a escrita dos ensaios reunidos em

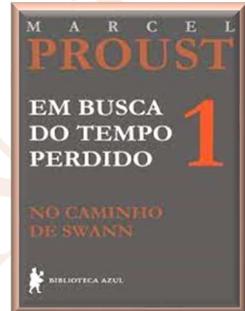


REFLEXÕES IX

Desde la Cola del Dragón, coletânea organizada e reescrita em 1977. O livro foi publicado em Barcelona, onde inclusive ganhou um prêmio, mas não foi distribuído no Chile – o medo da censura foi maior que a própria censura. No fim, o livro desapareceu por completo.

Paris

A Paris de maio de 1960, a da minha primeira permanência na cidade, há mais de meio século, fez com que eu passasse da literatura, de uma leitura recente de *Em Busca do Tempo Perdido* para um sonho de olhos abertos: as ruas, repletas de cenas irreais, de ruídos abafados, de rostos e de explosões repentinas de vozes, tinham a cor sépia de fotos antigas.



Encontrei Jean Cocteau num salão da Rue Vieille-du-Temple; Jean-Paul Sartre em frente a uma vitrine de Saint-Germain-des-Prés; Samuel Beckett, distraído, vesgo, desengonçado, caminhando por Montparnasse. Também cruzei com Buñuel em Montparnasse, encurvado, com um ar contrariado, segurando uma garrafa de leite. Passei pelo lugar no qual a avó do narrador de *Em Busca do Tempo Perdido* sofre seu primeiro acidente cerebral, e muitas vezes percorri a Rue de Grenelle, de Stendhal. Fora das invenções da memória, jamais consegui reencontrar essa primeira Paris. Os espaços se enriqueceram com a anexação de territórios adjacentes: o da velha e do papagaio de Flaubert na Normandie, o de algumas páginas de Colette, de Sartre, de Camus, de alguns romances esquecidos de Gide ou de Pierre Loti, de poemas e de prosas de André Breton, de galerias da Rue Vivienne em alguns contos de Julio Cortázar. Porque Paris pertence também a Julio Cortázar, a Julio Ramón Ribeyro, a César Vallejo, a Juan Emar e a todos nós.

O retorno ao Chile

Num poema famoso, Enrique Lihn escreveu: “Jamais deixei o horrível Chile”. Antes da crise de 1973, o Chile horrível era provinciano, cândido, distante, com aspectos sombrios e outros

amáveis. Um símbolo e um sintoma do Chile de então era o restaurante La Piojera, no bairro do mercado e da Estação Mapocho. Sentar-se à uma de suas mesas ao meio-dia de um sábado significava mergulhar no lodo primordial, no torpor e nos sonhos. O grupo surrealista Mandrágora, com toda sua extravagância, não era uma invenção, mas uma projeção da vida cotidiana de então. Em contraposição, o mundo do pinochetismo tinha horrores verdadeiros, que não tinham absolutamente nada de amáveis. Entrar num vagão do metrô silencioso, lotado de gente que transpirava medo, era uma experiência sombria. Conheci recentemente uma sobrinha de Eduardo Molina Ventura. Seu tio, que apelidamos de “o pequeno Molina”, ou “o poeta Molina”, era um poeta sem poemas, um leitor onívoro³¹, um fabulador. Gostava de pontificar no balcão de La Piojera. Um dia, ganhou uma bolsa e pus à sua disposição um espaço na residência da embaixada chilena em Paris. Mas os militares chegaram e o puseram para fora, embora seu pai fosse brigadeiro. A sobrinha me contou que ele foi excluído da família porque era poeta e sem dinheiro, e ela só tivera conhecimento de sua existência recentemente.

A literatura francesa

Para mim a literatura francesa foi antes de tudo Rimbaud, Baudelaire, Proust. Descobri uma linguagem que se bifurcava, preenchendo interstícios mentais, colocando questões e insinuando respostas opacas, difíceis de ser interpretadas.

Montaigne veio um pouco mais tarde iluminar o espaço, superar a má consciência, trazer a alegria de manusear uma linguagem liberta de certezas acadêmicas. Mas, bem no início, houve uma experiência de leitura juvenil, exaltada: Léon Bloy. Lembro ainda com emoção da raiva justiceira de Léon Bloy que escorraça com rudeza os mercadores do templo e faz voar pena por toda parte.

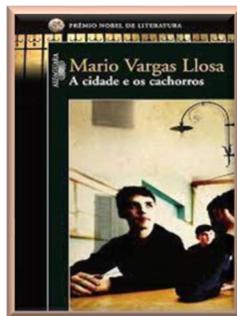
Paris e a literatura latino-americana

A Paris de Rubén Darío, de Julio Cortázar e de Mario Vargas Llosa,

³¹ **Onívoro**: que absorve, consome ou devora tudo.

REFLEXÕES IX

de Julio Ramón Ribeyro, mudou enormemente. É bem possível que não exista mais. Hoje, há uma indiferença recíproca, uma perda da curiosidade intelectual. Antigamente, Samuel Beckett chegava ao La Coupole, olhava por todos os lados com seus óculos grandes e, se alguém acenava para ele de uma mesa, entrava. Hoje, é preciso comer em 45 minutos, pagar, e deixar a cadeira para o próximo cliente. É um sistema de cadeiras quentes. Nenhum Beckett, Ionesco ou Cortázar ousaria aventurar-se nesse labirinto. Léon Bloy fugiria, alarmado. Enrique Linh seria proibido de entrar.



alarmado. Enrique

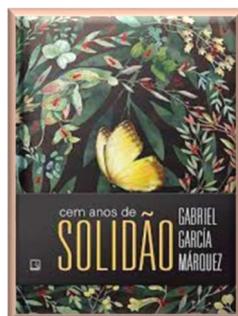
Romances escritos no exílio

A Cidade e os Cachorros, de Mario Vargas Llosa: um romance de formação escrito a distância, sem preconceitos escolares nem familiares, com o ódio pelo pai e a perplexidade diante das figuras paternas substitutas. O Jogo da Amarelinha, de Julio Cortázar: um poema da Paris da distância, da ausência. Galerias de Buenos Aires que desembocam nas da Rue Vivienne. Leio um romance recente de outro exílio argentino (Le Bleu des Abeilles, de Laura Alcoba) e reencontro cruzamentos semelhantes, oníricos, de galerias de Buenos Aires e de Paris. Cem Anos de Solidão, de Gabriel García Marquez: o exílio permite inventar uma cidade de Macondo que se superpõe à outra, a da infância e da família.



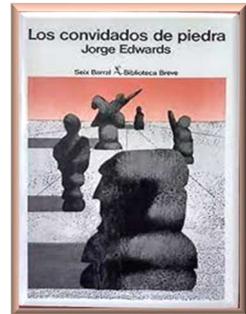
Os Convidados de Pedra, de Jorge Edwards: a juventude, a rebelião, a ruptura, lembranças convocadas após o exílio.

Pablo Neruda



REFLEXÕES IX

A lírica hermética de Neruda, pai do surrealismo, termina com a Terceira Residência. Era um Rimbaud do sul do mundo que, em lugar de parar de escrever, adotou outra forma de escritura, intencional, preocupada em mudar o mundo e não a vida. Mais tarde, tentou reencontrar a poesia, mas ela lhe escapou, se dissimulou, fez com ele brincadeiras de mau gosto.



Em certas odes elementares, encontramos humildes tentativas de recuperação. Podemos restringir o domínio da poesia, delimitar seu campo, reduzi-la à órbita de uma letra do alfabeto, à esfera cósmica de uma cebola, a um caldo de peixe numa panela de barro? Em alguns poemas do fim, na Geografia Infrutífera, por exemplo, o tempo não inteiramente reencontrado dos campanários e das planícies da Normandia, dos rios do sul do Chile, da chuva de Temuco, tornam-se grandes e enigmáticas presenças. Residência na Terra é um excelente título para definir o exílio. Residência na Terra ou melhor Residência na Língua: a solidão em meio a línguas estrangeiras, nativas ou colonizadoras. Esses “ingleses que ainda odeio”, os administradores da antiga Birmânia, essa “maliciosa” personagem do Tango do Viúvo, inglesa durante o dia, birmanesa, “garota de pés pequenos e com um grande charuto” a partir do anoitecer. As imagens de um exílio profundo, semelhantes à memória profunda dos surrealistas, jamais abandonam os poetas. Nem mesmo no momento do regresso.

Alguns mitos franceses

O índio com as plumas (o bom selvagem, o meteco sul-americano), o último tango, Valparaíso. Muitos mitos franceses são invenções latino-americanas e inversamente. A França como um todo e Paris são mitos sul-americanos. Essa doença, que Joaquin Edwards Bello chamava de “parisite”, afetou grande parte do mundo. Para conhecer os lugares-comuns mais difundidos relativos à França é preciso ler o Dicionário das Ideias, de Gustave Flaubert. Certos personagens romanescos franceses são grandes campeões de lugares-comuns (Homais, Monsieur de Norpois, Madame

Verdurin). O lugar-comum serve para dar destaque à bobagem dos outros, exorcizá-la, rechaçá-la de nossos corpos coletivos.

Alguns mitos chilenos

Pablo Neruda e Salvador Allende atingiram as proporções de um mito. Não mais contamos as ruas e as praças, pelo menos na França e na Berlim antes da queda do Muro. Ninguém foi tão longe nesse campo. Roberto Bolaño hoje se encontra entre o mito e a moda, indubitavelmente mais próximo da moda. Fora disso, não resta mais grande coisa, se não for a cordilheira, o mar do sul, os tremores de terra.

O papel do intelectual

Gabriela Mistral disse a respeito de outro grande poeta que ele era a mosca que incomoda o cavalo em sua sesta e o obriga a defender-se agitando a cauda. Ao mesmo tempo inconveniente e provocador. A inconveniência é necessária, a provocação sempre salutar. ●

Jorge Edwards: escritor e diplomata, nasceu em Santiago do Chile em 1931. Com mais de 20 livros publicados, em 1999 conquistou o Prêmio Cervantes. Artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** no dia 28 de junho de 2014

Vozes de lá e de cá

Ariel Dorfman



Pablo Neruda fazia seus poemas com força visceral, mas os recitava como se estivesse em um repouso infinito, numa perpétua despedida

Memória. 'Jamais esquecerei o conselho do poeta: de nada serve esconder quem se é'

Há 110 anos, em 12 de julho de 1904, o mundo escutava pela primeira vez a voz do recém-nascido que algum dia se chamaria Pablo Neruda. Bem, o mundo não: os que ouviram aquele vagido do futuro poeta foram a parteira e a mãe do menino, que foi batizado com o nome inverossímil de Neftalí Reyes.

É essa voz que desejo evocar agora neste aniversário mais que centenário, um enigma e uma mensagem que se escondem nas profundezas da fala tão especial e inesquecível de Neruda.

Não fui amigo do poeta. Conheci-o quando eu era adolescente, muito de passagem: diversas visitas com outros estudantes a sua lendária casa de Isla Negra, algumas ocasiões em que topei com ele em apartamentos de amigos comunistas de meus pais, um par de palavras de admiração e agradecimento trocadas depois de um recital. Em cada uma dessas oportunidades eu pude ouvi-lo, às vezes de maneira superficial, outras, mais extensamente, declamar seus versos.

E o que mais me chamou a atenção, quase de imediato, era como a sensualidade vulcânica da torrente de suas palavras escritas contrastava com a monotonia quase tediosa, um zumbido sem ênfase e sem graça com que o autor insistia em enunciar sua obra. Era como se uma tartaruga procurasse relatar a corrida alucinante de uma lebre, passo a lento passo, palavra após calmante palavra, sem a menor paixão, num ritmo sonífero. Aqueles versos tão sutis, caudalosos, desatados, sacudidos entre respirações e soluções,

REFLEXÕES IX

mereciam, assim eu pensava, uma encarnação sonora equivalente, igualmente dramática e opulenta.

Como poderia o criador de uma lírica que me estremecia, me inspirava e me cadenciava na solidão, no amor e na luta colocar-se a tanta distância da emoção que suscitava? Era algo que discuti com prazer com minha noiva e futura mulher, Angélica, para quem li, justamente, *Los Versos del Capitán*, os *Veinte Poemas de Amor* e as *Residencias* porque ela incorporava, para mim, tudo que era belo e bendito e afluente no universo.

Tivemos finalmente ocasião de desvelar o mistério da voz de Pablo certa tarde em meados do inverno chileno de 1964. Nessa época eu estudava literatura nas aulas e embaixo das árvores do Instituto Pedagógico da Universidade do Chile, a mesma faculdade de humanidades onde Neruda havia feito seus estudos. Por isso, não foi difícil convencê-lo a fazer uma apresentação em sua antiga casa, como parte da campanha presidencial de Salvador Allende (que ainda demoraria seis anos para triunfar e se colocar à frente do Chile).

Na época, eu era, com meus fogosos 22 anos, o chefe dos allendistas do Pedagógico e como tal me coube, com Angélica, buscar o grande poeta que havia prazerosamente aceitado nosso convite. Neruda e sua mulher, Matilde, viviam, quando em Santiago, num apartamento do bairro de Bellavista, o mesmo onde velariam, nove anos depois, seus restos em meio a uma inundação desatada pelos militares de Pinochet, pensando que com isso imporiam outra humilhação ao maior poeta do Chile. Mas essas tristezas tremeluziam num futuro remoto e inconcebível, e a conversa com Pablo e Matilde versou sobre outras coisas.

Neruda havia estipulado uma condição para comparecer ao recital: ele estava mal de uma perna e caminhava com a ajuda de bengala; seria imprescindível, portanto, ir buscá-lo de carro. Não tendo veículo próprio, recorri a meu pai diplomata, dono de um imenso oldsmobile, carro muito luxuoso para o Chile da época.

Neruda gostava de objetos bonitos, quer eles fossem figuras de proa de barco ou garrafas cheias de pedras belíssimas de todas as

REFLEXÕES IX

latitudes do mundo, e também, embora não creia que guiasse, dos elegantes carros americanos dos anos 1960. Por isso ele ficou muito contente com o de meu pai, apesar de estranhar que um estudante como eu pudesse contar com semelhante carruagem. Eu lhe expliquei como havia conseguido o veículo, acrescentando que tinha vergonha de chegar à universidade em algo tão opulento, o que me fez escondê-lo muitas vezes a vários quarteirões de distância para que os outros estudantes não zombassem de mim e de minhas origens “burguesas”.

Jamais esquecerei o sorriso de Neruda e seu conselho de que de nada servia esconder quem se era. Os únicos mistérios que vale a pena ocultar de olhos alheios, ele disse, são os mistérios das origens da própria criatividade, o que nós temos no mais íntimo. E passamos a falar de temas mais agradáveis e menos graves: o Nobel possível, os vaivéns políticos do momento e, como não, de assuntos culinários. Angélica, cujo pai era amigo de Neruda, o havia visto várias vezes devorando umas enguias ao fogo brando no Restorán Miraflores, em Santiago. Ao comentar isso com o poeta, ele nos confidenciou a receita do prato, acrescentando que o mar não servia apenas para inspirá-lo com suas ondas e sua luz, mas era também uma fonte infinita de sabores e prazeres.

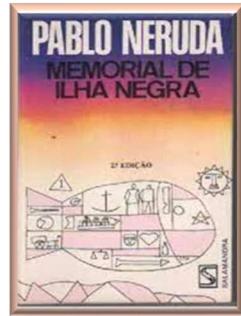
Eu me lembro de que quase lhe perguntei, com juvenil atrevimento, sobre sua voz, por que não lhe dava mais efusão e arrebatamento em suas leituras públicas. Mas por uma vez soube morder minha impertinente língua. Meu silêncio foi recompensado pouco depois, quando Angélica e eu pudemos, com várias centenas de revolucionários imberbes, ouvir seu feitiço poético.

Com efeito, o vate³² nos ofertou uma enfiada monocórdica e minguada, quase flácida, de palavras que, escritas eram carnavais e ardentes. Como as ondas de um lago num dia sem vento, uma e outra e outra, cada uma expressada como se não houvesse diferença, nem turbulência nem matizes.

³² **Vate**: aquele que cria ou escreve poesia; poeta.

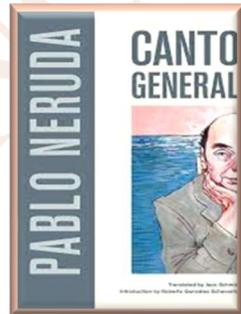
REFLEXÕES IX

Neruda nos presenteou durante uma boa hora e meia com uma seleção de seus versos mais conhecidos, além de vários inéditos que estava a ponto de publicar, seu Memorial da Ilha Negra. Um dos poemas chamava-se Insônia, título de que me lembro muito bem porque eu padecia do mesmo fenômeno e me fazia naquela época, e ainda agora, a mesma pergunta da primeira estrofe:



No meio da noite me pergunto, que acontecerá com o Chile? Que será de minha pobre pátria sombria?

Mas o mais crucial desse recital veio ao final, quando compreendi, de imediato, a razão profunda, de raízes obscuras, que animava o estilo declamatório de Neruda. Foi quando ele repetiu algumas estrofes do Canto Geral, provenientes de A Terra se Chama João, especificamente um poema que se articulava desde a perspectiva de Margarita Naranjo, uma



mulher das minas de salitre de quem, em 1948, a polícia do presidente González Videla sequestrara o marido, Antônio. Margarita havia começado uma greve de fome que não terminaria, Neruda disse, até que lhe devolvessem seu homem. Em vez do amado, o protesto lhe trouxe a morte, da qual Neruda a fazia falar como se estivesse viva, de dentro e debaixo do deserto onde estava enterrada. Estou morta, eram as palavras iniciais do poema. E concluía:

Agora,

aqui estou morta, no cemitério do pampa

não há senão solidão em volta de mim, que já não existo,

que já não existirei sem ele, nunca mais, sem ele.

Absorvendo aquelas palavras ali, na Universidade do Chile, presenciando como Neruda se fazia de médium e intermediário do

REFLEXÕES IX

fantasma de uma mulher desamparada e desaparecida, tive uma revelação que ainda hoje me acompanha e consola, 50 anos depois. Compreendi que Neruda, ao escrever seus poemas, não podia ser mais inspirado, vital, vibrante, visceral. Mas, ao recitá-los, o fazia de um repouso infinito, como se estivesse perpetuamente se despedindo, se expressando do além, como se, à maneira de Margarita Naranjo, já estivesse morto. A voz com que pronunciava cada palavra não queria interferir em nossa apropriação, não queria influir no que cada leitor e ouvinte faria com esse presente, nos estava dando permissão para que fizéssemos nosso som.

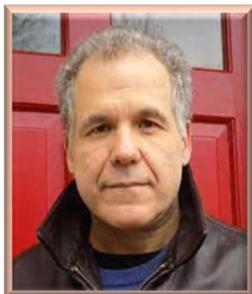
Creio, quero crer, que Neruda estava nos preparando para um tempo em que ele não estivesse vivo, em que só disporíamos das palavras que nos deixou para recordá-lo. Com Margarita Naranjo e todos os mortos da humanidade ele nos estava dizendo então, e agora, cem anos depois de seu nascimento, aqui estou, na solidão do cemitério, e já não existo, somente existo se você e você e você me fizerem companhia, me mantiverem vivo como naquele dia longínquo em que minha mãe escutou pela primeira vez minha voz nascida para aplacar a dor da terra e da eternidade. Só existo se Vocês me derem nascimento. ●

Ariel Dorfman: escritor chileno, autor, entre outros livros, de *Entre sueños y raidores: un strip-tease del exilio*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 12 de julho de 2014

Gênio desesperado

Lee Siegel



Se o riso é prova da existência de Deus, então o suicídio de Robin Williams prova, para muitos, que Deus está morto

A cultura muda com tanta rapidez nos dias atuais que o que há pouco eram trivialidades sobre a natureza humana hoje surpreendem muita gente como *insights* originais. A revelação de que Robin Williams, que se enforcou na semana passada, era um gênio cômico com um coração desesperado não fez

a maioria das pessoas lembrar aquele velho truísmo³³ sobre as lágrimas de um palhaço. Aqui nos Estados Unidos, ao menos, o fato de que um homem tão divertido pudesse ser também um homem tão triste provocou uma comoção geral.

A bem da verdade, porém, a morte súbita de Williams foi um choque. Durante décadas, espectadores fugiam dos próprios desesperos para as transfigurações da realidade brilhantemente divertidas de Williams. O riso é muitas coisas – uma delas, claro, a *catarse*³⁴ que aplaca nossa própria dor. A revelação de que esse homem engraçado estava desesperado e no fim se rendeu ao desespero chocou profundamente muitas pessoas. Se, como alguém já disse, o riso é prova da existência de Deus, então o suicídio de Robin Williams teve para muitos o efeito de provar que Deus está morto.

³³ **Truísmo:** verdade incontestável ou evidente por si mesma.

³⁴ **Catarse:** liberação de emoções ou tensões reprimidas, comparável a uma ab-reação (ab-reação = descarga emocional) pela qual um indivíduo se liberta do afeto que acompanha a recordação de um acontecimento traumático [Pode ser provocada, por exemplo, por hipnose, ou ocorrer de forma espontânea no decorrer do processo psicoterápico.]

REFLEXÕES IX

Isso parece um exagero de proporções operísticas, mas não creio que haja, ou que tenha havido – não desde o *Vagabundo* de Chaplin, ao menos – um comediante que tenha expressado tão poderosamente a alma da vida ordinária. Pessoas que o conheceram agora trouxeram lembranças de Williams, uma delas a de que, quando não estava atuando – o que ele sempre parecia estar, mesmo fora da tela e do palco –, ele falava com uma voz baixa e trêmula que parecia à beira das lágrimas.

Williams foi muitas vezes acusado de ser um ator sentimental, mas o que tornou o *Vagabundo* imortal foi precisamente a aura de sentimentalismo que Chaplin emprestou a seu personagem. Alguém já definiu sentimentalismo como a emoção que é excessiva para a ocasião. Para a maioria das pessoas, contudo, a real natureza da vida, o fato de toda vida terminar em doença e morte, e de a alegria ser limitada por inevitável tristeza significa que nenhuma emoção pode ser excessiva nessa particular ocasião conhecida pelo nome de existência humana. As pessoas sofisticadas e prósperas, protegidas como são das estocadas da vida, vivem numa aceitação mais ou menos fácil das tristezas. Mas a grande massa de seres humanos não tem nada que a proteja das agruras. Para ela, a resposta sentimental é uma resposta realista.

Williams parecia incapaz de aceitar os parâmetros dolorosos da vida. Segundo alguns que lhe eram próximos, a constatação da mortalidade começou a pesar cada vez mais no comediante e ator de 63 anos. Ele parecia não superar a morte do amigo e inspirador Jonathan Winters, comediante que morreu em abril aos 87 anos. Não surpreende saber quanto era generoso com seu tempo e seu dinheiro, contribuindo para causas tão variadas como a pobreza e a aids pediátrica. Certa vez, passou um dia inteiro com uma criança que estava morrendo e pediu para conhecê-lo.

A religião abrange o arco todo da existência, olhando de maneira resoluta a tragédia da vida e respondendo a ela ora com um saber consolador ora com sentimentalismo, a depender de nosso ponto de vista. Williams tinha uma personalidade religiosa. Ele foi atraído repetidas vezes para retratar personagens em histórias que cobriam toda uma existência, às vezes o arco da vida de toda uma civilização.

REFLEXÕES IX

Em seu primeiro grande papel dramático, T.S. Garp em *O Mundo Segundo Garp*, ele faz um homem da mocidade à idade adulta; e em seus minutos finais, depois de ser mortalmente baleado por alguém, Garp se lembra de ter sido atirado no ar pela mãe quando era bebê enquanto era transportado de helicóptero para um hospital. Do nascimento à morte e de novo ao nascimento. Esse era o território artístico e a obsessão pessoal de Williams.

Outros papéis parecidos se seguiram, alguns realistas, alguns fantásticos. Williams foi Hector em *Segredos da Vida*, um homem que é reencarnado em uma época histórica após outra e passa por todas as estações da vida. No lacrimoso ficção científica *O Homem Bicentenário*, ele faz um robô que vive para assistir à morte de incontáveis pessoas pelas quais se afeiçoou. Mesmo num papel mais realista como Adrian Cronauer, o frenético e desafiador DJ em *Bom Dia, Vietnã*, ele parece um pequeno deus tragicômico que preside e comenta com cáustico pesar os ciclos de vida terminais dos soldados que o cercam.

Para mim, o papel definidor de Williams, e aquele que melhor explica sua essência como artista, talvez até como pessoa, foi o de Tommy Wilhelm na versão cinematográfica de 1986 da excelente novela de Saul Bellow *Aproveita o Dia*. Foi apenas o quinto filme de Williams, e ele o fez quando estava com 33 anos. Vindo depois de uma comédia, *Os Sobreviventes*, e uma comédia dramática, *Um Russo em Nova York*, fazer Tommy Wilhelm foi uma mudança estranha para Williams em sua carreira. Apesar do corajoso desempenho dramático como Garp, ele ainda era visto como comediante e ator cômico.

Na mente do público, continuava sendo Mork, o benquisto extraterrestre frenético que interpretou de 1978 a 1982 na bem-sucedida série de televisão *Mork and Mindy*. Tommy Wilhelm foi uma história completamente diferente. O Wilhelm de Bellow é um ator fracassado de meia-idade que está enfrentando um divórcio e uma crise financeira, sem ter quase nada em seu nome. Ele é, aos olhos da sociedade, um perdedor e um fracassado. Mas Bellow também compara explicitamente Wilhelm a Buda e a Cristo. Wilhelm é a investigação de Bellow de qual poderia ser o destino de

REFLEXÕES IX

um homem que decide viver, numa sociedade capitalista, guiado por seus sentimentos e não por seu intelecto racional. Pois Wilhelm é um homem bom, que numa sociedade diferente poderia ser considerado um sucesso por sua humanidade. Mas numa América capitalista essa humanidade, profundidade de sentimentos e empatia de nada servem. Ele é um fracasso absoluto. Williams interpreta Wilhelm com um desespero cômico tão natural que se tem a impressão de que ele quase não está interpretando. É *um tour de force* epifânico³⁵. Sente-se que o próprio Wilhelm é um homem antieconômico, o homem que vive guiado por seus sentimentos, suas emoções, e não pelo intelecto calculista. Não sei o que o próprio Williams achava do filme, ou de seu desempenho nele, mas três anos depois, em *Sociedade dos Poetas Mortos*, ele faz um professor de inglês iconoclasta numa escola particular de elite, que exorta constantemente seus alunos a “aproveitem o dia”.

Parece-me que seu desempenho como Tommy Wilhelm era afinado aos sentimentos de Williams. E parece-me que alguém que vive se sentindo só acabará tendo um final infeliz.

Mas a universalidade do sentimento, ao contrário dos efeitos divisores do intelecto – o intelecto discrimina, calcula, individualiza; a emoção cega e nivela – é uma premissa fundamental da vida democrática. O sentimento universal era o evangelho de Walt Whitman. Criatura extremamente sensível, Williams foi o homem democrático por excelência. A vitalidade compulsiva com que entrava em qualquer tipo social ilustrava isso.

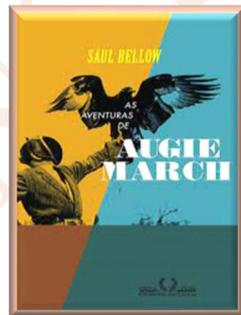
Em uma apresentação de *stand-up* ele podia passar de um imigrante porto-riquenho a um aristocrata britânico em um nanossegundo. Era extraordinário – como observar o demônio de Sócrates em ação. A necessidade passional que Williams tinha de retratar dramaticamente todo o espectro da vida biológica de um indivíduo – como se com isso ele pudesse derrotar a morte –

³⁵ **Epifania:** é um sentimento que expressa uma súbita sensação de entendimento ou compreensão da essência de algo. Também pode ser um termo usado para a realização de um sonho.

REFLEXÕES IX

encontrou seu corolário em sua necessidade passional de se transformar em todos que ele encontrava, qualquer que fosse sua origem étnica ou social – como se com isso pudesse vencer sua solitária e irreversível finitude humana.

Williams era o indivíduo empático por excelência, e, talvez tenha sido a empatia que o matou e não seu desespero com o diagnóstico recente de Parkinson. William James escreveu que se alguém pudesse, mesmo por um segundo, ficar consciente de tudo que estivesse se passando ao redor, sua cabeça explodiria. Saul Bellow estava cobrindo um terreno parecido quando, no começo de seu romance *As Aventuras de Augie March*, escreveu que “todo mundo sabe que não existe precisão ou apuro na supressão; se você corta uma coisa, acaba amputando o que está ao lado”. Williams parecia compelido a permitir que tudo que se passava ao redor entrasse na sua consciência. E parecia recusar-se a cortar qualquer impulso por temer que isso inibisse um impulso ao lado.



Ele era desamparadamente vicário³⁶. Sua personificação de uma mulher em *Uma Babá quase Perfeita* tem um poder dionisíaco, quase ritualístico. É o tipo de coisa que se esperaria de um xamã em sociedades primitivas. Se interpretar Tommy Wilhelm, ou Parry, um homem sem-lar possivelmente psicótico em *O Pescador de Ilusões* preencheu a necessidade de Williams de se mover verticalmente pelas classes sociais da sociedade, fazer Euphegenia Doubtfire foi a expressão de sua necessidade de se mover horizontalmente por gêneros – em suas rotinas de *stand-up*, ele manteve o movimento horizontal e habitou quase toda raça, religião e tipo étnico existente.

Euphegenia Doubtfire, nome ficcional da personagem, poderia perfeitamente ter sido o verdadeiro nome do espírito de Williams. Em grego antigo, o primeiro nome poderia significar algo como

³⁶ **Vicário:** que substitui outra coisa ou pessoa.

REFLEXÕES IX

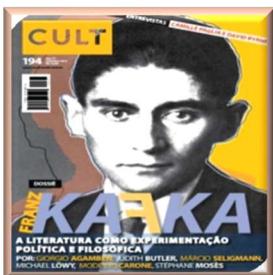
“pessoa boa, de estirpe forte”. Como a maioria das pessoas intimamente ligadas ao riso, Williams conhecia as agruras da vida e por isso valorizava a importância da bondade, da gentileza. E como todos os gênios, era simultaneamente roído por dúvidas e exaltado com seu talento. Na verdade, há apenas duas coisas que se pode fazer quando se nasce um Robin Williams – isto é, se você vem à Terra não como um humano entre humanos, mas como um extraterrestre nunca à vontade com os limites da mortalidade. Pode-se rir ou pode-se chorar, e com sorte e empenho, pode-se fazer as duas coisas ao mesmo tempo; e depois fazer disso a obra de sua vida. ●

Lee Siegel: escritor e crítico cultural americano, colaborador do NYT, The New Yorker e The Nation. Autor de *Você Está Falando Sério?*

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 17 de agosto de 2014

Pastores brasileiros usam psicanálise para cativar fiéis evangélicos

Amanda Massuela



Por meio do estudo das teorias de Freud, religiosos tentam aumentar o rebanho e o dízimo

Fieis tiram fotos em frente ao Templo de Salomão, sede mundial da Igreja Universal do

Reino de Deus, em São Paulo



Numa noite chuvosa de quarta-feira, desci do ônibus na Rua Brigadeiro Luís Antônio, região central de São Paulo, quase em frente a uma das unidades da Igreja Universal do Reino de Deus situadas na capital paulista. No portão, uma senhora e dois jovens distribuía exemplares da Folha Universal, periódico evangélico que circula semanalmente por todo o País há vinte e um anos. Ela estendeu o jornal e convidou-me a voltar “qualquer dia desses para conhecer a palavra de Deus”. Respondi que estava prestes a fazer isso. “Entre que o Senhor vai te abençoar, querida”, disse sorrindo. Entrei.

O salão, muito amplo, ainda estava vazio. Algumas crianças corriam de um lado para o outro e uma música ambiente melancólica ecoava das caixas de som. Ocupei uma das cadeiras ao fundo e, antes que pudesse me dar conta, quando o pastor alcançou o púlpito alguns minutos depois, quase todos os assentos já estavam tomados por pessoas de todas as cidades. Acompanhado por um jovem no teclado, ele iniciou a pregação enquanto os fiéis sibilavam suas orações de olhos apertados e braços estendidos para o alto. “Conversem com Deus, não tenham vergonha da pessoa que está ao seu lado”, incentivava aos gritos ao microfone. O relógio se

aproximava das oito da noite.

Como eu descobriria mais tarde, aquele era o dia de “cuidar do espírito”. Depois de ler um trecho da Bíblia (João 1:3) e de explicar didaticamente cada passagem, o pastor afirmou que quando ele mesmo decidiu “se apresentar como filho de Deus e se batizar nas águas”, livrou-se de doenças do espírito. O mesmo aconteceria àqueles que escolhessem tomar o seu exemplo e seguir pelo mesmo caminho.

A Universal do Reino de Deus é a maior entre as igrejas neopentecostais existentes no Brasil. Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela reúne mais de 1,8 milhão de fiéis espalhados por todas as regiões do País. Fundada em 1977 pelo bispo Edir Macedo num subúrbio do Rio de Janeiro, faz parte do movimento das igrejas evangélicas surgidas no final dos anos 1970, que se distanciam do pentecostalismo tradicional, principalmente porque pregam a prosperidade como via de aproximação com Deus.

Naquela quarta-feira à noite, perdi as contas de quantas vezes o pastor evocou a imagem do diabo para representar todos os males existentes na Terra. Mas num momento específico, ele decidiu falar sobre males mais concretos, muito contemporâneos, e comumente associados a tratamentos psicoterápicos, psicanalíticos ou mesmo psiquiátricos: o medo e a síndrome do pânico. “Grande parte das igrejas neopentecostais se pretende especializada no cuidado de três conhecidos ‘problemas’ humanos: a saúde, o amor e o dinheiro”, diz o psicanalista Wellington Zangari, doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e vice-coordenador do Laboratório de Psicologia Social da Religião do Instituto de Psicologia da USP. “Para alguns pastores, não importa se existem médicos, psicólogos e outros profissionais de saúde para lidar com questões de doença. Há sempre uma interpretação bíblica para oferecer e vender saúde”.

O psicanalista enxerga nas religiões contemporâneas uma nova vertente do sincretismo, o “sincretismo de atribuição de causalidade”, na qual as causas dos sofrimentos humanos podem ser compreendidas “ao gosto do freguês” – psicanaliticamente,

psiquiatricamente, historicamente. “É quase como se os pastores dissessem: ‘Sim, você pode estar sofrendo porque há um problema na transmissão de serotonina em seu cérebro ou porque você não resolveu adequadamente o Édipo, mas aqui a cura é feita por Deus e, portanto, é muito mais poderosa!’” Mas ele assinala que tal postura não é compartilhada por parte considerável das igrejas evangélicas históricas.

A estratégia das igrejas neopentecostais e de seus pastores, segundo Zangari, tem sido a da assimilação, reinterpretação e incorporação dos diversos discursos presentes na cultura. Inclui-se aí o discurso da psicanálise, que cada vez mais é objeto de estudo por parte dos próprios pastores evangélicos – tanto neopentecostais, quanto pentecostais: batistas, presbiterianos e metodistas. “O diabo e a repressão convivem amistosamente, lado a lado. As figuras nosográficas³⁷ da psiquiatria e da psicanálise, como a depressão, a melancolia e a fobia, são recebidas de braços abertos e ‘tratadas’ à luz de uma leitura particular do evangelho”, afirma.

Psicanálise no templo

Izilmir Finco é pastor batista desde 1986, quando começou a atuar como missionário em Prado, na Bahia. Hoje, Izilmir trabalha na Igreja Batista de Eldorado (IBEL), em Serra, no Espírito Santo, e é filiado à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil (OPBB). Em 1998, formou-se em Psicanálise pela Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB), criada em 1996 com a missão de popularizar e disseminar a psicanálise por todos os cantos do País. “Foi uma experiência muito enriquecedora e sou grato pela oportunidade que tive. A SPOB foi pioneira no Brasil na modalidade de formação de psicanalistas e deu a chance a muitas pessoas, assim como eu, de conhecer a psicanálise e seu valor na clínica, para ajudar as pessoas”, diz.

³⁷ **Nosografia:** assim nasceu a definição moderna da neurose, que permitiu construir uma NOSOGRAFIA pela negativa, incluindo em seu campo o domínio das doenças para as quais a nova medicina anátomo-patológica não encontrava nenhuma explicação orgânica.

REFLEXÕES IX

A psicanálise não é uma profissão regulamentada, ou seja, não existem cursos universitários especializados na prática criada por Sigmund Freud, tampouco leis que guiem especificamente seu exercício. A formação tradicional de um psicanalista passa pela graduação em Psicologia ou Medicina e pela associação a alguma sociedade psicanalítica, além da análise em si.

Na Sociedade Brasileira de Psicanálise, a primeira a ser criada na América Latina, em 1927, tal formação é oferecida somente a médicos e psicólogos registrados nos respectivos conselhos regionais, e a aceitação de profissionais graduados em outras áreas do conhecimento fica sob a responsabilidade de uma Comissão de Ensino. Se aprovado, o pretendente deve se submeter a cinco anos de análise – com frequência mínima de quatro sessões semanais – além de realizar 160 seminários obrigatórios e atender a dois pacientes adultos ao menos quatro vezes por semana sob supervisão de um analista membro da sociedade.

Nem todas as sociedades psicanalíticas, no entanto, disciplinam a frequência e a duração da análise pessoal do analista em formação. “É da natureza da própria psicanálise certa dose de indeterminação no ritmo e na duração de um tratamento, que pode se estender por vários anos”, comenta Gilson Iannini. É o caso das escolas inspiradas no ensino de Jacques Lacan, como a Escola Brasileira de Psicanálise, fundada em 1995. “Também não há diplomas ou carteirinhas que atestem que alguém é psicanalista. Trata-se de um processo mais longo, sinuoso e exigente do ponto de vista do engajamento subjetivo. Isso porque não se trata apenas de uma formação intelectual ou do domínio de uma técnica”. Mas, sendo livre a formação psicanalítica, entidades paralelas, como a Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil, oferecem cursos livres a qualquer interessado, como o pastor Izilmar Finco. Atualmente, a Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil é a maior sociedade de psicanalistas da América Latina.

Em seus 18 anos de existência, concluiu mais de cem turmas em todos os estados brasileiros e formou cerca de três mil psicanalistas. O único pré-requisito para participar dos cursos é ter um diploma de graduação, seja ele qual for. Em dois anos, depois de participar

REFLEXÕES IX

de aulas duas vezes por mês e realizar 80 sessões de análise, o aluno recebe seu diploma de psicanalista.

A procura do curso por pastores evangélicos e líderes religiosos é intensa. Para o pastor Izilmar, se um religioso deseja desenvolver um bom ministério pastoral, ele precisa acumular uma série de conhecimentos, além da teologia: “Claro que a área da psique é uma delas. O pastor precisa se conhecer bem e saber como conhecer o outro”. Com o auxílio da psicanálise ele afirma não atribuir tudo a questões espirituais. “Uma abordagem correta do problema é o primeiro passo para ajudar a encontrar a solução e a cura.”

Em 1927, Freud publicou um ensaio intitulado *O Futuro de uma Ilusão*, no qual afirma ser a religião “a neurose obsessiva universal da humanidade”, culpada pela decadência intelectual de parte dos seres humanos. Não seria então contraditório tentar conciliar religião e psicanálise? O pastor Izilmar acredita que não. “Não podemos negar o conhecimento ou os benefícios que a psicanálise trouxe para nós, desmistificando muitas coisas. Também de forma alguma podemos negar a fé e principalmente a fé em Jesus Cristo”, diz.

Gildásio dos Reis, pastor da Igreja Presbiteriana do Parque São Domingos, em São Paulo, e docente no Centro de Educação, Filosofia e Teologia (CEFT) da Universidade Presbiteriana Mackenzie, afirma que teologia e psicanálise partem de pressupostos completamente diferentes. Por isso, não acredita ser honesto um pastor evangélico “atender pacientes utilizando acriticamente uma técnica que diverge sob muitos aspectos da fé cristã”. “Quando eu clinicava, há dez anos, deixava claro aos pacientes sobre minha fé e dizia que, no tratamento, iria fazer uso da teologia para ajudá-los.”

Quando os assuntos tratados passavam por questões como adultério, homossexualidade, aborto ou “qualquer comportamento que, à luz dos ensinamentos bíblicos, são considerados errados”, Gildásio utilizava-se dos princípios bíblicos “para orientar melhor os pacientes”. “Tínhamos um contrato analítico sobre isso”, diz.

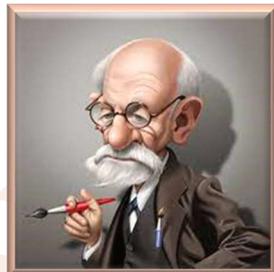
Sérgio Laia, analista membro da Escola Brasileira de Psicanálise e

REFLEXÕES IX

professor, há mais de trinta anos, do curso de Psicologia da FUMEC, em Belo Horizonte, enxerga também um problema conceitual na aliança entre as duas práticas: “A perspectiva de Freud era a de que a religião está para a civilização assim como a neurose está para o indivíduo. É dessa forma que a psicanálise lida com a religião – e uma pessoa que pratica uma atividade religiosa dificilmente aceitaria esse tipo de definição”.

Sigmund Freud, o criador da psicanálise

“Ouvi de um dos meus professores uma frase de que nunca me esqueci: ‘Não há incompatibilidade entre verdade e verdade’. O que é verdade na psicanálise não anula as verdades do cristianismo”, lembra o pastor Izilmar.



A frase ouvida por ele durante o curso de psicanálise é de autoria do Dr. Heitor Antônio da Silva, um dos fundadores da Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil. Ele me repetiria a máxima alguns dias depois, quando nos falamos pelo telefone. “Não existe incompatibilidade alguma entre psicanálise e religião, pois se a psicanálise é uma verdade, ela tem que ser compatível com qualquer ciência. Se a religião é verdadeira, ela também terá que ser compatível com qualquer ciência”, explica Heitor, que além de psicanalista, também é pastor batista. “Se duas coisas se apresentam incompatíveis, ou ambas são mentirosas ou uma delas o é.”

Durante dez anos, Heitor da Silva foi diretor-executivo da SPOB e um dos responsáveis por concretizar o objetivo de disseminar a psicanálise para todos os estados do País. Hoje, ele atua como diretor-geral e presidente do grupo Redentor, que administra três faculdades no Rio de Janeiro. “A ideia de popularizar a psicanálise não significa que o façamos sem qualidade. É uma questão simples: a psicanálise é uma ciência independente”, ressalta. “Freud disse que a psicanálise era a profissão de pessoas leigas que curam almas e que não necessitam ser médicos.”

Em 2000, o deputado Éber Silva, do Rio de Janeiro – ele mesmo

REFLEXÕES IX

pastor da Igreja Batista – apresentou um projeto de lei no Congresso Nacional que visava a regulamentar o exercício da psicanálise no Brasil. Ele recebeu o apoio da SPOB, que passaria a atuar com maior reconhecimento, aumentando os atritos já existentes com grande parte da comunidade psicanalítica, que comumente a associa a grupos evangélicos.

Heitor da Silva afirma que a SPOB foi vinculada aos evangélicos devido a “perseguições das sociedades ligadas ao organismo internacional”, pois sabem que ele e o presidente Dr. Ozéas da Rocha Machado são pastores evangélicos. “A SPOB não oferece cursos para pastores, mas para qualquer pessoa que tenha formação universitária. Nunca foi uma sociedade religiosa ou vinculada à religião”, defende-se. Ele admite, no entanto, que a sociedade de fato forma muitos pastores e líderes religiosos, pois estes exercem funções que lidam com a “problemática humana”.

O projeto de lei não foi aprovado. “O fato de esses cursos terem sido fechados e considerados sem validade não me parece terminar com o problema”, considera o psicanalista Wellington Zangari. “Eles permanecem em nosso meio, senão como superiores, como cursos livres. A ‘formação’ é a mesma, com direito a carteirinha de psicanalista depois do cumprimento de uma série de regrinhas e provinhas de leituras de apostilas mal feitas.” Para ele, a medida não elimina “a sombra do risco de formação de péssimos psicanalistas, com placas com seus nomes em consultórios, cartões de visita e sites na internet”.

O pastor Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, na inauguração do Templo de Salomão



O curioso é que as próprias plataformas de formação à distância voltadas especificamente para pastores e líderes religiosos também oferecem cursos de psicanálise. Se a procura dos próprios pastores pelo conhecimento psicanalítico acontece de forma “natural”, como afirma a maioria deles, o caminho inverso também é verdadeiro,

uma vez que a formação em psicanálise está acoplada à formação religiosa. Na Faculdade Gospel, por exemplo, criada há vinte e cinco anos, ao lado das aulas de aperfeiçoamento em bibliologia, direito eclesial, história de Israel, liderança cristã e outros cento e cinquenta títulos, há também os cursos de “psicanálise clínica pastoral” e “psicanálise cristã”.

Diante de uma deformação tão grande da psicanálise, com a existência de cursos simplificados, que achatam conceitos freudianos em apostilas que muitas vezes não os expressam de forma correta, Zangari diz que os “pastores psicanalistas” correm o risco de terem a falsa impressão de que a psicanálise se prestaria a referendar conceitos e interpretações religiosas. “Quando não sabem interpretar um fenômeno psíquico de modo analítico, lançam mão de interpretações religiosas como se isso fosse razoável e esperado.”

A cura pela obediência

Três dias depois da minha primeira visita, numa sexta-feira, voltei à Igreja Universal da Bela Vista. Deparei-me com uma sessão de exorcismo, em que o pastor e seus “obreiros” – espécies de ajudantes do líder – dedicavam-se à tarefa de expurgar o demônio do corpo de dois fiéis, um homem e uma mulher, ambos na meia-idade. Foram aproximadamente quarenta minutos até que eles voltassem à realidade. Depois de incentivar, aos berros, que o demônio se manifestasse na pele daquele homem, o pastor tomou o microfone e começou a conduzir uma conversa com o suposto diabo encarnado. O homem grunhia, urrava e se retorcia em frente às cerca de trinta pessoas que compareceram naquela tarde.

Apologia ao medo

Segundo Doryedson Cintra, professor de psicanálise nos cursos realizados pela Sociedade Contemporânea de Psicanálise (SCOPSI), as religiões evangélicas estão praticando uma psicanálise selvagem, espécie de chantagem terapêutica que ele chama de “comando passivo”. “Os pastores sabem que há algo na vida de cada indivíduo que inspira o medo e o terror. Só não sabem o quê. Com a apologia ao medo, eles incitam os membros a ponto de despertarem um

comportamento histriônico, uma espécie de teatralidade muito comum nos casos de possessão”, teoriza. Ele afirma que, na verdade, essas pessoas se encontram psicologicamente abaladas e, inconscientemente, desenvolvem comportamentos que poderiam perfeitamente ser diagnosticados como transtornos histéricos, e não casos de possessão.

Naquele dia, conversei com uma das “obreiras” que se ocupavam de exorcizar a mulher, enquanto o pastor cuidava do homem. Ela me contou que após a morte dos pais, há mais ou menos dez anos, sentia-se como se lhe tivessem “arrancado o coração com uma faca”. Começou a desenvolver tendências suicidas e depressão, não querendo mais viver. Certo dia entrou por acaso numa Igreja Universal e, ao ouvir a pregação do pastor, achou que ele estivesse falando diretamente com ela, tamanho o impacto do discurso.

Ela continua frequentando as reuniões e, hoje, é como se os pais “nem estivessem mortos”. Quis saber se ela se considerava curada pela religião e ela disse que não. A Universal não a curou do sofrimento, mas sim as pessoas que encontrou ali e o seu próprio comprometimento em frequentar os cultos nos dias corretos. “Deus não é religião, mas é entrega. Se você não se entregar e não obedecer, nada vai mudar em sua vida.”

Não é difícil perceber a que os pastores se referem quando pregam a “entrega”. A obediência dos fiéis, a que se refere Marta, está muito mais relacionada à noção de prosperidade do que a qualquer tipo de elevação espiritual. Ao longo dos cultos, os líderes da Universal repetiram à exaustão a máxima “dê e receba em dobro”, e não apenas bens materiais. Traçam uma conexão direta entre dinheiro e graça.

Em determinado momento, após discorrer a respeito da ação de Deus sobre as “doenças do espírito”, o pastor chamou os fiéis à frente para depositar a “oferta”. Todos se levantaram com seus envelopes brancos enquanto ele enumerava as bênçãos que se desprenderiam daquele gesto. Alguns minutos depois, os “obreiros” se aproximaram com três caixas carregadas de exemplares do livro Nada a Perder, de autoria do bispo Edir Macedo, enquanto outros

traziam máquinas de cartão de crédito.

Ainda que as pessoas busquem a religião e a psicanálise para lidar com seus sofrimentos, Wellington Zangari acredita que o ponto de contato entre ambas termina aí: “Cada uma dessas perspectivas oferece compreensões do ser humano baseadas em modos de obter conhecimento que são, por vezes, antagônicas”. A religião supõe a existência de agentes espirituais intencionais e uma ordenação da realidade que é ligada àqueles agentes. A ciência, por outro lado, não enxerga a realidade a partir de referenciais sobrenaturais. Segundo ele, ao contrário da religião, a psicanálise encontra a natureza do sofrimento humano no próprio sujeito, em sua subjetividade e dinâmica pessoal. Nada é atribuído a Deus ou a qualquer associação do tipo. Além disso, as formas de lidar com esse sofrimento são distintas: “A religião poderá buscar a solução do sofrimento pela via da salvação divina ou do afastamento do demônio, o que supõe uma ação de tipo sobrenatural ou, ao menos, um contato entre o ser humano e uma instância desse universo transcendente. Na psicanálise, lida-se com o sofrimento justamente colocando o sujeito no centro, na natureza mesma do sofrimento. Ele próprio é o agente último da ação, implicado até o pescoço no sofrimento que sente.”

Para Doryedson Cintra, o ser humano vive num constante cabo de guerra, em que de um lado é puxado pela razão psicológica e, do outro, pela fé religiosa. “No meio se encontra o abismo negro do demônio chamado doença mental.” ●

Amanda Massuela

Matéria original publicada na revista **Cult**, publicação mensal sobre cultura, artes e ideias

O chamado da água

Mônica Manir



Em tempos de secura, achadores de veios subterrâneos entortam suas molas e forquilhas em busca de futuros poços Requisitado. Imre cobra R\$ 1.500 pelo serviço. ‘Quando não cobrava, ninguém levava a sério

Um sol ardido torrava o cocuruto de Imre. Em volta, a audiência não dava um pio. Melhor não perguntar nada nessa hora. Afinal, o homem estava caminhando sobre as águas... “Pode perguntar, sou macaco velho”, diz o húngaro.

Macaco velho no melhor dos sentidos. Imre Lajos Gridi-Papp tem 83 anos e há pelo menos 20 marca poços sistematicamente usando uma mola espiral. Se a mola sobe, nada de água naquele trecho de terreno. Se desce, ali embaixo passa um veio. “Mudaram muito o relevo, o negócio aqui é complicado”, afirma, secando a umidade da testa com a costa da mão.

Estamos num condomínio em Piracaia, o Parque Náutico Jaguari, que de náutico, nos últimos tempos, só tem os barcos cobertos por lona encardida. Suas chácaras com vista para a represa Jaguari-Jacaréi agora avistam três níveis desoladores: um longo declive esturricado, uma faixa considerável de lodo e, no miolo, o que restou depois da retirada do primeiro volume morto. Às vésperas da extração do segundo volume morto, o engenheiro Eduardo Del Monaco Caiuby, 59 anos, condômino do Parque Náutico e duas vezes campeão brasileiro de iatismo na juventude, perdeu a classe. Está exaltado. “Em 30 anos não se investe nada em água no estado”, gesticula. Ele explica que a represa divide a região em grandes painéis aquíferas. Tem condomínio próximo sem uma gota no horizonte, e a panela do Parque Náutico não está em situação tão melhor. “Pra você ter uma ideia, eu ia velejando comprar pão pro café da manhã do outro lado da represa. Agora vou de jipe.”

REFLEXÕES IX

Se a panela está à míngua na superfície, quem sabe emerja algo debaixo dela. Um vizinho de cerca de Eduardo falou de um senhor que era bom de marcar poço. Não só poço comum como poço perfurado, desses de grande vazão, que atingem as águas subterrâneas. Diante da estiagem, as 44 residências do condomínio precisavam de mais uma fonte. Daí que, chamado a comparecer, Imre tomou o norte de Piracaia a partir de Campinas, onde mora. Seria sua 16^a investigação em dois meses. “Desde 1952, quando cheguei ao Brasil, não via uma seca assim”, contabiliza.

Seus olhos translúcidos aparentemente tinham visto de tudo. Nascido em outubro de 1930 em Istambul, onde o pai arquiteto acompanhava a reforma de um prédio histórico, ele foi registrado na Embaixada da Hungria e para Hungria se mudou em 1932. Ficou lá até 1945. No auge da guerra na Europa, a família de pai, mãe e quatro filhos zarparou para a Alemanha. Foram acomodados num campo de *displaced persons*. “A comida que os americanos forneciam era liofilizada³⁸, aí fizemos uma horta lá; abastecíamos o campo inteiro com verdura fresca”, lembra, num sotaque que eventualmente mistura feminino com masculino. Em 1948 estava tudo certo que viriam para o Brasil. Mas uns despatriados de pai e mãe fizeram uma treta: trocaram suas radiografias de pulmão com as dos Gridi-Papps e dois membros da família de Imre foram dados como inaptos para atravessar o mar. Rumaram então todos para a França, terra onde Imre obteve o diploma de bacharel na Universidade de Toulouse.

A chegada a São Paulo se deu em 1952 e a naturalização brasileira, em 1958. Moravam no Bexiga, mas a poluição paulistana daquela época lhe entupiu os alvéolos. Imre se encantou com os ares da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), em Piracicaba. Aos 30 anos se formou engenheiro agrônomo e depois foi para o Instituto Agronômico de Campinas (IAC) trabalhar com melhoramento genético de algodão. Enredou-se nessa área.

³⁸ **Liofilização:** desidratação de substâncias realizada em baixas temperaturas, us. esp. Na conservação de alimentos, em fármacos, etc.

REFLEXÕES IX

Publicou manuais, livros e mais de 60 trabalhos científicos, prestou assessoria científica e coordenação de comissões técnicas, e então se aposentou em 1993, agraciado com diplomas de honra ao mérito por governador de estado e ministro da Agricultura.

A mola, feita de arame de aço, com as espirais fechadas e enroladas sob pressão, configurou-se um plágio. Um plácio assumido. Imre mandou fazer um exemplar de 70 centímetros igual à mola que o tio engenheiro usava para marcar poços, achar petróleo e localizar, a mando dos comunistas, tesouros enterrados no território húngaro. O pai, Imre M. M. Gridi-Papp, já radicado no Brasil, mapeou jazidas de minerais e de petróleo usando o mesmo recurso. Treinou Gridi-Papp júnior na técnica, e o filho resolveu estudar a fundo o que sentia chegar pela coluna vertebral.

“Todo mundo tem essa sensibilidade, alguns menos, como os caras de pau, alguns mais, como os médiuns”, brinca. Depois se apruma e volta à razão. Essa sensibilidade às radiações seria a radiostesia, que no passado era chamada de rabadomancia, a adivinhação por meio de vara. Vasculhar águas subterrâneas é coisa dos primórdios bíblicos, como o próprio Imre destaca no livro *A Vida Brota das Águas Subterrâneas*, lançado em 1998 pelo Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Está no Êxodo que Moisés, para saciar a sede do seu povo pelo deserto, fez jorrar água da rocha usando uma vara. A técnica sofreu de ostracismo na Idade Média e ressurgiu no começo do século XX, quando o abade Bouly cunhou o nome, depois adotado pela Associação Francesa de Radiostesia, fundada em 1922. Alemães e russos a incorporaram sem pudor. Cubanos a têm em grande conta.



Brasileiros mal conhecem a palavra radiostesia, mas alguém sempre tem um caso de forquilha pra contar. Os “pajés da roça” se armam de um pau bifurcado feito de salgueiro, aveleiro, bétula, marmeleiro, e vão seguindo pelo terreno até o estilingue se vergar. Vergou? Pode furar que ali tem água.

REFLEXÕES IX

Sergio Areias, presidente da Associação Brasileira de Radiostesia e Radiônica, explica que a Terra é um grande ímã, que emite um campo magnético. Se entre essa imanação e a superfície houver água correndo, isso gera uma diferença de potencial elétrico. Treinando a mente, o radiestesista consegue identificar essa alteração e liberar micromovimentos por meio do instrumento que lhe convier – um galho de árvore, um pêndulo, uma mola. “Não tem uma entidade extracorpórea fazendo isso”, ressalva. “Teu inconsciente consegue perceber todas as radiações existentes no ambiente, mas o teu consciente não, graças a Deus.” Graças a Deus porque quem aguenta um canal aberto *full time* para tanta onda de celular, rádio, TV, micro-ondas, radiação do cosmos, radiação telúrica do Sol?, pergunta Areias, que usa um pêndulo e um dinamômetro em suas sessões de acupuntura.

Mais instintivos e sem esse filtro divino, os animais captam a radiação e escancaram sua satisfação ou seu desprazer com ela. Antigamente os fazendeiros escolhiam o local onde construiriam a sede do seu terreno observando o gado. Largavam os bichos pelo terreno e, onde eles dormissem, ali o dono erguia o alicerce. Imre lembra que, certa vez, o dono de um sítio pediu que ele checasse o canil onde um cachorro se incomodava de ficar amarrado. Andava pra lá e pra cá, pegava sarna, vivia resfriado. O húngaro botou a mola para funcionar e, pelo seu cálculo, naquele ponto havia o cruzamento de dois veios d’água – fenômeno de interferência que desagradaria ao gado, ao melhor amigo do homem e ao próprio homem, especialmente durante a noite. “As radiações que vêm do espaço chegam a um mínimo no período noturno, mas as ondas emitidas pelas águas subterrâneas continuam, e elas perturbam o sono”, afirma, peremptoriamente. Donde conclui: “Os loteamentos deveriam empreender um estudo prévio sobre os sistemas de veios existentes na área e levantar prédios de acordo com essa planta”. Que fosse pela harmonia nas reuniões de condomínio.

Para o Parque Náutico, o que acalmaria os nervos no momento seria exatamente o oposto: um bom cruzamento de veios que jorre água em profusão. Imre puxa um papel em branco do bolso traseiro, o apoia na coxa, saca a bic do bolso da camisa e traça um perfil da

REFLEXÕES IX

área em que, *a priori*, seria permitido cavar um poço. Observa um belo cupinzeiro (cupins e formigas preferem cruzamentos) e uma mangueira frondosa no outro limite (outra que gosta de um ponto de afluição, ao contrário do pé de café e da laranja). Marca a posição da caixa d'água, o limite superior do talude, a ascensão das águas subterrâneas. Vai e volta com a mola em ômega, subindo e descendo, o suor escorrendo pela blusa xadrez. Enfim pede ao caseiro que traga uma estaca e um martelo. Perto de uma ruela de paralelepípedos estaria o ponto A, um cruzamento de três veios, cada um com 8 metros de largura. Profundidade estimada: 220 metros. Vazão provável: 7 m³ por hora.

Imre cobra R\$ 1.500 pelo serviço. “Quando não cobrava, ninguém levava a sério.” Ágil no francês, no inglês (foi pesquisador associado na Carolina do Norte), no alemão, no húngaro (“se bem que não entendo mais esses jargões modernos”) e no português, é cuidadoso com as palavras. Sabe que lida com uma margem de erro nas suas contas, “afora o caráter excepcional das camadas de subsolo”, e por isso usa verbos e expressões relativizantes. Entre seus principais clientes – postos de gasolina, hotéis, indústrias, concessionárias, condomínios –, alguns até são assertivos. “Ele manda furar e a gente manda bala”, diz Claudino, gerente de um posto Graal na Rodovia dos Bandeirantes. O poço, marcado há quatro anos, tem 280 metros de profundidade e jorra de 5 mil a 6 mil litros/hora. Na Ultraprint, empresa de São Paulo, a obra atingiu os mesmos 280 metros, porém tem vazão maior, de 8 mil litros/hora. Luiz Tanan, dono de uma perfuradora, revela que uma indústria em Suzano teve sucesso além das expectativas. Imre apostou em 270 metros de fundura, mas a água apareceu antes, a 170 metros, e em dobro: 31 m³, e não os 15 m³ indicados. Em Sumaré, a previsão deu com os burros n'água: a vazão foi muito pouca, 500 litros/hora. Em Diadema, Imre quase acertou na bucha: 250 metros e 4 m³ para 260 metros e 6,2 m³.

Agora, vá querer chegar perto do poço... As empresas garantem que está tudo em ordem, mas não permitem o acesso. O hidrogeólogo Ricardo Hirata, professor da USP e diretor do Centro de Pesquisa de Águas Subterrâneas, faz um sobrevoo sobre o tema: “Nos Estados com regulamentação própria, quase a maioria, a ilegalidade pode

REFLEXÕES IX

chegar a 70%”. Pelos seguintes motivos: falta de estrutura do governo para fiscalizar, morosidade no processo de outorga e, principalmente, um usuário que não vê vantagem em ter sua captação legalizada. “Ocorre que a água pode estar contaminada com solventes clorados, substâncias muito tóxicas e bastante persistentes nos aquíferos”, alerta Hirata.

Quem tampa o fosso com a peneira também perde seus direitos. Um poço bem construído pode estar perdendo vazão por causa de interferências hidráulicas de poços ilegais. O usuário regularizado tem cacife para exigir o fechamento desses buracos sem fundo. “Mas, sem pressão, o Estado não age. É um círculo vicioso”, diz o hidrogeólogo.

Em tempos de secura, não resta um pingo de dúvida de que as águas subterrâneas sejam a fonte das fontes. Representam o quarto maior manancial da Bacia do Alto Tietê, por exemplo.

Mas Waldir Duarte Costa Filho, presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), aponta um motivo político para sua baixa exploração. “Elas não rendem voto porque, ao contrário das grandes barragens, são obras que não se veem.” Quanto às molas e forquilhas, que estão no plano do quase invisível, ele tem lá seu porém: “Existem na Europa algumas sociedades de radiostesia que levam o seu trabalho muito a sério e cobram preços altos para marcar um poço, mas há muitas pessoas desonestas que chegam a fornecer a qualidade química da água; se assim for, desconfie”. Hirata resgata um desafio contra o que chama de bruxaria: “Já vi hidrogeólogo apostando caixa de cerveja contra um radiostesista, e o hidrogeólogo acabou ficando bêbado”. Imre tem a coluna sensível, mas não se abala. Ri com os olhos azul-piscina. “Lá atrás eu teria sido queimado vivo.” Enrola a mola e parte para mais um chamado das águas. ●

Mônica Manir

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 14 de setembro de 2014